

Finanças dos Municípios Capixabas



ANO 20
2014

Amunes, o principal fórum de construção, formulação e fortalecimento do movimento municipalista no Estado do Espírito Santo



A Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo – Amunes atua desde 1972 na defesa e garantia dos interesses dos municípios capixabas. Com soluções técnicas e políticas, ela auxilia os municípios e seus gestores a alcançarem uma administração mais ágil, pautada na excelência, o que gera mais qualidade de vida para a população.

Possui sede própria com infraestrutura adequada para atender às demandas dos municípios, além de ser um local onde os gestores municipais possam trabalhar em Vitória.

Transparência, diálogo e articulação junto aos poderes executivos e legislativos federais e estaduais, órgãos de controle, além dos setores empresarial, comercial e não governamental, são alguns de seus instrumentos de ação, o que faz da Amunes a interlocutora qualificada dos municípios capixabas.



Acompanhe nossos projetos em www.amunes.org.br e participe!

Twitter: @amunes1 • Tel: (27) 3227-3077
Avenida Princesa Isabel, 629 - Ed. Vitória Center - sala 401 - Centro
Vitória-ES - CEP 29010-904



APRESENTAÇÃO



O anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** chega a sua 20ª edição já consolidado como importante elemento informativo e ferramenta de destaque de controle social para os cidadãos do Espírito Santo. Antes mesmo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelecer a obrigatoriedade de publicação pelos entes públicos de relatórios fiscais, orçamentários, dentre outros, e da Lei de Acesso à Informação disciplinar a divulgação desses dados, a revista possibilitou que tais informações, até então de acesso limitado, chegassem ao grande público.

Mesmo atualmente, com os Portais da Transparência e a facilidade de acesso a dados na Internet, o anuário continua a cumprir sua missão, pois consolida os números, divulgando-os com clareza e em linguagem adequada. As análises auxiliam o entendimento da população sobre os diversos aspectos da administração pública, permitindo que as ações sejam supervisionadas e avaliadas, e que ocorram cobranças mais qualitativas da atuação dos gestores e não meras reivindicações.

Desde a década de 1990, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES) participa dessa empreitada disponibilizando informações que são extraídas das Prestações de Contas Anuais encaminhadas a esta Corte pelos gestores municipais, sendo estes responsáveis pela fidedignidade e veracidade dos dados. E caso algum gestor não preste as informações de maneira correta ele poderá ter suas contas rejeitadas, o que aumenta o cuidado, gerando mais confiabilidade.

Por fim, desejo que a publicação permaneça como relevante fonte de pesquisa sobre o cenário econômico-financeiro dos municípios capixabas.

Conselheiro Domingos Augusto Taufner

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Sumário



Rua Dr. Eurico Aguiar, 888, sl. 504
CEP 29.056-200, Vitória-ES
Tels.: (27) 3235-7841/3235-7546
E-mail: aequus@aequus.com.br

Diretora:

Tânia Mara Cursino Villela

Administrativo:

Marta Luiza Cursino Villela

Equipe técnica:

Juliano César Gomes
Luiz Eduardo de Souza Dalfior
Victor Batista Trindade
Pedro Ururahy de Souza Chã (estagiário)

Assessoria de imprensa:

C2 Comunicação

Revisão:

Tríade Comunicação

Projeto gráfico e editoração:

Comunicação Impressa

Capa:

Cristina Xavier

Ilustração:

José Paulo Ferrer (Zepa)

Impressão:

Gráfica e Editora GSA

Visite o site www.financasdosmunicipios.com.br

Copyright by Aequus Consultoria S/S Ltda
Proibida a reprodução total ou parcial da mesma
sem a autorização dos titulares.

Finanças dos Municípios Capixabas /
organização de Tânia M. C. Villela, v20
(2014). Vitória, ES: Aequus Consultoria,
junho/2014

CDU: 336.1
ISSN 2317-5273

 Panorama

Panorama das finanças dos municípios capixabas em 2013.....	8
Receitas	8
Despesas	10

 Receita

ISS	24
IPTU	30
ITBI	34
Taxas.....	40
Transferências	44
QPM-ICMS	46
FPM	54
Dívida ativa	60
Saldo Fundeb	64
Royalties do petróleo	68

 Despesa

Pessoal	74
Custeio.....	82
Investimentos	86
Encargos e amortizações da dívida	94

 **Despesa
por função**

Câmaras municipais	98
Educação	102
Saúde.....	106
Assistência social	114

 Artigos

Lei dos orçamentos públicos completa 50 anos de vigência	118
<i>José Mauricio Conti e Élica Graziane Pinto</i>	
Orientações do Tribunal de Contas aos prefeitos.....	122
<i>Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo</i>	
Evolução, consolidação e importância da transparência no setor público	128
<i>Luís Fernando Mendonça Alves</i>	
Fundo Cidades: o apoio financeiro do Governo do Estado ao desenvolvimento municipal	132
<i>Davi Diniz de Carvalho e Márcio Bastos Medeiros</i>	
Espírito Santo 2030: Inovador, Dinâmico e Sustentável.....	137
<i>José Edil Benedito</i>	

EM ARACRUZ, POTENCIAL SE TRANSFORMA EM REALIDADE.

UM DOS MUNICÍPIOS QUE MAIS CRESCE NO ESPÍRITO SANTO

Com investimentos públicos e privados, a cidade se prepara para um novo salto de desenvolvimento em sua história. Até 2017, a região norte do ES atrairá cerca de R\$ 25,39 bilhões em investimentos, sendo que a grande parte desse montante será aplicada no município, em projetos como o Estaleiro Jurong, Portocel II, Carta Fabril, Unidade de Biocombustível da Fibria, Termoelétrica Utê Cahuyra, Imetame Logística, Hotéis Bristol e Ibis, Odfjell Terminals (Terminal de Granéis Líquidos em Barra do Riacho) e a reestruturação da ES 257.

O município de Aracruz é o 1º lugar no ranking do ES na contratação de emprego formal segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, conforme pesquisa realizada em março de 2014.



PMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ www.aracruz.es.gov.br

Notas metodológicas

Índices de preços para atualização de valores

Todos os dados apresentados no anuário **Finanças dos Municípios Capixabas** foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de possibilitar a comparação real entre diversos períodos. Foi utilizada a média aritmética dos números índices de janeiro a dezembro de cada ano para a formação dos índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços de 2013.

IPCA médio de 2013, utilizado como multiplicador para a atualização dos valores dos respectivos anos

2008	2009	2010	2011	2012	2013
1,3152	1,2539	1,1937	1,1194	1,0620	1,0000

Fonte de dados

As informações contábeis publicadas em **Finanças dos Municípios Capixabas** foram extraídas dos balanços municipais consolidados, obtidos das prestações de contas anual de governo, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES).

Com relação aos dados de 2013, devido a problemas de ordem técnica ocasionados pelas recentes alterações na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, alguns municípios não haviam apresentado todos os demonstrativos contábeis em suas prestações de contas ou os apresentaram sem consolidação até 28 de maio de 2014, data final da coleta dos dados de 2013 junto ao TCE-ES, após a qual, a Aequus Consultoria, realizadora deste anuário, buscou as informações junto aos departamentos de contabilidade dos próprios municípios, até 9 de junho de 2014. Mesmo assim, 11 municípios, por diversas razões, não forneceram todas as informações solicitadas até a última data. São eles: Alegre, Anchieta, Apicá, Aracruz, Castelo, Conceição da Barra, Fundão, Guarapari, Marechal Floriano, Ponto Belo e Rio Novo do Sul.

Nos casos de Anchieta, Aracruz e Castelo, a Aequus Consultoria utilizou as informações contábeis do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), do sexto bimestre de 2013, disponibilizadas no Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), como forma de suprir as informações que faltavam. Para Guarapari, foram utilizadas as informações disponíveis no Portal da Transparência do município, coletadas em 6 de junho de 2014. Os dados contábeis de Fundão e Marechal Floriano foram enviados, porém sem a consolidação com a Câmara Municipal. Já Apicá e Conceição da Barra não enviaram as informações sobre a despesa por função de governo, enquanto que Rio Novo do Sul enviou apenas as informações sobre a receita. Como os municípios de Alegre e Ponto Belo não atenderam à solicitação dos dados até 9 de junho de 2014, permaneceram sem dados.

Para tornar a série histórica compatível e corrigir a falta de dados em alguns itens, foram utilizadas estimativas somente para os valores do total dos municípios capixabas. A metodologia das estimativas supõe que o município sem informação tenha tido o mesmo comportamento da média dos municípios que pertençam à mesma faixa populacional e que apresentaram dados nos anos.

Outras fontes constantes na publicação são a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Banco Central do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo (Sefaz), o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops) e o Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Educação (Siope).

Deduções do Fundeb

A série de dados apresentada em **Finanças dos Municípios Capixabas**

- **Ano 20 - 2014** abrange o período entre 2008 e 2013. Os dados sobre as receitas total e corrente dos municípios são apresentados já deduzidos os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para os anos de 2008 a 2013.

Os valores recebidos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da Quota-parte Municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS) estão publicados integralmente, sem os descontos do Fundeb.

Receitas e despesas intraorçamentárias

Com o intuito de apresentar dados mais próximos à realidade, **Finanças dos Municípios Capixabas** desconsiderou os valores registrados nas operações intraorçamentárias. Na prática, essa medida visa a não contabilizar os repasses das prefeituras às suas administrações indiretas, evitando, desse modo, uma superestimação das receitas e despesas públicas. Como essas operações são contabilizadas como despesa para a prefeitura e, subsequentemente, como receita para as autarquias, se fez necessário expurgar tanto as receitas intraorçamentárias como as despesas entre órgãos de todas as categorias econômicas.

Ressalta-se ainda a possibilidade de alguns municípios terem apresentado, em alguns anos, balanços com as receitas e despesas intraorçamentárias incluídas, mas não discriminadas nas devidas contas. Nesses casos, podem ocorrer variações muito acentuadas de um ano para outro nos dados aqui publicados.

Despesa com pessoal

O conceito de despesa com pessoal utilizado por **Finanças dos Municípios Capixabas** engloba toda a despesa corrente empenhada com Pessoal e Encargos Sociais (exceto as com sentenças judiciais e as de exercícios anteriores) e inclui os gastos com aposentadorias e reformas, pensões e salário-família registrados em Outras Despesas Correntes.

Despesa com investimento

Finanças dos Municípios Capixabas considera como despesa com investimento toda a despesa de capital empenhada, excluídas as amortizações da dívida.

Despesa com encargos e amortizações da dívida

Os gastos com encargos e amortizações da dívida somam toda a despesa corrente empenhada com juros e encargos da dívida, e a despesa de capital com amortizações da dívida.

Despesa com custeio

A despesa com custeio utilizada por **Finanças dos Municípios Capixabas** abrange toda a despesa corrente empenhada, excluídos os juros e encargos da dívida, e a despesa com pessoal calculada conforme exposto acima.

Sinais convencionais utilizados

Na apresentação das tabelas, quando necessário, utilizam-se os seguintes sinais convencionais:

- 0 ou 0,0 ➡ dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo;
- 0 ou -0,0 ➡ dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo;
- ➡ dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
- .. ➡ não se aplica dado numérico; e
- ... ➡ dado numérico não disponível.



SMARAPD. A tecnologia que participa do desenvolvimento do Espírito Santo.

Com seus programas de gestão pública municipal, a SMARAPD tem presença marcante em todo o estado.

Atualmente, os programas SMARAPD são adotados em 30% dos municípios do Espírito Santo, entre eles a capital Vitória, considerada pela revista EXAME a melhor cidade do Brasil para investimento em negócios.*

Os programas SMARAPD são customizados para atender necessidades específicas de cada cidade. E estão em total conformidade com o Cidades Web.

SMARAPD. Tecnologia confiável, segura, ágil e transparente para a gestão pública.

Rua Aurora, 446 – Vila Tibério – CEP 14050-100 – Ribeirão Preto-SP
(16) 2111 98 98 – comercial@smarapd.com.br

*Fonte: Revista EXAME, 30/abril/2014.



SMARep

Sistema de Contabilidade Pública



SMARam

Sistema de Gestão de Compras,
Almoxarifado e Patrimônio



SMARTb

Sistema de Tributação Municipal



SMARrh

Sistema de Gestão de Recursos
Humanos e Folha de Pagamento



ISS Web

Solução para Declaração Eletrônica
de Prestador e Tomador de Serviços



Nota Fiscal Eletrônica

Solução de
Nota Fiscal Eletrônica



SMARsa

Sistema de Atendimento, Ouvidoria,
Protocolo e Controle de Processos



SMARag

Sistema de Controle e
Arrecadação de Água e Esgoto



SMARit

Sistema de Administração
e Controle de Cemitérios

SMARAPD 

www.smarapd.com.br



O time de Cariacica parte para o ataque!

Uma cidade composta por gerações que acreditam que a união faz a força e que juntas podem construir o futuro.

O crescimento e o investimento em comércio, indústria e urbanização já é realidade.

Por isso, apostar em Cariacica é marcar um gol de placa.



PREFEITURA DA CIDADE DE

CARIACICA
vamos governar juntos

As dificuldades financeiras que os municípios capixabas viviam, em 2013, já estavam anunciadas desde abril de 2012, quando foi editada a Resolução nº 13 do Senado Federal, medida que diminuiu de 12% para 4% as alíquotas do ICMS cobradas nas operações interestaduais sobre os produtos importados. Estudo elaborado pela Aequus Consultoria, ao final de abril de 2012, sob encomenda da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes), indicava que o impacto total dessa medida para as finanças municipais seria da ordem de R\$ 550 milhões a R\$ 660 milhões, baseado em cenários mais ou menos pessimistas.

Durante o ano de 2013, as prefeituras capixabas anunciaram amplamente os problemas que estavam enfrentando para manterem a prestação de serviços públicos, diante da queda nas receitas. Porém, somente agora, com a compilação dos dados dos balanços municipais feitos por **Finanças dos Municípios Capixabas**, é que a sociedade terá informações mais precisas de qual foi realmente esse impacto nas receitas e nas despesas de cada município do Espírito Santo e no seu conjunto.

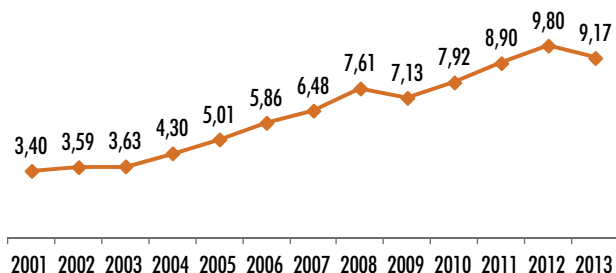
Receitas

Comportamento geral

Os municípios capixabas sofreram uma perda de receita da ordem R\$ 628,6 milhões em 2013, quando comparado a 2012, utilizando-se valores corrigidos da inflação pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), médio de 2013, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em termos percentuais, a queda foi de 6,4%, praticamente a mesma intensidade da retração sofrida em 2009,

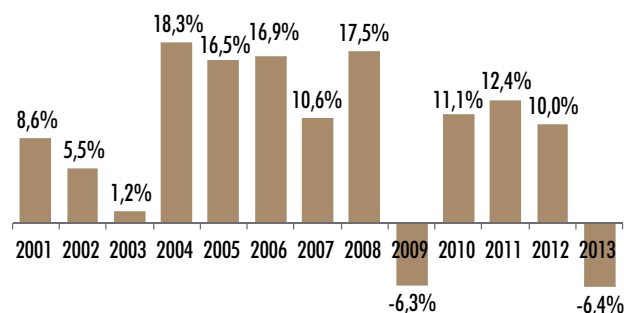
Evolução da receita total

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2013



quando a crise financeira internacional, caracterizada como a maior do capitalismo moderno, atingiu duramente o Brasil e mais intensamente o Estado do Espírito Santo, fazendo com que as receitas municipais encolhessem em 6,3%.

Taxa de crescimento da receita total em relação ao ano anterior



A receita corrente, proveniente dos recursos que entram regularmente nos cofres municipais, como os impostos e as transferências da União e do Estado, sofreu queda de R\$ 375,7 milhões, ou seja, de 4%, passando de R\$ 9,31 bilhões, em 2012, para R\$ 8,94 bilhões, em 2013.

As receitas de capital, formadas por fontes instáveis, como operações de crédito, transferências voluntárias de recursos para investimentos ou a venda de bens imóveis, caíram um pouco mais da metade (-52,2%), acumulando uma perda de R\$ 254,3 milhões, quando passaram de R\$ 487,2 milhões, em 2012, para R\$ 232,8 milhões, em 2013.

Desempenho dos municípios

A queda nas receitas atingiu amplamente os municípios capixabas. Dos 76 com dados disponíveis, apenas 11 não apresentaram perdas. Desses casos, apenas Marataízes obteve um crescimento acima de dois dígitos, de 24,8%, devido ao aumento no recebimento de royalties de petróleo e gás natural. Os demais tiveram aumentos mais modestos: Alfredo Chaves (6,1%), Barra de São Francisco (5,9%), Pedro Canário e Rio Novo do Sul (com 4,3% cada um), Domingos Martins (3,4%), Marilândia (3,3%), Irupi (0,8%), Anchieta, Santa Leopoldina e Pancas (com 0,4% cada um).

Dentre os que registraram queda, as mais acentuadas, com percentuais acima de 10%, foram verificadas também em

11 municípios: Itarana (-19,9%), Ibirapu (-16,5%), Vitória (-14,7%), São José do Calçado (-13,1%), Atílio Vivacqua (-12,3%), Rio Bananal (-11,9%), Águia Branca (-11,8%), Venda Nova do Imigrante (-11,2%), Bom Jesus do Norte e Serra (com -11% cada um) e Brejetuba (-10,7%).

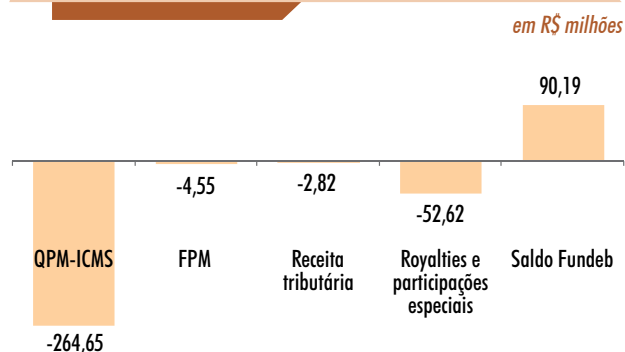
A capital Vitória, além de ter registrado a terceira maior perda percentual, arcou com a maior perda em termos de montante, com recuo de R\$ 236,2 milhões, seguida pelo Município de Serra, com recuo de R\$ 105,7 milhões. A perda de Vitória é histórica e chega a superar o valor do orçamento total de uma cidade como Guarapari. A perda sofrida por Serra também supera o orçamento de muitas cidades como Nova Venécia ou Domingos Martins. A terceira maior queda foi a de Linhares, de R\$ 44,4 milhões.

Causas da queda e desempenho dos principais itens

A principal causa da queda foi, sem dúvida, a retração na arrecadação estadual do ICMS, da qual 25% são constitucionalmente repassadas aos municípios, a chamada Quota-Parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS). Em 2013, os municípios capixabas sofreram a maior queda na receita do ICMS já registrada em sua história. O recuo de 10,8% superou até mesmo o revés de 2009. Em valores, foram R\$ 264,7 milhões a menos transferidos aos municípios capixabas.

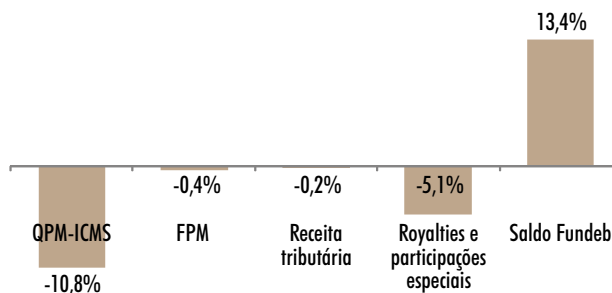
A repercussão dessa perda nos orçamentos das cidades foi forte, pois a QPM-ICMS é a maior fonte de recursos para o conjunto dos municípios capixabas, representando um quarto da receita corrente, em 2013. Para quase metade dos municípios, a QPM-ICMS é a maior receita.

Variação de valores das principais receitas 2013/2012



O fator determinante desse péssimo resultado foi o desempenho negativo na arrecadação do ICMS sobre as atividades de importação, cuja queda foi de 59,6%, o que correspondeu a uma perda de R\$ 328,8 milhões. O ICMS proveniente dos demais setores da economia capixaba (ICMS Normal), por

Taxa de crescimento das principais receitas 2013/2012



sua vez, manteve evolução positiva, porém desacelerando fortemente seu ritmo de crescimento. De 2000 a 2012, sua taxa média anual de crescimento foi de 8,2%, recuando para 3,1% entre 2012 e 2013. Assim, o incremento de R\$ 58,7 milhões do ICMS Normal, em 2013, não compensou a perda do ICMS Importação, resultando na mencionada perda total de R\$ 264,7 milhões do ICMS para os municípios capixabas.

Como já mencionado, a causa da queda na QPM-ICMS foram os efeitos da Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012, que entrou em vigor logo no dia 1º de janeiro, sem, ao menos, ter estabelecido um prazo mínimo de transição que pudesse ser uma oportunidade de adaptação gradual para os governos municipais e estaduais afetados em todo o país. Veja mais sobre a QPM-ICMS na página 46.

Outro fator que afetou não somente o desempenho do ICMS, como também de outros impostos como o ISS, foi a retração da atividade econômica no Espírito Santo. De acordo com cálculos do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado caiu em 1,1% em 2013 ante 2012 (sobre o desempenho dos principais setores da economia capixaba, ver página 46). As variações da economia capixaba, normalmente, tendem a acompanhar de forma mais acentuada as tendências da economia nacional, que a cada ano registra menores taxas de crescimento no PIB, e da economia internacional, cuja evolução é dificultada pela prolongada crise nos países europeus e pela falta de ímpeto dos norte americanos.

A segunda maior perda de receita dos municípios capixabas ocorreu com os royalties de petróleo e gás natural. Devido à estabilização da produção e à variação negativa no preço médio do barril, entre 2013 e 2012, os royalties passaram de R\$ 1,03 bilhão para R\$ 977,3 milhões, nesse período. A perda foi de 5,1%, o que significou R\$ 52,6 milhões a menos. No entanto, essa retração afetou apenas os maiores recebedores de royalties, como Presidente Kennedy, Anchieta, Itapemirim, Linhares e São Mateus. Marataízes foi o único, dentre os 14 maiores recebedores, que obteve aumento significativo nos royalties.

Os tributos arrecadados diretamente pelas prefeituras também tiveram um desempenho ruim, mantendo seu valor praticamente inalterado, com variação de -0,2%. Isso representou uma perda de R\$ 2,8 milhões. O pior comportamento foi o do ISS, que foi reduzido em R\$ 33,1 milhões, ao cair 3,3%. Foi a primeira vez que o tributo sofreu retração desde 2004. O principal responsável por esse desempenho foi a retração de R\$ 31,2 milhões de Vitória. Com uma arrecadação de R\$ 340,2 milhões, em 2013, a capital perdeu tudo o que havia acrescentado em 2012, voltando ao patamar de 2011. Se os dados de Vitória fossem descontados do total, a arrecadação global do ISS teria ficado praticamente estável, com uma ligeira retração de 0,3%.

A forte queda do ISS da capital deve estar diretamente relacionada ao desempenho da economia internacional. A cidade possui grande vocação em comércio internacional e a instabilidade nesse setor impacta diretamente na arrecadação do imposto. Além disso, a cidade pode ter sentido os efeitos da Resolução nº 13 do Senado Federal. Com os incentivos extremamente reduzidos, algumas empresas deixaram de realizar as importações pelos portos de Vitória, repercutindo diretamente na arrecadação de ISS oriundo das atividades portuárias.

O recuo na receita de ISS do total dos municípios quase que foi compensado pelos aumentos no recolhimento do IPTU, ITBI e IRRF. O IPTU cresceu muito bem, com variação de 12,3%, acrescentando R\$ 21,2 milhões. O ITBI também prosseguiu sua trajetória de crescimento, porém, num ritmo menor. Esse imposto adicionou R\$ 8,6 milhões. O IRRF, com aumento de 3,4%, foi capaz de contribuir com R\$ 5,7 milhões a mais. As taxas municipais, por sua vez, recuaram levemente, em 0,3%.

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM), transferência realizada pela União com base na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), manteve-se estável pelo segundo ano consecutivo, chegando a R\$ 1,28 bilhão. Dessa forma, o Fundo, que é a principal receita para cerca de 40 municípios capixabas, só não perdeu importância nos orçamentos municipais devido à forte queda do ICMS. O desempenho do FPM não decolou nos dois últimos anos devido ao fraco desempenho da economia que afeta a arrecadação federal do IR e, mais diretamente, a do IPI. Deve ser lembrado que o Governo Federal concedeu uma série de isenções para o IPI cobrado do setor automobilístico e dos eletrodomésticos da linha branca, nesses anos. Veja mais sobre o FPM na página 54.

A boa notícia veio do saldo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O saldo Fundeb é a diferença entre o que o Estado e seus municípios enviam ao Fundo e o que recebem dele. Desde a constituição desse Fundo, ainda como Fundef em 1997, o saldo total dos mu-

nicipios capixabas tem sido positivo e crescente. Em 2013, com um aumento de 13,4%, o saldo Fundeb adicionou R\$ 90,2 milhões aos cofres municipais, a maior contribuição entre os itens da receita.

Com essa *performance* e com o desempenho ruim de outras receitas importantes, o saldo Fundeb torna-se cada vez mais importante para os orçamentos das cidades. Em 2013, chegou a representar 8,5% da receita corrente do conjunto dos municípios capixabas. O seu bom desempenho deveu-se a três fatores: ao aumento da contribuição do Estado para o Fundo (devido ao aumento na arrecadação do ICMS Normal), à diminuição da contribuição dos municípios (devido à queda da parcela que recebem do ICMS Importação) e à diminuição do número de matrículas do ensino básico estadual conjugado ao aumento desta nos municípios. Lembrando que o Fundeb é distribuído de acordo com o número de matrículas no ensino básico. Veja mais em Saldo Fundeb, na página 64.

Dentre as receitas de capital, destaca-se a redução de R\$ 174,1 milhões das transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como queda de R\$ 74,7 milhões nos recursos oriundos de operações de crédito. Em 2013, os municípios capixabas captaram apenas R\$ 20,4 milhões em financiamentos, o menor valor nos últimos seis anos.

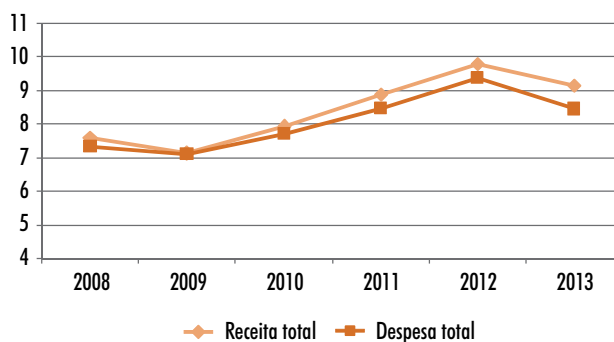
Despesas

A queda de receita forçou os municípios capixabas a um rigoroso corte de gasto a fim de buscarem o equilíbrio das contas públicas. A redução da despesa, de 9,9%, foi ainda mais intensa que o movimento de retração da receita, de 6,4%, o que representou uma economia de R\$ 924,8 milhões aos cofres municipais.

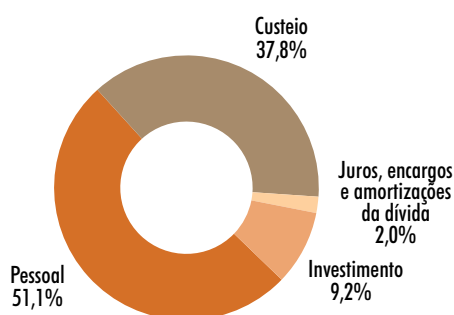
Do total de R\$ 8,45 bilhões gastos em 2013, 51,1% foram com pessoal, 37,8% com custeio, 9,2% com investimentos e 2% com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida.

Evolução da receita total e da despesa total

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2013



Composição da despesa por categoria econômica - 2013



A despesa com pessoal apresentou um aumento real de 1,8% em relação a 2012, totalizando R\$ 4,32 bilhões. Nos cinco anos anteriores, o dispêndio com o funcionalismo público municipal vinha crescendo entre 6,5% e 12,1% ao ano. Essa forte desaceleração se fez necessária para que muitos municípios se enquadrassem no limite exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ante a forte queda sofrida na receita proveniente do ICMS. Nem mesmo em 2009, ano de intensa queda na receita corrente, esse gasto foi tão contido. Veja mais detalhes sobre a despesa com pessoal, na página 74.

Houve também contenção dos gastos de custeio, que sofreram queda real de 4% em relação a 2012, totalizando R\$ 3,20 bilhões. Dos 75 municípios que apresentaram dados para a despesa por categoria econômica de 2013, apenas 18 expandiram seus gastos com custeio. Veja mais detalhes sobre a despesa com custeio, na página 82.

Os investimentos municipais foram o item da despesa que apresentou a maior queda real, de 52,7%, passando de R\$ 1,64 bilhão, em 2012, para R\$ 774,5 milhões, em 2013. Foi o menor nível desde 2006, ficando abaixo até mesmo do registrado em 2009. Veja mais detalhes sobre a despesa com investimento, na página 86.

As despesas com juros, encargos e amortizações da dívida

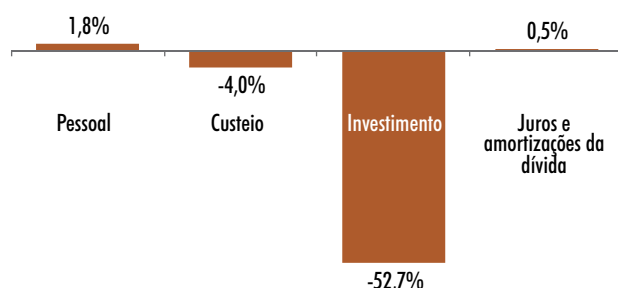
mantiveram-se relativamente estáveis em 2013, com um leve aumento de 0,5%. Entre os municípios que apresentaram crescimento destacaram-se Vitória, Serra e Barra de São Francisco. De forma geral, o nível de comprometimento das receitas municipais com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública no Estado não é alto. Em 2013, foi utilizado o equivalente a 1,9% da receita corrente dos municípios para o pagamento dessas obrigações. Veja mais detalhes sobre a despesa com juros, encargos e amortizações da dívida, na página 94.

Com relação à despesa sob a ótica funcional, os maiores gastos foram efetuados com educação e saúde que consumiram, respectivamente, 31,9% e 20,5% da despesa total, em 2013. Apesar da queda de receita, os recursos direcionados a essas duas áreas permaneceram relativamente estáveis, com uma leve redução, em termos reais, de 0,2% e 0,3%, respectivamente, totalizando R\$ 2,70 bilhões e R\$ 1,73 bilhão. Veja mais detalhes sobre os gastos com educação, na página 102, e com saúde, na página 106.

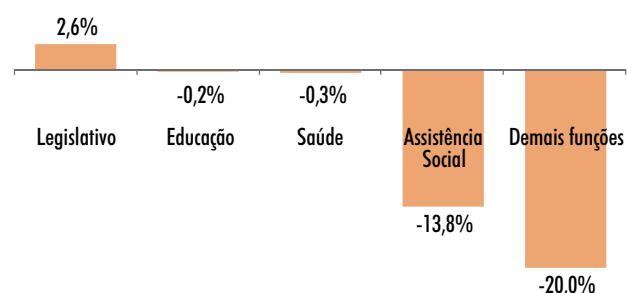
Já os gastos das prefeituras com programas e projetos assistenciais apresentaram uma redução de 13,8% em 2013, totalizando R\$ 261,8 milhões, interrompendo um ciclo de ampliação desses gastos que, desde 2007, cresciam 9,6% ao ano. O corte de R\$ 42 milhões nos gastos com a assistência social foi muito mais forte do que o realizado na saúde, de R\$ 6 milhões, e na educação, de R\$ 4,5 milhões. Veja mais detalhes sobre os gastos com assistência social, na página 114.

As câmaras municipais capixabas, por sua vez, consumiram R\$ 256,1 milhões, em 2013, 2,6% a mais em relação ao ano anterior. Esse crescimento em um cenário de queda da receita explica-se pelo fato dos repasses do Poder Executivo ao Legislativo estarem vinculados às receitas de determinados impostos do exercício imediatamente anterior. Dessa forma, os repasses às Câmaras em 2013 estavam atrelados às receitas vinculadas de 2012, que em geral obtiveram resultado positivo, crescendo, em média, 4,2% em relação a 2011. Veja mais detalhes sobre os gastos com o Legislativo, na página 98.

Taxa de crescimento dos principais itens da despesa por categoria econômica - 2013/2012



Taxa de crescimento dos principais itens da despesa por função - 2013/2012



Receita total¹ - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	Part. no total da rec. total ¹ 2013	Rec. total ¹ per capita 2013
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013						em %		em R\$
Afonso Cláudio	51.735,0	50.619,5	63.608,1	67.548,3	67.038,3	65.705,3	-2,0	0,7	2.018,53
Água Doce do Norte	25.687,5	24.249,0	28.716,0	30.328,9	31.925,9	29.989,2	-6,1	0,3	2.465,41
Água Branca	24.015,5	21.267,8	25.781,8	29.947,9	31.178,1	27.488,2	-11,8	0,3	2.736,51
Alegre	58.694,6	61.730,1	61.184,6	68.922,2	69.740,9	...	...	...	...
Alfredo Chaves	35.308,6	32.132,9	32.669,6	37.891,7	39.062,9	41.446,9	6,1	0,5	2.789,35
Alto Rio Novo	18.496,2	16.277,0	18.099,2	20.339,3	21.395,6	20.314,6	-5,1	0,2	2.590,82
Anchieta	133.744,2	141.782,6	189.079,0	236.821,8	302.261,6	303.535,5	0,4	3,3	11.386,28
Apiacá	18.643,9	16.913,5	18.127,1	20.600,5	23.262,1	21.389,1	-8,1	0,2	2.702,01
Aracruz	307.922,7	272.475,7	273.619,5	316.912,9	328.247,1	298.902,2	-8,9	3,3	3.264,48
Atílio Vivácqua	23.272,6	23.913,8	24.792,0	28.590,7	31.135,3	27.308,5	-12,3	0,3	2.514,13
Baixo Guandu	60.711,7	53.732,8	57.423,8	60.609,3	66.146,7	65.711,3	-0,7	0,7	2.111,14
Barra de São Francisco	71.699,4	64.028,4	69.397,0	80.756,3	80.475,8	85.190,3	5,9	0,9	1.941,35
Boa Esperança	31.139,3	28.660,3	30.665,1	38.629,9	41.063,6	40.173,4	-2,2	0,4	2.648,39
Bom Jesus do Norte	20.347,5	17.924,5	20.333,8	21.055,9	22.934,5	20.414,0	-11,0	0,2	2.022,19
Brejetuba	28.345,3	26.438,3	32.015,7	32.183,5	33.687,2	30.098,5	-10,7	0,3	2.375,76
Cachoeiro de Itapemirim	283.721,4	263.123,2	282.610,1	311.576,1	347.770,8	319.100,8	-8,2	3,5	1.554,97
Cariacica	364.291,2	387.680,1	408.828,8	451.138,0	515.854,4	511.514,2	-0,8	5,6	1.360,50
Castelo	71.656,3	63.670,3	66.594,2	72.515,1	77.706,8	74.291,7	-4,4	0,8	1.990,08
Colatina	195.060,9	197.925,2	213.604,5	229.497,1	248.337,2	247.678,6	-0,3	2,7	2.052,41
Conceição da Barra	66.130,6	57.631,6	75.845,2	80.106,1	80.173,3	75.496,2	-5,8	0,8	2.462,45
Conceição do Castelo	32.674,4	27.787,3	33.870,8	32.750,2	34.800,2	32.293,2	-7,2	0,4	2.567,23
Divino de São Lourenço	13.990,2	11.705,2	13.212,0	15.005,1	16.950,4	15.511,9	-8,5	0,2	3.308,86
Domingos Martins	66.262,7	60.292,9	69.643,5	79.068,2	82.345,5	85.156,2	3,4	0,9	2.500,26
Dores do Rio Preto	17.343,3	15.315,1	16.877,2	18.437,3	21.148,9	19.072,0	-9,8	0,2	2.793,61
Ecoporanga	45.678,2	43.956,5	50.258,9	51.250,1	54.979,8	50.119,1	-8,8	0,5	2.060,23
Fundão	43.555,5	36.332,5	44.551,4	49.611,6	52.605,1	52.531,0	-0,1	0,6	2.739,27
Governador Lindenberg	25.331,0	23.834,4	27.810,3	29.363,6	30.589,1	28.240,4	-7,7	0,3	2.362,62
Guaçu	56.560,3	53.081,8	56.297,5	64.549,3	64.366,0	61.231,9	-4,9	0,7	2.031,31
Guarapari	162.486,2	165.543,5	189.292,8	208.863,1	234.746,7	228.680,9	-2,6	2,5	1.966,67
Ibatiba	36.650,7	35.023,8	43.376,5	43.798,4	48.261,2	44.242,2	-8,3	0,5	1.800,29
Ibiraçu	28.429,9	25.650,8	27.883,2	32.087,5	34.529,2	28.838,6	-16,5	0,3	2.378,64
Ibitirama	21.326,8	17.843,1	21.318,5	24.351,2	25.951,6	25.812,0	-0,5	0,3	2.745,96
Iconha	32.150,0	28.220,4	30.446,5	36.682,3	36.805,4	36.298,0	-1,4	0,4	2.679,21
Irupi	23.087,9	21.391,5	25.777,5	28.923,2	28.672,8	28.903,5	0,8	0,3	2.258,44
Itaguaçu	33.366,9	28.867,2	33.365,5	36.424,2	37.396,6	36.122,5	-3,4	0,4	2.433,48
Itapemirim	94.855,2	81.392,8	101.046,6	204.544,1	303.941,3	280.311,1	-7,8	3,1	8.340,11
Itarana	26.312,1	24.637,2	23.940,3	27.265,4	31.402,9	25.151,8	-19,9	0,3	2.216,21
Iúna	46.213,8	43.357,6	51.852,1	56.205,8	54.797,3	53.832,5	-1,8	0,6	1.839,93
Jaguaré	68.147,0	59.813,0	61.389,8	72.488,5	78.929,5	76.171,1	-3,5	0,8	2.759,92
Jerônimo Monteiro	22.551,5	20.256,4	23.936,9	27.604,8	30.672,1	28.404,6	-7,4	0,3	2.426,30
João Neiva	41.964,4	36.086,7	36.867,9	41.345,3	43.252,5	39.830,4	-7,9	0,4	2.361,16
Laranja da Terra	24.665,1	22.897,8	24.347,5	29.454,4	29.931,9	27.016,5	-9,7	0,3	2.366,13
Linhares	387.405,6	326.818,4	381.439,7	447.759,7	506.598,0	462.199,1	-8,8	5,0	2.928,76
Mantenópolis	25.359,1	24.343,4	29.130,6	32.244,9	32.175,7	31.828,5	-1,1	0,3	2.149,41
Maratáizes	56.242,7	54.448,7	65.081,6	96.216,1	117.834,0	147.084,4	24,8	1,6	3.960,27
Marechal Floriano	33.184,7	31.858,9	31.702,7	37.431,0	41.355,2	38.354,1	-7,3	0,4	2.444,65
Marilândia	22.935,3	23.810,0	24.804,0	28.871,5	28.844,8	29.802,4	3,3	0,3	2.464,63
Mimoso do Sul	46.358,4	44.661,0	49.031,8	51.819,5	54.509,6	53.042,4	-2,7	0,6	1.942,31
Montanha	39.454,1	36.470,5	38.582,4	43.754,1	46.513,6	44.649,2	-4,0	0,5	2.343,91
Mucurici	19.084,9	17.271,6	19.028,7	21.626,9	23.675,7	22.783,7	-3,8	0,2	3.855,76
Muniz Freire	44.357,7	41.366,5	44.816,4	48.357,8	47.101,3	46.345,5	-1,6	0,5	2.428,88
Muqui	28.432,4	23.688,6	25.868,5	32.384,8	33.393,7	30.619,1	-8,3	0,3	1.983,36
Nova Venécia	86.099,3	81.683,2	84.225,2	93.926,1	98.685,3	96.677,4	-2,0	1,1	1.950,56
Pancas	38.350,5	34.937,1	39.671,4	42.345,6	41.959,7	42.109,7	0,4	0,5	1.820,96
Pedro Canário	37.967,0	38.349,4	45.225,1	47.122,9	45.562,1	47.525,3	4,3	0,5	1.849,23
Pinheiros	58.245,2	44.818,9	50.596,2	56.921,1	60.184,8	57.071,9	-5,2	0,6	2.193,13
Piúma	33.771,5	36.574,9	44.334,7	58.253,4	58.323,0	57.063,1	-2,2	0,6	2.841,51
Ponto Belo	19.763,5	18.414,3	19.706,3	21.428,5	24.458,7	...	...	...	...
Presidente Kennedy	126.434,7	123.520,8	168.325,5	251.196,0	334.106,5	305.498,4	-8,6	3,3	27.448,20
Rio Bananal	41.999,8	42.480,7	45.224,5	53.322,0	57.274,8	50.452,2	-11,9	0,6	2.670,56
Rio Novo do Sul	22.040,5	20.873,7	22.897,0	24.583,1	27.202,1	28.362,6	4,3	0,3	2.364,93
Santa Leopoldina	31.339,5	26.954,1	29.237,9	28.718,5	30.000,9	30.122,2	0,4	0,3	2.338,50
Santa Maria de Jetibá	68.252,6	64.461,3	67.969,6	78.368,7	82.621,7	79.431,7	-3,9	0,9	2.105,83
Santa Teresa	50.111,3	44.421,1	50.012,6	55.874,3	61.343,1	56.170,9	-8,4	0,6	2.397,19
São Domingos do Norte	22.127,2	19.266,8	21.544,1	24.308,5	25.051,7	22.939,4	-8,4	0,3	2.668,92
São Gabriel da Palha	53.200,5	51.242,4	59.980,1	65.684,9	68.473,5	64.770,1	-5,4	0,7	1.838,39
São José do Calçado	25.579,9	24.850,4	26.074,4	28.733,6	32.667,9	28.394,6	-13,1	0,3	2.584,38
São Mateus	225.717,8	189.757,3	198.678,3	233.606,3	257.205,3	253.229,4	-1,5	2,8	2.097,57
São Roque do Canaã	22.702,9	22.792,1	25.533,6	28.181,7	28.499,7	27.485,9	-3,6	0,3	2.256,83
Serra	837.548,5	784.422,1	881.543,8	927.551,5	965.001,2	859.316,0	-11,0	9,4	1.838,82
Sooretama	42.938,3	39.558,9	43.816,4	48.802,8	57.025,2	54.870,8	-3,8	0,6	2.044,14
Vargem Alta	44.701,6	44.134,0	46.474,9	49.470,4	54.926,6	50.888,9	-7,4	0,6	2.453,19
Venda Nova do Imigrante	44.113,3	40.960,7	47.934,8	50.785,2	56.314,1	50.003,7	-11,2	0,5	2.186,15
Viana	104.028,6	104.866,6	107.454,9	125.484,2	139.293,7	138.438,5	-0,6	1,5	1.919,69
Vila Pavão	22.138,7	20.935,0	22.346,4	24.046,7	23.792,9	23.604,4	-0,8	0,3	2.545,78
Vila Valério	32.943,3	29.914,3	33.207,7	35.124,2	38.892,1	35.682,3	-8,3	0,4	2.441,65
Vila Velha	579.644,0	559.778,0	637.955,1	700.267,1	758.138,8	734.346,7	-3,1	8,0	1.601,67
Vitória	1.382.669,5	1.291.896,4	1.391.905,4	1.464.109,5	1.603.074,5	1.366.886,7	-14,7	14,9	3.924,81
TOTAL	7.611.472,3	7.132.066,5	7.921.720,7	8.904.728,6	9.798.555,5	9.169.935,1	-6,4	100,0	2.388,40

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita total

Posição	Município	Receita total¹ em R\$	População 2013
1º	Vitória	1.366.886.692,69	348.268
2º	Serra	859.315.975,35	467.318
3º	Vila Velha	734.346.708,48	458.489
4º	Cariacica	511.514.218,64	375.974
5º	Linhares	462.199.054,22	157.814
6º	Cachoeiro de Itapemirim	319.100.778,73	205.213
7º	Presidente Kennedy	305.498.410,35	11.130
8º	Anchieta	303.535.487,43	26.658
9º	Aracruz	298.902.199,55	91.562
10º	Itapemirim	280.311.070,38	33.610
11º	São Mateus	253.229.366,23	120.725
12º	Colatina	247.678.610,79	120.677
13º	Guarapari	228.680.938,91	116.278
14º	Marataizes	147.084.383,05	37.140
15º	Viana	138.438.451,04	72.115
16º	Nova Venécia	96.677.433,47	49.564
17º	Barra de São Francisco	85.190.258,73	43.882
18º	Domingos Martins	85.156.187,34	34.059
19º	Santa Maria de Jetibá	79.431.732,90	37.720
20º	Jaguaré	76.171.146,61	27.599
21º	Conceição da Barra	75.496.189,61	30.659
22º	Castelo	74.291.722,62	37.331
23º	Baixo Guandu	65.711.338,15	31.126
24º	Afonso Cláudio	65.705.260,90	32.551
25º	São Gabriel da Palha	64.770.112,90	35.232
26º	Guaçu	61.231.876,40	30.144
27º	Pineiros	57.071.865,41	26.023
28º	Pinúma	57.063.112,07	20.082
29º	Santa Teresa	56.170.857,52	23.432
30º	Sooretama	54.870.753,55	26.843
31º	Iúna	53.832.545,98	29.258
32º	Mimoso do Sul	53.042.412,81	27.309
33º	Fundão	52.531.039,09	19.177
34º	Vargem Alta	50.888.906,63	20.744
35º	Rio Bananal	50.452.208,07	18.892
36º	Ecoporanga	50.119.124,98	24.327
37º	Venda Nova do Imigrante	50.003.730,05	22.873
38º	Pedro Canário	47.525.326,84	25.700
39º	Muniz Freire	46.345.548,00	19.081
40º	Montanha	44.649.166,86	19.049
41º	Ibatiba	44.242.168,94	24.575
42º	Pancas	42.109.733,70	23.125
43º	Alfredo Chaves	41.446.907,96	14.859
44º	Boa Esperança	40.173.428,54	15.169
45º	João Neiva	39.830.364,66	16.869
46º	Marechal Floriano	38.354.134,10	15.689
47º	Iconha	36.297.961,74	13.548
48º	Itaguaçu	36.122.532,36	14.844
49º	Vila Valério	35.682.273,36	14.614
50º	Conceição do Castelo	32.293.198,73	12.579
51º	Mantenópolis	31.828.471,08	14.808
52º	Muqui	30.619.104,69	15.438
53º	Santa Leopoldina	30.122.185,08	12.881
54º	Brejetuba	30.098.515,47	12.669
55º	Água Doce do Norte	29.989.210,96	12.164
56º	Marilândia	29.802.364,83	12.092
57º	Irupi	28.903.540,43	12.798
58º	Ibiraçu	28.838.621,01	12.124
59º	Jerônimo Monteiro	28.404.637,51	11.707
60º	São José do Calçado	28.394.607,96	10.987
61º	Rio Novo do Sul	28.362.592,98	11.993
62º	Governador Lindenberg	28.240.446,47	11.953
63º	Água Branca	27.488.217,43	10.045
64º	São Roque do Canaã	27.485.937,46	12.179
65º	Atílio Vivácqua	27.308.489,18	10.862
66º	Laranja da Terra	27.016.458,91	11.418
67º	Ibitirama	25.812.014,08	9.400
68º	Itarana	25.151.800,18	11.349
69º	Vila Pavão	23.604.443,51	9.272
70º	São Domingos do Norte	22.939.387,75	8.595
71º	Mucurici	22.783.681,44	5.909
72º	Apiacá	21.389.083,56	7.916
73º	Bom Jesus do Norte	20.414.045,04	10.095
74º	Alto Rio Novo	20.314.628,77	7.841
75º	Dores do Rio Preto	19.071.951,62	6.827
76º	Divino de São Lourenço	15.511.942,31	4.688
77º	Alegre	...	32.267
78º	Ponto Belo	...	7.590
TOTAL		9.169.935.050,10	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: *receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita total per capita

Posição	Município	A / B	Receita total¹ (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Presidente Kennedy	27.448,20	305.498.410,35	11.130
2º	Anchieta	11.386,28	303.535.487,43	26.658
3º	Itapemirim	8.340,11	280.311.070,38	33.610
4º	Marataizes	3.960,27	147.084.383,05	37.140
5º	Vitória	3.924,81	1.366.886.692,69	348.268
6º	Mucurici	3.855,76	22.783.681,44	5.909
7º	Divino de São Lourenço	3.308,86	15.511.942,31	4.688
8º	Aracruz	3.264,48	298.902.199,55	91.562
9º	Linhares	2.928,76	462.199.054,22	157.814
10º	Pinúma	2.841,51	57.063.112,07	20.082
11º	Dores do Rio Preto	2.793,61	19.071.951,62	6.827
12º	Alfredo Chaves	2.789,35	41.446.907,96	14.859
13º	Jaguaré	2.759,92	76.171.146,61	27.599
14º	Ibitirama	2.745,96	25.812.014,08	9.400
15º	Fundão	2.739,27	52.531.039,09	19.177
16º	Água Branca	2.736,51	27.488.217,43	10.045
17º	Apiacá	2.702,01	21.389.083,56	7.916
18º	Iconha	2.679,21	36.297.961,74	13.548
19º	Rio Bananal	2.670,56	50.452.208,07	18.892
20º	São Domingos do Norte	2.668,92	22.939.387,75	8.595
21º	Boa Esperança	2.648,39	40.173.428,54	15.169
22º	Alto Rio Novo	2.590,82	20.314.628,77	7.841
23º	São José do Calçado	2.584,38	28.394.607,96	10.987
24º	Conceição do Castelo	2.567,23	32.293.198,73	12.579
25º	Vila Pavão	2.545,78	23.604.443,51	9.272
26º	Atílio Vivácqua	2.514,13	27.308.489,18	10.862
27º	Domingos Martins	2.500,26	85.156.187,34	34.059
28º	Água Doce do Norte	2.465,41	29.989.210,96	12.164
29º	Marilândia	2.464,63	29.802.364,83	12.092
30º	Conceição da Barra	2.462,45	75.496.189,61	30.659
31º	Vargem Alta	2.453,19	50.888.906,63	20.744
32º	Marechal Floriano	2.444,65	38.354.134,10	15.689
33º	Vila Valério	2.441,65	35.682.273,36	14.614
34º	Itaguaçu	2.433,48	36.122.532,36	14.844
35º	Muniz Freire	2.428,88	46.345.548,00	19.081
36º	Jerônimo Monteiro	2.426,30	28.404.637,51	11.707
37º	Santa Teresa	2.397,19	56.170.857,52	23.432
38º	Ibiraçu	2.378,64	28.838.621,01	12.124
39º	Brejetuba	2.375,76	30.098.515,47	12.669
40º	Laranja da Terra	2.366,13	27.016.458,91	11.418
41º	Rio Novo do Sul	2.364,93	28.362.592,98	11.993
42º	Governador Lindenberg	2.362,62	28.240.446,47	11.953
43º	João Neiva	2.361,16	39.830.364,66	16.869
44º	Montanha	2.343,91	44.649.166,86	19.049
45º	Santa Leopoldina	2.338,50	30.122.185,08	12.881
46º	Irupi	2.258,44	28.903.540,43	12.798
47º	São Roque do Canaã	2.256,83	27.485.937,46	12.179
48º	Itarana	2.216,21	25.151.800,18	11.349
49º	Pinheiros	2.193,13	57.071.865,41	26.023
50º	Venda Nova do Imigrante	2.186,15	50.003.730,05	22.873
51º	Mantenópolis	2.149,41	31.828.471,08	14.808
52º	Baixo Guandu	2.111,14	65.711.338,15	31.126
53º	Santa Maria de Jetibá	2.105,83	79.431.732,90	37.720
54º	São Mateus	2.097,57	253.229.366,23	120.725
55º	Ecoporanga	2.060,23	50.119.124,98	24.327
56º	Colatina	2.052,41	247.678.610,79	120.677
57º	Sooretama	2.044,14	54.870.753,55	26.843
58º	Guaçu	2.031,31	61.231.876,40	30.144
59º	Bom Jesus do Norte	2.022,19	20.414.045,04	10.095
60º	Afonso Cláudio	2.018,53	65.705.260,90	32.551
61º	Castelo	1.990,08	74.291.722,62	37.331
62º	Muqui	1.983,36	30.619.104,69	15.438
63º	Guarapari	1.966,67	228.680.938,91	116.278
64º	Nova Venécia	1.950,56	96.677.433,47	49.564
65º	Mimoso do Sul	1.942,31	53.042.412,81	27.309
66º	Barra de São Francisco	1.941,35	85.190.258,73	43.882
67º	Viana	1.919,69	138.438.451,04	72.115
68º	Pedro Canário	1.849,23	47.525.326,84	25.700
69º	Iúna	1.839,93	53.832.545,98	29.258
70º	Serra	1.838,82	859.315.975,35	467.318
71º	São Gabriel da Palha	1.838,39	64.770.112,90	35.232
72º	Pancas	1.820,96	42.109.733,70	23.125
73º	Ibatiba	1.800,29	44.242.168,94	24.575
74º	Vila Velha	1.601,67	734.346.708,48	458.489
75º	Cachoeiro de Itapemirim	1.554,97	319.100.778,73	205.213
76º	Cariacica	1.360,50	511.514.218,64	375.974
77º	Ponto Belo	...	...	7.590
78º	Alegre	...	...	32.267
TOTAL		2.388,40	9.169.935.050,10	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: *receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita corrente¹ - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 2013/2012	Partic. rec. total ¹ 2013	Rec. corrente per capita 2013
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013						em %		em R\$
Afonso Cláudio	49.514,9	47.708,7	54.697,5	60.236,3	62.762,5	62.752,5	-0,0	95,5	1.927,82
Água Doce do Norte	23.151,1	21.696,9	24.327,7	26.200,3	26.749,6	26.163,6	-2,2	87,2	2.150,91
Água Branca	21.557,6	20.061,9	22.914,0	25.893,3	27.988,3	25.688,6	-8,2	93,5	2.557,35
Alegre	56.581,2	58.522,7	58.418,3	62.897,3	65.469,9	...	..	...	...
Alfredo Chaves	31.463,5	27.614,5	30.139,9	35.510,2	37.364,9	36.609,8	-2,0	88,3	2.463,82
Alto Rio Novo	18.302,3	14.999,7	15.741,8	19.204,3	19.810,1	19.944,9	0,7	98,2	2.543,67
Anchieta	132.282,6	140.477,0	188.495,3	233.891,6	301.761,4	303.325,1	0,5	99,9	11.378,39
Apiacá	18.009,3	16.198,2	17.461,6	19.888,8	20.170,4	20.230,0	0,3	94,6	2.555,58
Aracruz	299.760,0	271.651,5	269.430,9	315.861,5	325.837,7	298.056,6	-8,5	99,7	3.255,24
Atílio Vivácqua	23.075,3	20.995,1	22.179,3	26.314,6	27.086,6	26.430,2	-2,4	96,8	2.433,27
Baixo Guandu	54.889,0	50.731,7	52.939,6	57.777,8	60.604,2	62.399,8	3,0	95,0	2.004,75
Barra de São Francisco	70.701,7	62.881,3	64.692,3	75.123,7	76.627,9	82.964,6	8,3	97,4	1.890,63
Boa Esperança	28.530,0	27.225,0	27.632,5	33.617,1	37.140,2	35.756,4	-3,7	89,0	2.357,20
Bom Jesus do Norte	18.155,3	16.289,1	18.324,7	19.363,5	19.940,0	19.739,2	-1,0	96,7	1.955,34
Brejetuba	25.646,0	24.367,8	27.570,9	30.682,2	31.052,2	28.739,8	-7,4	95,5	2.268,52
Cachoeiro de Itapemirim	273.307,6	256.297,4	273.282,0	299.674,1	331.473,2	310.023,3	-6,5	97,2	1.510,74
Cariacica	340.601,7	353.561,0	394.089,8	446.094,5	493.471,4	503.162,4	2,0	98,4	1.338,29
Castelo	66.253,2	59.516,9	64.201,5	70.525,3	73.173,5	72.431,6	-1,0	97,5	1.940,25
Colatina	189.330,2	186.428,4	201.220,5	219.897,0	239.042,3	235.730,2	-1,4	95,2	1.953,40
Conceição da Barra	64.957,3	56.819,1	75.209,1	80.065,8	79.146,3	73.333,8	-7,3	97,1	2.391,92
Conceição do Castelo	29.693,1	26.154,7	26.842,4	30.619,5	31.534,9	30.848,7	-2,2	95,5	2.452,40
Divino de São Lourenço	12.807,3	11.085,9	12.497,2	14.648,6	16.928,4	15.286,3	-9,7	98,5	3.260,74
Domingos Martins	63.445,8	58.523,1	64.792,7	75.318,6	79.907,7	83.464,8	4,5	98,0	2.450,60
Dores do Rio Preto	17.343,3	15.191,7	16.877,2	17.980,8	20.839,8	18.830,3	-9,6	98,7	2.758,21
Ecoporanga	44.195,4	42.675,1	48.272,3	50.232,8	51.458,8	49.738,2	-3,3	99,2	2.044,57
Fundão	42.633,3	35.593,9	43.848,8	49.444,0	52.433,6	52.449,5	0,0	99,8	2.735,02
Governador Lindenberg	22.089,8	21.439,8	23.276,4	25.303,9	26.764,9	25.521,4	-4,6	90,4	2.135,14
Guaçu	56.560,3	47.768,1	54.533,5	60.529,3	61.133,7	61.032,2	-0,2	99,7	2.024,69
Guarapari	162.486,2	160.858,0	180.160,2	206.615,5	225.881,7	220.693,8	-2,3	96,5	1.897,98
Ibatiba	36.650,7	31.951,5	36.547,7	40.730,0	42.942,4	43.438,3	1,2	98,2	1.767,58
Ibiraçu	25.697,2	23.742,4	25.066,9	29.584,8	29.441,8	26.948,4	-8,5	93,4	2.222,73
Ibitirama	19.558,2	17.470,3	20.544,7	23.565,1	24.678,4	24.459,6	-0,9	94,8	2.602,08
Iconha	29.780,8	27.378,7	28.236,5	32.490,5	35.108,7	33.284,6	-5,2	91,7	2.456,79
Irupí	22.344,6	21.244,3	24.236,3	27.564,7	27.900,1	28.027,5	0,5	97,0	2.189,99
Itaguaçu	29.778,3	27.214,0	29.724,1	33.731,6	34.468,9	33.913,2	-1,6	93,9	2.284,64
Itapemirim	89.588,9	76.100,4	96.448,2	200.179,9	301.857,9	278.690,8	-7,7	99,4	8.291,90
Itarana	22.551,3	21.201,9	22.955,9	25.839,8	26.648,0	23.181,4	-13,0	92,2	2.042,59
Iúna	45.335,9	41.134,9	46.867,8	51.569,5	53.099,9	52.667,8	-0,8	97,8	1.800,12
Jaguaré	67.226,4	58.720,6	60.529,4	71.385,2	74.632,3	72.602,9	-2,7	95,3	2.630,63
Jerônimo Monteiro	21.746,2	19.880,3	23.109,0	26.416,6	30.127,8	26.401,6	-12,4	92,9	2.255,20
João Neiva	38.178,0	33.487,9	35.404,2	39.799,6	41.033,3	39.175,7	-4,5	98,4	2.322,35
Laranja da Terra	22.201,2	20.169,2	22.003,1	25.164,0	25.690,5	25.419,7	-1,1	94,1	2.226,29
Linhares	373.990,5	321.152,3	372.578,1	435.307,5	484.256,1	461.666,1	-4,7	99,9	2.925,38
Mantenópolis	24.521,4	22.292,6	25.758,2	30.428,3	31.322,2	31.828,5	1,6	100,0	2.149,41
Maratáizes	54.228,0	53.201,1	62.300,8	95.240,0	117.353,8	146.524,8	24,9	99,6	3.945,20
Marechal Floriano	31.221,4	28.258,3	30.706,0	36.870,8	39.336,5	38.260,8	-2,7	99,8	2.438,70
Marilândia	22.546,6	22.005,8	23.157,0	26.486,0	27.014,6	27.425,5	1,5	92,0	2.268,07
Mimoso do Sul	46.109,5	44.251,9	47.851,2	51.220,9	53.048,8	51.454,0	-3,0	97,0	1.884,14
Montanha	36.941,2	33.669,0	37.430,1	41.484,1	44.901,0	42.660,4	-5,0	95,5	2.239,51
Mucurici	18.090,2	16.068,1	18.275,6	21.240,7	23.179,4	21.741,7	-6,2	95,4	3.679,42
Muniz Freire	41.907,7	38.854,8	40.927,5	45.197,3	45.760,3	44.646,6	-2,4	96,3	2.339,84
Muqui	24.714,4	22.677,2	25.001,7	29.533,3	29.695,6	29.765,6	0,2	97,2	1.928,07
Nova Venécia	81.862,0	78.189,2	81.357,1	90.725,1	94.726,1	95.293,1	0,6	98,6	1.922,63
Pancas	37.295,6	33.188,9	35.664,6	39.556,4	39.718,5	41.101,9	3,5	97,6	1.777,38
Pedro Canário	36.906,7	37.517,9	42.393,6	45.765,5	44.516,7	46.110,1	3,6	97,0	1.794,17
Pinheiros	45.808,5	44.484,3	50.592,8	56.600,5	59.320,8	56.886,9	-4,1	99,7	2.186,02
Piúma	33.661,0	35.793,3	43.406,8	57.655,7	57.747,7	56.276,0	-2,5	98,6	2.802,31
Ponto Belo	17.147,7	15.581,9	17.283,8	19.929,5	21.148,1	...	..	...	...
Presidente Kennedy	126.060,3	123.370,9	168.123,0	250.972,2	333.838,4	305.498,4	-8,5	100,0	27.448,20
Rio Bananal	39.772,8	39.939,8	43.568,9	50.184,0	55.329,0	48.395,8	-12,5	95,9	2.561,71
Rio Novo do Sul	22.040,5	20.077,5	22.897,0	24.583,1	27.158,6	28.342,4	4,4	99,9	2.363,25
Santa Leopoldina	27.410,9	23.313,3	26.494,0	27.828,4	29.210,5	28.860,1	-1,2	95,8	2.240,52
Santa Maria de Jetibá	63.542,7	62.745,7	64.003,0	73.620,7	80.307,6	77.527,5	-3,5	97,6	2.055,34
Santa Teresa	45.246,7	42.179,7	46.128,3	52.435,0	58.249,2	54.896,5	-5,8	97,7	2.342,80
São Domingos do Norte	18.775,1	18.149,9	19.901,1	22.716,9	23.301,2	22.859,4	-1,9	99,7	2.659,61
São Gabriel da Palha	47.447,6	46.912,9	55.764,9	61.298,6	62.926,7	60.851,4	-3,3	93,9	1.727,16
São José do Calçado	24.916,0	23.340,5	23.926,5	26.252,7	27.944,8	27.994,4	0,2	98,6	2.547,95
São Mateus	214.170,9	186.384,5	195.355,0	224.727,1	247.743,8	241.013,8	-2,7	95,2	1.996,39
São Roque do Canaã	20.705,1	19.172,4	21.094,0	24.826,8	25.327,9	25.541,4	0,8	92,9	2.097,17
Serra	812.138,6	773.821,8	844.712,8	882.444,5	907.888,9	844.292,3	-7,0	98,3	1.806,68
Sooretama	40.108,8	38.423,7	42.124,9	47.906,4	53.617,8	53.923,4	0,6	98,3	2.008,84
Vargem Alta	43.947,3	41.033,9	44.300,1	47.199,5	50.874,9	47.402,1	-6,8	93,1	2.285,10
Venda Nova do Imigrante	42.336,5	39.804,5	42.061,2	47.097,2	49.761,6	47.443,7	-4,7	94,9	2.074,22
Viana	98.881,3	99.041,4	103.148,1	122.430,9	131.562,4	134.158,9	2,0	96,9	1.860,35
Vila Pavão	20.488,9	18.737,2	20.157,6	22.665,6	22.690,8	21.799,5	-3,9	92,4	2.351,11
Vila Valério	29.545,7	28.087,9	30.649,4	33.398,2	34.519,8	33.850,7	-1,9	94,9	2.316,32
Vila Velha	545.764,8	524.098,1	595.131,6	658.609,1	707.134,4	704.926,9	-0,3	96,0	1.537,50
Vitória	1.343.674,2	1.223.341,0	1.286.114,5	1.416.606,6	1.497.762,5	1.338.706,1	-10,6	97,9	3.843,90
TOTAL	7.281.889,2	6.812.193,6	7.496.084,6	8.558.478,7	9.311.384,0	8.935.692,4	-4,0	97,4	2.327,39

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente e total ajustadas dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita corrente

Posição	Município	Receita corrente¹ em R\$	População 2013
1º	Vitória	1.338.706.078,73	348.268
2º	Serra	844.292.318,00	467.318
3º	Vila Velha	704.926.922,87	458.489
4º	Cariacica	503.162.389,47	375.974
5º	Linhares	461.666.067,74	157.814
6º	Cachoeiro de Itapemirim	310.023.297,60	205.213
7º	Presidente Kennedy	305.498.410,35	11.130
8º	Anchieta	303.325.111,18	26.658
9º	Aracruz	298.056.566,58	91.562
10º	Itapemirim	278.690.776,98	33.610
11º	São Mateus	241.013.775,68	120.725
12º	Colatina	235.730.227,22	120.677
13º	Guarapari	220.693.765,70	116.278
14º	Marataizes	146.524.811,30	37.140
15º	Viana	134.158.900,98	72.115
16º	Nova Venécia	95.293.059,44	49.564
17º	Domingos Martins	83.464.847,35	34.059
18º	Barra de São Francisco	82.964.554,57	43.882
19º	Santa Maria de Jetibá	77.527.491,42	37.720
20º	Conceição da Barra	73.333.809,71	30.659
21º	Jaguaré	72.602.853,71	27.599
22º	Castelo	72.431.604,03	37.331
23º	Afonso Cláudio	62.752.547,25	32.551
24º	Baixo Guandu	62.399.781,90	31.126
25º	Guaçu	61.032.159,17	30.144
26º	São Gabriel da Palha	60.851.358,52	35.232
27º	Pinheiros	56.886.885,48	26.023
28º	Piúma	56.275.985,29	20.082
29º	Santa Teresa	54.896.460,81	23.432
30º	Sooretama	53.923.389,10	26.843
31º	Iúna	52.667.831,82	29.258
32º	Fundão	52.449.545,43	19.177
33º	Mimoso do Sul	51.454.012,01	27.309
34º	Ecoporanga	49.738.211,99	24.327
35º	Rio Bananal	48.395.824,62	18.892
36º	Venda Nova do Imigrante	47.443.706,53	22.873
37º	Vargem Alta	47.402.127,12	20.744
38º	Pedro Canário	46.110.052,21	25.700
39º	Muniz Freire	44.646.581,09	19.081
40º	Ibatiba	43.438.306,58	24.575
41º	Montanha	42.660.425,91	19.049
42º	Pancas	41.101.856,74	23.125
43º	João Neiva	39.175.667,76	16.869
44º	Marechal Floriano	38.260.776,98	15.689
45º	Alfredo Chaves	36.609.836,60	14.859
46º	Boa Esperança	35.756.438,22	15.169
47º	Itaguaçu	33.913.223,16	14.844
48º	Vila Valério	33.850.650,86	14.614
49º	Iconha	33.284.561,63	13.548
50º	Mantenópolis	31.828.471,08	14.808
51º	Conceição do Castelo	30.848.714,35	12.579
52º	Muqui	29.765.571,23	15.438
53º	Santa Leopoldina	28.860.132,74	12.881
54º	Brejetuba	28.739.831,06	12.669
55º	Rio Novo do Sul	28.342.446,88	11.993
56º	Irupi	28.027.488,77	12.798
57º	São José do Calçado	27.994.365,26	10.987
58º	Marilândia	27.425.472,04	12.092
59º	Ibiraçu	26.948.360,69	12.124
60º	Atílio Vivacqua	26.430.162,48	10.862
61º	Jerônimo Monteiro	26.401.619,10	11.707
62º	Água Doce do Norte	26.163.627,52	12.164
63º	Água Branca	25.688.550,02	10.045
64º	São Roque do Canaã	25.541.442,47	12.179
65º	Governador Lindenberg	25.521.361,64	11.953
66º	Laranja da Terra	25.419.747,18	11.418
67º	Ibitirama	24.459.586,71	9.400
68º	Itarana	23.181.372,32	11.349
69º	São Domingos do Norte	22.859.387,75	8.595
70º	Vila Pavão	21.799.456,84	9.272
71º	Mucurici	21.741.687,71	5.909
72º	Apicá	20.229.991,13	7.916
73º	Alto Rio Novo	19.944.905,92	7.841
74º	Bom Jesus do Norte	19.739.202,02	10.095
75º	Dores do Rio Preto	18.830.296,45	6.827
76º	Divino de São Lourenço	15.286.332,67	4.688
77º	Alegre	...	32.267
78º	Ponto Belo	...	7.590
TOTAL		8.935.692.395,83	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita corrente per capita

Posição	Município	A / B	Receita corrente¹ (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Presidente Kennedy	27.448,20	305.498.410,35	11.130
2º	Anchieta	11.378,39	303.325.111,18	26.658
3º	Itapemirim	8.291,90	278.690.776,98	33.610
4º	Marataizes	3.945,20	146.524.811,30	37.140
5º	Vitória	3.843,90	1.338.706.078,73	348.268
6º	Mucurici	3.679,42	21.741.687,71	5.909
7º	Divino de São Lourenço	3.260,74	15.286.332,67	4.688
8º	Aracruz	3.255,24	298.056.566,58	91.562
9º	Linhares	2.925,38	461.666.067,74	157.814
10º	Piúma	2.802,31	56.275.985,29	20.082
11º	Dores do Rio Preto	2.758,21	18.830.296,45	6.827
12º	Fundão	2.735,02	52.449.545,43	19.177
13º	São Domingos do Norte	2.659,61	22.859.387,75	8.595
14º	Jaguaré	2.630,63	72.602.853,71	27.599
15º	Ibitirama	2.602,08	24.459.586,71	9.400
16º	Rio Bananal	2.561,71	48.395.824,62	18.892
17º	Água Branca	2.557,35	25.688.550,02	10.045
18º	Apicá	2.555,58	20.229.991,13	7.916
19º	São José do Calçado	2.547,95	27.994.365,26	10.987
20º	Alto Rio Novo	2.543,67	19.944.905,92	7.841
21º	Alfredo Chaves	2.463,82	36.609.836,60	14.859
22º	Iconha	2.456,79	33.284.561,63	13.548
23º	Conceição do Castelo	2.452,40	30.848.714,35	12.579
24º	Domingos Martins	2.450,60	83.464.847,35	34.059
25º	Marechal Floriano	2.438,70	38.260.776,98	15.689
26º	Atílio Vivacqua	2.433,27	26.430.162,48	10.862
27º	Conceição da Barra	2.391,92	73.333.809,71	30.659
28º	Rio Novo do Sul	2.363,25	28.342.446,88	11.993
29º	Boa Esperança	2.357,20	35.756.438,22	15.169
30º	Vila Pavão	2.351,11	21.799.456,84	9.272
31º	Santa Teresa	2.342,80	54.896.460,81	23.432
32º	Muniz Freire	2.339,84	44.646.581,09	19.081
33º	João Neiva	2.322,35	39.175.667,76	16.869
34º	Vila Valério	2.316,32	33.850.650,86	14.614
35º	Vargem Alta	2.285,10	47.402.127,12	20.744
36º	Itaguaçu	2.284,64	33.913.223,16	14.844
37º	Brejetuba	2.268,52	28.739.831,06	12.669
38º	Marilândia	2.268,07	27.425.472,04	12.092
39º	Jerônimo Monteiro	2.255,20	26.401.619,10	11.707
40º	Santa Leopoldina	2.240,52	28.860.132,74	12.881
41º	Montanha	2.239,51	42.660.425,91	19.049
42º	Laranja da Terra	2.226,29	25.419.747,18	11.418
43º	Ibiraçu	2.222,73	26.948.360,69	12.124
44º	Irupi	2.189,99	28.027.488,77	12.798
45º	Pinheiros	2.186,02	56.886.885,48	26.023
46º	Água Doce do Norte	2.150,91	26.163.627,52	12.164
47º	Mantenópolis	2.149,41	31.828.471,08	14.808
48º	Governador Lindenberg	2.135,14	25.521.361,64	11.953
49º	São Roque do Canaã	2.097,17	25.541.442,47	12.179
50º	Venda Nova do Imigrante	2.074,22	47.443.706,53	22.873
51º	Santa Maria de Jetibá	2.055,34	77.527.491,42	37.720
52º	Ecoporanga	2.044,57	49.738.211,99	24.327
53º	Itarana	2.042,59	23.181.372,32	11.349
54º	Guaçu	2.024,69	61.032.159,17	30.144
55º	Sooretama	2.008,84	53.923.389,10	26.843
56º	Baixo Guandu	2.004,75	62.399.781,90	31.126
57º	São Mateus	1.996,39	241.013.775,68	120.725
58º	Bom Jesus do Norte	1.955,34	19.739.202,02	10.095
59º	Colatina	1.953,40	235.730.227,22	120.677
60º	Castelo	1.940,25	72.431.604,03	37.331
61º	Muqui	1.928,07	29.765.571,23	15.438
62º	Afonso Cláudio	1.927,82	62.752.547,25	32.551
63º	Nova Venécia	1.922,63	95.293.059,44	49.564
64º	Guarapari	1.897,98	220.693.765,70	116.278
65º	Barra de São Francisco	1.890,63	82.964.554,57	43.882
66º	Mimoso do Sul	1.884,14	51.454.012,01	27.309
67º	Viana	1.860,35	134.158.900,98	72.115
68º	Serra	1.806,68	844.292.318,00	467.318
69º	Iúna	1.800,12	52.667.831,82	29.258
70º	Pedro Canário	1.794,17	46.110.052,21	25.700
71º	Pancas	1.777,38	41.101.856,74	23.125
72º	Ibatiba	1.767,58	43.438.306,58	24.575
73º	São Gabriel da Palha	1.727,16	60.851.358,52	35.232
74º	Vila Velha	1.537,50	704.926.922,87	458.489
75º	Cachoeiro de Itapemirim	1.510,74	310.023.297,60	205.213
76º	Cariacica	1.338,29	503.162.389,47	375.974
77º	Ponto Belo	...	...	7.590
78º	Alegre	...	...	32.267
TOTAL		2.327,39	8.935.692.395,83	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Composição da receita - 2013

Municípios	Receita tributária	FPM	QPM-ICMS	Royalties e participações especiais	Outras	Total ¹
	em %					
Afonso Cláudio	4,7	25,6	24,5	3,8	41,3	100,0
Água Doce do Norte	3,9	28,1	21,4	6,3	40,4	100,0
Água Branca	3,2	23,0	28,1	6,5	39,2	100,0
Alegre	...	...	...	...	...	...
Alfredo Chaves	7,4	25,4	24,4	4,8	38,1	100,0
Alto Rio Novo	6,4	31,1	22,2	8,9	31,4	100,0
Anchieta	19,3	4,9	59,3	11,2	5,4	100,0
Apiacá	3,4	29,5	18,6	8,4	40,0	100,0
Aracruz	20,2	9,9	29,6	12,9	27,5	100,0
Atilio Vivácqua	4,0	23,1	27,2	6,6	39,1	100,0
Baixo Guandu	5,0	22,4	20,1	3,8	48,7	100,0
Barra de São Francisco	7,1	22,2	21,5	3,3	46,0	100,0
Boa Esperança	3,9	26,2	18,4	5,2	46,3	100,0
Bom Jesus do Norte	3,4	30,9	16,8	8,8	40,0	100,0
Brejetuba	2,8	27,9	29,2	6,3	33,8	100,0
Cachoeiro de Itapemirim	15,0	16,9	22,1	1,1	44,8	100,0
Cariacica	17,1	10,5	24,3	0,7	47,3	100,0
Castelo	6,5	22,6	21,7	3,5	45,7	100,0
Colatina	10,4	13,6	17,3	1,3	57,4	100,0
Conceição da Barra	10,5	19,5	22,2	5,4	42,4	100,0
Conceição do Castelo	3,8	26,0	29,0	5,9	35,3	100,0
Divino de São Lourenço	2,6	40,7	23,0	11,6	22,1	100,0
Domingos Martins	7,6	19,8	27,2	3,0	42,5	100,0
Dores do Rio Preto	4,6	33,1	23,4	9,4	29,5	100,0
Ecoporanga	4,5	25,2	34,8	4,7	30,8	100,0
Fundão	10,0	24,0	9,1	23,1	33,8	100,0
Governador Lindenberg	3,7	29,8	29,8	6,7	30,0	100,0
Guaçuí	9,2	24,0	13,4	4,0	49,3	100,0
Guarapari	25,8	14,7	7,9	1,5	50,2	100,0
Ibatiba	3,9	28,5	17,9	5,3	44,4	100,0
Ibiraçu	7,4	29,2	20,6	6,6	36,2	100,0
Ibitirama	2,7	24,4	22,0	7,0	43,9	100,0
Iconha	6,0	23,2	21,3	5,5	44,0	100,0
Irupi	2,5	29,1	27,5	6,5	34,4	100,0
Itaguaçu	5,0	29,1	22,4	5,7	37,7	100,0
Itapemirim	2,9	6,0	14,8	59,6	16,7	100,0
Itarana	5,4	33,4	26,8	7,5	26,8	100,0
Iúna	4,5	27,3	20,5	4,5	43,1	100,0
Jaguaré	7,0	19,3	22,1	13,9	37,6	100,0
Jerônimo Monteiro	5,2	29,6	17,5	6,7	41,1	100,0
João Neiva	6,7	26,4	18,4	5,2	43,3	100,0
Laranja da Terra	5,3	31,1	26,7	7,0	29,8	100,0
Linhares	12,8	11,2	18,5	23,5	34,0	100,0
Mantenópolis	3,3	33,0	19,1	6,2	38,3	100,0
Marataizes	4,4	11,4	4,4	58,3	21,4	100,0
Marechal Floriano	7,0	27,4	29,2	5,4	31,0	100,0
Marilândia	3,1	28,2	28,4	6,3	33,9	100,0
Mimoso do Sul	3,9	27,8	21,4	4,6	42,4	100,0
Montanha	5,6	28,3	27,7	4,8	33,6	100,0
Mucurici	3,6	27,7	31,3	7,9	29,5	100,0
Muniz Freire	6,0	27,2	22,4	4,9	39,5	100,0
Muqui	3,8	34,3	19,8	6,8	35,3	100,0
Nova Venécia	7,3	21,8	24,2	2,9	43,8	100,0
Pancas	3,6	30,0	23,8	5,6	37,1	100,0
Pedro Canário	5,1	31,0	16,8	4,9	42,2	100,0
Pinheiros	5,9	25,8	25,5	4,1	38,7	100,0
Piúma	10,1	22,1	15,0	24,6	28,1	100,0
Ponto Belo	...	...	...	...	...	...
Presidente Kennedy	0,9	2,8	2,2	82,4	11,7	100,0
Rio Bananal	3,5	25,0	27,1	4,3	40,1	100,0
Rio Novo do Sul	4,4	29,7	20,2	6,7	39,1	100,0
Santa Leopoldina	5,4	27,9	30,1	6,6	30,0	100,0
Santa Maria de Jetibá	6,2	21,2	38,0	3,3	31,3	100,0
Santa Teresa	6,5	22,5	24,2	4,2	42,7	100,0
São Domingos do Norte	5,9	27,5	33,4	7,8	25,4	100,0
São Gabriel da Palha	6,8	26,0	22,0	3,9	41,4	100,0
São José do Calçado	3,2	29,6	21,0	6,7	39,5	100,0
São Mateus	13,3	13,3	14,9	16,3	42,2	100,0
São Roque do Canaã	4,8	30,6	25,9	6,9	31,8	100,0
Serra	23,9	6,3	29,6	3,0	37,2	100,0
Sooretama	4,3	26,8	22,8	4,3	41,8	100,0
Vargem Alta	5,1	24,8	20,9	4,4	44,7	100,0
Venda Nova do Imigrante	8,3	25,2	30,7	4,7	31,1	100,0
Viana	13,5	18,2	19,9	4,7	43,6	100,0
Vila Pavão	3,0	26,7	28,9	7,6	33,8	100,0
Vila Valério	4,4	29,5	33,2	5,5	27,4	100,0
Vila Velha	35,4	7,3	17,4	2,3	37,5	100,0
Vitória	37,8	7,2	31,9	1,6	21,6	100,0
TOTAL	17,6	13,9	23,8	10,7	34,0	100,0

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita total, exceto intraorçamentárias (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Despesa total - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição 2013/2012	Partic. desp. total 2013	Desp. total per capita 2013
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013						em %		em R\$
Afonso Cláudio	51.579,5	50.504,8	61.124,7	73.692,6	65.543,8	67.158,3	2,5	0,8	2.063,17
Água Doce do Norte	24.535,9	24.191,1	27.756,8	28.879,0	31.811,9	29.804,1	-6,3	0,4	2.450,19
Água Branca	23.879,2	19.611,5	24.905,0	26.014,4	28.025,3	26.465,5	-5,6	0,3	2.634,70
Alegre	58.813,1	57.945,1	64.314,2	68.512,1	70.343,6	...	..	...	...
Alfredo Chaves	34.213,4	34.420,2	31.402,0	38.483,6	38.963,5	39.978,5	2,6	0,5	2.690,53
Alto Rio Novo	18.189,0	18.997,9	18.145,6	22.311,8	24.322,5	18.072,1	-25,7	0,2	2.304,82
Anchieta	139.814,0	133.311,5	155.828,7	221.942,9	310.732,6	258.671,4	-16,8	3,1	9.703,33
Apiacá	19.308,5	16.913,2	15.859,9	20.860,2	24.403,7	20.934,8	-14,2	0,2	2.644,62
Aracruz	286.745,0	266.839,5	248.956,8	275.886,6	316.673,4	288.497,1	-8,9	3,4	3.150,84
Atílio Vivácqua	23.250,5	23.905,3	24.771,1	26.799,6	32.259,7	27.104,0	-16,0	0,3	2.495,30
Baixo Guandu	57.809,4	55.632,7	57.711,7	58.419,4	66.022,7	59.861,5	-9,3	0,7	1.923,20
Barra de São Francisco	71.479,7	67.499,8	69.058,6	80.107,4	89.273,6	80.755,2	-9,5	1,0	1.840,28
Boa Esperança	29.914,8	28.469,7	29.292,0	37.022,5	41.117,6	39.392,7	-4,2	0,5	2.596,92
Bom Jesus do Norte	21.004,6	17.761,1	19.898,3	21.874,0	22.699,3	20.517,8	-9,6	0,2	2.032,47
Brejetuba	28.863,9	27.205,4	32.781,4	32.255,5	34.219,8	27.700,1	-19,1	0,3	2.186,44
Cachoeiro de Itapemirim	287.728,9	241.509,0	265.053,5	294.904,1	338.454,5	290.596,5	-14,1	3,4	1.416,07
Cariacica	322.851,1	335.540,6	387.552,3	431.990,3	472.983,8	444.310,1	-6,1	5,3	1.181,76
Castelo	66.294,0	63.670,4	66.588,2	72.487,2	77.640,8	72.824,2	-6,2	0,9	1.950,77
Colatina	190.332,0	193.339,9	213.480,4	233.091,0	256.676,1	257.438,4	0,3	3,0	2.133,29
Conceição da Barra	60.440,5	56.313,7	68.497,0	73.205,1	77.731,2	67.203,2	-13,5	0,8	2.191,96
Conceição do Castelo	29.267,9	27.768,5	33.655,5	34.018,3	37.101,1	27.961,0	-24,6	0,3	2.222,83
Divino de São Lourenço	13.868,1	11.863,9	13.010,0	14.531,2	17.221,8	15.051,2	-12,6	0,2	3.210,58
Domingos Martins	59.656,9	62.451,9	66.747,3	70.888,6	76.350,8	80.235,7	5,1	0,9	2.355,79
Dores do Rio Preto	15.738,4	14.535,7	15.714,5	14.249,1	17.610,5	16.050,6	-8,9	0,2	2.351,05
Ecoporanga	46.526,4	45.389,2	49.270,1	50.156,5	57.633,9	50.195,8	-12,9	0,6	2.063,38
Fundão	43.321,6	40.251,4	41.303,0	43.823,1	54.169,5	49.489,9	-8,6	0,6	2.580,69
Governador Lindenberg	27.257,4	23.456,3	26.218,3	29.163,3	33.692,5	25.029,3	-25,7	0,3	2.093,98
Guaçu	57.087,0	54.764,2	59.282,0	63.764,8	63.823,9	60.245,0	-5,6	0,7	1.998,57
Guarapari	122.901,7	158.783,7	189.752,2	194.255,8	211.635,6	181.974,3	-14,0	2,2	1.564,99
Ibatiba	36.856,1	34.626,6	40.075,4	45.140,9	47.043,2	40.681,1	-13,5	0,5	1.655,38
Ibiraçu	26.151,4	24.485,8	27.017,4	28.671,8	35.952,7	28.274,5	-21,4	0,3	2.332,11
Ibitirama	22.951,8	18.100,4	20.242,6	24.146,2	25.807,8	25.881,2	0,3	0,3	2.753,32
Iconha	34.090,7	27.632,2	29.515,7	32.972,7	35.583,2	33.192,6	-6,7	0,4	2.450,00
Irupi	22.816,2	21.622,4	24.728,6	28.600,1	28.400,3	30.199,9	6,3	0,4	2.359,74
Itaguaçu	31.831,2	28.671,4	35.539,4	33.948,4	39.067,6	34.814,2	-10,9	0,4	2.345,34
Itapemirim	89.761,2	78.838,8	88.605,2	136.274,6	276.922,0	186.230,4	-32,7	2,2	5.540,92
Itarana	28.143,9	23.012,8	23.461,0	25.780,5	32.763,3	24.943,1	-23,9	0,3	2.197,82
Iúna	46.166,3	42.836,6	51.935,8	56.201,7	53.561,5	51.833,2	-3,2	0,6	1.771,59
Jaguaré	66.430,1	58.759,7	60.714,7	71.063,3	84.488,0	74.501,7	-11,8	0,9	2.699,43
Jerônimo Monteiro	21.992,2	19.882,0	23.438,4	23.975,9	29.918,1	26.814,1	-10,4	0,3	2.290,43
João Neiva	40.737,8	34.669,1	35.787,4	39.261,3	42.735,2	36.497,4	-14,6	0,4	2.163,58
Laranja da Terra	25.412,6	22.867,4	23.053,3	28.670,0	29.350,0	26.280,4	-10,5	0,3	2.301,66
Linhares	365.439,0	322.383,7	368.009,0	417.602,9	501.125,0	415.086,2	-17,2	4,9	2.630,22
Mantenópolis	25.854,8	22.777,1	26.887,3	29.381,9	32.608,2	31.812,5	-2,4	0,4	2.148,33
Maratão	56.133,8	50.853,2	64.845,5	80.589,9	117.896,2	108.077,3	-8,3	1,3	2.910,00
Marechal Floriano	33.883,2	32.835,8	31.443,9	36.781,9	41.716,9	36.386,8	-12,8	0,4	2.319,26
Marilândia	22.923,7	22.489,6	25.880,5	26.643,2	30.962,8	26.952,1	-13,0	0,3	2.228,92
Mimoso do Sul	46.097,0	47.086,0	48.472,1	51.720,2	55.308,1	51.652,4	-6,6	0,6	1.891,41
Montanha	41.071,1	35.840,4	39.199,7	43.848,0	46.335,1	42.359,3	-8,6	0,5	2.223,7
Mucurici	18.431,8	16.411,4	21.145,8	21.610,9	25.271,3	22.072,1	-12,7	0,3	3.735,34
Muniz Freire	41.914,4	41.365,9	44.283,4	47.286,5	48.857,1	49.330,7	1,0	0,6	2.585,33
Muzi	28.111,4	26.591,6	23.717,3	29.211,0	35.717,5	28.163,8	-21,1	0,3	1.824,32
Nova Venécia	81.621,6	84.798,7	91.068,0	96.597,5	98.536,8	89.379,1	-9,3	1,1	1.803,31
Pancas	34.774,5	33.461,7	38.692,5	43.798,6	43.628,5	38.171,0	-12,5	0,5	1.650,64
Pedro Canário	37.007,6	38.861,5	41.808,9	38.989,9	42.765,4	44.716,7	4,6	0,5	1.739,95
Pinheiros	59.723,0	45.105,6	50.586,4	56.910,7	58.937,7	56.620,7	-3,9	0,7	2.175,79
Piúma	33.313,8	34.457,3	43.611,2	55.334,3	59.222,1	58.648,4	-1,0	0,7	2.920,44
Ponto Belo	20.123,7	17.713,1	20.012,3	22.080,5	24.299,6	...	..	...	...
Presidente Kennedy	81.737,9	75.053,1	148.867,7	190.390,2	80.728,0	105.049,6	30,1	1,2	9.438,42
Rio Bananal	39.520,3	37.794,2	40.836,8	46.307,0	51.879,5	49.117,6	-5,3	0,6	2.599,91
Rio Novo do Sul	20.677,3	19.195,3	21.984,4	23.503,6	25.601,6	...	..	...	...
Santa Leopoldina	32.208,1	28.775,6	27.036,2	26.795,3	27.916,3	29.608,2	6,1	0,4	2.298,59
Santa Maria de Jetibá	62.538,6	59.761,7	64.739,8	69.784,7	80.936,6	75.804,9	-6,3	0,9	2.009,67
Santa Teresa	49.917,8	50.478,8	49.551,8	55.620,4	62.687,1	53.732,5	-14,3	0,6	2.293,12
São Domingos do Norte	22.880,0	19.022,3	21.162,8	23.798,2	24.955,6	21.362,5	-14,4	0,3	2.485,45
São Gabriel da Palha	51.022,1	46.661,7	62.422,4	60.343,0	69.175,5	57.648,9	-16,7	0,7	1.636,27
São José do Calçado	25.381,9	24.632,2	25.670,1	26.665,7	28.806,2	26.580,1	-7,7	0,3	2.419,23
São Mateus	188.674,8	198.211,0	197.465,6	233.016,6	247.619,0	249.670,2	0,8	3,0	2.068,09
São Roque do Canaã	22.492,3	22.172,3	24.839,7	27.837,3	29.134,6	25.313,4	-13,1	0,3	2.078,45
Serra	799.736,3	820.689,6	841.222,3	896.555,4	928.987,7	837.569,3	-9,8	9,9	1.792,29
Sooretama	42.822,8	41.065,8	42.653,6	45.560,2	55.087,4	58.307,0	5,8	0,7	2.172,15
Vargem Alta	40.095,5	46.346,6	45.048,2	43.856,5	46.980,7	49.149,2	4,6	0,6	2.369,32
Venda Nova do Imigrante	44.603,3	40.953,3	47.745,9	49.408,7	56.446,0	48.861,8	-13,4	0,6	2.136,22
Viana	102.413,6	103.469,0	107.563,8	123.731,1	135.346,9	137.699,9	1,7	1,6	1.909,45
Vila Pavão	20.075,1	20.746,7	21.090,8	24.815,1	23.754,5	23.409,3	-1,5	0,3	2.524,73
Vila Valério	34.124,2	29.633,0	32.951,5	35.018,0	42.176,9	35.631,7	-15,5	0,4	2.438,19
Vila Velha	592.902,3	534.464,6	652.952,5	719.850,0	789.978,4	675.078,7	-14,5	8,0	1.472,40
Vitória	1.378.442,7	1.400.662,4	1.398.369,7	1.435.556,0	1.555.280,6	1.423.653,1	-8,5	16,8	4.087,81
TOTAL	7.326.705,3	7.101.674,2	7.715.885,5	8.485.098,4	9.377.399,2	8.452.588,9	-9,9	100,0	2.201,56

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

Quadro comparativo da receita e da despesa - 2013

em R\$ mil

Regiões e municípios	Receita total¹	Receita tributária	ISS	IPITU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal²	Custeio³	Investimentos⁴	População 2013
Afonso Cláudio	65.705,3	3.082,5	1.690,2	387,6	514,7	302,5	187,6	16.824,6	16.122,0	67.158,3	35.038,1	23.286,4	7.882,7	32.551
Água Doce do Norte	29.989,2	1.170,9	343,2	124,6	491,8	161,0	50,3	8.412,3	6.412,5	29.804,1	18.254,4	8.014,4	3.051,3	12.164
Água Branca	27.488,2	867,7	507,7	30,2	159,4	96,5	73,8	6.309,2	7.733,6	26.465,5	12.948,1	8.900,2	4.192,4	10.045
Alegre	...	...	...	...	...	...	...	16.824,6	...	...	...	...	...	32.267
Alfredo Chaves	41.446,9	3.064,2	2.125,5	234,8	268,3	225,9	209,7	10.515,4	10.102,7	39.978,5	16.036,6	17.429,2	5.446,7	14.859
Alto Rio Novo	20.314,6	1.307,2	535,8	19,4	665,6	48,7	37,7	6.309,2	4.514,9	18.072,1	11.551,2	5.766,9	443,0	7.841
Anchieta	303.535,5	58.519,3	51.594,0	1.615,1	3.707,3	644,5	958,3	14.721,5	180.016,3	258.671,4	119.939,4	92.354,0	43.528,2	26.658
Apiacá	21.389,1	737,6	279,4	77,5	221,4	54,5	102,6	6.309,2	3.976,2	20.934,8	10.957,7	8.625,4	1.166,8	7.916
Aracruz	298.902,2	60.286,7	49.604,5	2.821,1	4.864,9	2.229,5	766,8	29.443,0	88.351,0	288.497,1	138.292,0	133.702,6	10.007,5	91.562
Atílio Viváqua	27.308,5	1.084,6	524,2	56,6	303,1	87,9	112,7	6.309,2	7.429,6	27.104,0	14.049,7	9.164,8	3.691,7	10.862
Baixo Guandu	65.711,3	3.302,7	1.564,8	424,3	518,6	258,1	536,8	14.721,5	13.198,1	59.861,5	34.174,4	21.161,5	3.518,9	31.126
Barra de São Francisco	85.190,3	6.010,5	2.412,9	708,7	1.168,6	768,7	951,6	18.927,7	18.287,3	80.755,2	53.059,8	22.050,7	2.249,1	43.882
Boa Esperança	40.173,4	1.564,1	646,2	106,0	302,0	364,2	145,7	10.515,4	7.406,6	39.392,7	18.063,6	11.956,0	8.627,0	15.169
Bom Jesus do Norte	20.414,0	700,5	266,2	93,0	97,3	32,0	212,0	6.309,2	3.434,1	20.517,8	12.381,6	5.476,8	2.557,5	10.095
Brejetuba	30.098,5	849,9	360,5	73,4	231,1	155,6	29,3	8.412,3	8.781,9	27.700,1	15.580,2	10.140,3	1.809,6	12.669
Cachoeiro de Itapemirim	319.100,8	47.955,8	28.021,8	8.302,8	5.701,9	4.015,4	1.913,9	53.914,5	70.600,7	290.596,5	171.558,1	92.932,8	16.134,3	205.213
Cariacica	511.514,2	87.572,7	55.947,5	8.652,0	10.578,3	4.198,5	8.196,4	53.914,5	124.421,3	444.310,1	239.316,8	156.625,7	40.867,1	375.974
Castelo	74.291,7	4.825,7	1.799,5	722,4	604,6	733,3	965,8	16.824,6	16.103,8	72.824,2	39.954,3	27.216,5	5.562,2	37.331
Colatina	247.678,6	25.811,9	16.747,5	2.801,9	1.728,8	2.525,6	2.008,1	33.649,2	42.800,6	287.438,4	100.072,3	125.484,3	27.705,6	120.677
Conceição da Barra	75.496,2	7.909,2	6.208,4	264,7	852,5	443,6	140,1	14.721,5	16.790,0	67.203,2	32.154,0	26.041,3	7.201,1	30.659
Conceição do Castelo	32.293,2	1.212,4	355,9	191,1	413,9	133,3	118,1	8.412,3	9.375,3	27.961,0	15.732,2	9.037,6	2.664,1	12.579
Divino de São Lourenço	15.511,9	408,7	175,2	56,3	101,9	35,7	39,6	6.309,2	3.561,2	15.051,2	8.317,6	6.037,8	695,8	4.688
Domingos Martins	85.156,2	6.445,3	4.419,5	519,6	707,3	521,0	278,0	16.824,6	23.137,8	80.235,7	36.406,1	34.158,4	8.733,1	34.059
Dores do Rio Preto	19.072,0	886,4	627,7	45,3	75,4	29,7	108,3	6.309,2	4.457,9	16.050,6	8.028,1	6.480,2	1.144,5	6.827
Ecoporanga	50.119,1	2.237,9	1.292,5	159,4	513,2	197,2	75,7	12.618,4	17.463,1	50.195,8	26.783,7	21.390,9	1.558,0	24.327
Fundão	52.531,0	5.265,4	2.410,8	1.429,4	1.146,0	224,2	55,0	12.618,4	4.762,7	49.489,9	30.494,8	16.664,2	1.642,9	19.177
Governador Lindenberg	28.240,4	1.052,9	376,2	60,3	302,5	132,6	181,3	8.412,3	8.410,5	25.029,3	14.310,3	8.223,2	2.495,8	11.953
Guaiçú	61.231,9	5.649,6	3.112,1	418,4	949,1	387,7	782,2	14.721,5	8.235,3	60.245,0	35.914,0	20.844,2	1.488,2	30.144
Guarapari	228.680,9	58.897,7	15.713,5	16.995,7	3.176,6	11.035,4	11.976,5	33.649,2	18.070,9	181.974,3	103.859,7	48.141,5	26.685,7	116.278
Ibatiba	44.242,2	1.730,9	811,6	81,2	587,1	90,5	160,6	12.618,4	7.931,5	40.681,1	24.340,8	12.903,7	2.516,2	24.575
Ibiraçu	28.838,6	2.147,2	1.485,9	153,5	148,4	139,9	219,5	8.412,3	5.945,1	28.274,5	15.026,0	10.138,0	2.644,6	12.124
Ibitirama	25.812,0	700,0	263,4	59,8	158,5	79,6	138,8	6.309,2	5.680,9	25.881,2	13.806,9	9.103,4	2.835,4	9.400
Iconha	36.298,0	2.190,4	933,2	343,2	333,6	117,6	462,8	8.412,3	7.733,9	33.192,6	15.520,7	12.365,7	4.284,2	13.548
Irupi	28.903,5	715,1	205,7	26,1	275,2	109,9	98,2	8.412,3	7.953,3	30.199,9	15.909,5	12.179,2	1.717,2	12.798
Itaguaçu	36.122,5	1.817,6	822,6	202,1	271,7	237,1	284,1	10.515,4	8.107,2	34.814,2	17.218,4	12.528,4	4.561,6	14.844
Itapemirim	280.311,1	8.242,3	3.794,2	791,8	2.806,1	487,3	363,0	16.824,6	41.492,4	186.230,4	84.909,8	73.372,5	23.197,9	33.610
Itarana	25.151,8	1.365,0	588,3	88,0	258,6	117,0	313,1	8.412,3	6.750,9	24.943,1	12.345,8	9.880,3	2.699,2	11.349
Ituna	53.832,5	2.417,4	755,1	204,0	646,7	358,4	437,4	14.721,5	11.060,7	51.833,2	27.872,1	19.771,7	3.917,4	29.258
Jaguaré	76.171,1	5.308,1	3.692,6	134,0	956,6	369,8	155,1	14.721,5	16.855,9	74.501,7	32.246,0	37.787,8	4.420,2	27.599
Jerônimo Monteiro	28.404,6	1.475,5	507,8	279,1	470,8	102,4	115,5	8.412,3	4.960,1	26.814,1	14.800,8	9.111,4	2.777,8	11.707

Regiões e municípios	Receita total¹	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal²	Custeio³	Investimentos⁴	População 2013
João Neiva	39.830,4	2.674,7	1.286,8	128,4	452,0	232,0	575,4	10.515,4	7.317,6	36.497,4	18.115,7	17.266,2	937,0	16.869
Laranjeira da Terra	27.016,5	1.444,9	759,6	42,5	448,3	83,4	111,2	8.412,3	7.210,2	26.280,4	14.028,8	8.916,3	3.060,7	11.418
Linhares	462.199,1	59.022,3	41.376,5	3.800,1	7.898,2	3.131,1	2.816,3	51.811,4	85.681,8	415.086,2	212.404,4	177.550,6	20.299,2	157.814
Mantenópolis	31.828,5	1.052,6	241,2	166,6	359,9	162,7	122,1	10.515,4	6.075,5	31.812,5	17.007,2	11.849,4	2.248,3	14.808
Mariatapes	147.084,4	6.520,6	2.123,6	1.341,7	1.605,4	545,0	904,9	16.824,6	6.511,1	108.077,3	51.753,3	34.030,1	22.091,0	37.140
Marechal Floriano	38.354,1	2.680,1	1.334,8	174,3	550,7	322,1	298,3	10.515,4	11.210,5	36.386,8	20.388,5	13.372,0	2.510,0	15.689
Mariandia	29.802,4	935,4	253,0	154,1	327,6	114,3	86,4	8.412,3	8.475,2	26.952,1	14.187,9	9.849,4	2.703,9	12.092
Mimoso do Sul	53.042,4	2.045,3	951,0	293,2	514,9	156,8	129,5	14.721,5	11.340,3	51.652,4	28.366,4	18.775,3	3.609,8	27.309
Montanha	44.649,2	2.520,2	1.633,6	30,2	314,4	388,6	153,4	12.618,4	12.347,6	42.359,3	20.385,1	17.924,3	4.049,8	19.049
Mucurici	22.783,7	820,0	430,4	39,1	220,0	22,0	108,5	6.309,2	7.123,8	22.072,1	9.952,9	9.259,8	2.689,0	5.909
Muniz Freire	46.345,5	2.757,9	770,5	408,9	1.045,7	102,9	429,9	12.618,4	10.397,7	49.330,7	28.488,9	17.577,0	2.685,5	19.081
Muqui	30.619,1	1.164,8	530,5	92,7	265,3	124,7	151,7	10.515,4	6.073,9	28.163,8	15.499,9	10.193,8	1.905,1	15.438
Nova Venécia	96.677,4	7.064,0	3.802,7	579,9	1.190,2	1.057,7	433,5	21.030,7	23.441,6	89.379,1	51.576,1	32.051,7	4.980,6	49.564
Pancas	42.109,7	1.524,3	590,8	152,5	407,1	212,5	161,3	12.618,4	10.006,4	38.171,0	20.126,6	14.617,1	2.875,7	23.125
Pedro Canário	47.525,3	2.438,2	1.361,2	62,4	695,0	231,0	88,7	14.721,5	7.993,2	44.716,7	26.714,3	11.848,7	3.379,6	25.700
Pinheiros	57.071,9	3.364,7	1.646,4	56,3	1.015,1	491,1	155,8	14.721,5	14.574,6	56.620,7	34.448,2	15.755,5	4.919,4	26.023
Pluma	57.063,1	5.790,9	2.156,0	1.431,6	702,0	593,5	796,8	12.618,4	8.560,3	58.648,4	28.701,0	26.468,6	3.209,4	20.082
Ponto Belo	...	...	...	...	...	...	...	6.309,2	...	...	...	...	...	7.590
Presidente Kennedy	305.498,4	2.780,0	892,3	412,3	1.273,2	114,7	87,5	8.412,3	6.599,9	105.049,6	35.892,9	63.240,7	5.669,5	11.130
Rio Bananal	50.452,2	1.770,6	395,4	187,0	922,5	212,1	53,6	12.618,4	13.656,7	49.117,6	28.444,8	17.124,5	2.662,4	18.892
Rio Novo do Sul	28.362,6	1.248,6	710,8	203,6	42,2	46,3	245,7	8.412,3	5.721,5	...	...	...	...	11.993
Santa Leopoldina	30.122,2	1.612,7	936,5	25,8	429,4	170,1	50,9	8.412,3	9.066,4	29.608,2	16.324,7	10.656,4	1.962,9	12.881
Santa Maria de Jetibá	79.431,7	4.928,4	2.733,1	243,0	1.012,0	232,3	708,0	16.824,6	30.173,2	75.804,9	40.336,9	28.975,4	6.234,0	37.720
Santa Teresa	56.170,9	3.653,8	1.762,2	531,1	452,2	522,9	385,3	12.618,4	13.587,8	53.732,5	28.929,8	22.303,9	2.045,4	23.432
São Domingos do Norte	22.939,4	1.346,5	928,2	43,1	193,4	87,3	94,6	6.309,2	7.668,2	21.362,5	12.015,6	7.765,9	1.362,0	8.595
São Gabriel da Palha	64.770,1	4.372,6	1.625,4	460,3	1.111,6	301,5	873,8	16.824,6	14.222,7	57.648,9	28.895,7	23.786,2	4.855,7	35.232
São José do Calçado	28.394,6	909,0	382,3	187,7	164,0	77,1	97,9	8.412,3	5.963,1	26.580,1	15.743,0	9.585,4	822,8	10.987
São Mateus	253.229,4	33.662,0	20.839,8	1.073,3	5.243,5	4.027,6	2.477,8	33.649,2	37.846,8	249.670,2	140.195,3	78.337,8	29.143,4	120.725
São Roque do Canaã	27.485,9	1.319,9	866,7	60,5	252,7	64,9	75,0	8.412,3	7.122,4	25.313,4	12.212,7	9.951,5	2.867,0	12.179
Serra	859.316,0	205.718,7	116.658,5	24.062,0	24.279,5	26.274,4	14.444,3	53.914,5	253.929,4	837.569,3	424.591,2	321.333,8	59.599,3	467.318
Sooretama	54.870,8	2.337,3	1.658,8	44,0	358,3	99,9	176,3	14.721,5	12.518,6	58.307,0	27.028,0	25.214,4	5.764,2	26.843
Vargem Alta	50.888,9	2.618,1	1.499,2	150,1	527,2	147,1	294,5	12.618,4	10.639,7	49.149,2	24.981,2	18.512,5	4.782,0	20.744
Venda Nova do Imigrante	50.003,7	4.173,2	1.677,3	378,8	380,5	459,5	756,5	12.618,4	15.342,2	48.861,8	22.507,7	20.251,8	5.867,3	22.873
Viana	138.438,5	18.677,3	9.667,3	3.050,8	2.841,7	1.269,9	1.847,5	25.236,9	27.582,5	137.699,9	72.912,0	48.591,9	14.266,5	72.115
Vila Pavão	23.604,4	703,5	259,9	53,2	192,2	128,0	70,0	6.309,2	6.810,6	23.409,3	11.986,2	10.456,7	737,9	9.272
Vila Valério	35.682,3	1.580,7	749,6	22,1	556,5	84,1	168,4	10.515,4	11.839,5	35.631,7	17.473,8	12.795,7	5.197,0	14.614
Vila Velha	734.346,7	260.201,3	125.538,5	49.668,5	15.726,1	32.501,9	36.766,2	53.914,5	127.886,2	675.078,7	325.033,4	250.176,4	83.736,5	458.489
Vitória	1.366.886,7	516.151,5	340.242,6	53.171,5	50.223,7	44.709,7	27.804,1	98.554,2	436.059,2	1.423.653,1	705.300,8	538.823,9	141.972,5	348.268
TOTAL	9.169.935,1	1.609.534,4	960.204,6	193.264,2	172.507,0	152.018,0	129.764,8	1.276.654,9	2.185.088,5	8.452.588,9	4.316.771,8	3.198.615,7	774.452,0	3.839.366

Fontes: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); População estimada para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4); ²inclui despesa com inativos, pensionistas e salário-família; ³refere-se a toda a despesa corrente, exceto pessoal, inativos, pensionistas, salário-família e pagamento de juros da dívida; ⁴inclui toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.



Quadro comparativo da receita e da despesa per capita - 2013

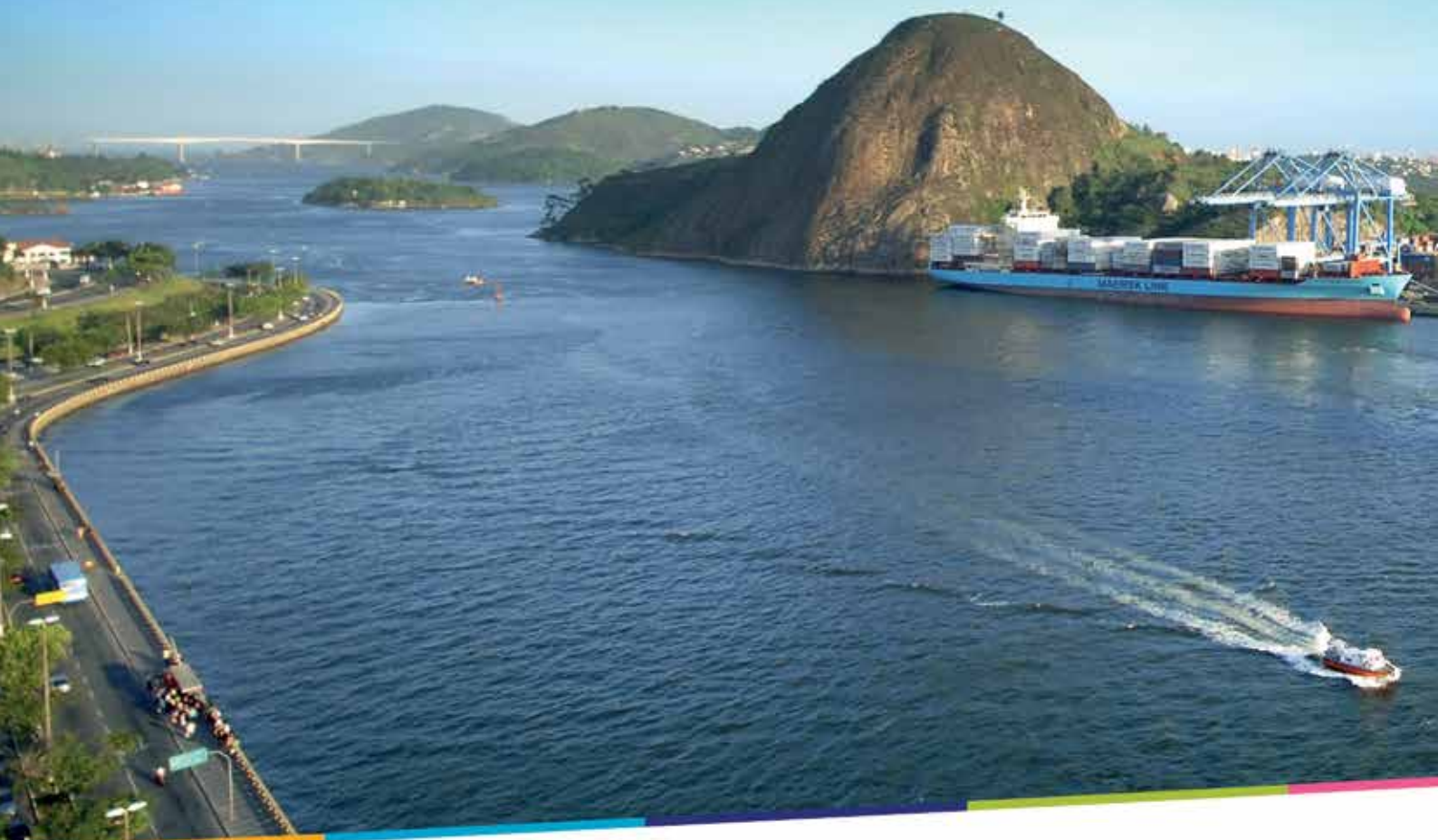
em R\$

Regiões e municípios	Receita total¹	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRFF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal²	Custeio³	Investimentos⁴	População 2013
Afonso Cláudio	2.018,53	94,70	51,92	11,91	15,81	9,29	5,76	516,87	495,28	2.063,17	1.076,41	715,38	242,16	32.551
Água Doce do Norte	2.465,41	96,26	28,22	10,24	40,43	13,24	4,13	691,57	527,17	2.450,19	1.500,69	658,86	250,85	12.164
Água Branca	2.736,51	86,38	50,54	3,01	15,87	9,61	7,35	628,10	769,90	2.634,70	1.289,00	886,03	417,36	10.045
Alegre	...	...	...	...	...	...	...	521,42	...	...	...	...	...	32.267
Alfredo Chaves	2.789,35	206,22	143,04	15,80	18,06	15,21	14,11	707,68	679,90	2.690,53	1.079,25	1.172,97	366,56	14.859
Alto Rio Novo	2.590,82	166,71	68,33	2,47	84,89	6,21	4,81	804,65	575,80	2.304,82	1.473,19	735,48	56,50	7.841
Anchieta	11.386,28	2.195,19	1.935,41	60,59	139,07	24,18	35,95	552,24	6.752,81	9.703,33	4.499,19	3.464,40	1.632,84	26.658
Apiacá	2.702,01	93,18	35,29	9,79	27,97	6,88	12,96	797,02	502,30	2.644,62	1.384,25	1.089,61	147,40	7.916
Aracruz	3.264,48	658,43	541,76	30,81	53,13	24,35	8,38	321,56	964,93	3.150,84	1.510,36	1.460,24	109,30	91.562
Atílio Viváqua	2.514,13	99,85	48,26	5,21	27,91	8,10	10,38	580,85	684,00	2.495,30	1.293,47	843,75	339,88	10.862
Baixo Guandu	2.111,14	106,11	50,27	13,63	16,66	8,29	17,25	472,97	424,02	1.923,20	1.097,94	679,86	113,05	31.126
Barra de São Francisco	1.941,35	136,97	54,99	16,15	26,63	17,52	21,69	431,33	416,74	1.840,28	1.209,15	502,50	51,25	43.882
Boa Esperança	2.648,39	103,11	42,60	6,99	19,91	24,01	9,60	693,21	488,27	2.596,92	1.190,82	788,18	568,72	15.169
Bom Jesus do Norte	2.022,19	69,39	26,37	9,21	9,64	3,17	21,00	624,99	340,18	2.032,47	1.226,51	542,52	253,34	10.095
Brejetuba	2.375,76	67,08	28,45	5,79	18,24	12,28	2,31	664,01	693,18	2.186,44	1.229,79	800,40	142,84	12.669
Cachoeiro de Itapemirim	1.554,97	233,69	136,55	40,46	27,79	19,57	9,33	262,72	344,04	1.416,07	836,00	452,86	78,62	205.213
Cariacica	1.360,50	232,92	148,81	23,01	28,14	11,17	21,80	143,40	330,93	1.181,76	636,52	416,59	108,70	375.974
Castelo	1.990,08	129,27	48,20	19,35	16,20	19,64	25,87	450,69	431,38	1.950,77	1.070,27	729,06	149,00	37.331
Colatina	2.052,41	213,89	138,78	23,22	14,33	20,93	16,64	278,84	354,67	2.133,29	829,26	1.039,84	229,59	120.677
Conceição da Barra	2.462,45	257,97	202,50	8,63	27,80	14,47	4,57	480,17	547,64	2.191,96	1.048,76	849,38	234,88	30.659
Conceição do Castelo	2.567,23	96,38	28,29	15,19	32,91	10,60	9,39	668,76	745,32	2.222,83	1.250,67	718,47	211,79	12.579
Divino de São Lourenço	3.308,86	87,18	37,37	12,02	21,74	7,61	8,44	1.345,82	759,65	3.210,58	1.774,24	1.287,92	148,42	4.888
Domingos Martins	2.500,26	189,24	129,76	15,26	20,77	15,30	8,16	493,98	679,34	2.355,79	1.068,91	1.002,92	256,41	34.059
Dores do Rio Preto	2.793,61	129,84	91,95	6,64	11,04	4,35	15,87	924,16	652,99	2.351,05	1.175,94	949,20	167,65	6.827
Ecoporanga	2.060,23	91,99	53,13	6,55	21,09	8,11	3,11	518,70	717,85	2.063,38	1.100,99	879,31	64,04	24.327
Fundão	2.739,27	274,57	125,71	74,54	59,76	11,69	2,87	658,00	248,36	2.580,69	1.590,18	868,97	85,67	19.177
Governador Lindenberg	2.362,62	88,09	31,47	5,04	25,31	11,10	15,16	703,78	703,63	2.093,98	1.197,21	687,96	208,80	11.953
Guaiçú	2.031,31	187,42	103,24	13,88	31,48	12,86	25,95	488,37	273,20	1.998,57	1.191,42	691,49	49,37	30.144
Guarapari	1.966,67	506,52	135,14	146,16	27,32	94,91	103,00	289,39	155,41	1.564,99	893,20	414,02	229,50	116.278
Ibatiba	1.800,29	70,43	33,03	3,30	23,89	3,68	6,53	513,47	322,75	1.655,38	990,47	525,08	102,39	24.575
Ibiraçu	2.378,64	177,10	122,56	12,66	12,24	11,54	18,11	693,86	490,36	2.332,11	1.239,36	836,19	218,13	12.124
Ibitirama	2.745,96	74,47	28,02	6,36	16,86	8,47	14,76	671,19	604,36	2.753,32	1.468,82	988,45	301,64	9.400
Iconha	2.679,21	161,68	68,88	25,34	24,62	8,68	34,16	620,93	570,85	2.450,00	1.145,61	912,73	316,22	13.548
Irupi	2.258,44	55,88	16,07	2,04	21,50	8,59	7,67	657,31	621,44	2.359,74	1.243,12	951,65	134,17	12.798
Itaguaçu	2.433,48	122,45	55,41	13,62	18,31	15,97	19,14	708,39	546,16	2.345,34	1.159,96	844,00	307,31	14.844
Itapemirim	8.340,11	245,23	112,89	23,56	83,49	14,50	10,80	500,58	1.234,53	5.540,92	2.526,32	2.183,06	690,21	33.610
Itarana	2.216,21	120,28	51,84	7,75	22,79	10,31	27,59	741,24	594,85	2.197,82	1.087,83	870,59	237,84	11.349
Ituna	1.839,93	82,63	25,81	6,97	22,10	12,25	14,95	503,16	378,04	1.771,59	952,63	675,77	133,89	29.258
Jaguaré	2.759,92	192,33	133,79	4,86	34,66	13,40	5,62	699,43	610,74	2.699,43	1.168,38	1.369,17	160,16	27.599
Jerônimo Monteiro	2.426,30	126,04	43,37	23,84	40,21	8,74	9,86	718,57	423,69	2.290,43	1.264,27	778,29	237,27	11.707

Regiões e municípios	Receita total ¹	Receita tributária	ISS	IPTU	IRRF	ITBI	Taxas	FPM	QPM-ICMS	Despesa total	Pessoal ²	Custeio ³	Investimentos ⁴	População 2013
João Neiva	2.361,16	158,56	76,28	7,61	26,80	13,75	34,11	623,35	433,79	2.163,58	1.073,91	1.023,55	55,54	16.869
Laranjeira da Terra	2.366,13	126,54	66,53	3,72	39,26	7,30	9,74	736,76	631,47	2.301,66	1.228,66	780,90	268,06	11.418
Linhares	2.928,76	374,00	262,18	24,08	50,05	19,84	17,85	328,31	542,93	2.630,22	1.345,92	1.125,06	128,63	157.814
Mantenópolis	2.149,41	71,09	16,29	11,25	24,31	10,99	8,25	710,11	410,28	2.148,33	1.148,51	800,20	151,83	14.808
Maratães	3.960,27	175,57	57,18	36,13	43,23	14,67	24,37	453,00	175,31	2.910,00	1.393,46	916,27	594,80	37.140
Marechal Floriano	2.444,65	170,82	85,08	11,11	35,10	20,53	19,01	670,24	714,55	2.319,26	1.299,54	852,31	159,98	15.689
Marilândia	2.464,63	77,36	20,92	12,74	27,09	9,46	7,15	695,69	700,89	2.228,92	1.173,33	814,54	223,61	12.092
Mimoso do Sul	1.942,31	74,90	34,82	10,73	18,85	5,74	4,74	539,07	415,26	1.891,41	1.038,72	687,51	132,18	27.309
Montanha	2.343,91	132,30	85,76	1,59	16,51	20,40	8,05	662,42	648,20	2.223,70	1.070,14	940,96	212,60	19.049
Mucurici	3.855,76	138,78	72,85	6,62	37,22	3,73	18,36	1.067,73	1.205,59	3.735,34	1.684,37	1.567,07	456,75	5.909
Muniz Freire	2.428,88	144,54	40,38	21,43	54,80	5,39	22,53	661,31	544,92	2.585,33	1.493,05	921,18	140,74	19.081
Muqui	1.983,36	75,45	34,36	6,01	17,18	8,08	9,83	681,14	393,44	1.824,32	1.004,01	660,31	123,41	15.438
Nova Venécia	1.950,56	142,52	76,72	11,70	24,01	21,34	8,75	424,31	472,96	1.803,31	1.040,60	646,67	100,49	49.564
Pancas	1.820,96	65,92	25,55	6,60	17,60	9,19	6,98	545,66	432,71	1.650,64	870,34	632,09	124,35	23.125
Pedro Canário	1.849,23	94,87	52,96	2,43	27,04	8,99	3,45	572,82	311,02	1.739,95	1.039,47	461,04	209,32	25.700
Pirineiros	2.193,13	129,30	63,27	2,16	39,01	18,87	5,99	565,71	560,07	2.175,79	1.323,76	605,45	189,04	26.023
Plúmia	2.841,51	288,36	107,36	71,29	34,96	29,55	39,68	628,35	426,27	2.920,44	1.429,19	1.318,03	159,81	20.082
Ponto Belo	...	...	...	...	...	...	...	831,25	...	...	...	...	...	7.590
Presidente Kennedy	27.448,20	249,77	80,17	37,04	114,40	10,31	7,86	755,82	592,98	9.438,42	3.224,88	5.682,00	509,38	11.130
Rio Bananal	2.670,56	93,72	20,93	9,90	48,83	11,23	2,84	667,93	722,88	2.599,91	1.505,65	906,44	140,93	18.892
Rio Novo do Sul	2.364,93	104,11	59,27	16,98	3,52	3,86	20,49	701,43	477,07	...	...	...	...	11.993
Santa Leopoldina	2.338,50	125,20	72,71	2,00	33,34	13,21	3,95	653,08	703,86	2.298,59	1.267,34	827,29	152,38	12.881
Santa Maria de Jetibá	2.105,83	130,66	72,46	6,44	26,83	6,16	18,77	446,04	799,93	2.009,67	1.069,38	768,17	165,27	37.720
Santa Teresa	2.397,19	155,93	75,21	22,67	19,30	22,32	16,44	538,51	579,88	2.293,12	1.234,63	951,86	87,29	23.432
São Domingos do Norte	2.668,92	156,66	107,99	5,01	22,50	10,15	11,00	734,06	892,17	2.485,45	1.397,98	903,54	158,46	8.595
São Gabriel da Palha	1.838,39	124,11	46,14	13,06	31,55	8,56	24,80	477,54	403,69	1.636,27	820,16	675,13	137,82	35.232
São José do Calçado	2.584,38	82,74	34,80	17,09	14,93	7,02	8,91	765,66	542,74	2.419,23	1.432,88	872,43	74,89	10.987
São Mateus	2.097,57	278,83	172,62	8,89	43,43	33,36	20,52	278,73	313,50	2.068,09	1.161,28	648,89	241,40	120.725
São Roque do Canaã	2.256,83	108,38	71,17	4,97	20,75	5,33	6,16	690,72	584,81	2.078,45	1.002,77	817,10	235,41	12.179
Serra	1.838,82	440,21	249,63	51,49	51,96	56,22	30,91	115,37	543,38	1.792,29	908,57	687,61	127,53	467.318
Sooretama	2.044,14	87,07	61,80	1,64	13,35	3,72	6,57	548,43	466,36	2.172,15	1.006,89	939,33	214,74	26.843
Vargem Alta	2.453,19	126,21	72,27	7,24	25,41	7,09	14,19	608,29	512,91	2.369,32	1.204,26	892,43	230,52	20.744
Venda Nova do Imigrante	2.186,15	182,45	73,33	16,56	16,64	20,09	33,08	551,67	670,76	2.136,22	984,03	885,40	256,52	22.873
Viana	1.919,69	258,99	134,05	42,31	39,40	17,61	25,62	349,95	382,48	1.909,45	1.011,05	673,81	197,83	72.115
Vila Pavão	2.545,78	75,87	28,04	5,73	20,73	13,81	7,55	680,46	734,54	2.524,73	1.292,73	1.127,77	79,59	9.272
Vila Valério	2.441,65	108,17	51,30	1,51	38,08	5,76	11,52	719,54	810,15	2.438,19	1.195,69	875,58	355,62	14.614
Vila Velha	1.601,67	567,52	273,81	108,33	34,30	70,89	80,19	117,59	278,93	1.472,40	708,92	545,65	182,64	458.489
Vitória	3.924,81	1.482,05	976,96	152,67	144,21	128,38	79,84	282,98	1.252,08	4.087,81	2.025,17	1.547,15	407,65	348.268
TOTAL	2.388,40	419,22	250,09	50,34	44,93	39,59	33,80	332,52	569,13	2.201,56	1.124,34	833,11	201,71	3.839.366

Fontes: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; Secretaria do Tesouro Nacional (STN); População estimada para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹receita total ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4); ²inclui despesa com inativos, pensionistas e salário-família; ³refere-se a toda a despesa corrente, exceto pessoal, inativos, pensionistas, salário-família e pagamento de juros da dívida; ⁴inclui toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

ESPÍRITO



O Governo do Espírito Santo desenvolve uma gestão financeira eficiente e responsável, que racionaliza os gastos públicos e amplia a capacidade de investimento do Estado. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o Espírito Santo tem classificação fiscal A, o que comprova a eficiência dessa gestão e aponta para um dos cenários mais atraentes para quem busca segurança e retorno em seus investimentos.

SANTO

CLASSIFICAÇÃO

UM ESTADO
SEGURO
PARA SE
INVESTIR.



- Gestão financeira eficiente: **nota A** na análise de risco da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 13% da receita destinada a investimentos. Um dos maiores percentuais do Brasil.
- Redução da dívida pública para apenas 21% da receita, o **4º menor percentual de todo o país.**

SECRETARIA
DA FAZENDA



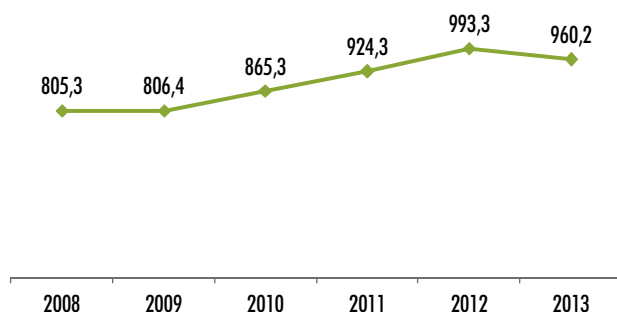
O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos. A alíquota é definida em nível municipal, mas deve ficar entre o mínimo de 2%, definido pelo artigo 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e o máximo de 5%, como consta na Lei Federal Complementar nº 116/2003, que também lista os serviços que dão origem ao fato gerador do ISS.

Desempenho

Em 2013, foram arrecadados R\$ 960,2 milhões do ISS, com retração de 3,3% em relação ao ano anterior, considerando os valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2013. Em termos absolutos, a redução representou menos R\$ 33,1 milhões aos cofres das prefeituras. Foi a primeira vez que o tributo sofreu retração desde 2004.

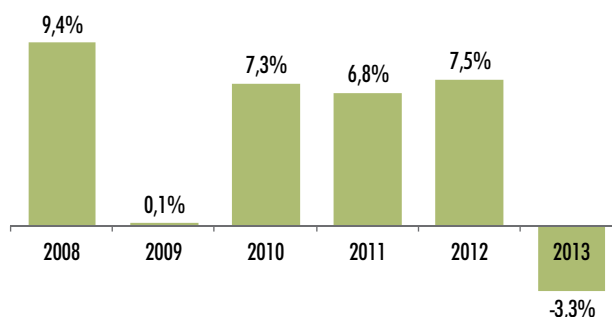
Evolução da arrecadação do ISS

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



O principal responsável por esse desempenho foi a retração de R\$ 31,2 milhões de Vitória, em 2013, comparado a 2012. Com uma arrecadação de R\$ 340,2 milhões, a capital perdeu tudo o que havia acrescentado em 2012, voltando ao patamar de 2011. Se os dados de Vitória fossem descontados do total, a arrecadação global teria ficado praticamente estável, com uma ligeira retração de 0,3%. Sozinha, a capital responde por 35,4% do ISS total dos municípios capixabas. Essa forte queda pode estar diretamente relacionada ao desempenho da economia

Taxa de crescimento do ISS em relação ao ano anterior



internacional. A cidade possui grande vocação em comércio exterior e a instabilidade nesse setor impacta diretamente na arrecadação do imposto.

O Município de Serra, situado na Região Metropolitana de Vitória e também com forte vinculação ao comércio internacional, sentiu sua receita do ISS encolher 4,5%, passando de R\$ 122,2 milhões, em 2012, para R\$ 116,7 milhões, em 2013. Em termos absolutos, a queda foi de R\$ 5,5 milhões.

Já Vila Velha conseguiu manter ascendente sua arrecadação, porém em ritmo bem menor que no ano anterior. Em 2013, o imposto da cidade cresceu 2,5%, totalizando R\$ 125,5 milhões, consolidando-se como a segunda maior arrecadação do ISS, atrás apenas de Vitória. Junto com Serra, os três municípios concentram 60,7% do total recolhido no Estado do Espírito Santo.

Nas demais cidades com mais de 50 mil habitantes, Aracruz teve a maior alta em 2013 (21,3%), adicionando R\$ 8,7 milhões aos cofres municipais. A rede de serviços necessários para atender as obras no Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) contribuiu para o bom desempenho do município. Destacam-se ainda nesse grupo de municípios as altas registradas em Colatina (18%) e Guarapari (6,7%). Em termos absolutos, foram adicionados R\$ 2,5 milhões e R\$ 979,9 mil, respectivamente.

No sentindo oposto, Linhares teve a maior queda percentual desse grupo, com -15,9%, e foi seguido por Cariacica (-5,2%), Viana (-4%) e Cachoeiro de Itapemirim (-2,4%). A forte retração de Linhares representou queda de R\$ 7,8 milhões. Ainda assim, o valor recolhido em 2013, de R\$

41,4 milhões, ficou em patamares superiores a 2011. São Mateus manteve sua arrecadação relativamente estável, com ligeira alta de 0,9%, totalizando R\$ 20,8 milhões.

Nas cidades com população inferior a 50 mil habitantes, destaca-se a arrecadação de Anchieta, de R\$ 51,6 milhões, em 2013, a quinta maior do Estado. Foi o segundo ano de expressivo crescimento no ISS da cidade, em função da existência de um polo siderúrgico e de uma usina de tratamento de gás natural. Nos demais municípios com dados disponíveis para 2013, 34 apresentaram reduções no ISS em relação ao ano anterior, sendo as maiores as de Jerônimo Monteiro (-76,9%), Divino de São Lourenço (-64,9%), Água Branca (-58,5%), Rio Novo do Sul (-51,4%) e Água Doce do Norte (-58,5%). No sentido oposto, as cidades com os maiores crescimentos foram Alto Rio Novo (200,7%), São Domingos do Norte (98,8%), Conceição da Barra (48,7%), Santa Maria de Jetibá (39%) e Muniz Freire (28,8%).

Desempenho do ISS dos municípios com mais de 50 mil habitantes

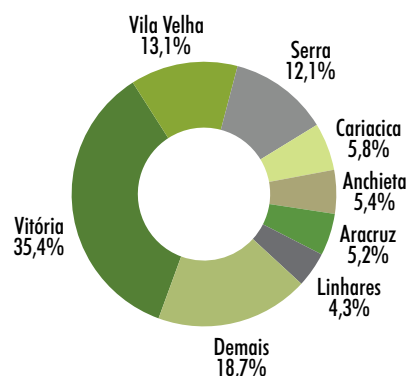
Município	2012	2013
Aracruz	↓ -44,6%	↑ 21,3%
Colatina	↑ 6,4%	↑ 18,0%
Anchieta	↑ 57,6%	↑ 8,3%
Guarapari	↑ 16,9%	↑ 6,7%
Vila Velha	↑ 11,9%	↑ 2,5%
São Mateus	↑ 21,0%	↑ 0,9%
Cachoeiro de Itapemirim	↑ 27,4%	↓ -2,4%
Viana	↑ 16,4%	↓ -4,0%
Serra	↓ -4,6%	↓ -4,5%
Cariacica	↑ 10,4%	↓ -5,2%
Vitória	↑ 8,9%	↓ -8,4%
Linhares	↑ 39,4%	↓ -15,9%

Concentração e participação orçamentária

O ISS é fortemente concentrado em poucos municípios no Espírito Santo. A capital liderou o ranking de arrecadação do imposto, recolhendo 35,4% do total. Vila Velha manteve-se na segunda posição, concentrando 13,1% do total. Na sequência aparece Serra, com 12,1%, seguido por Cariacica (5,8%), Anchieta (5,4%), Aracruz (5,2%) e Linhares (4,3%). Os 64 municípios com população inferior a 50 mil habitantes, excluída a já citada Anchieta, juntos concentram apenas 9,2%.

Em geral, o ISS respondeu por 10,7% da receita corrente do total dos municípios capixabas, em 2013. Em razão da concentração da arrecadação nas cidades com economia mais diversificada e dinâmica, o normal é que haja uma maior importância nos orçamentos dos grandes municípios, aqueles que possuem forte infraestrutura de serviços ou

Participação dos municípios na arrecadação do ISS - 2013

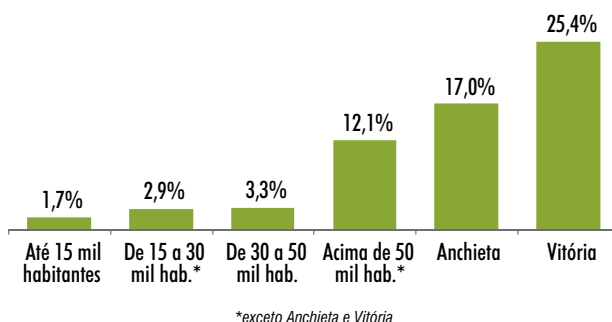


detêm grandes centros industriais. A importância desse imposto nos orçamentos municipais tende a declinar gradualmente à medida que a população diminui.

Nas localidades com população de até 15 mil habitantes, o ISS representou, em média, 1,7% da receita corrente, em 2013. Nasqueas com população entre 15 mil e 30 mil moradores, destacou-se Anchieta, com peso orçamentário de 17%. Desconsiderando essa cidade, a participação média dessa faixa populacional foi de 2,9%. Percentual semelhante foi verificado no grupo de cidades entre 30 mil e 50 mil habitantes, com média de 3%.

Nas dez cidades com mais de 50 mil habitantes, onde o imposto possui maior importância, o ISS representou, em média, 12,1% da receita corrente, desconsiderando-se Vitória. Individualmente, Vila Velha possui o maior peso: 17,8%, seguido por Aracruz (16,6%), Serra (13,8%), Cariacica (11,1%), Linhares e Cachoeiro de Itapemirim (9% cada um). Já em São Mateus (8,6%), Viana (7,2%), Guarapari e Colatina (7,1% cada um) o imposto perde força. Na capital há a maior dependência do imposto entre os municípios capixabas, que responde por 25,4% de seu orçamento.

Participação do ISS na receita corrente dos municípios agrupados por faixa populacional - 2013



Quando se observa o valor do ISS dividido pelo número de habitantes, é nítida a maior importância para os municípios com maior contingente populacional. Novamente Anchieta destoa do grupo, ocupando a primeira colocação em 2013, com a arrecadação de R\$ 1.935,41 por habitante. Vitória (R\$ 976,96) e Aracruz (R\$ 541,76) completam as três primeiras posições. Na sequência aparecem Vila Velha (R\$ 273,81), Linhares (R\$ 262,18) e Serra (R\$ 249,63), que foram próximos à média geral do conjunto dos municípios capixabas (R\$ 250,09). Veja o ranking completo na página 29.

O ISS e o Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime tributário especial, unificado e simplificado de arrecadação de tributos e contribuições, criado pela Lei Federal Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicável às micro e pequenas empresas. O ingresso é facultativo e é necessário que a empresa seja enquadrada na definição de microempresa, com faturamento bruto anual máximo de R\$ 360 mil, ou de empresa de pequeno porte, cujo limite máximo para o faturamento anual é de R\$ 3,6 milhões.

A adesão deve ser feita em janeiro de cada ano, somente pela internet. O recolhimento dos impostos é feito através de um Documento Único de Arrecadação (DUA). São abrangidos os seguintes tributos e contribuições: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica.

O Simples prevê isenção para as exportações e permite o desconto dos tributos pagos antecipadamente por substituição tributária e do ISS retido na fonte. Entre as vantagens do Simples Nacional, destaca-se a possibilidade do contribuinte reduzir seus custos com assessoramento tributário. Ao invés de utilizar diversas guias, com datas e cálculos diferentes para o recolhimento de tributos, o empresário paga oito impostos e contribuições de uma única vez. Cabe ao empreendedor avaliar se é vantagem ou não ingressar no Simples.

O Simples Nacional envolve a participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. É administrado por um Comitê Gestor composto por oito integrantes:

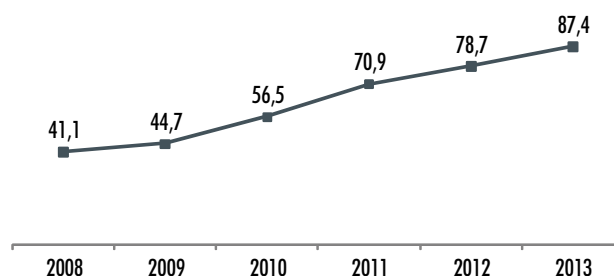
quatro da secretaria da Receita Federal do Brasil, dois dos estados e do Distrito Federal e dois dos municípios.

A arrecadação do ISS através do Simples Nacional nos municípios capixabas totalizou R\$ 87,4 milhões, em 2013, sendo R\$ 22,8 milhões somente na capital. Houve um aumento total de 11% em relação ao ano anterior. Esse crescimento foi idêntico ao visto no ano anterior, porém foi inferior àquele verificado em 2011 (25,5%) e em 2010 (26,4%). Observa-se que o ritmo de crescimento do ISS recolhido através dessa modalidade é superior ao do ISS normal.

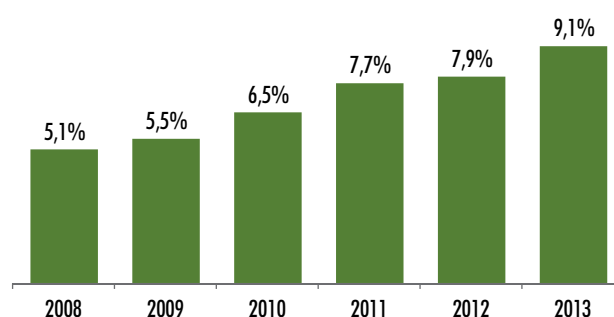
Os municípios onde o Simples Nacional possui a maior participação na arrecadação do ISS foram Marilândia (35,4%), Venda Nova do Imigrante (33,7%), Iconha (32,9%), Castelo (32,2%) e Fundão (29,8%). Na capital, a participação foi de 6,7%.

Arrecadação do ISS Simples Nacional

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Participação média do Simples Nacional na arrecadação do ISS dos municípios capixabas





Investir na educação com os melhores valores da Vida

**Os valores humanos são indispensáveis
para um bom desenvolvimento pessoal.
Os livros educativos da Editora Cidadania
incentivam o exercício dessa valiosa prática.**



**Cartas de exclusividade
emitidas pela Câmara
Brasileira do Livro e
Sindicato Nacional
dos Editores de Livros**

Arrecadação do ISS - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	Participação 2013		ISS per capita 2013 em R\$
								no total do ISS	na receita corrente¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013							em %		em R\$
Afonso Cláudio	882,9	1.006,1	1.216,5	1.331,1	1.495,6	1.690,2	13,0	0,2	2,7	51,92
Água Doce do Norte	205,1	159,8	438,2	598,4	681,4	343,2	-49,6	0,0	1,3	28,22
Água Branca	528,5	249,1	346,8	742,2	1.224,5	507,7	-58,5	0,1	2,0	50,54
Alegre	4.083,7	4.764,2	3.283,3	3.649,1	4.990,4	...	..	...	...	...
Alfredo Chaves	2.493,6	1.590,6	1.485,1	1.788,3	2.095,4	2.125,5	1,4	0,2	5,8	143,04
Alto Rio Novo	167,9	313,7	97,2	203,7	178,2	535,8	200,7	0,1	2,7	68,33
Anchieta	33.663,0	43.603,1	38.434,9	30.223,3	47.644,5	51.594,0	8,3	5,4	17,0	1.935,41
Apiacá	213,5	174,6	195,2	269,6	288,3	279,4	-3,1	0,0	1,4	35,29
Aracruz	38.656,9	47.663,6	49.247,2	73.808,6	40.910,3	49.604,5	21,3	5,2	16,6	541,76
Atílio Vivacqua	321,0	317,2	453,6	534,1	510,0	524,2	2,8	0,1	2,0	48,26
Baixo Guandu	1.064,9	745,5	1.173,3	1.553,6	2.113,1	1.564,8	-25,9	0,2	2,5	50,27
Barra de São Francisco	1.514,3	1.539,4	2.269,5	3.055,8	3.012,1	2.412,9	-19,9	0,3	2,9	54,99
Boa Esperança	397,4	262,2	393,3	632,1	605,3	646,2	6,8	0,1	1,8	42,60
Bom Jesus do Norte	244,2	176,1	210,4	295,1	286,2	266,2	-7,0	0,0	1,3	26,37
Brejetuba	401,6	322,4	587,0	461,0	468,8	360,5	-23,1	0,0	1,3	28,45
Cachoeiro de Itapemirim	19.265,7	17.408,0	23.672,3	22.538,3	28.708,1	28.021,8	-2,4	2,9	9,0	136,55
Cariacica	41.512,6	41.079,8	46.120,3	53.418,0	58.993,1	55.947,5	-5,2	5,8	11,1	148,81
Castelo	1.611,8	1.523,9	1.668,2	1.773,2	1.773,4	1.799,5	1,5	0,2	2,5	48,20
Colatina	9.963,2	10.814,2	11.962,5	13.335,6	14.187,2	16.747,5	18,0	1,7	7,1	138,78
Conceição da Barra	5.220,4	4.443,6	9.909,4	5.796,7	4.174,1	6.208,4	48,7	0,6	8,5	202,50
Conceição do Castelo	359,9	358,0	433,8	537,6	480,7	355,9	-26,0	0,0	1,2	28,29
Divino de São Lourenço	59,8	98,2	171,8	347,2	499,6	175,2	-64,9	0,0	1,1	37,37
Domingos Martins	4.816,8	3.626,9	2.706,5	3.278,7	3.658,2	4.419,5	20,8	0,5	5,3	129,76
Dores do Rio Preto	236,5	115,6	170,1	434,6	986,5	627,7	-36,4	0,1	3,3	91,95
Ecoporanga	437,0	425,1	523,5	678,4	1.201,0	1.292,5	7,6	0,1	2,6	53,13
Fundão	4.580,2	4.085,9	3.779,6	3.081,7	2.782,0	2.410,8	-13,3	0,3	4,6	125,71
Governador Lindenberg	425,8	226,3	456,3	631,0	359,7	376,2	4,6	0,0	1,5	31,47
Guaçu	509,7	797,5	1.286,3	1.788,0	3.186,7	3.112,1	-2,3	0,3	5,1	103,24
Guarapari	7.348,9	12.214,1	11.442,0	12.607,3	14.733,6	15.713,5	6,7	1,6	7,1	135,14
Ibatiba	545,7	368,3	574,1	522,1	714,5	811,6	13,6	0,1	1,9	33,03
Ibiraçu	1.910,3	1.634,3	1.512,2	1.288,4	1.407,5	1.485,9	5,6	0,2	5,5	122,56
Ibitirama	202,8	191,0	286,3	351,7	403,1	263,4	-34,7	0,0	1,1	28,02
Iconha	876,7	537,9	810,7	819,6	971,3	933,2	-3,9	0,1	2,8	68,88
Irupi	149,6	193,5	252,4	230,7	265,4	205,7	-22,5	0,0	0,7	16,07
Itaguaçu	604,7	479,3	624,3	696,8	734,6	822,6	12,0	0,1	2,4	55,41
Itapemirim	2.336,2	1.875,9	1.564,9	1.670,8	5.723,5	3.794,2	-33,7	0,4	1,4	112,89
Itarana	308,2	343,6	318,2	437,2	528,4	588,3	11,3	0,1	2,5	51,84
Itápolis	588,7	632,7	737,1	759,6	817,0	755,1	-7,6	0,1	1,4	25,81
Jaguaré	2.703,5	3.064,0	2.746,7	3.635,9	3.900,9	3.692,6	-5,3	0,4	5,1	133,79
Jerônimo Monteiro	169,1	177,3	737,4	1.170,3	2.193,7	507,8	-76,9	0,1	1,9	43,37
João Neiva	1.133,8	887,6	871,0	1.073,5	1.086,5	1.286,8	18,4	0,1	3,3	76,28
Laranja da Terra	207,3	162,4	324,1	751,6	615,8	759,6	23,4	0,1	3,0	66,53
Linhares	64.218,4	49.831,9	45.921,5	35.263,8	49.171,5	41.376,5	-15,9	4,3	9,0	262,18
Mantenópolis	144,4	145,5	351,8	735,3	350,0	241,2	-31,1	0,0	0,8	16,29
Marataizes	1.623,1	2.430,0	1.139,1	1.786,8	3.166,1	2.123,6	-32,9	0,2	1,4	57,18
Marechal Floriano	1.232,4	1.103,2	1.191,3	1.042,2	1.205,6	1.334,8	10,7	0,1	3,5	85,08
Mariândia	272,2	553,0	277,7	235,0	263,4	253,0	-4,0	0,0	0,9	20,92
Mimoso do Sul	1.173,6	2.592,3	1.018,6	639,8	805,8	951,0	18,0	0,1	1,8	34,82
Montanha	993,6	895,9	1.500,7	1.358,7	1.389,4	1.633,6	17,6	0,2	3,8	85,76
Mucurici	359,8	294,7	302,9	576,0	553,8	430,4	-22,3	0,0	2,0	72,85
Muniz Freire	472,2	588,2	634,2	652,9	598,2	770,5	28,8	0,1	1,7	40,38
Muqui	446,7	355,4	432,0	657,7	764,7	530,5	-30,6	0,1	1,8	34,36
Nova Venécia	2.049,5	1.986,3	2.672,9	2.744,4	3.185,5	3.802,7	19,4	0,4	4,0	76,72
Pancas	473,7	559,5	540,3	596,1	582,7	590,8	1,4	0,1	1,4	25,55
Pedro Canário	1.423,7	1.991,0	1.751,8	1.069,4	1.601,7	1.361,2	-15,0	0,1	3,0	52,96
Pinheiros	1.405,2	1.415,5	1.513,2	1.459,1	1.391,7	1.646,4	18,3	0,2	2,9	63,27
Plúmia	1.498,8	4.454,8	3.068,5	2.880,1	2.102,1	2.156,0	2,6	0,2	3,8	107,36
Ponto Belo	188,1	230,6	270,6	350,6	412,1	...	..	...	...	...
Presidente Kennedy	1.311,4	1.074,5	2.023,6	2.597,2	1.494,6	892,3	-40,3	0,1	0,3	80,17
Rio Bananal	326,7	360,5	338,6	847,8	618,2	395,4	-36,0	0,0	0,8	20,93
Rio Novo do Sul	227,0	479,4	536,0	543,0	1.463,0	710,8	-51,4	0,1	2,5	59,27
Santa Leopoldina	1.001,1	804,6	792,6	573,9	782,9	936,5	19,6	0,1	3,2	72,71
Santa Maria de Jetibá	1.208,7	928,8	1.518,7	1.719,1	1.966,7	2.733,1	39,0	0,3	3,5	72,46
Santa Teresa	944,7	832,3	1.081,6	1.647,3	1.861,5	1.762,2	-5,3	0,2	3,2	75,21
São Domingos do Norte	577,5	360,7	444,9	397,5	466,9	928,2	98,8	0,1	4,1	107,99
São Gabriel da Palha	933,3	858,7	1.015,5	1.393,8	1.678,0	1.625,4	-3,1	0,2	2,7	46,14
São José do Calçado	515,9	744,9	391,0	561,6	627,1	382,3	-39,0	0,0	1,4	34,80
São Mateus	19.491,0	22.816,0	18.989,7	17.073,7	20.652,0	20.839,8	0,9	2,2	8,6	172,62
São Roque do Canaã	302,6	292,1	391,1	734,3	800,4	866,7	8,3	0,1	3,4	71,17
Serra	112.632,4	104.805,1	122.065,8	128.043,1	122.187,3	116.658,5	-4,5	12,1	13,8	249,63
Sooretama	543,1	481,6	484,9	727,9	1.354,6	1.658,8	22,5	0,2	3,1	61,80
Vargem Alta	1.126,1	901,3	1.321,4	1.142,0	1.493,5	1.499,2	0,4	0,2	3,2	72,27
Venda Nova do Imigrante	1.042,2	1.190,7	1.229,7	1.386,2	1.711,0	1.677,3	-2,0	0,2	3,5	73,33
Viana	8.276,4	13.964,0	9.877,1	8.648,4	10.068,5	9.667,3	-4,0	1,0	7,2	134,05
Vila Pavão	114,1	111,0	187,3	224,3	269,9	259,9	-3,7	0,0	1,2	28,04
Vila Valério	755,7	641,2	909,4	672,3	830,0	749,6	-9,7	0,1	2,2	51,30
Vila Velha	87.254,5	83.625,5	108.790,4	109.434,9	122.479,3	125.538,5	2,5	13,1	17,8	273,81
Vitória	295.823,7	291.065,3	304.781,3	341.070,4	371.393,3	340.242,6	-8,4	35,4	25,4	976,96
TOTAL	805.307,1	806.418,6	865.251,2	924.286,8	993.333,5	960.204,6	-3,3	100,0	10,7	250,09

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Posição	Município	ISS em R\$	População 2013
1º	Vitória	340.242.552,73	348.268
2º	Vila Velha	125.538.547,76	458.489
3º	Serra	116.658.486,62	467.318
4º	Cariacica	55.947.533,70	375.974
5º	Anchieta	51.594.038,02	26.658
6º	Aracruz	49.604.493,61	91.562
7º	Linhares	41.376.463,31	157.814
8º	Cachoeiro de Itapemirim	28.021.815,45	205.213
9º	São Mateus	20.839.779,78	120.725
10º	Colatina	16.747.514,68	120.677
11º	Guarapari	15.713.489,88	116.278
12º	Viana	9.667.304,15	72.115
13º	Conceição da Barra	6.208.356,63	30.659
14º	Domingos Martins	4.419.480,57	34.059
15º	Nova Venécia	3.802.734,82	49.564
16º	Itapemirim	3.794.193,46	33.610
17º	Jaguaré	3.692.570,05	27.599
18º	Guaçuí	3.112.094,77	30.144
19º	Santa Maria de Jetibá	2.733.081,09	37.720
20º	Barra de São Francisco	2.412.938,06	43.882
21º	Fundão	2.410.785,07	19.177
22º	Piúma	2.156.017,21	20.082
23º	Alfredo Chaves	2.125.471,93	14.859
24º	Marataízes	2.123.643,06	37.140
25º	Castelo	1.799.531,66	37.331
26º	Santa Teresa	1.762.206,92	23.432
27º	Afonso Cláudio	1.690.155,91	32.551
28º	Venda Nova do Imigrante	1.677.324,08	22.873
29º	Sooretama	1.658.834,53	26.843
30º	Pinheiros	1.646.424,13	26.023
31º	Montanha	1.633.597,32	19.049
32º	São Gabriel da Palha	1.625.449,70	35.232
33º	Baixo Guandu	1.564.810,10	31.126
34º	Vargem Alta	1.499.218,51	20.744
35º	Ibiraçu	1.485.895,60	12.124
36º	Pedro Canário	1.361.199,29	25.700
37º	Marechal Floriano	1.334.766,65	15.689
38º	Ecoporanga	1.292.463,81	24.327
39º	João Neiva	1.286.826,31	16.869
40º	Mimoso do Sul	950.985,90	27.309
41º	Santa Leopoldina	936.528,18	12.881
42º	Iconha	933.181,17	13.548
43º	São Domingos do Norte	928.197,62	8.595
44º	Presidente Kennedy	892.252,12	11.130
45º	São Roque do Canaã	866.743,64	12.179
46º	Itaguaçu	822.558,44	14.844
47º	Ibatiba	811.600,04	24.575
48º	Muniz Freire	770.538,49	19.081
49º	Laranja da Terra	759.597,46	11.418
50º	Lúna	755.133,60	29.258
51º	Vila Valério	749.647,37	14.614
52º	Rio Novo do Sul	710.836,45	11.993
53º	Boa Esperança	646.166,90	15.169
54º	Dores do Rio Preto	627.713,25	6.827
55º	Pancas	590.833,12	23.125
56º	Itarana	588.292,48	11.349
57º	Alto Rio Novo	535.798,73	7.841
58º	Muqui	530.458,27	15.438
59º	Atílio Vivácqua	524.177,59	10.862
60º	Jerônimo Monteiro	507.776,61	11.707
61º	Água Branca	507.722,97	10.045
62º	Mucurici	430.447,92	5.909
63º	Rio Bananal	395.395,77	18.892
64º	São José do Calçado	382.295,49	10.987
65º	Governador Lindenberg	376.187,43	11.953
66º	Brejetuba	360.472,78	12.669
67º	Conceição do Castelo	355.864,37	12.579
68º	Água Doce do Norte	343.229,69	12.164
69º	Apiacá	279.394,66	7.916
70º	Bom Jesus do Norte	266.167,58	10.095
71º	Ibitirama	263.408,57	9.400
72º	Vila Pavão	259.947,52	9.272
73º	Mariândia	252.980,59	12.092
74º	Mantenópolis	241.246,80	14.808
75º	Irupi	205.701,59	12.798
76º	Divino de São Lourenço	175.198,26	4.688
77º	Alegre	...	32.267
78º	Ponto Belo	...	7.590
TOTAL		960.204.583,11	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Posição	Município	A / B	ISS (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Anchieta	1.935,41	51.594.038,02	26.658
2º	Vitória	976,96	340.242.552,73	348.268
3º	Aracruz	541,76	49.604.493,61	91.562
4º	Vila Velha	273,81	125.538.547,76	458.489
5º	Linhares	262,18	41.376.463,31	157.814
6º	Serra	249,63	116.658.486,62	467.318
7º	Conceição da Barra	202,50	6.208.356,63	30.659
8º	São Mateus	172,62	20.839.779,78	120.725
9º	Cariacica	148,81	55.947.533,70	375.974
10º	Alfredo Chaves	143,04	2.125.471,93	14.859
11º	Colatina	138,78	16.747.514,68	120.677
12º	Cachoeiro de Itapemirim	136,55	28.021.815,45	205.213
13º	Guarapari	135,14	15.713.489,88	116.278
14º	Viana	134,05	9.667.304,15	72.115
15º	Jaguaré	133,79	3.692.570,05	27.599
16º	Domingos Martins	129,76	4.419.480,57	34.059
17º	Fundão	125,71	2.410.785,07	19.177
18º	Ibiraçu	122,56	1.485.895,60	12.124
19º	Itapemirim	112,89	3.794.193,46	33.610
20º	São Domingos do Norte	107,99	2.412.938,06	8.595
21º	Piúma	107,36	2.156.017,21	20.082
22º	Guaçuí	103,24	3.112.094,77	30.144
23º	Dores do Rio Preto	91,95	627.713,25	6.827
24º	Montanha	85,76	1.633.597,32	19.049
25º	Marechal Floriano	85,08	1.334.766,65	15.689
26º	Presidente Kennedy	80,17	892.252,12	11.130
27º	Nova Venécia	76,72	3.802.734,82	49.564
28º	João Neiva	76,28	1.286.826,31	16.869
29º	Santa Teresa	75,21	1.762.206,92	23.432
30º	Venda Nova do Imigrante	73,33	1.677.324,08	22.873
31º	Mucurici	72,85	430.447,92	5.909
32º	Santa Leopoldina	72,71	936.528,18	12.881
33º	Santa Maria de Jetibá	72,46	2.733.081,09	37.720
34º	Vargem Alta	72,27	1.499.218,51	20.744
35º	São Roque do Canaã	71,17	866.743,64	12.179
36º	Iconha	68,88	933.181,17	13.548
37º	Alto Rio Novo	68,33	535.798,73	7.841
38º	Laranja da Terra	66,53	759.597,46	11.418
39º	Pinheiros	63,27	1.646.424,13	26.023
40º	Sooretama	61,80	1.658.834,53	26.843
41º	Rio Novo do Sul	59,27	710.836,45	11.993
42º	Marataízes	57,18	2.123.643,06	37.140
43º	Itaguaçu	55,41	822.558,44	14.844
44º	Barra de São Francisco	54,99	2.412.938,06	43.882
45º	Ecoporanga	53,13	1.292.463,81	24.327
46º	Pedro Canário	52,96	1.361.199,29	25.700
47º	Afonso Cláudio	51,92	1.690.155,91	32.551
48º	Itarana	51,84	588.292,48	11.349
49º	Vila Valério	51,30	749.647,37	14.614
50º	Água Branca	50,54	507.722,97	10.045
51º	Baixo Guandu	50,27	1.564.810,10	31.126
52º	Atílio Vivácqua	48,26	524.177,59	10.862
53º	Castelo	48,20	1.799.531,66	37.331
54º	São Gabriel da Palha	46,14	1.625.449,70	35.232
55º	Jerônimo Monteiro	43,37	507.776,61	11.707
56º	Boa Esperança	42,60	646.166,90	15.169
57º	Muniz Freire	40,38	770.538,49	19.081
58º	Divino de São Lourenço	37,37	175.198,26	4.688
59º	Apiacá	35,29	279.394,66	7.916
60º	Mimoso do Sul	34,82	950.985,90	27.309
61º	São José do Calçado	34,80	382.295,49	10.987
62º	Muqui	34,36	530.458,27	15.438
63º	Ibatiba	33,03	811.600,04	24.575
64º	Governador Lindenberg	31,47	376.187,43	11.953
65º	Brejetuba	28,45	360.472,78	12.669
66º	Conceição do Castelo	28,29	355.864,37	12.579
67º	Água Doce do Norte	28,22	343.229,69	12.164
68º	Vila Pavão	28,04	259.947,52	9.272
69º	Ibitirama	28,02	263.408,57	9.400
70º	Bom Jesus do Norte	26,37	266.167,58	10.095
71º	Lúna	25,81	755.133,60	29.258
72º	Pancas	25,55	590.833,12	23.125
73º	Rio Bananal	20,93	395.395,77	18.892
74º	Mariândia	20,92	252.980,59	12.092
75º	Mantenópolis	16,29	241.246,80	14.808
76º	Irupi	16,07	205.701,59	12.798
77º	Alegre	...	...	32.267
78º	Ponto Belo	...	...	7.590
TOTAL		250,09	960.204.583,11	3.839.366

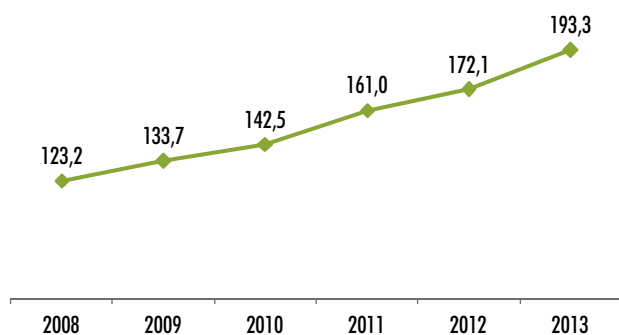
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desempenho

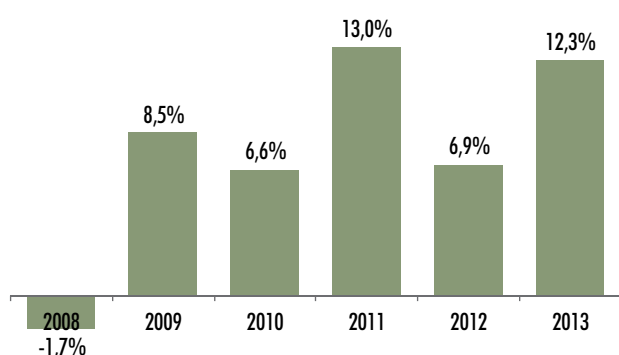
A receita dos municípios capixabas com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) cresceu 12,3%, em 2013, quando o ingresso desses recursos aumentou em R\$ 21,2 milhões, comparado ao ano anterior. Esse resultado foi fortemente influenciado pelo Município de Vila Velha, que no mesmo período aumentou em R\$ 17,2 milhões a sua receita com o tributo, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2013.

Evolução da arrecadação do IPTU

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Taxa de crescimento do IPTU em relação ao ano anterior



Ainda que fortemente influenciada pelo desempenho de Vila Velha, a arrecadação recorde de R\$ 193,3 milhões do IPTU aconteceu em um ambiente de expansão do crédito imobiliário concedido pelo Governo Federal via bancos estatais. Somente no primeiro semestre de 2013, o volume

de empréstimos contratados junto ao Sistema Financeiro de Habitação para a aquisição de imóveis chegou a R\$ 575,8 milhões no Estado do Espírito Santo, valor que corresponde a um aumento real de 31,5% em relação ao mesmo período de 2012. Em todo o ano de 2005, esse volume foi de apenas R\$ 24 milhões, em valores corrigidos, o que ajuda a explicar o salto no patamar da arrecadação do IPTU que, em 2013, obteve uma arrecadação duas vezes superior à de 2005.

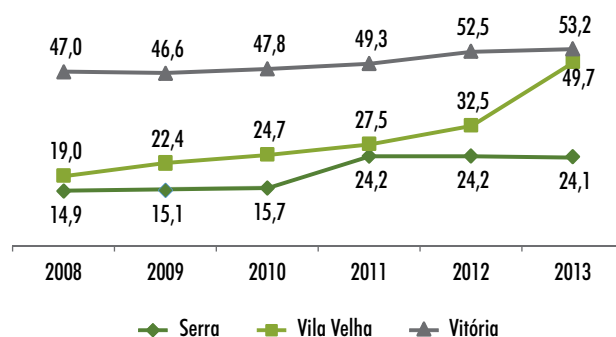
Embora nos últimos anos o crescimento da arrecadação tenha se dado por todo o território capixaba, nota-se que os resultados mais expressivos concentram-se nas localidades de maior porte populacional, que em sua maioria se localizam na Região Metropolitana de Vitória. Esses municípios experimentaram uma grande oferta de lançamentos imobiliários que contribuíram para a expansão da base tributável do IPTU. Desde 2005, o imposto cresceu, em média, 9% ao ano nos municípios dessa região, influenciados principalmente pelos resultados de Vila Velha e Serra.

Além da expansão da base tributável, outros fatores contribuem para o aumento da arrecadação do IPTU, como no caso de Vila Velha. Em 2009, a prefeitura realizou a atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) do município. Sobre os valores resultantes da PGV é aplicada a alíquota do imposto, o que resulta no total a pagar pelo cidadão. Como a tendência geral é que os imóveis se valorizem ao longo do tempo, via de regra uma atualização do valor venal dos imóveis alavanca a arrecadação municipal.

A fim de evitar um aumento drástico no imposto pago pelo contribuinte, desde então a administração do muni-

Evolução da arrecadação do IPTU

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



cípio resolveu conceder descontos que seriam reduzidos ano após ano, até se extinguirem. Para o exercício de 2012, todos os moradores de Vila Velha receberam 70% de abatimento no IPTU, percentual que foi reduzido para 40% no exercício de 2013. Com a queda do desconto, a arrecadação no município cresceu 53% e aproximou-se da capital, cidade com o maior recolhimento do IPTU no Estado. Enquanto Vitória apresentou uma receita de R\$ 53,2 milhões, Vila Velha alcançou R\$ 49,7 milhões. Caso o resultado do município fosse desconsiderado do total, o crescimento do IPTU no conjunto das prefeituras seria muito menor, chegando a 2,8%.

Além de Vila Velha, cabe destacar o desempenho de Ecoporanga, Governador Lindenberg e Montanha. Embora não apresentem uma receita do IPTU volumosa, as taxas de crescimento em relação ao ano anterior foram vigorosas. Em Ecoporanga, a receita de 2013 foi quase sete vezes superior à de 2012, enquanto que em Governador Lindenberg houve um crescimento de 111%. Em Montanha (105,6%), o resultado passa pelo desempenho ruim de 2012, que distorceu a base de comparação, já que o crescimento da receita de 2013 frente a 2011 é muito menor: 24,5%.

Composição e participação orçamentária

Como a base tributável do IPTU é constituída pelas edificações e pelos terrenos, os maiores municípios, detentores de grandes perímetros urbanos, destacam-se no recolhimento do imposto. No Espírito Santo, 80,5% de todo o tributo recolhido concentrou-se na Região Metropolitana. Considerando-se apenas Vitória, Vila Velha e Serra, esse número chega a 65,7%, quase dois terços do total. Entre os municípios das demais regiões, destacam-se Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Colatina, que foram responsáveis por 4,3%, 2% e 1,4%, respectivamente.

Em geral, a arrecadação do IPTU não apresenta grande peso no orçamento municipal, embora tenha dado um salto em 2013 quando chegou a 2,2% das receitas correntes municipais, percentual que em 2012 era de 1,8%. O crescimento mais acentuado do IPTU também fez o imposto ganhar relativamente mais espaço dentro da receita tributária, passando de 10,7%, em 2012, para 12%, em 2013. Sua maior contribuição nos orçamentos municipais se dá nos municípios de Guarapari (7,7%), Vila Velha (7%) e Vitória (4%).

Arrecadação per capita

Em 2013, os municípios capixabas obtiveram uma receita média equivalente a R\$ 50,34 por habitante com o IPTU. Esse valor foi 4,7% maior que o resultado de 2012, quando a arrecadação per capita foi de R\$ 48,10. Os municípios de Vitória (R\$ 152,67) e Guarapari (R\$ 146,16), que até então recolhiam quase o dobro do terceiro colocado, notaram a aproximação de Vila Velha (R\$ 108,33), que no ano de 2012 havia ficado em quarto lugar. Em seguida, aparecem Fundão (R\$ 74,54), Piúma (R\$ 71,29) e Anchieta (R\$ 60,59). Por outro lado, em 35 localidades a arrecadação não passou de R\$ 10,00 por habitante.

Em seis dos 12 municípios com as melhores colocações no ranking, o setor turístico mais desenvolvido faz com que possuam um grande número de imóveis cujos proprietários residem em outras cidades. Além disso, as residências de veraneio geralmente localizam-se em regiões privilegiadas e contam com melhor acabamento, o que eleva o valor venal da propriedade, consequentemente, o valor do tributo recolhido. Na capital, a explicação vem do amplo número de estabelecimentos comerciais e de prestadoras de serviços, aliado ao tamanho da planta residencial em áreas nobres. Fatores que, em menor proporção, também podem ser creditados a Vila Velha.

Saiba mais sobre o IPTU

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) tem como fato gerador, conforme o Código Tributário Nacional, “[...] a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel [...], localizado na zona urbana do município” (artigo 32), sendo o contribuinte “[...] o proprietário do imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título” (artigo 34). A base de cálculo do imposto baseia-se no valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal. O valor venal é definido por meio da Planta Genérica de Valores (PGV), a qual contém os preços básicos dos terrenos e das edificações do município.

O IPTU é um tributo de longa tradição municipal. A partir da Constituição Federal de 1934, sua administração, fiscalização e arrecadação passaram para a competência dos municípios (artigo 13, § 2º, II). Anteriormente, a arrecadação sobre a propriedade de imóveis pertencia aos estados.

Arrecadação do IPTU - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	Participação 2013		IPTU per capita 2013
								no total do IPTU	na receita corrente¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013							em %		em R\$
Afonso Cláudio	312,6	375,8	364,5	376,4	405,9	387,6	-4,5	0,2	0,6	11,91
Água Doce do Norte	27,6	58,3	107,5	114,5	121,0	124,6	3,0	0,1	0,5	10,24
Água Branca	150,0	33,1	29,2	28,2	36,7	30,2	-17,7	0,0	0,1	3,01
Alegre	322,7	344,9	358,5	379,8	448,1	...	..	...	...	...
Alfredo Chaves	138,8	193,9	194,6	211,9	238,2	234,8	-1,5	0,1	0,6	15,80
Alto Rio Novo	226,8	54,3	22,0	15,9	17,8	19,4	9,0	0,0	0,1	2,47
Anchieta	1.591,6	2.449,7	2.526,1	2.606,4	1.480,4	1.615,1	9,1	0,8	0,5	60,59
Apiacá	63,1	66,5	72,9	75,9	95,8	77,5	-19,1	0,0	0,4	9,79
Aracruz	1.263,8	1.510,2	1.809,6	2.039,5	2.433,0	2.821,1	15,9	1,5	0,9	30,81
Atílio Vivacqua	46,2	64,2	56,9	53,6	53,7	56,6	5,5	0,0	0,2	5,21
Baixo Guandu	374,1	367,6	373,9	376,2	394,7	424,3	7,5	0,2	0,7	13,63
Barra de São Francisco	463,6	510,1	589,1	626,9	683,3	708,7	3,7	0,4	0,9	16,15
Boa Esperança	129,2	135,2	81,3	89,3	84,7	106,0	25,1	0,1	0,3	6,99
Bom Jesus do Norte	133,6	153,0	157,7	89,8	91,1	93,0	2,2	0,0	0,5	9,21
Brejetuba	11,5	13,8	69,7	61,6	49,5	73,4	48,3	0,0	0,3	5,79
Cachoeiro de Itapemirim	7.259,5	7.100,3	7.348,6	7.577,5	8.002,3	8.302,8	3,8	4,3	2,7	40,46
Cariacica	4.890,2	5.381,8	7.387,7	7.719,5	8.340,7	8.652,0	3,7	4,5	1,7	23,01
Castelo	621,1	626,1	651,7	672,4	689,5	722,4	4,8	0,4	1,0	19,35
Colatina	2.193,6	2.289,7	2.452,1	2.510,2	2.666,0	2.801,9	5,1	1,4	1,2	23,22
Conceição da Barra	183,8	212,2	236,2	208,0	263,8	264,7	0,3	0,1	0,4	8,63
Conceição do Castelo	182,8	194,2	199,3	203,0	212,4	191,1	-10,0	0,1	0,6	15,19
Divino de São Lourenço	34,2	37,8	38,5	40,8	52,4	56,3	7,5	0,0	0,4	12,02
Domingos Martins	406,6	418,2	437,8	452,5	497,3	519,6	4,5	0,3	0,6	15,26
Dores do Rio Preto	58,7	29,9	48,0	38,7	45,9	45,3	-1,2	0,0	0,2	6,64
Ecoporanga	35,3	32,1	25,3	33,5	23,1	159,4	588,9	0,1	0,3	6,55
Fundão	344,8	413,9	327,0	597,3	1.215,2	1.429,4	17,6	0,7	2,7	74,54
Governador Lindenberg	33,0	29,4	29,3	32,2	28,6	60,3	111,0	0,0	0,2	5,04
Guaçu	394,8	438,4	703,8	387,5	411,0	418,4	1,8	0,2	0,7	13,88
Guarapari	8.125,1	12.591,1	13.740,7	16.764,6	17.198,1	16.995,7	-1,2	8,8	7,7	146,16
Ibatiba	49,5	31,8	38,9	76,5	80,6	81,2	0,8	0,0	0,2	3,30
Ibiraçu	131,4	148,6	138,3	136,8	146,1	153,5	5,1	0,1	0,6	12,66
Ibitirama	36,3	43,9	46,0	64,5	60,6	59,8	-1,3	0,0	0,2	6,36
Iconha	276,2	228,3	260,4	263,4	298,6	343,2	14,9	0,2	1,0	25,34
Irupi	68,7	67,0	53,4	57,9	38,3	26,1	-31,9	0,0	0,1	2,04
Itaguaçu	178,8	190,8	183,4	196,8	208,0	202,1	-2,8	0,1	0,6	13,62
Itapemirim	500,8	517,6	556,7	583,7	674,8	791,8	17,3	0,4	0,3	23,56
Itarana	81,8	91,3	91,4	86,7	92,0	88,0	-4,4	0,0	0,4	7,75
Iúna	130,5	138,8	151,1	150,9	160,4	204,0	27,1	0,1	0,4	6,97
Jaguaré	115,6	120,2	120,0	115,1	116,7	134,0	14,8	0,1	0,2	4,86
Jerônimo Monteiro	274,9	276,2	246,1	264,4	258,2	279,1	8,1	0,1	1,1	23,84
João Neiva	151,2	147,6	141,0	139,3	139,7	128,4	-8,1	0,1	0,3	7,61
Laranja da Terra	33,0	33,7	37,0	47,1	38,4	42,5	10,6	0,0	0,2	3,72
Linhares	2.631,3	2.998,0	3.105,7	3.282,4	3.495,1	3.800,1	8,7	2,0	0,8	24,08
Mantenópolis	92,7	109,5	104,9	96,4	122,5	166,6	36,0	0,1	0,5	11,25
Marataizes	992,4	1.028,8	1.098,1	1.176,5	1.228,0	1.341,7	9,3	0,7	0,9	36,13
Marechal Floriano	170,7	166,2	162,9	156,0	157,6	174,3	10,6	0,1	0,5	11,11
Mariândia	60,5	62,3	17,9	285,7	154,0	154,1	0,1	0,1	0,6	12,74
Mimoso do Sul	284,5	283,8	278,8	274,5	285,8	293,2	2,6	0,2	0,6	10,73
Montanha	24,6	68,2	24,8	24,3	14,7	30,2	105,6	0,0	0,1	1,59
Mucurici	2,1	21,8	22,6	54,3	29,9	39,1	30,7	0,0	0,2	6,62
Muniz Freire	286,4	356,2	369,7	374,9	407,3	408,9	0,4	0,2	0,9	21,43
Muqui	95,8	107,0	114,1	115,2	128,8	92,7	-28,0	0,0	0,3	6,01
Nova Venécia	487,3	464,6	480,7	508,8	561,9	579,9	3,2	0,3	0,6	11,70
Pancas	138,6	132,3	131,7	140,7	157,4	152,5	-3,1	0,1	0,4	6,60
Pedro Canário	39,4	23,8	28,8	17,8	43,7	62,4	43,0	0,0	0,1	2,43
Pinheiros	152,7	40,4	71,6	70,4	57,9	56,3	-2,7	0,0	0,1	2,16
Plúma	1.235,1	1.270,2	1.220,1	1.389,7	1.447,5	1.431,6	-1,1	0,7	2,5	71,29
Ponto Belo	29,7	24,2	38,2	44,5	40,1	...	..	...	...	...
Presidente Kennedy	210,6	284,7	346,8	363,4	385,0	412,3	7,1	0,2	0,1	37,04
Rio Bananal	121,9	146,1	161,0	168,4	190,6	187,0	-1,9	0,1	0,4	9,90
Rio Novo do Sul	90,8	126,0	146,2	167,5	203,5	203,6	0,0	0,1	0,7	16,98
Santa Leopoldina	31,1	25,4	31,6	27,9	27,0	25,8	-4,7	0,0	0,1	2,00
Santa Maria de Jetibá	140,4	174,2	191,5	197,8	195,1	243,0	24,5	0,1	0,3	6,44
Santa Teresa	321,4	449,2	456,6	470,3	486,7	531,1	9,1	0,3	1,0	22,67
São Domingos do Norte	26,4	29,6	34,9	29,9	30,8	43,1	39,7	0,0	0,2	5,01
São Gabriel da Palha	232,0	253,2	270,1	323,2	333,5	460,3	38,0	0,2	0,8	13,06
São José do Calçado	239,2	412,8	457,2	169,7	184,5	187,7	1,8	0,1	0,7	17,09
São Mateus	696,5	767,6	789,0	822,4	884,7	1.073,3	21,3	0,6	0,4	8,89
São Roque do Canaã	62,2	62,3	58,8	60,2	59,2	60,5	2,3	0,0	0,2	4,97
Serra	14.899,9	15.090,8	15.705,4	24.206,0	24.245,6	24.062,0	-0,8	12,5	2,8	51,49
Sooretama	33,9	31,9	38,5	43,0	35,6	44,0	23,8	0,0	0,1	1,64
Vargem Alta	151,0	134,3	141,7	141,8	142,8	150,1	5,1	0,1	0,3	7,24
Venda Nova do Imigrante	270,6	313,9	342,8	348,9	360,6	378,8	5,0	0,2	0,8	16,56
Viana	868,3	1.005,7	1.022,9	2.113,5	2.361,1	3.050,8	29,2	1,6	2,3	42,31
Vila Pavão	37,5	45,3	45,5	48,0	48,0	53,2	10,7	0,0	0,2	5,73
Vila Valério	14,3	23,4	12,6	14,3	15,5	22,1	42,9	0,0	0,1	1,51
Vila Velha	18.981,2	22.374,7	24.667,6	27.490,5	32.468,9	49.668,5	53,0	25,7	7,0	108,33
Vitória	47.021,0	46.638,5	47.834,9	49.259,4	52.521,4	53.171,5	1,2	27,5	4,0	152,67
TOTAL	123.221,5	133.708,4	142.529,4	161.045,0	172.104,9	193.264,2	12,3	100,0	2,2	50,34

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Posição	Município	IPTU em R\$	População 2013
1º	Vitória	53.171.468,82	348.268
2º	Vila Velha	49.668.495,42	458.489
3º	Serra	24.062.004,58	467.318
4º	Guarapari	16.995.724,61	116.278
5º	Cariacica	8.651.954,65	375.974
6º	Cachoeiro de Itapemirim	8.302.761,97	205.213
7º	Linhares	3.800.133,85	157.814
8º	Viana	3.050.847,71	72.115
9º	Aracruz	2.821.087,14	91.562
10º	Colatina	2.801.893,74	120.677
11º	Anchieta	1.615.131,27	26.658
12º	Piúma	1.431.615,29	20.082
13º	Fundão	1.429.437,72	19.177
14º	Marataizes	1.341.683,59	37.140
15º	São Mateus	1.073.286,65	120.725
16º	Itapemirim	791.820,13	33.610
17º	Castelo	722.383,47	37.331
18º	Barra de São Francisco	708.727,02	43.882
19º	Nova Venécia	579.891,84	49.564
20º	Santa Teresa	531.086,73	23.432
21º	Domingos Martins	519.583,36	34.059
22º	São Gabriel da Palha	460.275,52	35.232
23º	Baixo Guandu	424.336,84	31.126
24º	Guaçu	418.442,70	30.144
25º	Presidente Kennedy	412.303,58	11.130
26º	Muniz Freire	408.852,33	19.081
27º	Afonso Cláudio	387.586,61	32.551
28º	Venda Nova do Imigrante	378.782,71	22.873
29º	Iconha	343.239,17	13.548
30º	Mimoso do Sul	293.152,61	27.309
31º	Jerônimo Monteiro	279.141,13	11.707
32º	Conceição da Barra	264.663,64	30.659
33º	Santa Maria de Jetibá	242.974,86	37.720
34º	Alfredo Chaves	234.762,09	14.859
35º	Iúna	203.995,67	29.258
36º	Rio Novo do Sul	203.582,51	11.993
37º	Itaguaçu	202.107,37	14.844
38º	Conceição do Castelo	191.086,76	12.579
39º	São José do Calçado	187.727,38	10.987
40º	Rio Bananal	187.009,47	18.892
41º	Marechal Floriano	174.251,66	15.689
42º	Mantenópolis	166.585,17	14.808
43º	Ecoporanga	159.388,32	24.327
44º	Marilândia	154.111,14	12.092
45º	Ibiraçu	153.517,79	12.124
46º	Pancas	152.518,36	23.125
47º	Vargem Alta	150.100,41	20.744
48º	Jaguaré	134.038,62	27.599
49º	João Neiva	128.434,86	16.869
50º	Água Doce do Norte	124.560,67	12.164
51º	Boa Esperança	106.033,27	15.169
52º	Bom Jesus do Norte	93.021,87	10.095
53º	Mucuri	92.714,39	15.438
54º	Itarana	87.987,46	11.349
55º	Ibatiba	81.183,86	24.575
56º	Apiacá	77.508,04	7.916
57º	Brejetuba	73.390,67	12.669
58º	Pedro Canário	62.429,34	25.700
59º	São Roque do Canaã	60.540,66	12.179
60º	Governador Lindenberg	60.272,31	11.953
61º	Ibitirama	59.783,67	9.400
62º	Atílio Vivácqua	56.608,67	10.862
63º	Divino de São Lourenço	56.338,78	4.688
64º	Pinheiros	56.338,16	26.023
65º	Vila Pavão	53.166,04	9.272
66º	Dores do Rio Preto	45.320,35	6.827
67º	Sooretama	44.000,13	26.843
68º	São Domingos do Norte	43.068,46	8.595
69º	Laranja da Terra	42.481,47	11.418
70º	Mucurici	39.120,42	5.909
71º	Montanha	30.231,71	19.049
72º	Águia Branca	30.191,78	10.045
73º	Irupi	26.107,30	12.798
74º	Santa Leopoldina	25.751,12	12.881
75º	Vila Valério	22.094,17	14.614
76º	Alto Rio Novo	19.394,64	7.841
77º	Alegre	...	32.267
78º	Ponto Belo	...	7.590
TOTAL		193.264.160,33	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Posição	Município	A / B	IPTU (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Vitória	152,67	53.171.468,82	348.268
2º	Guarapari	146,16	16.995.724,61	116.278
3º	Vila Velha	108,33	49.668.495,42	458.489
4º	Fundão	74,54	1.429.437,72	19.177
5º	Piúma	71,29	1.431.615,29	20.082
6º	Anchieta	60,59	1.615.131,27	26.658
7º	Serra	51,49	24.062.004,58	467.318
8º	Viana	42,31	3.050.847,71	72.115
9º	Cachoeiro de Itapemirim	40,46	8.302.761,97	205.213
10º	Presidente Kennedy	37,04	412.303,58	11.130
11º	Marataizes	36,13	1.341.683,59	37.140
12º	Aracruz	30,81	2.821.087,14	91.562
13º	Iconha	25,34	343.239,17	13.548
14º	Linhares	24,08	3.800.133,85	157.814
15º	Jerônimo Monteiro	23,84	279.141,13	11.707
16º	Itapemirim	23,56	791.820,13	33.610
17º	Colatina	23,22	2.801.893,74	120.677
18º	Cariacica	23,01	8.651.954,65	375.974
19º	Santa Teresa	22,67	531.086,73	23.432
20º	Muniz Freire	21,43	408.852,33	19.081
21º	Castelo	19,35	722.383,47	37.331
22º	São José do Calçado	17,09	187.727,38	10.987
23º	Rio Novo do Sul	16,98	203.582,51	11.993
24º	Venda Nova do Imigrante	16,56	378.782,71	22.873
25º	Barra de São Francisco	16,15	708.727,02	43.882
26º	Alfredo Chaves	15,80	234.762,09	14.859
27º	Domingos Martins	15,26	519.583,36	34.059
28º	Conceição do Castelo	15,19	191.086,76	12.579
29º	Guaçu	13,88	418.442,70	30.144
30º	Baixo Guandu	13,63	424.336,84	31.126
31º	Itaguaçu	13,62	202.107,37	14.844
32º	São Gabriel da Palha	13,06	460.275,52	35.232
33º	Marilândia	12,74	154.111,14	12.092
34º	Ibiraçu	12,66	153.517,79	12.124
35º	Divino de São Lourenço	12,02	56.338,78	4.688
36º	Afonso Cláudio	11,91	387.586,61	32.551
37º	Nova Venécia	11,70	579.891,84	49.564
38º	Mantenópolis	11,25	166.585,17	14.808
39º	Marechal Floriano	11,11	174.251,66	15.689
40º	Mimoso do Sul	10,73	293.152,61	27.309
41º	Água Doce do Norte	10,24	124.560,67	12.164
42º	Rio Bananal	9,90	187.009,47	18.892
43º	Apiacá	9,79	77.508,04	7.916
44º	Bom Jesus do Norte	9,21	93.021,87	10.095
45º	São Mateus	8,89	1.073.286,65	120.725
46º	Conceição da Barra	8,63	264.663,64	30.659
47º	Itarana	7,75	87.987,46	11.349
48º	João Neiva	7,61	128.434,86	16.869
49º	Vargem Alta	7,24	150.100,41	20.744
50º	Boa Esperança	6,99	106.033,27	15.169
51º	Iúna	6,97	203.995,67	29.258
52º	Dores do Rio Preto	6,64	45.320,35	6.827
53º	Mucurici	6,62	39.120,42	5.909
54º	Pancas	6,60	152.518,36	23.125
55º	Ecoporanga	6,55	159.388,32	24.327
56º	Santa Maria de Jetibá	6,44	242.974,86	37.720
57º	Ibitirama	6,36	59.783,67	9.400
58º	Mucuri	6,01	92.714,39	15.438
59º	Brejetuba	5,79	73.390,67	12.669
60º	Vila Pavão	5,73	53.166,04	9.272
61º	Atílio Vivácqua	5,21	56.608,67	10.862
62º	Governador Lindenberg	5,04	60.272,31	11.953
63º	São Domingos do Norte	5,01	43.068,46	8.595
64º	São Roque do Canaã	4,97	60.540,66	12.179
65º	Jaguaré	4,86	134.038,62	27.599
66º	Laranja da Terra	3,72	42.481,47	11.418
67º	Ibatiba	3,30	81.183,86	24.575
68º	Águia Branca	3,01	30.191,78	10.045
69º	Alto Rio Novo	2,47	19.394,64	7.841
70º	Pedro Canário	2,43	62.429,34	25.700
71º	Pinheiros	2,16	56.338,16	26.023
72º	Irupi	2,04	26.107,30	12.798
73º	Santa Leopoldina	2,00	25.751,12	12.881
74º	Sooretama	1,64	44.000,13	26.843
75º	Montanha	1,59	30.231,71	19.049
76º	Vila Valério	1,51	22.094,17	14.614
77º	Alegre	...	...	32.267
78º	Ponto Belo	...	...	7.590
TOTAL		50,34	193.264.160,33	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

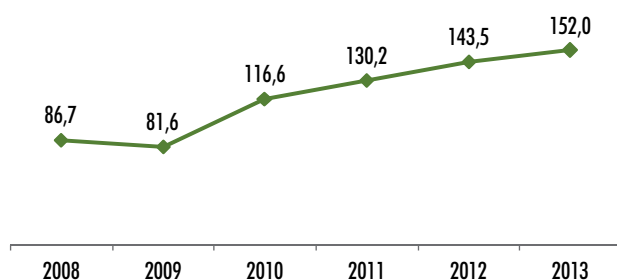


Desempenho

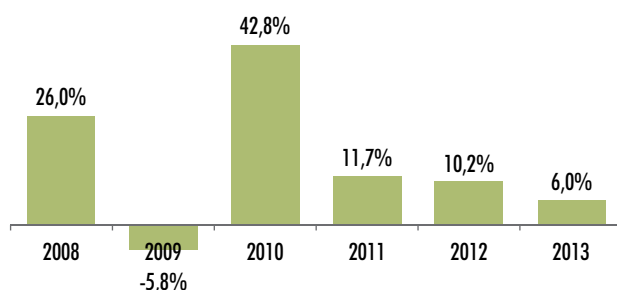
A arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI) do conjunto nos municípios capixabas cresceu 6% em 2013, atingindo o maior patamar da história: R\$ 152 milhões. Esse resultado foi R\$ 8,6 milhões superior ao auferido no ano anterior, quando a receita com o tributo havia alcançado R\$ 143,5 milhões, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2012.

Evolução da arrecadação do ITBI

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Taxa de crescimento do ITBI em relação ao ano anterior



Após um longo período iniciado em 2006 de elevados níveis de crescimento do financiamento imobiliário, a tomada de empréstimo para o segmento passou a apresentar ritmos mais tímidos em 2011 e 2012, o que afetou a oferta de imóveis a serem lançados. Com a desaceleração das vendas, a transmissão de imóveis não manteve a tendência dos anos anteriores e, com isso, a receita dos municípios foi negativamente afetada. Isso ajuda a explicar o crescimento menor do imposto nos últimos três anos e, mais

precisamente, o do exercício de 2013.

Esse crescimento mais tímido do crédito imobiliário e da arrecadação de ITBI deve ser relativizado pelo fato de que tais taxas foram extremamente altas nos anos de 2007, 2008 e 2010. Dessa forma, apesar de terem diminuído o ritmo, as taxas registraram boas altas, acima de 10%, em 2011 e 2012. Somente o ano de 2013 é que refletiu com mais intensidade a desaceleração da economia, do crédito, das vendas de imóveis e da arrecadação do ITBI.

Porém, esse cenário deve ser revertido a partir de 2014, uma vez que os empréstimos contratados no primeiro semestre de 2013 junto ao Sistema Financeiro de Habitação para a aquisição de imóveis tiveram um aumento real de 31,5%, em relação ao mesmo período de 2012, no Estado do Espírito Santo. Como boa parte desses empréstimos financiam imóveis em construção, existe uma defasagem entre a tomada do crédito e a realização da transmissão do imóvel, que é o fato gerador do ITBI.

Alguns municípios conseguiram superar a conjuntura de desaceleração do ritmo de crescimento do ITBI em 2013. Os casos de maior impacto são o de Aracruz e Vitória. Em Aracruz, as ações de fiscalização e acompanhamento se tornaram mais intensas e próximas às atividades imobiliárias, fazendo com que a prefeitura aumentasse a base tributável do imposto. Essa alteração na postura da política tributária fez com que o município se tornasse mais eficiente na gestão do ITBI, elevando sua receita para R\$ 2,2 milhões, quase nove vezes mais que os R\$ 250 mil atingidos no ano anterior, sem que para isso fosse necessária uma elevação da alíquota cobrada junto ao contribuinte.

Já na capital, após uma queda entre os anos de 2011 e 2012, o tributo se recuperou e cresceu 7,1%, em 2013, um incremento de R\$ 3 milhões frente ao ano anterior, fazendo com que o município respondesse, individualmente, por 34,7% do crescimento do ITBI do conjunto dos municípios capixabas. Esse resultado explica-se pelo número de imóveis concluídos e pela valorização imobiliária ocorrida na capital que, segundo os dados do Índice FipeZap, foi de 16,9%, em 2013, comparado ao ano anterior.

Se a queda da arrecadação ocorrida em 2012 passa pela baixa entrega de imóveis – 322 unidades entre maio e novembro, segundo dados do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo (Sinduscon-

-ES) –, em 2013 o número de entregas chegou a 1.119, quase 250% a mais, conforme os dados do 24º Censo Imobiliário, de junho a novembro. Cabe dizer que o cenário de crescimento da entrega de imóveis, mesmo em um período de queda dos financiamentos, se explica pelo hiato existente entre a construção, a compra/financiamento e a conclusão das edificações, como já mencionado acima.

Em Vila Velha, foram entregues 2.343 imóveis entre junho e novembro de 2013, valor muito superior às 362 unidades registradas em 2012 (de maio a novembro). Além disso, o preço dos imóveis no município teve uma valorização de 12,2%. Esses dois fatores contribuíram para o crescimento de R\$ 1,6 milhão na arrecadação do imposto no município, que totalizou R\$ 32,5 milhões. Já em Serra houve um crescimento de 11,9%, injetando R\$ 2,8 milhões a mais aos cofres públicos. Esse movimento pode estar atrelado a outros fatores, como a revenda de imóveis já existentes, uma vez que em 2013, o número de conclusões de novas unidades cresceu 15,6%, variação bem abaixo de Vila Velha e Vitória. O Índice FipeZap ainda não é calculado no município serrano.

Concentração e participação orçamentária

A receita de ITBI no Estado é concentrada na capital (29,4%) e nos dois municípios de maior população: Vila Velha (21,4%) e Serra (17,3%). Esse comportamento é natural, pois quanto maior o município e, quão maior for o seu dinamismo econômico, maior será o estoque de casas, apartamentos e salas comerciais e, por correspondência, maior será o volume total de negociações dessas edificações. Embora Guarapari não tenha a quarta maior população estadual, o município respondeu por 7,3% da receita total com o imposto, o que se explica pelo alto valor dos imóveis do município, que é voltado para o turismo, e pelo estoque imobiliário proporcionalmente maior às demais localidades, visando fazer face à demanda turística nos períodos de alta temporada.

Ainda que tenha crescido num ritmo muito superior às demais receitas correntes nos últimos anos, de modo geral o ITBI ainda não possui grande representatividade nos orçamentos das cidades, sendo responsável por 1,7% da receita corrente no conjunto dos municípios capixabas. Esse percentual tende a ser maior, como vimos, nos municípios com maior desenvolvimento econômico. Na Região Metropolitana, esse indicador chega a 3,2%, tendo o Município de Guarapari (5%) a participação mais elevada do Estado.

ITBI per capita

Em 2013, a arrecadação per capita do ITBI das prefeituras

capixabas sofreu uma pequena redução quando comparado ao ano anterior. O recolhimento equivalente a R\$ 39,59 por habitante foi 1,2% menor que a receita de 2012, quando o valor chegou a R\$ 40,09 por pessoa. Historicamente, Vitória (R\$ 128,38) ocupa o primeiro lugar do ranking, sendo a única a ultrapassar a marca de R\$ 100 per capita. Em seguida, aparecem Guarapari (R\$ 94,91), Vila Velha (R\$ 70,89), Serra (R\$ 56,22) e São Mateus (R\$ 33,36).

A receita per capita do ITBI normalmente é mais elevada nos municípios que contam com os setores de comércio e serviços desenvolvidos e naqueles onde o potencial turístico é explorado. No primeiro caso, as salas e os pontos comerciais negociados por pessoas jurídicas se somam às residências e fazem um volume de recursos proporcionalmente maior que nos municípios dependentes economicamente dos centros financeiros. No segundo caso, os municípios turísticos possuem um estoque de residências muito superior ao demandado por sua população e que são negociados por pessoas que residem em outros municípios. Soma-se a isso a valorização dos imóveis nessas localidades.

Saiba mais sobre o ITBI

O ITBI tem como fato gerador a transmissão da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis e a transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia. O contribuinte é definido em lei municipal, podendo ser qualquer uma das partes envolvidas na transação. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel e a definição da alíquota que incide sobre essa base é de plena competência municipal, não existindo limite para sua fixação. Seu potencial arrecadador diferencia-se entre as cidades, variando conforme o nível de concentração urbana, o grau de desenvolvimento da estrutura produtiva e o nível de renda das pessoas. Seu comportamento depende ainda das condições estruturais ou conjunturais da economia, da oferta de crédito e da política de fiscalização dos governos locais.

Na primeira Constituição da República Federativa do Brasil, em 1891, o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis era de competência dos estados. Com a Emenda Constitucional nº 5, de 1961, distinguiu-se o tributo em ITBI *causa mortis* (herança ou sucessão) e ITBI *inter vivos* (transações imobiliárias), destinando-se a competência do primeiro aos estados e a do segundo aos municípios. Essa determinação foi sendo alterada ao longo das sucessivas constituições e emendas que se seguiram, até que, na Constituição Federal de 1988, passou a vigorar o mesmo estabelecido em 1961.

Arrecadação do ITBI - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	Participação 2013		ITBI per capita 2013 em R\$
								no total do ITBI	na receita corrente¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013							em %		
Afonso Cláudio	246,6	178,1	262,3	270,5	360,6	302,5	-16,1	0,2	0,5	9,29
Água Doce do Norte	62,6	94,2	153,2	136,5	109,1	161,0	47,6	0,1	0,6	13,24
Água Branca	71,2	64,9	48,4	90,8	118,0	96,5	-18,2	0,1	0,4	9,61
Alegre	216,1	216,8	202,8	260,6	211,2	...	..	...	...	...
Alfredo Chaves	106,8	179,8	193,5	184,2	159,0	225,9	42,1	0,1	0,6	15,21
Alto Rio Novo	-	31,3	47,8	50,1	36,8	48,7	32,2	0,0	0,2	6,21
Anchieta	938,6	1.305,9	885,3	879,8	833,8	644,5	-22,7	0,4	0,2	24,18
Apiacá	37,8	24,7	39,8	43,3	45,8	54,5	18,9	0,0	0,3	6,88
Aracruz	460,9	408,2	178,4	851,7	249,6	2.229,5	793,1	1,5	0,7	24,35
Atílio Vivacqua	88,4	84,1	52,6	35,0	100,0	87,9	-12,1	0,1	0,3	8,10
Baixo Guandu	122,0	242,3	290,0	404,2	371,1	258,1	-30,5	0,2	0,4	8,29
Barra de São Francisco	464,8	449,1	449,6	406,3	423,3	768,7	81,6	0,5	0,9	17,52
Boa Esperança	134,8	115,5	171,9	193,6	327,5	364,2	11,2	0,2	1,0	24,01
Bom Jesus do Norte	31,4	35,5	5,9	-	-	32,0	..	0,0	0,2	3,17
Brejetuba	34,2	29,0	52,8	87,2	87,2	155,6	78,5	0,1	0,5	12,28
Cachoeiro de Itapemirim	2.023,0	2.319,0	2.385,5	3.223,8	3.555,8	4.015,4	12,9	2,6	1,3	19,57
Cariacica	2.451,1	2.059,0	2.666,1	3.817,8	4.112,4	4.198,5	2,1	2,8	0,8	11,17
Castelo	567,0	563,4	696,4	744,9	1.012,3	733,3	-27,6	0,5	1,0	19,64
Colatina	1.182,7	1.219,6	1.775,6	1.892,2	2.232,8	2.525,6	13,1	1,7	1,1	20,93
Conceição da Barra	198,5	129,4	271,1	134,8	193,3	443,6	129,5	0,3	0,6	14,47
Conceição do Castelo	127,4	91,5	123,0	134,9	125,3	133,3	6,4	0,1	0,4	10,60
Divino de São Lourenço	34,5	38,3	57,6	34,2	32,9	35,7	8,6	0,0	0,2	7,61
Domingos Martins	733,0	608,2	579,3	656,7	512,2	521,0	1,7	0,3	0,6	15,30
Dores do Rio Preto	35,4	46,0	38,4	14,0	54,7	29,7	-45,7	0,0	0,2	4,35
Ecoporanga	203,8	261,4	382,8	324,9	417,1	197,2	-52,7	0,1	0,4	8,11
Fundão	190,8	225,6	337,3	299,8	166,9	224,2	34,3	0,1	0,4	11,69
Governador Lindenberg	45,1	41,3	83,0	128,4	123,2	132,6	7,7	0,1	0,5	11,10
Guaçu	147,8	207,4	359,5	355,5	399,0	387,7	-2,8	0,3	0,6	12,86
Guarapari	6.884,7	6.147,4	8.706,1	8.580,5	10.435,5	11.035,4	5,7	7,3	5,0	94,91
Ibatiba	69,0	80,7	64,4	80,7	102,6	90,5	-11,8	0,1	0,2	3,68
Ibiraçu	94,9	62,1	134,4	154,0	165,4	139,9	-15,4	0,1	0,5	11,54
Ibitirama	79,3	85,4	8,3	82,7	74,8	79,6	6,5	0,1	0,3	8,47
Iconha	130,7	61,8	108,1	163,7	164,6	117,6	-28,6	0,1	0,4	8,68
Irupi	86,6	60,6	40,6	88,1	147,1	109,9	-25,3	0,1	0,4	8,59
Itaguaçu	215,7	219,4	313,9	334,1	290,9	237,1	-18,5	0,2	0,7	15,97
Itapemirim	284,7	200,0	701,8	1.416,0	875,7	487,3	-44,4	0,3	0,2	14,50
Itarana	78,2	104,2	72,8	130,6	74,8	117,0	56,4	0,1	0,5	10,31
Iúna	206,5	193,7	314,4	428,7	444,6	358,4	-19,4	0,2	0,7	12,25
Jaguaré	169,3	158,1	204,9	399,5	333,0	369,8	11,1	0,2	0,5	13,40
Jerônimo Monteiro	87,1	44,1	79,8	93,4	102,9	102,4	-0,6	0,1	0,4	8,74
João Neiva	148,4	164,4	146,8	261,0	232,8	232,0	-0,3	0,2	0,6	13,75
Laranja da Terra	92,2	89,2	134,8	72,3	91,7	83,4	-9,1	0,1	0,3	7,30
Linhares	1.830,8	1.749,3	3.010,2	2.627,4	3.176,5	3.131,1	-1,4	2,1	0,7	19,84
Mantenópolis	147,3	125,7	125,3	190,3	184,7	162,7	-11,9	0,1	0,5	10,99
Marataizes	263,0	279,5	332,3	364,7	500,0	545,0	9,0	0,4	0,4	14,67
Marechal Floriano	366,4	210,3	257,9	257,5	332,8	322,1	-3,2	0,2	0,8	20,53
Mariândia	85,4	71,1	98,7	99,6	102,4	114,3	11,7	0,1	0,4	9,46
Mimoso do Sul	163,4	127,0	151,1	131,9	178,8	156,8	-12,3	0,1	0,3	5,74
Montanha	270,4	146,8	215,7	470,7	366,4	388,6	6,1	0,3	0,9	20,40
Mucurici	114,6	27,1	19,8	25,8	26,1	22,0	-15,8	0,0	0,1	3,73
Muniz Freire	136,8	109,3	47,4	160,8	141,6	102,9	-27,3	0,1	0,2	5,39
Muqui	65,1	64,8	74,5	116,6	92,7	124,7	34,5	0,1	0,4	8,08
Nova Venécia	418,7	330,7	820,2	948,4	903,4	1.057,7	17,1	0,7	1,1	21,34
Pancas	168,0	137,0	143,2	143,6	232,5	212,5	-8,6	0,1	0,5	9,19
Pedro Canário	108,8	43,3	1,3	81,1	436,4	231,0	-47,1	0,2	0,5	8,99
Pinheiros	655,3	285,5	492,6	608,2	450,9	491,1	8,9	0,3	0,9	18,87
Piúma	429,6	340,8	364,8	542,8	550,1	593,5	7,9	0,4	1,1	29,55
Ponto Belo	63,4	54,4	58,2	55,1	66,4	...	..	...	...	...
Presidente Kennedy	3.686,3	141,7	187,0	78,3	133,3	114,7	-14,0	0,1	0,0	10,31
Rio Bananal	221,0	162,9	134,9	210,5	234,6	212,1	-9,6	0,1	0,4	11,23
Rio Novo do Sul	32,5	74,0	69,5	40,3	37,5	46,3	23,3	0,0	0,2	3,86
Santa Leopoldina	132,9	126,2	225,3	90,4	173,7	170,1	-2,1	0,1	0,6	13,21
Santa Maria de Jetibá	241,1	209,5	266,1	240,0	220,5	232,3	5,4	0,2	0,3	6,16
Santa Teresa	392,1	340,3	389,8	360,8	419,9	522,9	24,5	0,3	1,0	22,32
São Domingos do Norte	106,6	80,2	81,1	93,3	117,5	87,3	-25,7	0,1	0,4	10,15
São Gabriel da Palha	222,5	216,9	281,6	276,6	436,5	301,5	-30,9	0,2	0,5	8,56
São José do Calçado	71,3	56,1	67,4	37,6	70,7	77,1	9,1	0,1	0,3	7,02
São Mateus	1.311,3	1.342,8	2.237,6	2.156,9	4.586,8	4.027,6	-12,2	2,6	1,7	33,36
São Roque do Canaã	70,1	39,4	65,1	82,8	112,8	64,9	-42,5	0,0	0,3	5,33
Serra	11.883,7	9.679,7	17.461,1	18.945,3	23.476,4	26.274,4	11,9	17,3	3,1	56,22
Sooretama	132,2	101,3	57,5	266,8	111,1	99,9	-10,1	0,1	0,2	3,72
Vargem Alta	88,5	319,5	53,8	119,3	103,0	147,1	42,9	0,1	0,3	7,09
Venda Nova do Imigrante	210,4	208,1	334,5	302,1	353,9	459,5	29,8	0,3	1,0	20,09
Viana	394,8	319,4	897,2	1.127,3	2.297,7	1.269,9	-44,7	0,8	0,9	17,61
Vila Pavão	33,7	29,9	41,1	107,8	172,7	128,0	-25,9	0,1	0,6	13,81
Vila Valério	117,2	57,1	48,3	74,3	72,8	84,1	15,6	0,1	0,2	5,76
Vila Velha	17.956,2	19.833,2	30.900,1	28.981,2	30.937,8	32.501,9	5,1	21,4	4,6	70,89
Vitória	24.491,8	25.255,3	32.773,6	41.856,1	41.734,6	44.709,7	7,1	29,4	3,3	128,38
TOTAL	86.666,5	81.636,4	116.606,9	130.213,1	143.453,0	152.018,0	6,0	100,0	1,7	39,59

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹ receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Posição	Município	ITBI em R\$	População 2013
1º	Vitória	44.709.657,47	348.268
2º	Vila Velha	32.501.928,12	458.489
3º	Serra	26.274.379,40	467.318
4º	Guarapari	11.035.444,91	116.278
5º	Cariacica	4.198.518,84	375.974
6º	São Mateus	4.027.642,37	120.725
7º	Cachoeiro de Itapemirim	4.015.394,62	205.213
8º	Linhares	3.131.129,01	157.814
9º	Colatina	2.525.568,67	120.677
10º	Aracruz	2.229.459,40	91.562
11º	Viana	1.269.925,31	72.115
12º	Nova Venécia	1.057.673,07	49.564
13º	Barra de São Francisco	768.668,31	43.882
14º	Castelo	733.343,62	37.331
15º	Anchieta	644.516,99	26.658
16º	Piúma	593.510,83	20.082
17º	Marataizes	544.985,30	37.140
18º	Santa Teresa	522.900,58	23.432
19º	Domingos Martins	520.989,03	34.059
20º	Pinheiros	491.053,34	26.023
21º	Itapemirim	487.286,77	33.610
22º	Venda Nova do Imigrante	459.472,03	22.873
23º	Conceição da Barra	443.583,96	30.659
24º	Montanha	388.562,87	19.049
25º	Guaçuí	387.734,25	30.144
26º	Jaguaré	369.824,00	27.599
27º	Boa Esperança	364.183,36	15.169
28º	Iúna	358.379,71	29.258
29º	Marechal Floriano	322.060,45	15.689
30º	Afonso Cláudio	302.494,52	32.551
31º	São Gabriel da Palha	301.508,63	35.232
32º	Baixo Guandu	258.088,75	31.126
33º	Itaguaçu	237.114,81	14.844
34º	Santa Maria de Jetibá	232.339,52	37.720
35º	João Neiva	232.007,02	16.869
36º	Pedro Canário	230.963,04	25.700
37º	Alfredo Chaves	225.949,35	14.859
38º	Fundão	224.219,30	19.177
39º	Pancas	212.511,36	23.125
40º	Rio Bananal	212.128,31	18.892
41º	Ecoporanga	197.190,33	24.327
42º	Santa Leopoldina	170.099,62	12.881
43º	Mantenópolis	162.722,59	14.808
44º	Água Doce do Norte	161.041,22	12.164
45º	Mimoso do Sul	156.755,89	27.309
46º	Brejetuba	155.635,68	12.669
47º	Vargem Alta	147.126,40	20.744
48º	Ibiraçu	139.855,52	12.124
49º	Conceição do Castelo	133.321,03	12.579
50º	Governador Lindenberg	132.636,08	11.953
51º	Vila Pavão	128.038,93	9.272
52º	Muqui	124.684,78	15.438
53º	Iconha	117.610,92	13.548
54º	Itarana	116.998,62	11.349
55º	Presidente Kennedy	114.714,63	11.130
56º	Marilândia	114.340,14	12.092
57º	Irupi	109.879,53	12.798
58º	Muniz Freire	102.886,43	19.081
59º	Jerônimo Monteiro	102.358,84	11.707
60º	Sooretama	99.924,60	26.843
61º	Águia Branca	96.519,74	10.045
62º	Ibatiba	90.462,68	24.575
63º	Atílio Vivácqua	87.928,62	10.862
64º	São Domingos do Norte	87.273,04	8.595
65º	Vila Valério	84.139,84	14.614
66º	Laranja da Terra	83.395,75	11.418
67º	Ibitirama	79.644,45	9.400
68º	São José do Calçado	77.099,63	10.987
69º	São Roque do Canaã	64.911,21	12.179
70º	Apiacá	54.456,86	7.916
71º	Alto Rio Novo	48.671,73	7.841
72º	Rio Novo do Sul	46.259,95	11.993
73º	Divino de São Lourenço	35.690,28	4.688
74º	Bom Jesus do Norte	31.961,32	10.095
75º	Dores do Rio Preto	29.682,80	6.827
76º	Mucurici	22.029,80	5.909
77º	Alegre	...	32.267
78º	Ponto Belo	...	7.590
TOTAL		152.017.956,83	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Posição	Município	A / B	ITBI (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Vitória	128,38	44.709.657,47	348.268
2º	Guarapari	94,91	11.035.444,91	116.278
3º	Vila Velha	70,89	32.501.928,12	458.489
4º	Serra	56,22	26.274.379,40	467.318
5º	São Mateus	33,36	4.027.642,37	120.725
6º	Piúma	29,55	593.510,83	20.082
7º	Aracruz	24,35	2.229.459,40	91.562
8º	Anchieta	24,18	644.516,99	26.658
9º	Boa Esperança	24,01	364.183,36	15.169
10º	Santa Teresa	22,32	522.900,58	23.432
11º	Nova Venécia	21,34	1.057.673,07	49.564
12º	Colatina	20,93	2.525.568,67	120.677
13º	Marechal Floriano	20,53	322.060,45	15.689
14º	Montanha	20,40	388.562,87	19.049
15º	Venda Nova do Imigrante	20,09	459.472,03	22.873
16º	Linhares	19,84	3.131.129,01	157.814
17º	Castelo	19,64	733.343,62	37.331
18º	Cachoeiro de Itapemirim	19,57	4.015.394,62	205.213
19º	Pinheiros	18,87	491.053,34	26.023
20º	Viana	17,61	1.269.925,31	72.115
21º	Barra de São Francisco	17,52	768.668,31	43.882
22º	Itaguaçu	15,97	237.114,81	14.844
23º	Domingos Martins	15,30	520.989,03	34.059
24º	Alfredo Chaves	15,21	225.949,35	14.859
25º	Marataizes	14,67	544.985,30	37.140
26º	Itapemirim	14,50	487.286,77	33.610
27º	Conceição da Barra	14,47	443.583,96	30.659
28º	Vila Pavão	13,81	128.038,93	9.272
29º	João Neiva	13,75	232.007,02	16.869
30º	Jaguaré	13,40	369.824,00	27.599
31º	Água Doce do Norte	13,24	161.041,22	12.164
32º	Santa Leopoldina	13,21	170.099,62	12.881
33º	Guaçuí	12,86	387.734,25	30.144
34º	Brejetuba	12,28	155.635,68	12.669
35º	Iúna	12,25	358.379,71	29.258
36º	Fundão	11,69	224.219,30	19.177
37º	Ibiraçu	11,54	139.855,52	12.124
38º	Rio Bananal	11,23	212.128,31	18.892
39º	Cariacica	11,17	4.198.518,84	375.974
40º	Governador Lindenberg	11,10	132.636,08	11.953
41º	Mantenópolis	10,99	162.722,59	14.808
42º	Conceição do Castelo	10,60	133.321,03	12.579
43º	Itarana	10,31	116.998,62	11.349
44º	Presidente Kennedy	10,31	114.714,63	11.130
45º	São Domingos do Norte	10,15	87.273,04	8.595
46º	Águia Branca	9,61	96.519,74	10.045
47º	Marilândia	9,46	114.340,14	12.092
48º	Afonso Cláudio	9,29	302.494,52	32.551
49º	Pancas	9,19	212.511,36	23.125
50º	Pedro Canário	8,99	230.963,04	25.700
51º	Jerônimo Monteiro	8,74	102.358,84	11.707
52º	Iconha	8,68	117.610,92	13.548
53º	Irupi	8,59	109.879,53	12.798
54º	São Gabriel da Palha	8,56	301.508,63	35.232
55º	Ibitirama	8,47	79.644,45	9.400
56º	Baixo Guandu	8,29	258.088,75	31.126
57º	Ecoporanga	8,11	197.190,33	24.327
58º	Atílio Vivácqua	8,10	87.928,62	10.862
59º	Muqui	8,08	124.684,78	15.438
60º	Divino de São Lourenço	7,61	35.690,28	4.688
61º	Laranja da Terra	7,30	83.395,75	11.418
62º	Vargem Alta	7,09	147.126,40	20.744
63º	São José do Calçado	7,02	77.099,63	10.987
64º	Apiacá	6,88	54.456,86	7.916
65º	Alto Rio Novo	6,21	48.671,73	7.841
66º	Santa Maria de Jetibá	6,16	232.339,52	37.720
67º	Vila Valério	5,76	84.139,84	14.614
68º	Mimoso do Sul	5,74	156.755,89	27.309
69º	Muniz Freire	5,39	102.886,43	19.081
70º	São Roque do Canaã	5,33	64.911,21	12.179
71º	Dores do Rio Preto	4,35	29.682,80	6.827
72º	Rio Novo do Sul	3,86	46.259,95	11.993
73º	Mucurici	3,73	22.029,80	5.909
74º	Sooretama	3,72	99.924,60	26.843
75º	Ibatiba	3,68	90.462,68	24.575
76º	Bom Jesus do Norte	3,17	31.961,32	10.095
77º	Ponto Belo	...	...	7.590
78º	Alegre	...	...	32.267
TOTAL		39,59	152.017.956,83	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA SERRA

SERRA: PLANO INCENTIVA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Serra já é o maior município do Estado, com uma população de mais de 467 mil habitantes, e uma das maiores economias, com PIB de R\$13 bilhões. E pode crescer ainda mais.

O Plano de Desenvolvimento, lançado recentemente, tem como objetivo identificar as potencialidades de negócios, gerar ideias e projetos que contribuam para o crescimento sustentável, além de criar oportunidades para os investidores.

Não é por acaso que a cidade sedia 47 das 200 maiores empresas do Espírito Santo. Localizada estrategicamente na Região Metropolitana da Grande Vitória, a Serra possui vocação para negócios em diversos setores como indústria, comércio, serviços e setor imobiliário.

O Plano irá contribuir com o desenvolvimento sustentável, promovendo o crescimento econômico e social de forma planejada. A cidade cresce, e os moradores ganham qualidade de vida.

REGIONAL NORTE

CEASA-ES

São Mateus

REGIONAL SUL

ENTREPOSTO CENTRAL

Cachoeiro de
Itapemirim

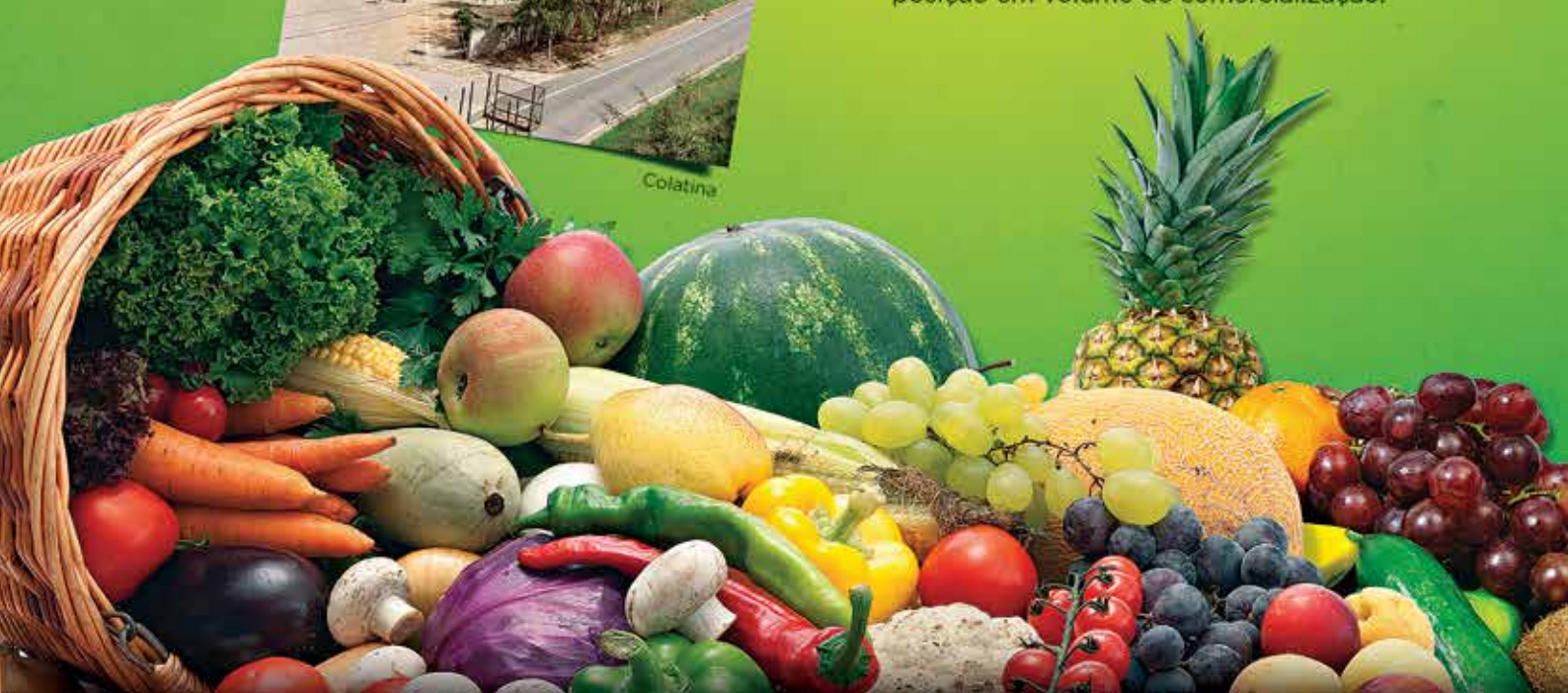
REGIONAL NOROESTE

Cariacica

Colatina

CEASA-ES 37 ANOS DE BONS FRUTOS.

Há 37 anos a Ceasa-ES tem agregado qualidade aos serviços prestados ao conjunto de seus usuários, contribuindo decisivamente para a melhoria da distribuição e do abastecimento alimentar capixaba. Atualmente a Ceasa-ES é considerada modelo de estratégia para o agronegócio de frutas e hortaliças *in natura* no Estado. No universo de 35 entrepostos atacadistas no país, a Ceasa-ES ocupa a privilegiada oitava posição em volume de comercialização.



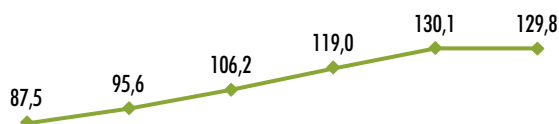


Desempenho

Após o longo período de forte crescimento na arrecadação de taxas iniciado em 2005, pela primeira vez o desempenho para o conjunto dos municípios capixabas foi inferior ao ano anterior. A receita de R\$ 129,8 milhões significou uma redução de 0,3% entre o exercício de 2012 e 2013. Para efeito de comparação, no intervalo de 2004 a 2012 essas receitas haviam experimentado um expressivo crescimento médio, na ordem de 10,7% ao ano. Em termos monetários, isso significa dizer que o incremento orçamentário que vinha sendo de aproximadamente R\$ 9 milhões ao ano, desde 2004, passou para um desfalque de R\$ 366 mil, em 2013, com os valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio anual de 2013.

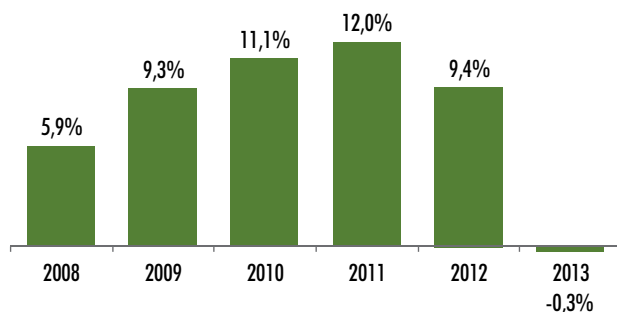
Evolução da arrecadação das taxas

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



2008 2009 2010 2011 2012 2013

Crescimento da receita de taxas em relação ao ano anterior



Embora o recolhimento com taxas tenham recuado, a queda de 0,3% pode ser vista de forma positiva ao se analisar o

quadro geral, uma vez que o conjunto das receitas correntes apresentou retração mais intensa e ficou, em média, 4% menor que em 2012. Em um ano de fortes mudanças, a receita tributária dos municípios recuou 0,2%, fortemente influenciada pelo desempenho do ISS que caiu 3,3%. O movimento de queda na receita se estendeu também ao FPM e ao ICMS, com quedas de 0,4% e 10,8%, respectivamente.

À parte desse cenário de retração, destacaram-se os municípios de Vila Velha e Cariacica, onde as receitas de taxas de 2013 foram superiores às de 2012 em R\$ 2 milhões e R\$ 1,3 milhão, respectivamente. Vale lembrar que Vila Velha possui a arrecadação mais robusta do Estado, com uma receita de R\$ 36,8 milhões. Entre os municípios com menor orçamento, Divino de São Lourenço quase triplicou a receita com taxas, saindo de R\$ 13,3 mil para R\$ 39,6 mil, e Mucurici mais que dobrou, passando de R\$ 51,2 mil para R\$ 108,5 mil. Em Sooretama o aumento foi de 70,1%, em Montanha, de 64,1%, e em Santa Maria de Jetibá, de 50,2%.

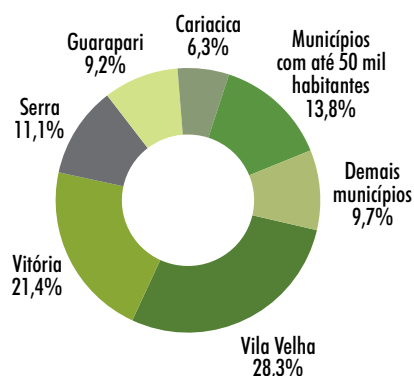
Na capital, que concentra 21,4% do total da arrecadação do conjunto das prefeituras capixabas, a receita de taxas aumentou em 2,6%. A receita de R\$ 27,8 milhões teve um incremento de R\$ 709 mil em relação a 2012.

Concentração e participação orçamentária

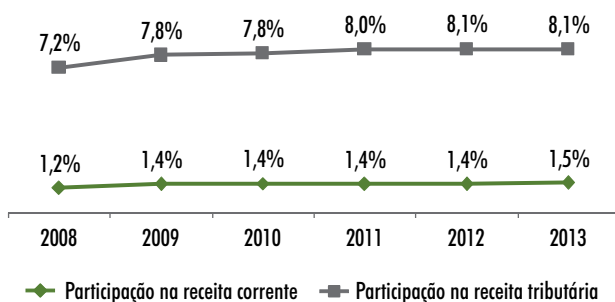
A receita com a cobrança de taxas tende a ser extremamente concentrada nos municípios de maior porte populacional. As taxas são cobradas para custear a prestação de determinados serviços públicos e os serviços de fiscalização pública sobre algumas atividades particulares. Tanto os serviços quanto as fiscalizações se dão em maior frequência nas cidades mais populosas. Não por acaso, em 2013, 77,9% da arrecadação dessa fonte de recurso no Estado pertenceu aos municípios da Região Metropolitana.

Ainda que se concentre em poucos municípios, as taxas não apresentam grande representatividade nos orçamentos correntes. Nos municípios de Guarapari e Vila Velha, onde possui maior participação orçamentária, as taxas contribuíram com 5,4% e 5,2% das respectivas receitas correntes. Em geral, essa participação é bem menor, em média, de 1,5%.

Participação dos municípios na arrecadação de taxas - 2013



Participação média das taxas nas receitas corrente e tributária dos municípios



Diante dos demais tributos próprios municipais, até 2009 as taxas superavam apenas a arrecadação do ITBI. A partir de 2010, passaram a ser o menor tributo próprio dos municípios capixabas. De 2009 a 2013, a participação das taxas no total da receita tributária própria ficou muito próxima de 8%.

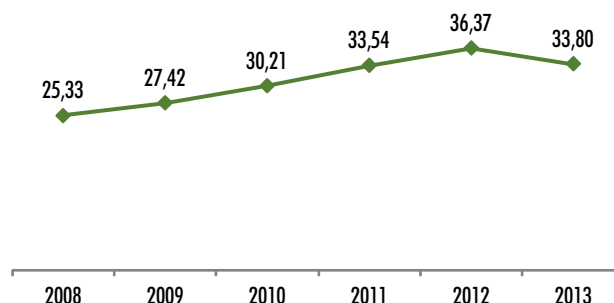
Arrecadação per capita

Em 2013, a arrecadação per capita das prefeituras capixabas com a cobrança de taxas foi de R\$ 33,80, valor 7,1% inferior ao resultado de 2012, quando as receitas equivaleram a R\$ 36,37 por residente. Guarapari lidera o ranking estadual, com o equivalente a R\$ 103,00 por habitante, o que muito se deve ao fato da cidade ser uma estância turística e, por isso, registrar grande quantidade de pessoas que não residem permanentemente no município, mas que, por possuírem imóveis de veraneio, utilizam-se dos serviços da prefeitura e pagam as correspondentes taxas.

Em segundo lugar aparece o Município de Vila Velha, com uma receita equivalente a R\$ 80,19 por habitante, seguido de perto por Vitória (R\$ 79,84). Vale destacar que dos 76 municípios com dados para esse item em 2013, apenas sete apresentavam uma arrecadação per capita acima da média estadual. Em outros 50 esse valor não era superior à metade do valor médio.

Evolução da arrecadação das taxas per capita

em R\$ - IPCA médio de 2013



Saiba mais sobre as taxas

Taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Uma das principais características das taxas é a vinculação da cobrança ao custeio de determinadas atividades estatais, diferentemente do imposto, cuja cobrança é independente de vinculação à prestação de serviços específicos. Dessa forma, deve haver uma razoável equivalência entre o custo do serviço prestado pela administração pública e a receita prevista pela cobrança das taxas.

Esse tributo foi instituído na Constituição Federal de 1934 (artigo 13, § 2º, V). Com a Emenda Constitucional nº 18/1965, ele foi subdividido em dois grupos: o das taxas pela prestação de serviços, tais como de limpeza pública, utilização de cemitérios, coleta de lixo, entre outros; e o das taxas pelo exercício do poder de polícia, tais como para a concessão de licença de funcionamento, de localização, de expediente ou emissão de documentos, fiscalização sanitária, de publicidade, entre outras.

A base de cálculo da taxa deve estar vinculada ao custo da atividade prestada ou posta à disposição do contribuinte. Cada município possui plena autonomia para instituir os critérios para a sua arrecadação, considerando sempre os princípios de divisibilidade e especificidade da atividade pública, exigidos pelo artigo 145, inciso II, da Constituição Federal.

Arrecadação das taxas - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	Participação 2013		Taxas per capita 2013 em R\$
								no total das taxas	na receita corrente¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013							em %		em R\$
Afonso Cláudio	44,8	75,2	130,4	140,6	181,1	187,6	3,6	0,1	0,3	5,76
Água Doce do Norte	34,6	49,4	47,2	53,8	50,7	50,3	-0,8	0,0	0,2	4,13
Água Branca	50,5	50,7	59,5	61,0	78,7	73,8	-6,2	0,1	0,3	7,35
Alegre	863,7	792,4	812,9	843,2	774,3	...	..	...	...	...
Alfredo Chaves	145,9	317,2	222,4	208,6	185,2	209,7	13,2	0,2	0,6	14,11
Alto Rio Novo	0,2	36,2	31,0	22,5	29,1	37,7	29,5	0,0	0,2	4,81
Anchieta	706,7	577,6	688,9	1.417,5	889,2	958,3	7,8	0,7	0,3	35,95
Apiacá	84,7	84,8	96,6	86,5	83,1	102,6	23,5	0,1	0,5	12,96
Aracruz	1.370,9	1.244,7	1.454,7	1.935,5	2.015,2	766,8	-61,9	0,6	0,3	8,38
Atílio Vivácqua	56,4	151,3	107,3	116,7	104,1	112,7	8,3	0,1	0,4	10,38
Baixo Guandu	600,1	565,5	487,3	543,5	515,4	536,8	4,2	0,4	0,9	17,25
Barra de São Francisco	612,2	727,4	778,4	1.131,3	1.039,4	951,6	-8,4	0,7	1,1	21,69
Boa Esperança	147,4	87,1	117,8	132,7	122,9	145,7	18,5	0,1	0,4	9,60
Bom Jesus do Norte	142,9	80,8	159,1	201,5	193,2	212,0	9,8	0,2	1,1	21,00
Brejetuba	20,3	22,5	24,3	26,4	30,6	29,3	-4,3	0,0	0,1	2,31
Cachoeiro de Itapemirim	2.549,0	2.660,4	2.669,3	2.593,4	3.243,8	1.913,9	-41,0	1,5	0,6	9,33
Cariacica	4.674,3	5.223,2	6.045,2	6.702,1	6.924,2	8.196,4	18,4	6,3	1,6	21,80
Castelo	742,8	775,1	808,7	814,4	858,7	965,8	12,5	0,7	1,3	25,87
Colatina	1.831,4	1.645,8	1.787,8	1.827,9	2.060,5	2.008,1	-2,5	1,5	0,9	16,64
Conceição da Barra	190,9	162,3	143,6	133,2	145,0	140,1	-3,4	0,1	0,2	4,57
Conceição do Castelo	93,8	89,4	106,4	97,3	98,4	118,1	20,0	0,1	0,4	9,39
Divino de São Lourenço	12,1	24,6	18,2	20,5	13,3	39,6	197,5	0,0	0,3	8,44
Domingos Martins	566,1	418,2	406,5	404,3	399,5	278,0	-30,4	0,2	0,3	8,16
Dores do Rio Preto	14,4	45,6	66,3	51,9	100,5	108,3	7,8	0,1	0,6	15,87
Ecoporanga	117,1	144,7	116,3	179,3	145,2	75,7	-47,8	0,1	0,2	3,11
Fundão	83,9	128,2	1.104,3	1.047,1	1.121,2	55,0	-95,1	0,0	0,1	2,87
Governador Lindenberg	182,0	67,7	101,6	99,3	144,5	181,3	25,4	0,1	0,7	15,16
Guaçuí	811,6	396,2	211,7	571,9	778,3	782,2	0,5	0,6	1,3	25,95
Guarapari	3.293,7	6.531,7	9.192,5	11.389,7	12.149,5	11.976,5	-1,4	9,2	5,4	103,00
Ibatiba	42,3	127,0	167,4	155,9	187,8	160,6	-14,5	0,1	0,4	6,53
Ibiraçu	160,9	152,2	172,3	178,3	214,4	219,5	2,4	0,2	0,8	18,11
Ibitirama	128,9	99,8	183,7	104,9	120,8	138,8	14,8	0,1	0,6	14,76
Iconha	359,6	292,3	391,0	409,0	459,6	462,8	0,7	0,4	1,4	34,16
Irupi	75,2	62,2	109,9	176,2	90,0	98,2	9,1	0,1	0,4	7,67
Itaguaçu	233,3	247,9	254,9	269,6	271,8	284,1	4,5	0,2	0,8	19,14
Itapemirim	318,6	307,0	316,5	340,7	398,5	363,0	-8,9	0,3	0,1	10,80
Itarana	152,5	175,3	264,0	256,2	336,1	313,1	-6,9	0,2	1,4	27,59
Iúna	387,0	399,3	436,5	425,3	465,1	437,4	-6,0	0,3	0,8	14,95
Jaguaré	344,9	150,3	149,4	134,9	182,7	155,1	-15,1	0,1	0,2	5,62
Jerônimo Monteiro	56,0	83,4	105,7	251,3	104,6	115,5	10,3	0,1	0,4	9,86
João Neiva	513,0	534,7	509,0	549,6	568,7	575,4	1,2	0,4	1,5	34,11
Laranja da Terra	77,4	87,5	84,3	90,4	91,5	111,2	21,5	0,1	0,4	9,74
Linhares	1.758,1	1.811,4	2.056,2	2.729,6	3.328,2	2.816,3	-15,4	2,2	0,6	17,85
Mantenópolis	94,5	110,1	104,8	107,5	101,7	122,1	20,1	0,1	0,4	8,25
Marataizes	735,9	738,8	824,7	927,9	944,0	904,9	-4,1	0,7	0,6	24,37
Marechal Floriano	260,1	244,5	246,1	249,6	273,2	298,3	9,2	0,2	0,8	19,01
Mariândia	27,6	36,7	41,9	119,8	89,9	86,4	-3,9	0,1	0,3	7,15
Mimoso do Sul	112,9	120,0	120,1	89,5	122,3	129,5	5,9	0,1	0,3	4,74
Montanha	80,2	100,6	93,4	98,6	93,5	153,4	64,1	0,1	0,4	8,05
Mucurici	12,6	30,5	11,7	44,1	51,2	108,5	111,7	0,1	0,5	18,36
Muniz Freire	193,3	275,4	261,2	324,0	381,8	429,9	12,6	0,3	1,0	22,53
Muqui	102,3	105,0	103,7	108,8	112,4	151,7	35,0	0,1	0,5	9,83
Nova Venécia	495,2	537,2	544,8	543,7	673,2	433,5	-35,6	0,3	0,5	8,75
Pancas	257,9	204,4	211,4	210,3	215,5	161,3	-25,1	0,1	0,4	6,98
Pedro Canário	102,1	129,0	116,1	58,0	101,8	88,7	-12,9	0,1	0,2	3,45
Pinheiros	192,1	134,6	319,2	162,2	146,1	155,8	6,7	0,1	0,3	5,99
Piúma	533,8	601,5	570,7	583,3	564,9	796,8	41,1	0,6	1,4	39,68
Ponto Belo	36,8	40,3	38,1	42,2	42,0	...	..	...	...	...
Presidente Kennedy	360,3	244,9	155,1	326,7	123,2	87,5	-29,0	0,1	0,0	7,86
Rio Bananal	59,1	63,1	79,3	75,0	61,2	53,6	-12,4	0,0	0,1	2,84
Rio Novo do Sul	197,0	319,5	178,7	182,3	210,6	245,7	16,7	0,2	0,9	20,49
Santa Leopoldina	60,3	58,2	40,6	49,5	34,6	50,9	47,2	0,0	0,2	3,95
Santa Maria de Jetibá	291,8	339,7	370,5	421,4	471,2	708,0	50,2	0,5	0,9	18,77
Santa Teresa	345,1	386,3	394,4	358,4	421,2	385,3	-8,5	0,3	0,7	16,44
São Domingos do Norte	58,9	62,5	58,9	77,4	125,6	94,6	-24,7	0,1	0,4	11,00
São Gabriel da Palha	684,0	773,6	817,7	861,0	924,7	873,8	-5,5	0,7	1,4	24,80
São José do Calçado	55,1	35,8	142,7	107,7	93,7	97,9	4,5	0,1	0,3	8,91
São Mateus	2.449,0	1.989,9	2.667,9	1.521,1	2.985,2	2.477,8	-17,0	1,9	1,0	20,52
São Roque do Canaã	52,4	55,9	61,3	61,9	64,6	75,0	16,1	0,1	0,3	6,16
Serra	10.437,5	11.388,5	12.527,2	14.504,0	14.733,8	14.444,3	-2,0	11,1	1,7	30,91
Sooretama	128,2	77,5	145,2	127,3	103,6	176,3	70,1	0,1	0,3	6,57
Vargem Alta	86,2	222,1	238,0	229,4	261,2	294,5	12,7	0,2	0,6	14,19
Venda Nova do Imigrante	418,3	482,2	548,8	568,6	673,7	756,5	12,3	0,6	1,6	33,08
Viana	1.113,7	1.019,1	1.108,3	1.170,2	1.539,9	1.847,5	20,0	1,4	1,4	25,62
Vila Pavão	99,7	62,3	102,5	158,2	90,2	70,0	-22,3	0,1	0,3	7,55
Vila Valério	94,2	159,9	175,3	171,9	181,8	168,4	-7,4	0,1	0,5	11,52
Vila Velha	22.003,8	24.279,0	26.811,9	31.364,3	34.727,8	36.766,2	5,9	28,3	5,2	80,19
Vitória	20.593,8	22.484,3	22.761,1	24.046,3	27.094,7	27.804,1	2,6	21,4	2,1	79,84
TOTAL	87.478,3	95.619,4	106.190,6	118.978,0	130.130,8	129.764,8	-0,3	100,0	1,5	33,80

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Taxas

Posição	Município	Taxas em R\$	População 2013
1º	Vila Velha	36.766.193,01	458.489
2º	Vitória	27.804.130,85	348.268
3º	Serra	14.444.308,57	467.318
4º	Guarapari	11.976.476,12	116.278
5º	Cariacica	8.196.413,10	375.974
6º	Linhares	2.816.306,97	157.814
7º	São Mateus	2.477.803,60	120.725
8º	Colatina	2.008.100,94	120.677
9º	Cachoeiro de Itapemirim	1.913.947,96	205.213
10º	Viana	1.847.524,82	72.115
11º	Castelo	965.819,34	37.331
12º	Anchieta	958.294,78	26.658
13º	Barra de São Francisco	951.610,57	43.882
14º	Marataízes	904.943,48	37.140
15º	São Gabriel da Palha	873.795,00	35.232
16º	Piúma	796.845,29	20.082
17º	Guaçuí	782.235,38	30.144
18º	Aracruz	766.842,20	91.562
19º	Venda Nova do Imigrante	756.549,40	22.873
20º	Santa Maria de Jetibá	708.019,20	37.720
21º	João Neiva	575.386,32	16.869
22º	Baixo Guandu	536.849,60	31.126
23º	Iconha	462.796,90	13.548
24º	Lúna	437.428,90	29.258
25º	Nova Venécia	433.501,67	49.564
26º	Muniz Freire	429.939,19	19.081
27º	Santa Teresa	385.337,53	23.432
28º	Itapemirim	362.985,21	33.610
29º	Itarana	313.092,47	11.349
30º	Marechal Floriano	298.322,75	15.689
31º	Vargem Alta	294.459,12	20.744
32º	Itaguaçu	284.130,30	14.844
33º	Domingos Martins	277.987,80	34.059
34º	Rio Novo do Sul	245.717,53	11.993
35º	Ibiraçu	219.544,23	12.124
36º	Bom Jesus do Norte	212.020,49	10.095
37º	Alfredo Chaves	209.679,35	14.859
38º	Afonso Cláudio	187.574,81	32.551
39º	Governador Lindenberg	181.260,91	11.953
40º	Sooretama	176.314,08	26.843
41º	Vila Valério	168.383,31	14.614
42º	Pancas	161.333,81	23.125
43º	Ibatiba	160.593,59	24.575
44º	Pinheiros	155.795,80	26.023
45º	Jaguaré	155.063,05	27.599
46º	Montanha	153.421,36	19.049
47º	Muqui	151.683,45	15.438
48º	Boa Esperança	145.662,56	15.169
49º	Conceição da Barra	140.105,47	30.659
50º	Ibitirama	138.756,12	9.400
51º	Mimoso do Sul	129.526,70	27.309
52º	Mantenópolis	122.145,28	14.808
53º	Conceição do Castelo	118.149,60	12.579
54º	Jerônimo Monteiro	115.464,24	11.707
55º	Atílio Viváqua	112.709,53	10.862
56º	Laranja da Terra	111.157,76	11.418
57º	Mucurici	108.494,80	5.909
58º	Dores do Rio Preto	108.329,05	6.827
59º	Apicá	102.616,59	7.916
60º	Irupi	98.214,21	12.798
61º	São José do Calçado	97.870,54	10.987
62º	São Domingos do Norte	94.565,43	8.595
63º	Pedro Canário	88.690,45	25.700
64º	Presidente Kennedy	87.493,45	11.130
65º	Marilândia	86.434,62	12.092
66º	Ecoporanga	75.743,65	24.327
67º	São Roque do Canaã	75.022,97	12.179
68º	Água Branca	73.793,14	10.045
69º	Vila Pavão	70.023,17	9.272
70º	Fundão	54.979,10	19.177
71º	Rio Bananal	53.604,90	18.892
72º	Santa Leopoldina	50.913,44	12.881
73º	Água Doce do Norte	50.279,37	12.164
74º	Divino de São Lourenço	39.557,04	4.688
75º	Alto Rio Novo	37.703,50	7.841
76º	Brejetuba	29.312,05	12.669
77º	Alegre	...	32.267
78º	Ponto Belo	...	7.590
TOTAL		129.764.845,96	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Taxas per capita

Posição	Município	A / B	Taxas (A)	População 2013 (B)
			em R\$	
1º	Guarapari	103,00	11.976.476,12	116.278
2º	Vila Velha	80,19	36.766.193,01	458.489
3º	Vitória	79,84	27.804.130,85	348.268
4º	Piúma	39,68	796.845,29	20.082
5º	Anchieta	35,95	958.294,78	26.658
6º	Iconha	34,16	462.796,90	13.548
7º	João Neiva	34,11	575.386,32	16.869
8º	Venda Nova do Imigrante	33,08	756.549,40	22.873
9º	Serra	30,91	14.444.308,57	467.318
10º	Itarana	27,59	313.092,47	11.349
11º	Guaçuí	25,95	782.235,38	30.144
12º	Castelo	25,87	965.819,34	37.331
13º	Viana	25,62	1.847.524,82	72.115
14º	São Gabriel da Palha	24,80	873.795,00	35.232
15º	Marataízes	24,37	904.943,48	37.140
16º	Muniz Freire	22,53	429.939,19	19.081
17º	Cariacica	21,80	8.196.413,10	375.974
18º	Barra de São Francisco	21,69	951.610,57	43.882
19º	Bom Jesus do Norte	21,00	212.020,49	10.095
20º	São Mateus	20,52	2.477.803,60	120.725
21º	Rio Novo do Sul	20,49	245.717,53	11.993
22º	Itaguaçu	19,14	284.130,30	14.844
23º	Marechal Floriano	19,01	298.322,75	15.689
24º	Santa Maria de Jetibá	18,77	708.019,20	37.720
25º	Mucurici	18,36	108.494,80	5.909
26º	Ibiraçu	18,11	219.544,23	12.124
27º	Linhares	17,85	2.816.306,97	157.814
28º	Baixo Guandu	17,25	536.849,60	31.126
29º	Colatina	16,64	2.008.100,94	120.677
30º	Santa Teresa	16,44	385.337,53	23.432
31º	Dores do Rio Preto	15,87	108.329,05	6.827
32º	Governador Lindenberg	15,16	181.260,91	11.953
33º	Lúna	14,95	437.428,90	29.258
34º	Ibitirama	14,76	138.756,12	9.400
35º	Vargem Alta	14,19	294.459,12	20.744
36º	Alfredo Chaves	14,11	209.679,35	14.859
37º	Apicá	12,96	102.616,59	7.916
38º	Vila Valério	11,52	168.383,31	14.614
39º	São Domingos do Norte	11,00	94.565,43	8.595
40º	Itapemirim	10,80	362.985,21	33.610
41º	Atílio Viváqua	10,38	112.709,53	10.862
42º	Jerônimo Monteiro	9,86	115.464,24	11.707
43º	Muqui	9,83	151.683,45	15.438
44º	Laranja da Terra	9,74	111.157,76	11.418
45º	Boa Esperança	9,60	145.662,56	15.169
46º	Conceição do Castelo	9,39	118.149,60	12.579
47º	Cachoeiro de Itapemirim	9,33	1.913.947,96	205.213
48º	São José do Calçado	8,91	97.870,54	10.987
49º	Nova Venécia	8,75	433.501,67	49.564
50º	Divino de São Lourenço	8,44	39.557,04	4.688
51º	Aracruz	8,38	766.842,20	91.562
52º	Mantenópolis	8,25	122.145,28	14.808
53º	Domingos Martins	8,16	277.987,80	34.059
54º	Montanha	8,05	153.421,36	19.049
55º	Presidente Kennedy	7,86	87.493,45	11.130
56º	Irupi	7,67	98.214,21	12.798
57º	Vila Pavão	7,55	70.023,17	9.272
58º	Água Branca	7,35	73.793,14	10.045
59º	Marilândia	7,15	86.434,62	12.092
60º	Pancas	6,98	161.333,81	23.125
61º	Sooretama	6,57	176.314,08	26.843
62º	Ibatiba	6,53	160.593,59	24.575
63º	São Roque do Canaã	6,16	75.022,97	12.179
64º	Pinheiros	5,99	155.795,80	26.023
65º	Afonso Cláudio	5,76	187.574,81	32.551
66º	Jaguaré	5,62	155.063,05	27.599
67º	Alto Rio Novo	4,81	37.703,50	7.841
68º	Mimoso do Sul	4,74	129.526,70	27.309
69º	Conceição da Barra	4,57	140.105,47	30.659
70º	Água Doce do Norte	4,13	50.279,37	12.164
71º	Santa Leopoldina	3,95	50.913,44	12.881
72º	Pedro Canário	3,45	88.690,45	25.700
73º	Ecoporanga	3,11	75.743,65	24.327
74º	Fundão	2,87	54.979,10	19.177
75º	Rio Bananal	2,84	53.604,90	18.892
76º	Brejetuba	2,31	29.312,05	12.669
77º	Alegre	...	...	32.267
78º	Ponto Belo	...	...	7.590
TOTAL		33,80	129.764.845,96	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



As transferências têm o objetivo de redistribuir recursos entre as três esferas de governo e as regiões que apresentam diferentes níveis de renda e desenvolvimento. Elas são repassadas da União para os estados e municípios e dos estados para os municípios.

Há dois tipos de transferências: as constitucionais e legais (conforme descrito no quadro abaixo), que são estabelecidas pela Constituição Federal e por leis federais ou estaduais; e as voluntárias, que, como o próprio nome sugere, são recursos financeiros repassados às esferas subnacionais em função de acordos e convênios entre a União, os estados e os municípios.

Em 2013, os municípios capixabas receberam R\$ 7,01 bilhões em transferências das esferas supranacionais, respondendo por 74% da composição da receita total das cidades do Estado. As mais significativas foram a Quota-parte Municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS) e o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que juntas equivaleram a 63% do volume total de recursos transferidos da União e do Estado aos municípios (veja mais sobre ICMS na página 46 e sobre o FPM na página 54).

Quadro das transferências constitucionais e legais recebidas pelos municípios

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	União	23,5% da arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).	Distribuído de acordo com a Lei Federal nº 5.172/1966, Lei Federal nº 62/1989 e Decreto-lei nº 1.881/1981.
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) exportação ou Fundo de exportação	União Estado	A União transfere 10% da arrecadação do IPI aos estados, proporcionalmente ao valor de suas exportações. Os estados transferem 25% do que recebem aos municípios.	De acordo com o Índice de Participação do Município no ICMS ¹ . Constituição Federal, artigo 159, II.
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)	União	Arrecadação do ITR dos imóveis rurais situados no município.	50% do valor arrecadado. Constituição Federal, artigo 158, II.
Compensação pela desoneração das exportações	União	O valor da compensação é definido na Lei Orçamentária da União e é distribuído aos estados de acordo com os coeficientes definidos no anexo da Lei Complementar nº 115/2002. Do valor de cada Estado, 25% são repassados aos seus municípios.	De acordo com o índice de participação do município no ICMS ¹ (Lei Kandir – Lei Complementar nº 87/1996).
Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro (IOF-Ouro)	União	Da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras sobre o Ouro (IOF-Ouro), quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, 30% são transferidos ao Estado e 70% ao município onde foi extraído o ouro.	70% ao município onde foi extraído o ouro. Constituição Federal, artigo 153, § 5º, incisos I e II.
Quota-Parte Municipal do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS)	Estado	25% da arrecadação líquida do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).	75%, no mínimo, de acordo com o valor adicionado do município e 25% de acordo com o que dispuser a legislação estadual. Constituição Federal, artigo 157.
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)	Estado	50% da arrecadação do IPVA dos veículos automotores licenciados no município.	50% ao município onde o veículo foi licenciado. Constituição Federal, artigo 157.
Fundo para Redução das Desigualdades Regionais	Estado	30% da arrecadação estadual proveniente dos royalties, que incidem sobre a produção de petróleo e gás à alíquota de 5%.	Proporcionalmente à população e inversamente proporcional ao índice de participação do município na distribuição do ICMS, excluídos aqueles com índice acima de 10 e os que receberem mais de 2% do total dos royalties repassados aos municípios. Lei Estadual nº 8.308/2006.

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) ²	Estado municípios	Recursos que já compunham o Fundef FPM; Fundo de Participação dos Estados (FPE); ICMS do Estado; QPM-ICMS; IPI-exportação; e Compensação pela Desoneração das Exportações. Percentual progressivo: 2007 - 16,66%; 2008 - 18,33%; a partir de 2009 - 20%. Recursos novos Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Causa Mortis e Doações (ITCD); Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Quota-parte do Imposto Territorial Rural (ITR); e receitas da dívida ativa e de juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas. Percentual progressivo: 2007 - 6,66%; 2008 - 13,33%; a partir de 2009 - 20%.	De acordo com a participação do número de alunos matriculados na rede municipal de ensino básico em relação ao total de alunos da rede municipal de cada Estado. Lei Federal nº 11.494/2007.
Quota-parte do Salário-Educação	Empresas ↓ INSS e FNDE	2,5% do total das remunerações pagas pelas empresas vinculadas à Seguridade Social. Desse valor é descontado 1% de taxa de administração do INSS, e das despesas do Sistema de Manutenção do Ensino (SME), 90% são distribuídos da seguinte forma: 1/3 é a cota federal e 2/3 pertencem à cota estadual e municipal. A destinação dos 10% restantes será decidida por um comitê constituído no âmbito do Ministério da Educação.	As cotas estadual e municipal são distribuídas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental nas respectivas redes de ensino. Lei Federal nº 9.394/1996, Lei Federal nº 9.766/1998 e Lei Federal nº 10.832/2003.
Repasse para o Sistema Único de Saúde (SUS)	União Estado	O Fundo Municipal de Saúde (FMS) recebe recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e do Fundo Estadual de Saúde (FES), além dos próprios do município (15% de sua receita de impostos). O FNS é formado pelas receitas da arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas (CSSL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e do DPVAT (seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos). O FES é formado por 12% da receita estadual de impostos e pelos recursos que o Estado recebe do FNS.	Uma parcela dos recursos distribuídos pelo FNS é fixa, de acordo com a população municipal, e outra, variável, de acordo com os procedimentos médicos, ambulatoriais e hospitalares realizados pelo SUS municipal. Além disso, existem recursos direcionados a programas específicos e a convênios. Os estados repassam aos municípios recursos para incentivo ao Programa de Saúde da Família (PSF) e para assistência farmacêutica.

Notas: ¹veja mais detalhes sobre os critérios para a formação do Índice de Participação dos Municípios do Espírito Santo, na página 48; ²veja mais detalhes sobre o Fundeb no item Saldo Fundeb, na página 64.

Compensações financeiras

Nome da transferência	Origem dos recursos		Critério de distribuição aos municípios
Compensação financeira pela extração de minerais	Empresas mineradoras ↓ União	Do valor correspondente a 3% do faturamento líquido da venda do produto mineral, 23% são distribuídos aos estados, 65% aos municípios, 2% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e 10% ao Ministério das Minas e Energia.	65% aos municípios.
Compensação financeira pela exploração de recursos hídricos	Concessionárias distribuidoras de energia elétrica ↓ União	Da quantia correspondente a 6% do valor da energia elétrica produzida, 45% são repassados aos estados, 45% aos municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério das Minas e Energia e 4% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.	45% aos municípios onde se localizam instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios.
Compensação financeira pela exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural	Empresas concessionárias da exploração de petróleo, xisto betuminoso e gás natural ↓ União	De 5% a 10% do valor da produção de óleo bruto, xisto betuminoso e gás extraídos dos territórios ou da plataforma continental onde se fixa a lavra ou se localizam instalações de embarque ou desembarque.	Veja na seção sobre royalties, na página 68.

Fonte: Constituição Federal e Lei Federal nº 9.478/1997.

Desempenho

Em 2013, os municípios capixabas sofreram a maior queda na receita do ICMS já registrada em sua história. O recuo de 10,8%, em termos reais, da parcela do ICMS transferida pelo Governo do Estado aos municípios capixabas superou até mesmo o revés de 2009, ano marcado pela maior crise do capitalismo moderno. Em valores, foram R\$ 264,7 milhões a menos transferidos aos municípios capixabas.

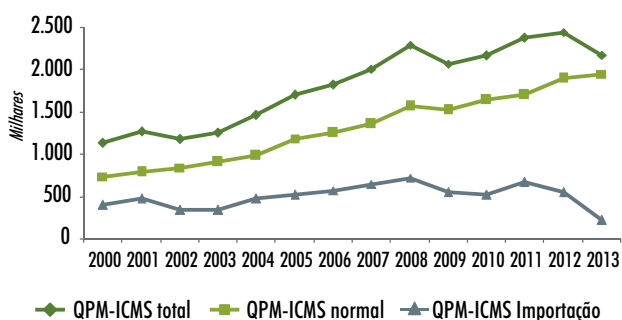
O fator determinante desse péssimo resultado foi o desempenho negativo na arrecadação do ICMS sobre as atividades de importação, cuja queda foi de 59,6%, o que correspondeu a uma perda de R\$ 328,8 milhões. Note-se que, em 2012, o ICMS Importação transferido aos municípios já havia registrado uma perda real de 17,6% em relação a 2011.

Por sua vez, o ICMS proveniente dos demais setores da economia capixaba (ICMS Normal) manteve evolução positiva, porém desacelerando fortemente seu ritmo de crescimento. De 2000 a 2012, sua taxa média anual de crescimento foi de 8,2%, recuando para 3,1% entre 2012 e 2013 (veja na página seguinte). Assim, o incremento de R\$ 58,7 milhões do ICMS Normal em 2013 não compensou a perda do ICMS Importação, resultando na mencionada perda total de R\$ 264,7 milhões do ICMS para os municípios capixabas.

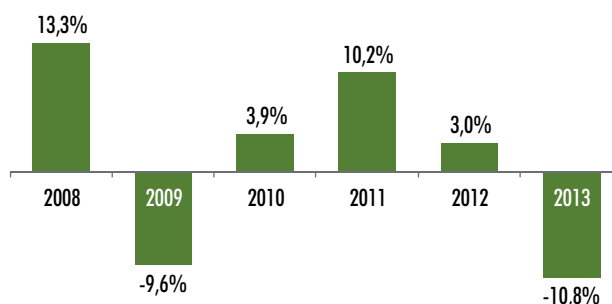
A retração do ICMS Importação foi motivada pela alteração das alíquotas cobradas nas operações interestaduais sobre produtos importados, que passaram de 12% para 4%. A

Evolução da QPM-ICMS Total, Normal e Importação

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Taxa de crescimento da QPM-ICMS em relação ao ano anterior

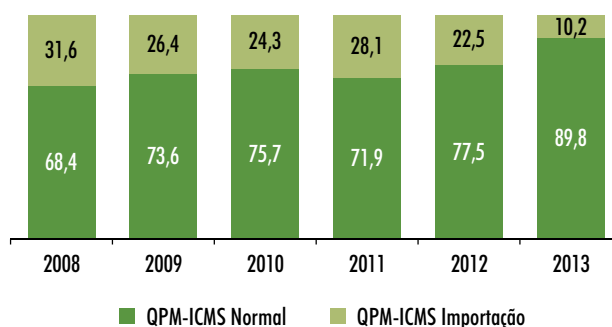


nova regra foi estabelecida pela Resolução do Senado Federal nº 13, editada em 25 de abril de 2012, entrando em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

Devido à importância do comércio de importação para o Espírito Santo, o ICMS proveniente desse segmento há muitos anos tinha um forte peso no total do ICMS transferido aos municípios. Até 2008, raramente representou menos que 30% do total. Entre 2009 e 2012, em função da crise financeira mundial e de fatores internos à economia brasileira, sua participação desceu para níveis entre 22,5% e 28,1%. Em 2013, com o efeito brusco da redução da alíquota pela Resolução nº 13, a participação despencou para apenas 10,2%.

Composição da QPM-ICMS

em %



A perda abrupta da arrecadação sobre o setor de importações, que foi imposta sem ao menos um período de transição, ocorreu justamente num momento no qual o ICMS dos demais setores perde ímpeto de crescimento.

De acordo com os dados preliminares do Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo, calculados trimestralmente pelo Instituto Jones Santos Neves (IJSN), a economia capixaba encolheu 1,1% em 2013, comparando-se a 2012, após três anos consecutivos de crescimento.

As principais causas do recuo do PIB capixaba foram os desempenhos negativos da produção de Café Conilon (-16,9%), no setor primário; das Indústrias Extrativas (-1,8%), de Transformação (-10,5%), com destaque para a queda apresentada pelas atividades de Metalurgia básica (-29,5%) e de Alimentos e bebidas (-15%), no setor secundário; e do Comércio Varejista Ampliado (-4,3%), especialmente prejudicado pela queda no volume de vendas das atividades de Veículos, motos partes e peças (-11,5%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-2,3%) e Combustíveis e lubrificantes (-0,3%), no setor terciário. Dessa forma, o ICMS arrecadado nos demais setores da economia não foi capaz de mitigar a queda do ICMS Importação a fim de evitar as dificuldades financeiras vividas pelas administrações municipais em 2013.

Impacto nos municípios

A quase totalidade dos municípios amargou queda de receita do ICMS em 2013. A maior perda de receita do ICMS foi sentida por Vitória, R\$ -68,2 milhões, seguida de Serra (R\$ -50,2 milhões), Vila Velha (R\$ -38,3 milhões), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ -13,2 milhões) e Aracruz (R\$ -11,4 milhões). Em termos relativos, as maiores retrações foram observadas em Conceição da Barra (-27,9%), Vila Velha (-23%), Alto Rio Novo, Ibiraçu (-20,5% cada um) e Venda

Nova do Imigrante (-19%).

Dos 78 municípios capixabas, somente seis conseguiram registrar aumentos na receita do ICMS. Foram eles: Anchieta (16,5%), Rio Novo do Sul (7,1%), Piúma (6,3%), Itapemirim (4,9%), Cariacica (3%) e Viana (2,6%). O desempenho positivo nessas cidades se fez possível graças ao aumento de seus Índices de Participação na distribuição do ICMS, que cresceram acima de dois dígitos, entre 2012 e 2013.

Anchieta foi o município que obteve o maior aumento também em termos absolutos, registrando um acréscimo de R\$ 25,4 milhões em sua receita do ICMS. O segundo maior acréscimo foi o de Cariacica, com R\$ 3,7 milhões, seguido de Itapemirim, com R\$ 1,9 milhão.

Participação orçamentária

A Quota-Parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS) é a maior fonte de recursos para os municípios capixabas. Na média, representou 24,5% da receita corrente, em 2013, participação que foi de 26,3%, em 2012. Em 2013, 32 dos 76 municípios que apresentaram dados para esse exercício tinha na QPM-ICMS a sua maior receita, superando até o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é a maior fonte para 40 cidades.

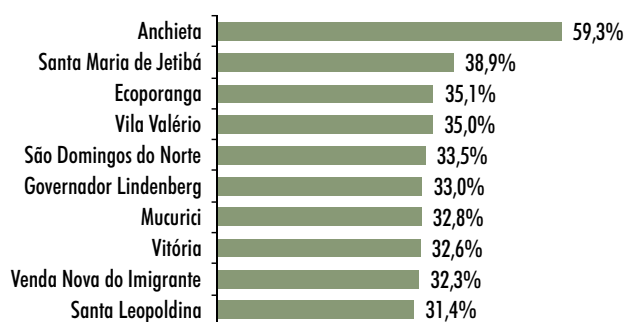
Os municípios com maior peso da QPM-ICMS em suas receitas correntes são praticamente os mesmos do ano anterior (veja o gráfico na página seguinte). No entanto, com exceção de Anchieta, em todos eles sua importância se viu reduzida em 2013.

Evolução da QPM-ICMS total, normal e Importação - 2000-2013 em R\$ mil - IPCA médio de 2013

ANO	QPM-ICMS Total		QPM-ICMS Normal		Participação total (%)	QPM-ICMS Importação		Participação total (%)
	em R\$ mil	Variação (%)	em R\$ mil	Variação (%)		em R\$ mil	Variação (%)	
2000	1.142.178,1	20,2	738.093,0	20,8	64,6	404.085,2	19,1	35,4
2001	1.274.341,3	11,6	795.960,5	7,8	62,5	478.380,7	18,4	37,5
2002	1.183.316,8	-7,1	843.910,6	6,0	71,3	339.406,2	-29,1	28,7
2003	1.254.785,4	6,0	915.362,4	8,5	72,9	339.423,0	0,0	27,1
2004	1.469.226,2	17,1	991.455,7	8,3	67,5	477.770,5	40,8	32,5
2005	1.710.677,5	16,4	1.190.814,2	20,1	69,6	519.863,4	8,8	30,4
2006	1.830.429,3	7,0	1.256.813,9	5,5	68,7	573.615,3	10,3	31,3
2007	2.014.389,4	10,1	1.364.055,9	8,5	67,7	650.333,5	13,4	32,3
2008	2.297.891,9	14,1	1.571.213,5	15,2	68,4	726.678,4	11,7	31,6
2009	2.074.815,3	-9,7	1.526.032,9	-2,9	73,6	548.782,4	-24,5	26,4
2010	2.171.131,1	4,6	1.644.301,0	7,8	75,7	526.830,1	-4,0	24,3
2011	2.379.763,0	9,6	1.711.092,9	4,1	71,9	668.670,1	26,9	28,1
2012	2.448.374,3	2,9	1.897.083,1	10,9	77,5	551.291,1	-17,6	22,5
2013	2.178.219,0	-11,0	1.955.772,0	3,1	89,8	222.447,0	-59,6	10,2

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo / Relatórios do Banestes e Siafem. Observação: os valores desta tabela diferem ligeiramente dos apresentados na tabela da página 50 e dos gráficos desta seção, pois são dados de fontes distintas.

As dez cidades de maior participação da QPM-ICMS na receita corrente dos municípios capixabas - 2013



Concentração e valores per capita

Os dois maiores recebedores do ICMS no Espírito Santo, os municípios de Vitória e Serra, vêm perdendo participação no total distribuído. Vitória, que chegou a receber pouco mais de um quarto de toda a QPM-ICMS em 1999 e 2000, vem perdendo espaço desde 2001, quase que consecutivamente (exceções em 2004, 2007 e 2008). A capital chega ao ano de 2013 concentrando 20% da distribuição desse recurso. O Município de Serra, que aumentou sua participação até 2007, alcançando 16,8%, passou a perder espaço ininterruptamente, a partir de 2008, registrando 11,6% do total, em 2013.

A participação relativa que Vitória, Serra e alguns outros municípios vêm perdendo deve-se ao avanço principalmente de Cariacica, Itapemirim e, sobretudo, de Anchieta. Nesse último município, o IPM, que de 2000 a 2009 girava em torno de 2,2%, passou para 4,1%, em 2010, e alcançou 8,3%, em 2013, amparado pelo desenvolvimento dos setores de mineração e petróleo em seu território. Com isso, Anchieta detém o terceiro maior volume do ICMS no

Estado, que, dividido pelo número de habitantes, posiciona o município no primeiro lugar em ICMS per capita, com o valor de R\$ 6.752,81. Esse montante é cinco vezes maior que o ICMS per capita de Vitória, 12 vezes maior que o de Serra, 20 vezes maior que o de Cariacica ou, ainda, 24 vezes maior que o de Vila Velha. Veja o ranking per capita completo, na página 51.

Os critérios de distribuição do ICMS no ES

Do total da arrecadação estadual do ICMS, 25% pertencem aos municípios, de acordo com o artigo 158, inciso IV, da Constituição Federal. Essa parcela é a chamada Quota-Parte Municipal no ICMS (QPM-ICMS).

A Constituição Federal, no mesmo artigo 158, parágrafo único, determina que os estados devem distribuir, no mínimo, 75% da QPM-ICMS de acordo com a média do Valor Adicionado (VA) do município nos últimos dois anos antes da apuração. Os 25% restantes são distribuídos de acordo com critérios adotados por cada Estado. Com base nessas informações é calculado um índice anual que define a participação de cada município na distribuição da QPM-ICMS, chamado de Índice de Participação do Município (IPM). O governo estadual publica primeiramente o IPM provisório e, após o prazo de 30 dias para o questionamento dos municípios, o definitivo, a ser aplicado no ano seguinte ao da apuração. Os IPMs utilizados em 2014 foram publicados de forma provisória, pelo Governo Estadual, em 14 de agosto de 2013.

No Espírito Santo, os demais critérios de distribuição adotados, além do VA, são: área territorial, número de propriedades rurais, produção agrícola e alguns indicadores da área da saúde, relacionados com mais detalhes no quadro a seguir. Nos municípios onde o VA é relativamente baixo, os demais critérios podem desempenhar um papel importante na definição do índice final.

Critérios para a distribuição da QPM-ICMS no Estado do Espírito Santo		Peso
1. Valor adicionado	Proporcional ao VA do município, de dois anos anteriores ao da apuração, em relação ao total dos municípios do Estado.	75,0%
2. Área territorial	Proporcional à área do município em relação à área total do Estado.	5,0%
3. Propriedades rurais	Proporcional ao número de propriedades rurais no município em relação ao total do Estado.	7,0%
4. Produção agrícola	Proporcional à comercialização de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros do município dos dois exercícios anteriores ao da apuração, em relação ao total do Estado.	6,0%
5. Saúde	Percentual rateado igualmente entre os dez municípios de maior VA que estejam enquadrados na gestão mais avançada do Sistema Único de Saúde (SUS).	0,5%
	Para os demais municípios:	
	Percentual dividido igualmente entre os municípios que estejam enquadrados na gestão mais avançada do SUS.	2,5%
	Proporcional à participação do gasto com saúde e saneamento básico no gasto total do município em relação à soma dessas participações de todos os municípios do Estado.	3,0%
	Igualmente distribuído entre os municípios participantes de consórcio para prestação de serviços de saúde.	1,0%

Fonte: Lei Estadual nº 5.344/1996.

A Resolução nº 13 e seus efeitos sobre o Sistema Fundap

Editada em 25 de abril de 2012, a Resolução do Senado Federal nº 13 alterou de 12% para 4% as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. As exceções a essa regra são os produtos importados que, após o seu desembaraço aduaneiro, não tenham sido submetidos a processo de industrialização; os que não possuam similar nacional conforme lista da Câmara de Comércio Exterior (Camex); aqueles que, submetidos ao processo de industrialização tenham um percentual de agregação nacional superior a 60% no valor total da mercadoria na saída para outro Estado; aos produtos da Zona Franca de Manaus; aos bens produzidos conforme os Processos Produtivos Básicos (PPB) e às operações que destinem gás natural importado do exterior a outros estados.

A Resolução do Senado Federal nº 13/2012, criada com o objetivo de acabar com a “Guerra dos Portos”, foi duramente criticada pelas empresas que importam produtos ou componentes e os comercializam para outras unidades federativas, bem como pelos governadores de diversos estados, como Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins. A nova regra provocou intensos debates entre tributaristas e economistas, além de ter gerado uma série de demandas

judiciais que contestam aspectos de sua regulamentação e até sua constitucionalidade. Algumas críticas partem de defensores da autonomia dos governos estaduais, que argumentam ainda que a competição tarifária promoveu a desconcentração do desenvolvimento no país, tendo sido benéfica para a economia nacional com um todo.

No Estado do Espírito Santo, os maiores prejudicados foram os governos municipais, como já foi detalhado acima, e as empresas que utilizam os incentivos do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). Após a entrada em vigor da Resolução do Senado Federal nº 13/2012, o governo estadual alterou minimamente algumas regras do Sistema Fundap na tentativa de amenizar sua perda de atratividade sobre as empresas. Mas, as alterações não foram suficientes para impedir que diminuísse o número de empresas registradas no Fundap. De acordo com dados do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), em junho de 2012 havia 327 registradas, número que caiu para 264 em maio de 2014.

O Governo do Estado mantém ainda outro programa voltado para estimular o investimento das empresas, o Invest-ES, criado pelo Decreto nº 1951-R, de 25 de outubro de 2007. Esse programa também foi adaptado à Resolução do Senado Federal nº 13/2012 e conta, atualmente, com 77 empresas enquadradas, tendo mantido estável o número de participantes antes e depois das alterações¹.

¹ Para mais detalhes sobre os impactos financeiros e as mudanças na política fiscal no Espírito Santo, ver SANTOS, Adriano do Carmo; PEREIRA NETO, Claudeci; MARAGO, Patrícia de Oliveira Santos. **Efeitos nas finanças do Estado do Espírito Santo e dos municípios com a vigência da Resolução nº 13 do Senado Federal e as alterações realizadas pelo Governo do Estado nos programas de incentivos à importação**. Vitória, ES: IJSN, 2013. 31f. Texto para Discussão, 52.

Aequus Consultoria,
*20 anos trabalhando pela divulgação das contas
públicas dos municípios brasileiros*



Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	Partic. na rec. corr. ¹ 2013	QPM-ICMS per capita 2013
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013						em %		em R\$
Afonso Cláudio	14.180,7	12.942,0	14.439,2	16.491,2	17.226,1	16.122,0	-6,4	25,7	495,28
Água Doce do Norte	7.304,5	6.750,8	6.717,7	6.745,4	7.063,7	6.412,5	-9,2	24,5	527,17
Água Branca	7.994,6	7.754,9	8.117,6	8.037,5	8.599,1	7.733,6	-10,1	30,1	769,90
Alegre	11.515,9	10.154,3	10.417,5	12.135,5	13.783,0	...	..	...	...
Alfredo Chaves	9.119,5	8.213,5	9.129,9	10.952,3	11.544,6	10.102,7	-12,5	27,6	679,90
Alto Rio Novo	4.895,6	4.621,0	5.759,2	6.674,7	5.678,2	4.514,9	-20,5	22,6	575,80
Anchieta	51.374,7	56.268,2	87.762,4	108.861,1	154.581,5	180.016,3	16,5	59,3	6.752,81
Apiacá	4.529,1	3.947,3	3.839,1	4.757,5	4.486,6	3.976,2	-11,4	19,7	502,30
Aracruz	103.775,4	94.951,0	89.903,2	91.203,3	99.777,1	88.351,0	-11,5	29,6	964,93
Atilio Vivacqua	7.907,2	6.980,7	7.448,0	8.779,3	8.968,1	7.429,6	-17,2	28,1	684,00
Baixo Guandu	17.444,9	14.130,7	15.046,5	16.848,0	15.862,8	13.198,1	-16,8	21,2	424,02
Barra de São Francisco	19.515,5	18.362,3	18.034,2	19.302,7	20.276,1	18.287,3	-9,8	22,0	416,74
Boa Esperança	8.259,0	7.933,9	7.667,5	7.950,7	8.476,3	7.406,6	-12,6	20,7	488,27
Bom Jesus do Norte	4.349,6	4.299,6	4.383,5	4.049,2	4.068,9	3.434,1	-15,6	17,4	340,18
Brejetuba	12.229,1	10.762,0	11.012,5	11.095,1	9.448,8	8.781,9	-7,1	30,6	693,18
Cachoeiro de Itapemirim	76.638,7	69.069,3	68.694,3	77.147,7	83.757,8	70.600,7	-15,7	22,8	344,04
Cariacica	78.033,6	71.871,0	80.609,5	104.293,6	120.758,1	124.421,3	3,0	24,7	330,93
Castelo	23.464,6	21.417,7	21.573,3	21.524,5	18.673,8	16.103,8	-13,8	22,2	431,38
Colatina	48.786,7	47.332,2	49.204,4	51.940,2	51.164,7	42.800,6	-16,3	18,2	354,67
Conceição da Barra	20.045,8	15.107,4	18.208,8	24.779,0	23.274,4	16.790,0	-27,9	22,9	547,64
Conceição do Castelo	13.262,0	10.889,2	9.455,9	10.306,1	10.927,5	9.375,3	-14,2	30,4	745,32
Divino de São Lourenço	4.413,8	3.761,5	3.972,5	4.284,3	3.974,0	3.561,2	-10,4	23,3	759,65
Domingos Martins	19.288,7	17.512,5	19.162,7	23.457,4	26.012,5	23.137,8	-11,1	27,7	679,34
Dores do Rio Preto	4.916,8	4.321,5	4.267,3	4.759,8	5.314,9	4.457,9	-16,1	23,7	652,99
Ecoporanga	18.298,6	17.178,4	17.920,5	20.053,5	20.169,7	17.463,1	-13,4	35,1	717,85
Fundão	5.540,8	6.121,1	7.045,0	6.873,4	5.450,1	4.762,7	-12,6	9,1	248,36
Governador Lindenberg	11.234,6	10.013,7	9.955,9	9.119,4	8.972,5	8.410,5	-6,3	33,0	703,63
Guaçu	9.234,4	8.133,0	8.572,3	9.482,7	9.764,0	8.235,3	-15,7	13,5	273,20
Guarapari	17.310,8	16.926,2	17.811,0	20.344,6	21.556,9	18.070,9	-16,2	8,2	155,41
Ibatiba	8.711,6	7.790,6	8.599,7	9.547,6	9.096,9	7.931,5	-12,8	18,3	322,75
Ibiraçu	7.126,6	6.626,4	6.823,2	7.544,1	7.476,4	5.945,1	-20,5	22,1	490,36
Ibitirama	5.843,2	4.924,6	5.439,4	6.448,0	6.495,2	5.680,9	-12,5	23,2	604,36
Iconha	8.506,7	7.292,7	7.299,0	8.304,5	8.672,7	7.733,9	-10,8	23,2	570,85
Irupi	7.125,1	7.351,3	8.391,6	9.258,7	8.732,1	7.953,3	-8,9	28,4	621,44
Itaguaçu	9.286,7	8.372,1	8.422,1	9.400,6	9.631,3	8.107,2	-15,8	23,9	546,16
Itapemirim	17.094,6	13.466,6	19.231,7	32.155,4	39.549,9	41.492,4	4,9	14,9	1.234,53
Itarana	7.194,7	6.605,6	6.672,4	7.495,8	7.644,9	6.750,9	-11,7	29,1	594,85
Iúna	11.952,7	10.828,6	11.162,6	12.446,1	13.019,9	11.060,7	-15,0	21,0	378,04
Jaguaré	23.007,1	20.794,0	19.292,0	20.186,7	20.446,6	16.855,9	-17,6	23,2	610,74
Jerônimo Monteiro	5.149,2	4.694,5	5.072,7	5.758,4	5.735,5	4.960,1	-13,5	18,8	423,69
João Neiva	10.781,9	8.686,5	8.382,1	8.214,4	7.795,9	7.317,6	-6,1	18,7	433,79
Laranja da Terra	7.792,6	7.187,1	7.212,5	7.687,8	8.181,6	7.210,2	-11,9	28,4	631,47
Linhares	73.105,9	71.227,7	90.830,6	103.177,3	88.054,6	85.681,8	-2,7	18,6	542,93
Mantenópolis	6.484,6	5.962,5	6.110,8	6.640,6	6.689,3	6.075,5	-9,2	19,1	410,28
Marataizes	7.240,3	7.082,4	6.996,7	7.663,8	7.430,0	6.511,1	-12,4	4,4	175,31
Marechal Floriano	11.417,0	10.366,2	10.623,7	12.942,3	13.794,6	11.210,5	-18,7	29,3	714,55
Mariândia	8.112,1	8.513,8	8.744,5	9.046,5	8.728,3	8.475,2	-2,9	30,9	700,89
Mimoso do Sul	12.139,4	10.844,6	11.313,7	12.566,1	13.085,3	11.340,3	-13,3	22,0	415,26
Montanha	12.757,0	11.467,6	11.617,7	13.233,0	15.111,3	12.347,6	-18,3	28,9	648,20
Mucurici	6.895,3	5.921,7	6.260,9	7.589,5	8.450,2	7.123,8	-15,7	32,8	1.205,59
Muniz Freire	15.269,3	14.456,2	14.038,8	13.850,7	11.218,1	10.397,7	-7,3	23,3	544,92
Muqui	5.999,8	5.442,8	5.571,0	6.614,5	6.961,4	6.073,9	-12,7	20,4	393,44
Nova Venécia	23.911,4	22.376,1	22.462,6	24.217,0	25.580,9	23.441,6	-8,4	24,6	472,96
Pancas	10.712,2	9.846,5	10.428,0	10.926,6	10.805,1	10.006,4	-7,4	24,3	432,71
Pedro Canário	8.927,4	8.019,0	8.935,7	8.288,8	8.286,6	7.993,2	-3,5	17,3	311,02
Pinheiros	13.891,6	12.727,0	13.364,4	15.778,7	16.970,0	14.574,6	-14,1	25,6	560,07
Piúma	3.999,4	3.718,3	3.929,3	5.042,7	8.054,8	8.560,3	6,3	15,2	426,27
Ponto Belo	5.768,6	5.131,5	5.302,0	6.568,3	6.715,0	...	..	...	...
Presidente Kennedy	6.713,1	9.420,7	9.995,4	8.068,8	8.039,0	6.599,9	-17,9	2,2	592,98
Rio Bananal	13.944,8	14.080,5	14.240,3	15.815,8	16.125,9	13.656,7	-15,3	28,2	722,88
Rio Novo do Sul	6.793,9	5.880,1	6.184,8	5.289,9	5.344,1	5.721,5	7,1	20,2	477,07
Santa Leopoldina	10.292,8	8.582,8	8.682,1	9.591,4	9.903,8	9.066,4	-8,5	31,4	703,86
Santa Maria de Jetibá	26.381,7	24.117,5	26.376,7	31.712,5	34.036,5	30.173,2	-11,4	38,9	799,93
Santa Teresa	13.538,8	11.986,9	11.876,7	14.013,3	14.819,6	13.587,8	-8,3	24,8	579,88
São Domingos do Norte	8.545,6	8.619,6	8.796,7	9.645,7	9.096,2	7.668,2	-15,7	33,5	892,17
São Gabriel da Palha	15.185,1	15.677,6	15.871,1	16.662,9	16.145,6	14.222,7	-11,9	23,4	403,69
São José do Calçado	6.391,7	5.968,1	5.961,5	6.260,7	6.835,4	5.963,1	-12,8	21,3	542,74
São Mateus	41.934,5	39.195,1	37.067,6	43.421,0	45.411,5	37.846,8	-16,7	15,7	313,50
São Roque do Canaã	7.285,5	6.895,7	7.211,0	7.666,0	8.084,0	7.122,4	-11,9	27,9	584,81
Serra	374.352,8	339.119,8	328.833,9	321.815,3	304.175,8	253.929,4	-16,5	30,1	543,38
Sooretama	10.707,8	11.337,1	11.295,1	12.422,7	13.787,4	12.518,6	-9,2	23,2	466,36
Vargem Alta	11.599,7	10.387,4	10.430,5	11.282,1	11.631,5	10.639,7	-8,5	22,4	512,91
Venda Nova do Imigrante	18.670,3	16.392,5	16.305,3	18.490,6	18.944,0	15.342,2	-19,0	32,3	670,76
Viana	20.941,9	19.587,1	21.068,5	24.056,6	26.893,8	27.582,5	2,6	20,6	382,48
Vila Pavão	8.252,0	7.623,7	8.031,4	8.166,4	7.956,2	6.810,6	-14,4	31,2	734,54
Vila Valério	12.684,6	13.144,9	13.564,8	14.119,2	14.069,8	11.839,5	-15,9	35,0	810,15
Vila Velha	132.942,2	129.554,2	134.530,6	158.028,5	166.193,4	127.886,2	-23,0	18,1	278,93
Vitória	559.429,0	464.325,9	467.807,4	510.868,7	504.219,2	436.059,2	-13,5	32,6	1.252,08
TOTAL	2.297.657,1	2.077.348,6	2.158.794,3	2.378.242,2	2.449.738,7	2.185.088,5	-10,8	24,5	569,13

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: *receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

QPM-ICMS

Posição	Município	QPM-ICMS em R\$	População 2013
1º	Vitória	436.059.198,89	348.268
2º	Serra	253.929.419,44	467.318
3º	Anchieta	180.016.305,76	26.658
4º	Vila Velha	127.886.164,56	458.489
5º	Cariacica	124.421.301,88	375.974
6º	Aracruz	88.350.966,81	91.562
7º	Linhares	85.681.777,26	157.814
8º	Cachoeiro de Itapemirim	70.600.727,29	205.213
9º	Colatina	42.800.643,94	120.677
10º	Itapemirim	41.492.439,12	33.610
11º	São Mateus	37.846.765,87	120.725
12º	Santa Maria de Jetibá	30.173.173,74	37.720
13º	Viana	27.582.537,83	72.115
14º	Nova Venécia	23.441.586,51	49.564
15º	Domingos Martins	23.137.776,61	34.059
16º	Barra de São Francisco	18.287.276,16	43.882
17º	Guarapari	18.070.870,30	116.278
18º	Ecoporanga	17.463.138,36	24.327
19º	Jaguaré	16.855.947,62	27.599
20º	Conceição da Barra	16.790.020,39	30.659
21º	Afonso Cláudio	16.121.953,65	32.551
22º	Castelo	16.103.815,57	37.331
23º	Venda Nova do Imigrante	15.342.234,81	22.873
24º	Pinheiros	14.574.638,08	26.023
25º	São Gabriel da Palha	14.222.729,20	35.232
26º	Rio Bananal	13.656.691,20	18.892
27º	Santa Teresa	13.587.826,85	23.432
28º	Baixo Guandu	13.198.130,96	31.126
29º	Sooretama	12.518.558,16	26.843
30º	Montanha	12.347.605,56	19.049
31º	Vila Valério	11.839.510,26	14.614
32º	Mimoso do Sul	11.340.348,51	27.309
33º	Marechal Floriano	11.210.497,01	15.689
34º	Iúna	11.060.738,88	29.258
35º	Vargem Alta	10.639.736,38	20.744
36º	Muniz Freire	10.397.708,21	19.081
37º	Alfredo Chaves	10.102.662,37	14.859
38º	Pancas	10.006.430,18	23.125
39º	Conceição do Castelo	9.375.345,79	12.579
40º	Santa Leopoldina	9.066.427,46	12.881
41º	Brejetuba	8.781.899,93	12.669
42º	Piúma	8.560.321,94	20.082
43º	Marilândia	8.475.164,59	12.092
44º	Governador Lindenberg	8.410.456,56	11.953
45º	Guaçuí	8.235.310,75	30.144
46º	Itaguaçu	8.107.218,22	14.844
47º	Pedro Canário	7.993.232,88	25.700
48º	Irupi	7.953.253,07	12.798
49º	Ibatiba	7.931.528,21	24.575
50º	Iconha	7.733.852,80	13.548
51º	Água Branca	7.733.616,76	10.045
52º	São Domingos do Norte	7.668.193,45	8.595
53º	Atílio Vivacqua	7.429.637,24	10.862
54º	Boa Esperança	7.406.580,70	15.169
55º	João Neiva	7.317.598,39	16.869
56º	Laranja da Terra	7.210.168,25	11.418
57º	Mucurici	7.123.841,64	5.909
58º	São Roque do Canaã	7.122.365,57	12.179
59º	Vila Pavão	6.810.612,03	9.272
60º	Itarana	6.750.911,01	11.349
61º	Presidente Kennedy	6.599.901,02	11.130
62º	Marataizes	6.511.071,95	37.140
63º	Água Doce do Norte	6.412.531,79	12.164
64º	Mantenópolis	6.075.474,01	14.808
65º	Muqui	6.073.895,63	15.438
66º	São José do Calçado	5.963.058,53	10.987
67º	Ibiraçu	5.945.112,30	12.124
68º	Rio Novo do Sul	5.721.478,22	11.993
69º	Ibitirama	5.680.937,49	9.400
70º	Jerônimo Monteiro	4.960.139,47	11.707
71º	Fundão	4.762.745,59	19.177
72º	Alto Rio Novo	4.514.864,19	7.841
73º	Dores do Rio Preto	4.457.935,56	6.827
74º	Apiacá	3.976.221,48	7.916
75º	Divino de São Lourenço	3.561.234,67	4.688
76º	Bom Jesus do Norte	3.434.089,24	10.095
77º	Alegre	...	32.267
78º	Ponto Belo	...	7.590
TOTAL		2.185.088.510,99	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QPM-ICMS per capita

Posição	Município	A / B	QPM-ICMS (A)	População 2013 (B)
		em R\$		
1º	Anchieta	6.752,81	180.016.305,76	26.658
2º	Vitória	1.252,08	436.059.198,89	348.268
3º	Itapemirim	1.234,53	41.492.439,12	33.610
4º	Mucurici	1.205,59	7.123.841,64	5.909
5º	Aracruz	964,93	88.350.966,81	91.562
6º	São Domingos do Norte	892,17	7.668.193,45	8.595
7º	Vila Valério	810,15	11.839.510,26	14.614
8º	Santa Maria de Jetibá	799,93	30.173.173,74	37.720
9º	Água Branca	769,90	7.733.616,76	10.045
10º	Divino de São Lourenço	759,65	3.561.234,67	4.688
11º	Conceição do Castelo	745,32	9.375.345,79	12.579
12º	Vila Pavão	734,54	6.810.612,03	9.272
13º	Rio Bananal	722,88	13.656.691,20	18.892
14º	Ecoporanga	717,85	17.463.138,36	24.327
15º	Marechal Floriano	714,55	11.210.497,01	15.689
16º	Santa Leopoldina	703,86	9.066.427,46	12.881
17º	Governador Lindenberg	703,63	8.410.456,56	11.953
18º	Marilândia	700,89	8.475.164,59	12.092
19º	Brejetuba	693,18	8.781.899,93	12.669
20º	Atílio Vivacqua	684,00	7.429.637,24	10.862
21º	Alfredo Chaves	679,90	10.102.662,37	14.859
22º	Domingos Martins	679,34	23.137.776,61	34.059
23º	Venda Nova do Imigrante	670,76	15.342.234,81	22.873
24º	Dores do Rio Preto	652,99	4.457.935,56	6.827
25º	Montanha	648,20	12.347.605,56	19.049
26º	Laranja da Terra	631,47	7.210.168,25	11.418
27º	Irupi	621,44	7.953.253,07	12.798
28º	Jaguaré	610,74	16.855.947,62	27.599
29º	Ibitirama	604,36	5.680.937,49	9.400
30º	Itarana	594,85	6.750.911,01	11.349
31º	Presidente Kennedy	592,98	6.599.901,02	11.130
32º	São Roque do Canaã	584,81	7.122.365,57	12.179
33º	Santa Teresa	579,88	13.587.826,85	23.432
34º	Alto Rio Novo	575,80	4.514.864,19	7.841
35º	Iconha	570,85	7.733.852,80	13.548
36º	Pinheiros	560,07	14.574.638,08	26.023
37º	Conceição da Barra	547,64	16.790.020,39	30.659
38º	Itaguaçu	546,16	8.107.218,22	14.844
39º	Muniz Freire	544,92	10.397.708,21	19.081
40º	Serra	543,38	253.929.419,44	467.318
41º	Linhares	542,93	85.681.777,26	157.814
42º	São José do Calçado	542,74	5.963.058,53	10.987
43º	Água Doce do Norte	527,17	6.412.531,79	12.164
44º	Vargem Alta	512,91	10.639.736,38	20.744
45º	Apiacá	502,30	3.976.221,48	7.916
46º	Afonso Cláudio	495,28	16.121.953,65	32.551
47º	Ibiraçu	490,36	5.945.112,30	12.124
48º	Boa Esperança	488,27	7.406.580,70	15.169
49º	Rio Novo do Sul	477,07	5.721.478,22	11.993
50º	Nova Venécia	472,96	23.441.586,51	49.564
51º	Sooretama	466,36	12.518.558,16	26.843
52º	João Neiva	433,79	7.317.598,39	16.869
53º	Pancas	432,71	10.006.430,18	23.125
54º	Castelo	431,38	16.103.815,57	37.331
55º	Piúma	426,27	8.560.321,94	20.082
56º	Baixo Guandu	424,02	13.198.130,96	31.126
57º	Jerônimo Monteiro	423,69	4.960.139,47	11.707
58º	Barra de São Francisco	416,74	18.287.276,16	43.882
59º	Mimoso do Sul	415,26	11.340.348,51	27.309
60º	Mantenópolis	410,28	6.075.474,01	14.808
61º	São Gabriel da Palha	403,69	14.222.729,20	35.232
62º	Muqui	393,44	6.073.895,63	15.438
63º	Viana	382,48	27.582.537,83	72.115
64º	Iúna	378,04	11.060.738,88	29.258
65º	Colatina	354,67	42.800.643,94	120.677
66º	Cachoeiro de Itapemirim	344,04	70.600.727,29	205.213
67º	Bom Jesus do Norte	340,18	3.434.089,24	10.095
68º	Cariacica	330,93	124.421.301,88	375.974
69º	Ibatiba	322,75	7.931.528,21	24.575
70º	São Mateus	313,50	37.846.765,87	120.725
71º	Pedro Canário	311,02	7.993.232,88	25.700
72º	Vila Velha	278,93	127.886.164,56	458.489
73º	Guaçuí	273,20	8.235.310,75	30.144
74º	Fundão	248,36	4.762.745,59	19.177
75º	Marataizes	175,31	6.511.071,95	37.140
76º	Guarapari	155,41	18.070.870,30	116.278
77º	Ponto Belo	...	...	7.590
78º	Alegre	...	...	32.267
TOTAL		569,13	2.185.088.510,99	3.839.366

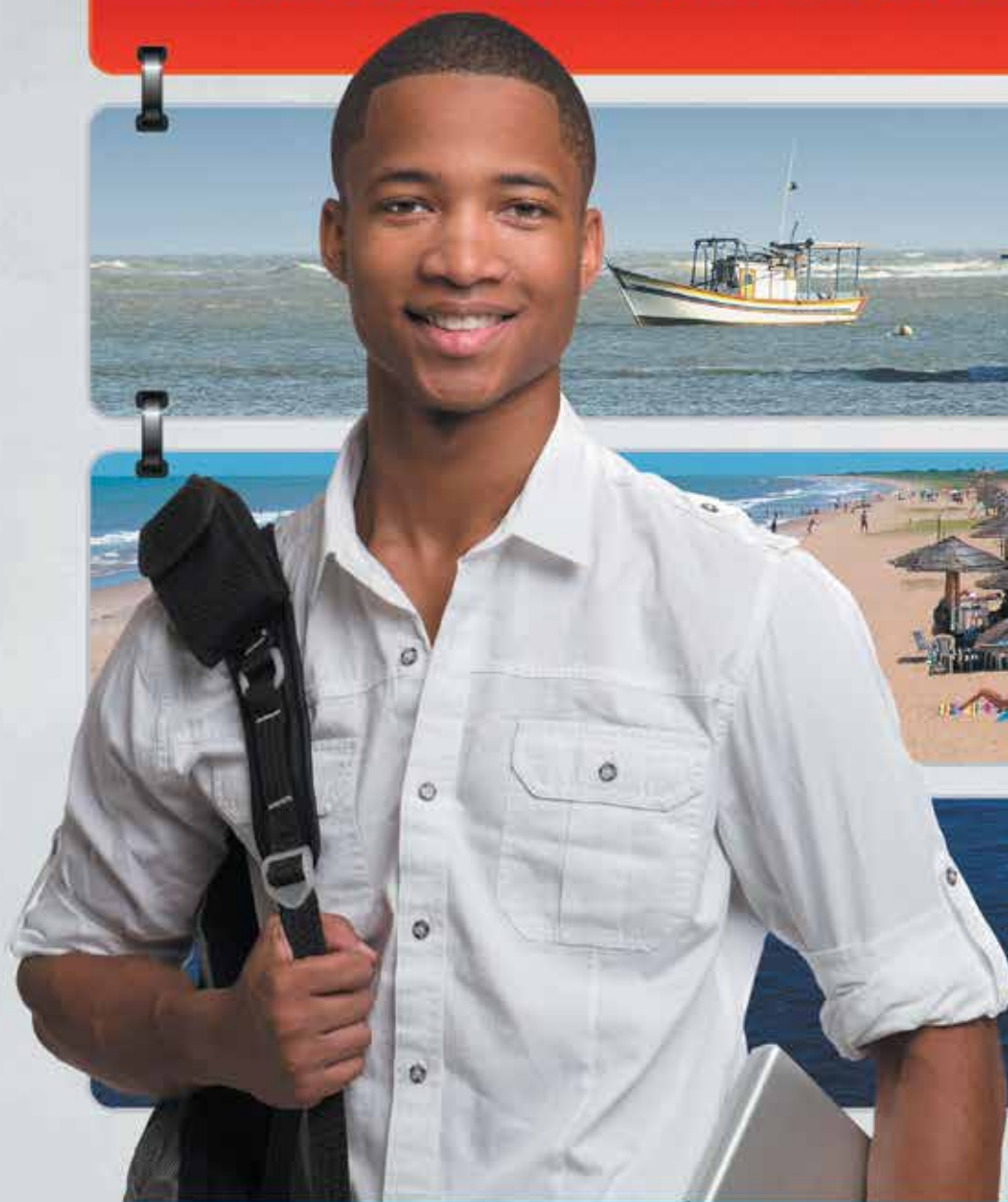
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Evolução dos índices de participação dos municípios na QPM-ICMS de 2004 a 2014

Municípios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Afonso Cláudio	0,676	0,636	0,584	0,592	0,617	0,623	0,669	0,693	0,703	0,738	0,729
Água Doce do Norte	0,336	0,333	0,291	0,290	0,318	0,325	0,312	0,283	0,288	0,294	0,290
Água Branca	0,366	0,375	0,312	0,317	0,348	0,373	0,376	0,346	0,351	0,354	0,344
Alegre	0,557	0,515	0,472	0,492	0,501	0,490	0,483	0,510	0,563	0,565	0,540
Alfredo Chaves	0,336	0,302	0,388	0,390	0,397	0,394	0,423	0,460	0,472	0,462	0,454
Alto Rio Novo	0,182	0,184	0,219	0,206	0,213	0,219	0,267	0,278	0,229	0,205	0,211
Anchieta	2,054	2,284	2,456	2,624	2,233	2,710	4,072	4,576	6,320	8,257	7,777
Apiacá	0,243	0,243	0,189	0,222	0,197	0,190	0,178	0,200	0,183	0,182	0,178
Aracruz	6,881	7,951	7,108	4,846	4,524	4,571	4,162	3,831	4,074	4,044	4,143
Atílio Vivácqua	0,379	0,374	0,323	0,339	0,344	0,336	0,345	0,369	0,366	0,340	0,314
Baixo Guandu	1,230	1,182	1,132	0,948	0,758	0,680	0,697	0,708	0,647	0,604	0,605
Barra de São Francisco	0,748	0,755	0,726	0,839	0,849	0,884	0,835	0,810	0,838	0,837	0,839
Boa Esperança	0,445	0,417	0,358	0,368	0,359	0,382	0,355	0,334	0,346	0,339	0,341
Bom Jesus do Norte	0,227	0,207	0,177	0,169	0,196	0,207	0,203	0,170	0,166	0,156	0,154
Brejetuba	0,362	0,330	0,451	0,528	0,532	0,518	0,510	0,466	0,385	0,402	0,398
Cachoeira de Itapemirim	3,517	3,508	3,491	3,333	3,337	3,323	3,181	3,242	3,421	3,232	3,057
Cariacica	3,341	3,323	3,500	3,533	3,394	3,460	3,735	4,385	4,930	5,697	6,041
Castelo	0,865	0,998	0,998	0,967	1,021	1,031	0,999	0,904	0,761	0,737	0,736
Colatina	2,184	2,018	1,889	1,987	2,123	2,279	2,279	2,227	2,092	1,959	1,950
Conceição da Barra	0,893	0,896	0,805	0,882	0,872	0,727	0,844	1,042	0,949	0,768	0,688
Conceição do Castelo	0,441	0,533	0,570	0,559	0,577	0,524	0,438	0,433	0,446	0,429	0,415
Divino de São Lourenço	0,200	0,195	0,198	0,193	0,192	0,181	0,184	0,180	0,162	0,163	0,196
Domingos Martins	0,987	0,997	0,929	0,857	0,839	0,843	0,887	0,986	1,062	1,059	1,050
Dores do Rio Preto	0,147	0,155	0,190	0,190	0,214	0,208	0,198	0,200	0,217	0,204	0,201
Ecoporanga	0,820	0,856	0,806	0,799	0,796	0,827	0,830	0,843	0,823	0,799	0,756
Fundão	0,307	0,270	0,216	0,249	0,241	0,295	0,337	0,289	0,222	0,218	0,258
Governador Lindenberg	0,565	0,526	0,539	0,549	0,489	0,482	0,461	0,385	0,366	0,385	0,419
Guaçuí	0,479	0,416	0,398	0,403	0,401	0,402	0,397	0,398	0,398	0,377	0,398
Guarapari	0,721	0,700	0,728	0,706	0,753	0,815	0,825	0,855	0,880	0,827	0,842
Ibatiba	0,519	0,462	0,409	0,372	0,379	0,375	0,398	0,401	0,371	0,363	0,368
Ibiraçu	0,260	0,257	0,302	0,314	0,310	0,319	0,316	0,317	0,305	0,272	0,255
Ibitirama	0,265	0,265	0,295	0,293	0,254	0,237	0,252	0,271	0,265	0,260	0,259
Iconha	0,283	0,269	0,332	0,351	0,370	0,351	0,338	0,349	0,354	0,354	0,369
Irupi	0,282	0,258	0,289	0,300	0,310	0,354	0,389	0,389	0,356	0,364	0,372
Itaguaçu	0,329	0,335	0,390	0,401	0,404	0,403	0,390	0,395	0,393	0,371	0,383
Itapemirim	0,571	1,029	1,217	0,882	0,743	0,648	0,892	1,353	1,616	1,900	3,552
Itarana	0,256	0,282	0,328	0,311	0,313	0,318	0,309	0,315	0,312	0,309	0,325
Iúna	0,509	0,492	0,523	0,509	0,520	0,520	0,517	0,536	0,531	0,506	0,488
Jaguaré	1,379	1,474	1,121	0,975	1,001	1,001	0,893	0,848	0,840	0,772	0,879
Jerônimo Monteiro	0,194	0,206	0,225	0,225	0,224	0,226	0,235	0,242	0,234	0,227	0,208
João Neiva	0,515	0,507	0,448	0,478	0,469	0,418	0,388	0,345	0,318	0,335	0,337
Laranja da Terra	0,317	0,313	0,348	0,339	0,339	0,346	0,334	0,323	0,334	0,330	0,324
Linhares	3,803	3,680	3,334	3,037	3,181	3,426	4,211	4,336	3,588	3,923	4,621
Mantenópolis	0,343	0,336	0,280	0,372	0,282	0,287	0,283	0,279	0,273	0,278	0,286
Marataízes	0,313	0,298	0,340	0,307	0,315	0,341	0,324	0,322	0,303	0,298	0,552
Marechal Floriano	0,737	0,649	0,707	0,633	0,496	0,499	0,492	0,544	0,563	0,513	0,505
Marilândia	0,406	0,388	0,333	0,329	0,353	0,410	0,405	0,380	0,356	0,388	0,407
Mimoso do Sul	0,668	0,645	0,570	0,545	0,528	0,522	0,524	0,528	0,534	0,519	0,521
Montanha	0,534	0,518	0,545	0,544	0,555	0,552	0,538	0,556	0,617	0,557	0,512
Mucurici	0,289	0,273	0,326	0,308	0,300	0,285	0,290	0,319	0,345	0,326	0,284
Muniz Freire	0,460	0,437	0,489	0,509	0,665	0,696	0,650	0,583	0,457	0,476	0,452
Muqui	0,324	0,327	0,275	0,261	0,261	0,262	0,258	0,278	0,284	0,278	0,269
Nova Venécia	1,145	1,068	0,962	1,002	1,042	1,077	1,040	1,017	1,044	1,073	1,130
Pancas	0,547	0,581	0,496	0,448	0,466	0,474	0,483	0,459	0,442	0,458	0,456
Pedro Canário	0,463	0,482	0,476	0,462	0,388	0,386	0,414	0,348	0,338	0,366	0,367
Pinheiros	0,562	0,566	0,630	0,640	0,616	0,613	0,619	0,663	0,693	0,667	0,646
Piúma	0,237	0,214	0,177	0,171	0,174	0,179	0,182	0,212	0,330	0,392	0,431
Ponto Belo	0,201	0,237	0,260	0,239	0,251	0,247	0,245	0,276	0,274	0,243	0,222
Presidente Kennedy	0,306	0,306	0,304	0,300	0,292	0,454	0,463	0,342	0,328	0,302	0,300
Rio Bananal	0,558	0,543	0,521	0,527	0,607	0,678	0,660	0,665	0,658	0,625	0,676
Rio Novo do Sul	0,256	0,255	0,280	0,274	0,297	0,283	0,287	0,222	0,218	0,262	0,265
Santa Leopoldina	0,499	0,465	0,492	0,498	0,459	0,413	0,402	0,403	0,404	0,415	0,426
Santa Maria de Jetibá	1,091	1,131	1,112	1,133	1,148	1,161	1,222	1,333	1,390	1,381	1,470
Santa Teresa	0,642	0,595	0,559	0,584	0,589	0,577	0,550	0,589	0,605	0,622	0,625
São Domingos do Norte	0,284	0,311	0,326	0,319	0,372	0,415	0,408	0,405	0,371	0,352	0,376
São Gabriel da Palha	0,644	0,646	0,576	0,563	0,661	0,755	0,735	0,700	0,658	0,651	0,652
São José do Calçado	0,365	0,334	0,290	0,290	0,278	0,287	0,276	0,263	0,279	0,273	0,245
São Mateus	1,731	1,902	1,828	1,671	1,825	1,887	1,716	1,825	1,853	1,732	2,029
São Roque do Canaã	0,277	0,293	0,315	0,304	0,317	0,332	0,334	0,322	0,330	0,326	0,322
Serra	12,901	13,720	15,795	16,777	16,283	16,325	15,225	13,516	12,407	11,621	11,758
Sooretama	0,419	0,429	0,456	0,428	0,466	0,546	0,523	0,522	0,563	0,573	0,667
Vargem Alta	0,523	0,532	0,490	0,474	0,504	0,500	0,483	0,474	0,480	0,487	0,485
Venda Nova do Imigrante	0,693	0,768	0,839	0,850	0,812	0,789	0,755	0,777	0,773	0,702	0,664
Viana	1,023	1,183	1,103	0,917	0,911	0,943	0,976	1,011	1,098	1,263	1,253
Vila Pavão	0,309	0,330	0,357	0,353	0,359	0,367	0,372	0,343	0,324	0,311	0,305
Vila Valério	0,589	0,506	0,530	0,509	0,552	0,633	0,627	0,593	0,574	0,542	0,586
Vila Velha	6,192	5,781	5,624	5,437	5,785	6,238	6,231	6,642	6,784	5,851	5,327
Vitória	23,498	21,643	21,333	23,858	24,339	22,346	21,664	21,466	20,573	19,958	17,462
TOTAL	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo.

NOSSO MUNICÍPIO CRESCE, VOCÊ CRESCE JUNTO. VENHA INVESTIR EM PRESIDENTE KENNEDY!



Para receber novos empreendimentos e melhorar a qualidade de vida, a Prefeitura de Presidente Kennedy investe na formação e qualificação dos seus habitantes.

Desde o ano passado, 800 jovens e adultos se formaram nos cursos gratuitos do Sesi/Senai/Senar/Sebrae e na Agência Local de Formação de Mão-de-Obra, em parceria com a PMPK. Este ano, a Prefeitura firmou convênio para oferecer 36 novos cursos, voltados também para o potencial turístico e pesqueiro do seu litoral, agro e ecoturismo.

Tudo isso, aliado ao seu artesanato, folclore e ao rico patrimônio histórico-cultural, faz de Presidente Kennedy uma terra de oportunidades, lugar ideal para se investir.

Acesse: www.presidentekennedy.es.gov.br



Desempenho

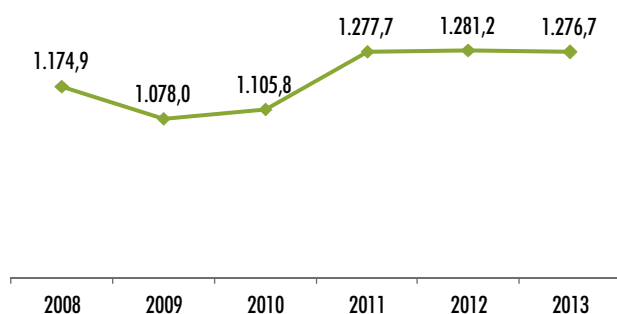
Os municípios capixabas receberam, em 2013, R\$ 1,28 bilhão do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em relação ao ano anterior, houve ligeira queda real de 0,4%. Foi o segundo ano consecutivo de estabilidade.

A performance do FPM depende diretamente da arrecadação do Governo Federal, já que é formado pelo Imposto de Renda (IR) e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Em 2013, o valor arrecadado do IPI foi de R\$ 50,1 bilhões, 3,5% menor que no ano anterior. De acordo com o Boletim “Análise da Arrecadação das Receitas Federais”, da Receita Federal do Brasil, essa retração deveu-se, principalmente, aos impactos das políticas fiscais anticíclicas aplicadas pelo Governo Federal, como a redução do IPI para a compra de automóveis, a partir de maio de 2012. O tributo aplicado sobre essa categoria registrou queda de 20,3%, em relação ao ano anterior. Outra categoria do IPI com forte retração foi o vinculado à importação (-10,4%), que sofreu uma redução de 17,6% em sua alíquota média. Essas retrações foram compensadas pelo aumento na alíquota do IPI cobrado sobre cigarros e bebidas. Esses setores registraram alta de 17,8% e 2,7%, respectivamente.

Além disso, a arrecadação do IPI está fortemente vinculada ao desempenho da economia nacional. A Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acusou crescimento na produção da indústria nacional de apenas 1,1% no acumulado em doze meses até novembro de 2013, em relação ao mesmo período do ano anterior.

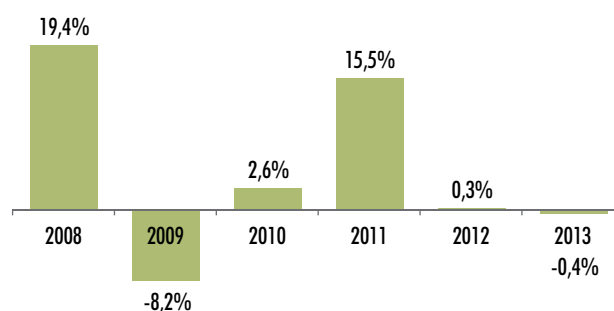
Evolução do FPM no Espírito Santo

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Quanto à arrecadação do IR, outro componente do FPM, ela atingiu R\$ 300,51 bilhões, em 2013, com alta real de 4,3% sobre 2012. Nesse valor estão incluídos os recolhimentos extraordinários devido ao pagamento de débitos em atraso pelas empresas e por pessoas físicas. No caso do IR de Pessoas Jurídicas (IRPJ), houve alta de 9% ocasionada pelo aumento da lucratividade das empresas. Quanto ao IR das Pessoas Físicas (IRPF), este foi alavancado em 2,4%, em grande parte graças ao crescimento de 11,7% da massa salarial habitual, calculada pelo IBGE. Já o IR Retido na Fonte (IRRF) teve alta real de 0,74% em relação ao ano anterior.

Taxa de crescimento do FPM no Espírito Santo em relação ao ano anterior



As unidades federativas possuem uma participação fixa no total do FPM a ser distribuído pelo país. Cada município, por sua vez, tem sua participação na parcela do FPM destinada ao seu Estado, definida de acordo com coeficientes que são determinados com base no tamanho de sua população. Portanto, apenas uma mudança no tamanho populacional do município poderia alterar o seu coeficiente e, assim, resultar num desempenho diferenciado deste em relação à maior parte dos municípios de seu Estado. No caso das capitais e dos municípios com mais de 142.633 habitantes, além das variações no contingente populacional há também a influência do coeficiente relacionado à renda per capita estadual. Veja mais detalhes no Saiba mais sobre o FPM, na página 55.

Em 2013, nenhum município capixaba mudou de coeficiente de participação no FPM. Dessa forma, cada uma das 72 cidades que compõem somente o FPM-Interior teve um crescimento real de 1,3% em relação ao ano anterior. A transferência para essas cidades ficou entre R\$ 6,3 milhões, nas localidades com até 10.188 habitantes, e R\$ 33,6 milhões, naquelas com o máximo de 142.632 habitantes. Confira o ranking completo, na página 59.

Já a capital Vitória acusou queda de -10,4%, passando de R\$ 109,9 milhões para R\$ 98,6 milhões. Dessa forma, o repasse para a cidade voltou ao patamar de 2011. Essa oscilação deveu-se às mudanças na renda per capita estadual em relação à média nacional, que é um dos critérios para definir os coeficientes do FPM-Capitais. Como a renda per capita do Espírito Santo cresceu acima da média nacional em 2010 (ano de apuração da renda para o coeficiente de 2013), e como o cálculo do coeficiente de participação considera o inverso da renda per capita estadual, então a parcela de Vitória no total distribuído às capitais recuou de 1,52%, em 2012, para 1,36%, no ano seguinte.

Assim como Vitória, as cidades de Vila Velha, Serra, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares também sofreram perdas do FPM devido ao crescimento da renda per capita estadual. A queda na transferência foi de 1,8% em Linhares e de 1,6% nas demais, em relação ao ano anterior. Essas cidades fazem parte do FPM-Reserva, que também leva em consideração a população e relação inversa da renda per capita. Linhares recebeu, em 2013, R\$ 51,8 milhões, enquanto Vila Velha, Serra, Cariacica e Cachoeiro de Itapemirim receberam R\$ 53,9 milhões, cada uma.

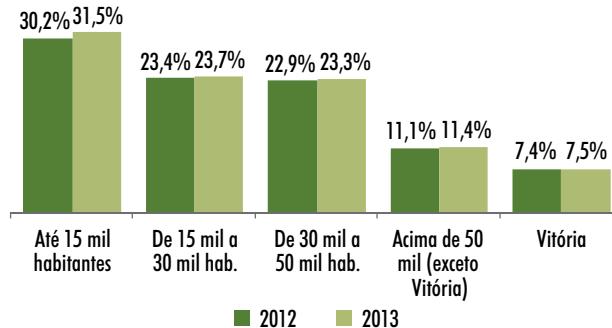
Participação orçamentária

Em 2013, os municípios capixabas sofreram fortes perdas de receita, principalmente da Quota-Parte Municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (QPM-ICMS), em função das mudanças no imposto cobrado sobre as operações interestaduais de produtos importados (veja mais sobre a QPM-ICMS na página 46).

Dessa forma, mesmo com o baixo crescimento, houve um aumento da importância do FPM nos orçamentos, principalmente nas pequenas localidades. Naquelas com população de até 15 mil habitantes, o FPM representou, em média, 31,4% da receita corrente, em 2013. Em 2012, havia sido de 30,2%. Nesse cálculo, desconsiderou-se a receita dos royalties e as participações especiais do petróleo e gás natural devido à forte concentração desse tipo de receita em poucas cidades.

Os critérios de repasse do FPM estão relacionados ao número de habitantes, mas de uma forma que os municípios menores recebem proporcionalmente mais que os maiores. Conforme se aumenta o porte populacional dos municípios, a participação do FPM na receita corrente diminui. Nas cidades capixabas com população superior a 50 mil moradores, excluindo-se a capital, a importância média do Fundo na receita corrente foi de 11,4%. Em Vitória, o percentual é ainda menor: 7,5%.

Participação média do FPM na receita corrente¹ dos municípios agrupados por faixa populacional 2013



**excluído royalties e participações especiais do petróleo e gás natural*

Os municípios capixabas onde o FPM possui maior importância na receita corrente são Divino de São Lourenço (41,3%), Itarana (36,3%), Muqui (35,3%), Dolores do Rio Preto (33,5%) e Laranja da Terra (33,1%). As menores participações foram observadas em Presidente Kennedy (2,8%), Anchieta (4,9%) e Itapemirim (6%). A baixa importância em Presidente Kennedy e Itapemirim deve-se ao grande volume da receita de royalties e participações especiais do petróleo e gás natural. Anchieta, além de ser um forte receptor dos recursos do petróleo, beneficia-se ainda de volumosos recursos provenientes do ICMS e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Saiba mais sobre o FPM

O FPM é uma transferência de recursos da União aos municípios brasileiros, garantida pela Constituição Federal, no artigo 159, inciso I, alínea b. Esse Fundo é composto, efetivamente, por 23,5% da arrecadação federal líquida do IR e do IPI, sendo 22,5% da arrecadação repassados a cada dez dias, e 1% distribuído em uma única parcela, no primeiro decêndio do mês de dezembro.

A distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo com o número de habitantes, fixando-se um coeficiente para cada faixa populacional. Anualmente, o IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios e o Tribunal de Contas da União, com base nesses dados, publica no Diário Oficial da União os coeficientes de distribuição individuais dos municípios.

Com exceção das capitais, todos os demais municípios recebem recursos do FPM-Interior. Cada cidade possui um coeficiente de participação de acordo com sua população, que varia de 0,6 a 4,0 (veja tabela na página 56). A participação de cada município é obtida dividindo-se seu coeficiente pela soma dos coeficientes dos municípios de seu respectivo Estado.

Segundo a Lei Federal Complementar nº 62/1989, cada Estado possui uma participação fixa na repartição dos recursos do FPM-Interior (veja tabela abaixo).

Coefficientes para distribuição do FPM-Interior

Categoria do município segundo o número de habitantes	Coefficiente
Até 10.188	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6
De 37.357 a 44.148	1,8
De 44.149 a 50.940	2,0
De 50.941 a 61.128	2,2
De 61.129 a 71.316	2,4
De 71.317 a 81.504	2,6
De 81.505 a 91.692	2,8
De 91.693 a 101.880	3,0
De 101.881 a 115.464	3,2
De 115.465 a 129.048	3,4
De 129.049 a 142.632	3,6
De 142.633 a 156.216	3,8
Além de 156.216	4,0

Fonte: Decreto-Lei nº 1.881/1981.

Coefficiente, participação no FPM-capital e população das capitais

Capital	UF	Coefficiente de 2013	Part. no total em 2013 em %	População 2012
Aracaju	SE	3,60	3,0573	587.701
Belém	PA	7,00	5,9448	1.410.430
Belo Horizonte	MG	6,00	5,0955	2.395.785
Boa Vista	RR	2,80	2,3779	296.959
Brasília	DF	2,00	1,6985	2.648.532
Campo Grande	MS	2,40	2,0382	805.397
Cuiabá	MT	2,00	1,6985	561.329
Curitiba	PR	3,60	3,0573	1.776.761
Florianópolis	SC	1,60	1,3588	433.158
Fortaleza	CE	10,00	8,4926	2.500.194
Goiânia	GO	3,60	3,0573	1.333.767
João Pessoa	PB	5,00	4,2463	742.478
Macapá	AP	3,20	2,7176	415.554
Maceió	AL	6,25	5,3079	953.393
Manaus	AM	5,40	4,5860	1.861.838
Natal	RN	4,00	3,3970	817.590
Palmas	TO	3,20	2,7176	242.070
Porto Alegre	RS	2,80	2,3779	1.416.714
Porto Velho	RO	2,80	2,3779	442.701
Recife	PE	6,30	5,3503	1.557.757
Rio Branco	AC	3,60	3,0573	348.354
Rio de Janeiro	RJ	4,00	3,3970	6.390.290
Salvador	BA	9,00	7,6433	2.710.968
São Luís	MA	6,25	5,3079	1.039.610
São Paulo	SP	3,50	2,9724	11.376.685
Teresina	PI	6,25	5,3079	830.231
Vitória	ES	1,60	1,3588	333.162
Total		117,75	100,0000	46.229.408

Fonte: Decisão Normativa nº 123/2012 - Tribunal de Contas da União.

Todos os municípios com mais de 142.633 habitantes, além do FPM-Interior, recebem recursos do FPM-Reserva. O objetivo desse Fundo é proporcionar um adicional de recursos às cidades com maior número de habitantes, beneficiando, principalmente, aquelas localizadas em regiões mais pobres, uma vez que sua distribuição também leva em consideração o inverso da renda per capita dos seus respectivos estados. No Espírito Santo, recebem recursos do FPM-Reserva: Vila Velha, Serra, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares, que passou a fazer parte do grupo em 2012.

O FPM-Capital é distribuído, exclusivamente, às 27 capitais e seus critérios de distribuição são os mesmos do FPM-Reserva, ou seja, população e inverso da renda per capita estadual.

Participação no FPM-Interior, número de municípios e população por Estado

Unidades da Federação	Participação no total em %	Número de municípios 2012 ¹	População 2012
Acre	0,2630	21	410.432
Alagoas	2,0883	101	2.212.079
Amapá	0,1392	15	283.048
Amazonas	1,2452	61	1.729.147
Bahia	9,2695	416	11.464.373
Ceará	4,5864	183	6.105.811
Esírito Santo	1,7595	77	3.244.905
Goiás	3,7318	245	4.821.229
Maranhão	3,9715	216	5.674.704
Mato Grosso	1,8949	140	2.554.007
Mato Grosso do Sul	1,5004	78	1.699.691
Minas Gerais	14,1846	852	17.459.547
Pará	3,2948	143	6.411.775
Paraíba	3,1942	222	3.072.693
Paraná	7,2857	398	8.800.994
Pernambuco	4,7952	183	7.376.778
Piauí	2,4015	223	2.330.517
Rio de Janeiro	2,7379	91	9.841.075
Rio Grande do Norte	2,4324	166	2.410.608
Rio Grande do Sul	7,3011	496	9.353.889
Rondônia	0,7464	51	1.147.310
Roraima	0,0851	14	172.565
Santa Catarina	4,1997	294	5.950.128
São Paulo	14,2620	644	30.524.534
Sergipe	1,3342	74	1.523.166
Tocantins	1,2955	138	1.175.624
Total	100,0000	5.542	147.750.629

Fonte: Decisão Normativa nº 123/2012 - Tribunal de Contas da União. Nota: ¹exceto as capitais.

Divisões do FPM e seus respectivos critérios de distribuição

Divisões do FPM	Critérios de distribuição
FPM-Interior	86,4% do FPM total. É distribuído a todos os municípios do país, exceto as capitais.
FPM-Reserva	3,6% do FPM total. É destinado aos municípios do interior com população superior a 142.633 habitantes, exceto as capitais.
FPM-Capital	10% do FPM total. É distribuído às capitais estaduais.

Fonte: Lei nº 5.172/1966 e Decreto-Lei nº 1.881/1981.

IJSN



REFERÊNCIA EM INFORMAÇÃO DE VALOR ESTRATÉGICO PARA O ESPÍRITO SANTO

O Instituto Jones dos Santos Neves realiza pesquisas e estudos econômicos, sociais e territoriais que orientam as políticas públicas e contribuem com o desenvolvimento sustentável do nosso Estado. O conhecimento técnico produzido por esses trabalhos auxilia na criação de oportunidades para todos os capixabas, em todas as microrregiões, trazendo melhorias para a sociedade, além do fortalecimento do planejamento governamental e a disponibilização de informações importantes para quem deseja investir e viver no Espírito Santo.



www.ijsn.es.gov.br

SECRETARIA DE ECONOMIA
E PLANEJAMENTO



GOVERNO DO
**ESPÍRITO
SANTO**

CRESCER É COM A GENTE
www.es.gov.br

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	Partic. na rec. corr. ¹ 2013	FPM per capita 2013
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013						em %		em R\$
Afonso Cláudio	16.180,7	14.663,0	14.972,7	17.016,8	16.614,7	16.824,6	1,3	26,8	516,87
Água Doce do Norte	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	32,2	691,57
Água Branca	6.067,7	5.498,6	5.614,8	6.381,3	6.230,5	6.309,2	1,3	24,6	628,10
Alegre	14.158,1	14.663,0	14.972,7	17.016,8	16.614,7	16.824,6	1,3	...	521,42
Alfredo Chaves	10.112,9	9.164,4	9.357,9	10.635,5	10.384,2	10.515,4	1,3	28,7	707,68
Alto Rio Novo	6.067,7	5.498,6	5.614,8	6.381,3	6.230,5	6.309,2	1,3	31,6	804,65
Anchieta	12.135,5	10.997,3	11.229,5	14.889,7	14.537,9	14.721,5	1,3	4,9	552,24
Apiacá	6.067,7	5.498,6	5.614,8	6.381,3	6.230,5	6.309,2	1,3	31,2	797,02
Aracruz	26.293,6	23.827,4	24.330,6	29.779,4	29.075,7	29.443,0	1,3	9,9	321,56
Atílio Vivácqua	6.067,7	5.498,6	5.614,8	6.381,3	6.230,5	6.309,2	1,3	23,9	580,85
Baixo Guandu	14.158,1	12.830,1	13.101,1	14.889,7	14.537,9	14.721,5	1,3	23,6	472,97
Barra de São Francisco	18.203,2	16.495,9	16.844,3	19.143,9	18.691,5	18.927,7	1,3	22,8	431,33
Boa Esperança	8.090,3	7.331,5	7.486,3	10.635,5	10.384,2	10.515,4	1,3	29,4	693,21
Bom Jesus do Norte	6.067,7	5.498,6	5.614,8	6.381,3	6.230,5	6.309,2	1,3	32,0	624,99
Brejetuba	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	29,3	664,01
Cachoeiro de Itapemirim	52.742,4	47.413,4	48.286,8	54.686,2	54.814,5	53.914,5	-1,6	17,4	262,72
Cariacica	52.742,4	47.413,4	48.286,8	54.686,2	54.814,5	53.914,5	-1,6	10,7	143,40
Castelo	16.180,7	14.663,0	14.972,7	17.016,8	16.614,7	16.824,6	1,3	23,2	450,69
Colatina	32.361,3	29.326,0	29.945,4	34.033,7	33.229,4	33.649,2	1,3	14,3	278,84
Conceição da Barra	14.158,1	12.830,1	13.101,1	14.889,7	14.537,9	14.721,5	1,3	20,1	480,17
Conceição do Castelo	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	27,3	668,76
Divino de São Lourenço	6.067,7	5.498,6	5.614,8	6.381,3	6.230,5	6.309,2	1,3	41,3	1.345,82
Domingos Martins	16.180,7	14.663,0	14.972,7	17.016,8	16.614,7	16.824,6	1,3	20,2	493,98
Dores do Rio Preto	6.067,7	5.498,6	5.614,8	6.381,3	6.230,5	6.309,2	1,3	33,5	924,16
Ecoporanga	12.135,5	12.830,1	13.101,1	12.762,6	12.461,0	12.618,4	1,3	25,4	518,70
Fundão	10.112,9	9.164,4	9.357,9	12.762,6	12.461,0	12.618,4	1,3	24,1	658,00
Governador Lindenberg	6.067,7	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	33,0	703,78
Guaiçú	14.158,1	12.830,1	13.101,1	14.889,7	14.537,9	14.721,5	1,3	24,1	488,37
Guarapari	30.338,7	29.326,0	29.945,4	34.033,7	33.229,4	33.649,2	1,3	15,2	289,39
Ibatiba	12.135,5	10.997,3	11.229,5	12.762,6	12.461,0	12.618,4	1,3	29,0	513,47
Ibiraçu	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	31,2	693,86
Itabirama	6.067,7	5.498,6	5.614,8	6.381,3	6.230,5	6.309,2	1,3	25,8	671,19
Iconha	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	25,3	620,93
Irupi	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	30,0	657,31
Itaguaçu	10.112,9	9.164,4	9.357,9	10.635,5	10.384,2	10.515,4	1,3	31,0	708,39
Itapemirim	16.180,7	14.663,0	14.972,7	17.016,8	16.614,7	16.824,6	1,3	6,0	500,58
Itarana	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	36,3	741,24
Iúna	14.158,1	12.830,1	13.101,1	14.889,7	14.537,9	14.721,5	1,3	28,0	503,16
Jaguaré	12.135,5	10.997,3	11.229,5	14.889,7	14.537,9	14.721,5	1,3	20,3	533,41
Jerônimo Monteiro	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	31,9	718,57
João Neiva	10.112,9	9.164,4	9.357,9	10.635,5	10.384,2	10.515,4	1,3	26,8	623,35
Laranja da Terra	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	33,1	736,76
Linhares	34.383,9	32.991,8	33.688,5	38.287,9	52.737,7	51.811,4	-1,8	11,2	328,31
Mantenópolis	8.090,3	7.331,5	7.486,3	10.635,5	10.384,2	10.515,4	1,3	33,0	710,11
Marataizes	16.180,7	14.663,0	14.972,7	17.016,8	16.614,7	16.824,6	1,3	11,5	453,00
Marechal Floriano	8.090,3	7.331,5	7.486,3	10.635,5	10.384,2	10.515,4	1,3	27,5	670,24
Mariândia	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	30,7	695,69
Mimoso do Sul	14.158,1	12.830,1	13.101,1	14.889,7	14.537,9	14.721,5	1,3	28,6	539,07
Montanha	12.135,5	10.997,3	11.229,5	12.762,6	12.461,0	12.618,4	1,3	29,6	662,42
Mucurici	6.067,7	5.498,6	5.614,8	6.381,3	6.230,5	6.309,2	1,3	29,0	1.067,73
Muniz Freire	12.135,5	10.997,3	11.229,5	12.762,6	12.461,0	12.618,4	1,3	28,3	661,31
Muqui	10.112,9	9.164,4	9.357,9	10.635,5	10.384,2	10.515,4	1,3	35,3	681,14
Nova Venécia	20.225,8	18.328,8	18.715,8	21.271,0	20.768,4	21.030,7	1,3	22,1	424,31
Pancas	12.135,5	10.997,3	11.229,5	12.762,6	12.461,0	12.618,4	1,3	30,7	545,66
Pedro Canário	12.135,5	12.830,1	13.101,1	14.889,7	14.537,9	14.721,5	1,3	31,9	572,82
Pinheiros	12.135,5	10.997,3	13.101,1	14.889,7	14.537,9	14.721,5	1,3	25,9	565,71
Piúma	10.112,9	10.997,3	11.229,5	12.762,6	12.461,0	12.618,4	1,3	22,4	628,35
Ponto Belo	6.067,7	5.498,6	5.614,8	6.381,3	6.230,5	6.309,2	1,3	...	831,25
Presidente Kennedy	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	2,8	755,82
Rio Bananal	10.112,9	10.997,3	11.229,5	12.762,6	12.461,0	12.618,4	1,3	26,1	667,93
Rio Novo do Sul	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	29,7	701,43
Santa Leopoldina	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	29,1	653,08
Santa Maria de Jetibá	16.180,7	14.663,0	14.972,7	17.016,8	16.614,7	16.824,6	1,3	21,7	446,04
Santa Teresa	12.135,5	10.997,3	11.229,5	12.762,6	12.461,0	12.618,4	1,3	23,0	538,51
São Domingos do Norte	6.067,7	5.498,6	5.614,8	6.381,3	6.230,5	6.309,2	1,3	27,6	734,06
São Gabriel da Palha	14.158,1	12.830,1	14.972,7	17.016,8	16.614,7	16.824,6	1,3	27,6	477,54
São José do Calçado	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	30,0	765,66
São Mateus	30.338,7	27.493,1	28.073,8	34.033,7	33.229,4	33.649,2	1,3	14,0	278,73
São Roque do Canaã	8.090,3	7.331,5	7.486,3	8.508,4	8.307,4	8.412,3	1,3	32,9	690,72
Serra	52.742,4	47.413,4	48.286,8	54.686,2	54.814,5	53.914,5	-1,6	6,4	115,37
Sooretama	12.135,5	10.997,3	11.229,5	14.889,7	14.537,9	14.721,5	1,3	27,3	548,43
Vargem Alta	12.135,5	10.997,3	11.229,5	12.762,6	12.461,0	12.618,4	1,3	26,6	608,29
Venda Nova do Imigrante	12.135,5	10.997,3	11.229,5	12.762,6	12.461,0	12.618,4	1,3	26,6	551,67
Viana	22.248,4	20.161,6	20.587,4	25.525,2	24.922,1	25.236,9	1,3	18,8	349,95
Vila Pavão	6.067,7	5.498,6	5.614,8	6.381,3	6.230,5	6.309,2	1,3	28,9	680,46
Vila Valério	10.112,9	9.164,4	9.357,9	10.635,5	10.384,2	10.515,4	1,3	31,1	719,54
Vila Velha	52.742,4	47.413,4	48.286,8	54.686,2	54.814,5	53.914,5	-1,6	7,6	117,59
Vitória	90.212,6	81.900,7	85.407,2	99.635,6	109.935,2	98.554,2	-10,4	7,4	282,98
TOTAL	1.174.937,9	1.078.019,8	1.105.794,9	1.277.704,1	1.281.202,0	1.276.654,9	-0,4	14,3	332,52

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Posição	Município	FPM em R\$	População 2013
1º	Vitória	98.554.218,65	348.268
2º	Cachoeiro de Itapemirim	53.914.474,21	205.213
3º	Cariacica	53.914.474,21	375.974
4º	Serra	53.914.474,21	467.318
5º	Vila Velha	53.914.474,21	458.489
6º	Linhares	51.811.399,60	157.814
7º	Colatina	33.649.194,95	120.677
8º	Guarapari	33.649.194,95	116.278
9º	São Mateus	33.649.194,95	120.725
10º	Aracruz	29.443.045,60	91.562
11º	Viana	25.236.896,33	72.115
12º	Nova Venécia	21.030.746,93	49.564
13º	Barra de São Francisco	18.927.672,39	43.882
14º	Afonso Cláudio	16.824.597,65	32.551
15º	Alegre	16.824.597,65	32.267
16º	Castelo	16.824.597,65	37.331
17º	Domingos Martins	16.824.597,65	34.059
18º	Itapemirim	16.824.597,65	33.610
19º	Marataizes	16.824.597,65	37.140
20º	Santa Maria de Jetibá	16.824.597,65	37.720
21º	São Gabriel da Palha	16.824.597,65	35.232
22º	Baixo Guandu	14.721.523,01	31.126
23º	Conceição da Barra	14.721.523,01	30.659
24º	Guaçuí	14.721.523,01	30.144
25º	Iúna	14.721.523,01	29.258
26º	Mimoso do Sul	14.721.523,01	27.309
27º	Pedro Canário	14.721.523,01	25.700
28º	Pinheiros	14.721.523,01	26.023
29º	Anchieta	14.721.523,01	26.658
30º	Jaguaré	14.721.523,01	27.599
31º	Sooretama	14.721.523,01	26.843
32º	Ecoporanga	12.618.448,33	24.327
33º	Ibatiba	12.618.448,33	24.575
34º	Montanha	12.618.448,33	19.049
35º	Muniz Freire	12.618.448,33	19.081
36º	Pancas	12.618.448,33	23.125
37º	Piúma	12.618.448,33	20.082
38º	Rio Bananal	12.618.448,33	18.892
39º	Santa Teresa	12.618.448,33	23.432
40º	Vargem Alta	12.618.448,33	20.744
41º	Venda Nova do Imigrante	12.618.448,33	22.873
42º	Fundão	12.618.448,33	19.177
43º	Alfredo Chaves	10.515.373,70	14.859
44º	Itaguaçu	10.515.373,70	14.844
45º	João Neiva	10.515.373,70	16.869
46º	Muqui	10.515.373,70	15.438
47º	Vila Valério	10.515.373,70	14.614
48º	Boa Esperança	10.515.373,70	15.169
49º	Mantenópolis	10.515.373,70	14.808
50º	Marechal Floriano	10.515.373,70	15.689
51º	Água Doce do Norte	8.412.298,96	12.164
52º	Brejetuba	8.412.298,96	12.669
53º	Conceição do Castelo	8.412.298,96	12.579
54º	Ibiraçu	8.412.298,96	12.124
55º	Iconha	8.412.298,96	13.548
56º	Irupi	8.412.298,96	12.798
57º	Itarana	8.412.298,96	11.349
58º	Jerônimo Monteiro	8.412.298,96	11.707
59º	Laranja da Terra	8.412.298,96	11.418
60º	Marilândia	8.412.298,96	12.092
61º	Presidente Kennedy	8.412.298,96	11.130
62º	Rio Novo do Sul	8.412.298,96	11.993
63º	Santa Leopoldina	8.412.298,96	12.881
64º	São José do Calçado	8.412.298,96	10.987
65º	São Roque do Canaã	8.412.298,96	12.179
66º	Governador Lindenberg	8.412.298,96	11.953
67º	Água Branca	6.309.224,35	10.045
68º	Alto Rio Novo	6.309.224,35	7.841
69º	Apiacá	6.309.224,35	7.916
70º	Atílio Vivácqua	6.309.224,35	10.862
71º	Bom Jesus do Norte	6.309.224,35	10.095
72º	Divino de São Lourenço	6.309.224,35	4.688
73º	Dores do Rio Preto	6.309.224,35	6.827
74º	Ibitirama	6.309.224,35	9.400
75º	Mucurici	6.309.224,35	5.909
76º	Ponto Belo	6.309.224,35	7.590
77º	São Domingos do Norte	6.309.224,35	8.595
78º	Vila Pavão	6.309.224,35	9.272
TOTAL		1.276.654.868,69	3.839.366

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Posição	Município	A / B	FPM (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Divino de São Lourenço	1.345,82	6.309.224,35	4.688
2º	Mucurici	1.067,73	6.309.224,35	5.909
3º	Dores do Rio Preto	924,16	6.309.224,35	6.827
4º	Ponto Belo	831,25	6.309.224,35	7.590
5º	Alto Rio Novo	804,65	6.309.224,35	7.841
6º	Apiacá	797,02	6.309.224,35	7.916
7º	São José do Calçado	765,66	8.412.298,96	10.987
8º	Presidente Kennedy	755,82	8.412.298,96	11.130
9º	Itarana	741,24	8.412.298,96	11.349
10º	Laranja da Terra	736,76	8.412.298,96	11.418
11º	São Domingos do Norte	734,06	6.309.224,35	8.595
12º	Vila Valério	719,54	10.515.373,70	14.614
13º	Jerônimo Monteiro	718,57	8.412.298,96	11.707
14º	Mantenópolis	710,11	10.515.373,70	14.808
15º	Itaguaçu	708,39	10.515.373,70	14.844
16º	Alfredo Chaves	707,68	10.515.373,70	14.859
17º	Governador Lindenberg	703,78	8.412.298,96	11.953
18º	Rio Novo do Sul	701,43	8.412.298,96	11.993
19º	Marilândia	695,69	8.412.298,96	12.092
20º	Ibiraçu	693,86	8.412.298,96	12.124
21º	Boa Esperança	693,21	10.515.373,70	15.169
22º	Água Doce do Norte	691,57	8.412.298,96	12.164
23º	São Roque do Canaã	690,72	8.412.298,96	12.179
24º	Muqui	681,14	10.515.373,70	15.438
25º	Vila Pavão	680,46	6.309.224,35	9.272
26º	Ibitirama	671,19	6.309.224,35	9.400
27º	Marechal Floriano	670,24	10.515.373,70	15.689
28º	Conceição do Castelo	668,76	8.412.298,96	12.579
29º	Rio Bananal	667,93	12.618.448,33	18.892
30º	Brejetuba	664,01	8.412.298,96	12.669
31º	Montanha	662,42	12.618.448,33	19.049
32º	Muniz Freire	661,31	12.618.448,33	19.081
33º	Fundão	658,00	12.618.448,33	19.177
34º	Irupi	657,31	8.412.298,96	12.798
35º	Santa Leopoldina	653,08	8.412.298,96	12.881
36º	Piúma	628,35	12.618.448,33	20.082
37º	Água Branca	628,10	6.309.224,35	10.045
38º	Bom Jesus do Norte	624,99	6.309.224,35	10.095
39º	João Neiva	623,35	10.515.373,70	16.869
40º	Iconha	620,93	8.412.298,96	13.548
41º	Vargem Alta	608,29	12.618.448,33	20.744
42º	Atílio Vivácqua	580,85	6.309.224,35	10.862
43º	Pedro Canário	572,82	14.721.523,01	25.700
44º	Pinheiros	565,71	14.721.523,01	26.023
45º	Anchieta	552,24	14.721.523,01	26.658
46º	Venda Nova do Imigrante	551,67	12.618.448,33	22.873
47º	Sooretama	548,43	14.721.523,01	26.843
48º	Pancas	545,66	12.618.448,33	23.125
49º	Mimoso do Sul	539,07	14.721.523,01	27.309
50º	Santa Teresa	538,51	12.618.448,33	23.432
51º	Jaguaré	533,41	14.721.523,01	27.599
52º	Alegre	521,42	16.824.597,65	32.267
53º	Ecoporanga	518,70	12.618.448,33	24.327
54º	Afonso Cláudio	516,87	16.824.597,65	32.551
55º	Ibatiba	513,47	12.618.448,33	24.575
56º	Iúna	503,16	14.721.523,01	29.258
57º	Itapemirim	500,58	16.824.597,65	33.610
58º	Domingos Martins	493,98	16.824.597,65	34.059
59º	Guaçuí	488,37	14.721.523,01	30.144
60º	Conceição da Barra	480,17	14.721.523,01	30.659
61º	São Gabriel da Palha	477,54	16.824.597,65	35.232
62º	Baixo Guandu	472,97	14.721.523,01	31.126
63º	Marataizes	453,00	16.824.597,65	37.140
64º	Castelo	450,69	16.824.597,65	37.331
65º	Santa Maria de Jetibá	446,04	16.824.597,65	37.720
66º	Barra de São Francisco	431,33	18.927.672,39	43.882
67º	Nova Venécia	424,31	21.030.746,93	49.564
68º	Viana	349,95	25.236.896,33	72.115
69º	Linhares	328,31	51.811.399,60	157.814
70º	Aracruz	321,56	29.443.045,60	91.562
71º	Guarapari	289,39	33.649.194,95	116.278
72º	Vitória	282,98	98.554.218,65	348.268
73º	Colatina	278,84	33.649.194,95	120.677
74º	São Mateus	278,73	33.649.194,95	120.725
75º	Cachoeiro de Itapemirim	262,72	53.914.474,21	205.213
76º	Cariacica	143,40	53.914.474,21	375.974
77º	Vila Velha	117,59	53.914.474,21	458.489
78º	Serra	115,37	53.914.474,21	467.318
TOTAL		332,52	1.276.654.868,69	3.839.366

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN). População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

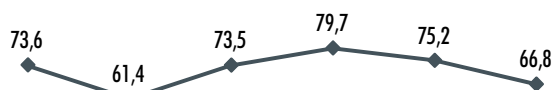


Desempenho

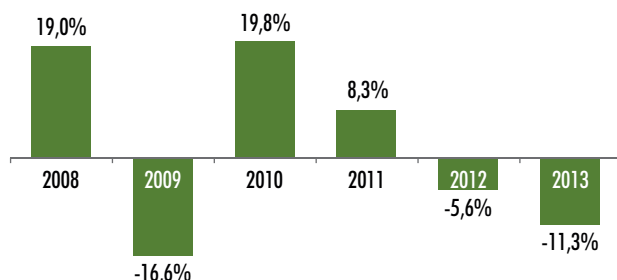
Pelo segundo ano consecutivo, os municípios capixabas acusaram queda nos recursos provenientes da dívida ativa. Em 2013, foram resgatados R\$ 66,8 milhões do estoque da dívida ativa, com queda de 11,3% em relação ao ano anterior. Em termos absolutos, a retração foi de R\$ 8,5 milhões, utilizando-se valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2013.

Evolução da receita da dívida ativa

em R\$ milhões - IPCA médio de 2012



Taxa de crescimento da receita da dívida ativa em relação ao ano anterior



Quatro municípios destacaram-se pela contração no recebível de dívida ativa, em termos absolutos: Serra (R\$ -3,8 milhões), Vitória (R\$ -2,9 milhões), Cariacica (R\$ -2,5 milhões) e Marataízes (R\$ -1,2 milhão). Viana, com queda de R\$ 554,5 mil, e Aracruz, de R\$ 441,1 mil, também sofreram baixas impactantes nesse tipo de receita, embora em menor magnitude.

Contrabalançaram esse movimento Conceição da Barra, com expansão de 110,3% e alta absoluta de R\$ 673,9 mil, e Vila Velha, cujo avanço foi de 8%, mais acréscimo de R\$ 512,2 mil. No caso de Conceição da Barra, pesa o fato do recolhimento da dívida ter sido relativamente baixo em 2012 frente a 2011.

A receita da dívida ativa está concentrada em um pequeno grupo de municípios. Em 2013, Vitória teve a maior receita entre os municípios do Espírito Santo, com o recolhimento de R\$ 13,2 milhões. Na sequência aparecem Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 8,6 milhões), Serra (R\$ 7,8 milhões), Cariacica (R\$ 7,5 milhões) e Vila Velha (R\$ 6,9 milhões). Somente esses cinco concentraram quase 65,9% do total desse item da receita dos municípios capixabas (veja o ranking completo na página 63). Vale destacar ainda que a dívida ativa possui baixa participação orçamentária, representando, em média, por 0,7% da receita corrente dos municípios.

Resgate da dívida ativa

O esforço dos municípios em recuperar seus créditos junto aos devedores pode ser mensurado através do indicador de resgate que expressa, em percentual, a razão entre a receita da dívida ativa do ano analisado e o estoque total da dívida ativa inscrita no ano anterior.

Deve-se ressaltar que esse indicador apresenta uma séria limitação. Muitos municípios não administram de forma adequada o cadastro da dívida ativa. Pode ocorrer de um município apresentar um bom indicador de resgate simplesmente pelo fato de ter resgatado débitos além daqueles registrados em seu cadastro. Por outro lado, um município pode apresentar um baixo indicador de resgate, simplesmente por que acumulou “créditos podres” em seu cadastro, durante muitos anos. Os “créditos podres” são aqueles cujas chances de se tornarem receita de fato são baixíssimas, pois são constituídos de dívidas muito antigas e já prescritas, ou dívidas de pessoas ou empresas falsas e que não são mais localizadas, dentre outros casos.

Apesar da limitação, **Finanças dos Municípios Capixabas** optou por apresentar o indicador de resgate para que a

sociedade tenha uma noção sobre a tendência a respeito do esforço empreendido pelas administrações para cobrar a dívida ativa.

Desde 2008, a taxa de resgate da dívida ativa vem se reduzindo paulatinamente para atingir seu menor nível em 2013, quando os municípios capixabas resgataram 1,4% do estoque de dívida ativa inscrito no exercício de 2012. O incremento do resgate nos anos anteriores pode estar mais associado à disposição voluntária dos inadimplentes em sanar suas pendências.

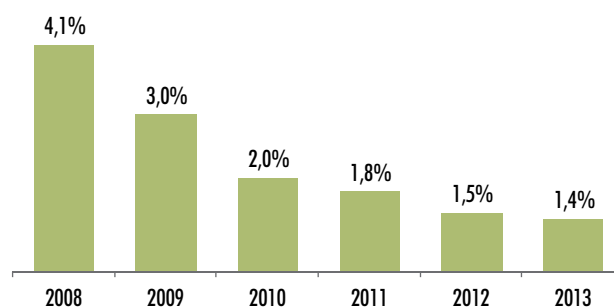
O valor total inscrito na dívida ativa do conjunto dos municípios capixabas até o final de 2012 era de R\$ 4,82 bilhões, em valores corrigidos da inflação. O grande volume desse estoque, comparado às seguidas quedas nessa arrecadação, indica a necessidade de maiores esforços por parte das administrações no sentido de limpar o cadastro dos “créditos podres”, e também de buscar uma forma mais eficiente de resgatar as dívidas em atraso.

Os municípios que obtiveram os maiores índices de recuperação dos créditos inscritos, em 2013, lembrando-se das ressalvas já feitas, foram: Rio Bananal (56,4%), Mantenópolis (27,4%), Santa Maria de Jetibá (21,3%), Venda Nova do Imigrante (18,6%) e Barra de São Francisco

(16%). Caberia analisar a consistência de seus cadastros para confirmar a confiabilidade desses dados e se seus esforços foram realmente relevantes.

Entre os municípios maiores, com mais de 50 mil habitantes, os melhores desempenhos na recuperação da dívida ativa ocorreram em Cachoeiro de Itapemirim (8,4%) e Vila Velha (7,8%). Na capital, o indicador foi de 1,1%. Vitória é o município com o maior estoque de dívida ativa no final de 2012 (R\$ 1,23 bilhão), seguido por Itapemirim (R\$ 775,4 milhões), Cariacica (R\$ 477,6 milhões), Maratáizes (R\$ 477,5 milhões) e Linhares (R\$ 413 milhões).

Indicador de resgate da dívida ativa



PROINVESTE CAPIXABA

Crédito para os municípios.
Desenvolvimento
para o Espírito Santo.



O Proinveste Capixaba é o programa de crédito do Bandes criado especialmente para que os municípios do Espírito Santo possam investir ainda mais em infraestrutura e modernização.

Com o apoio do Bandes, nosso Estado trabalha para que este anuário fique cheio de grandes realizações, ano a ano.

www.bandes.com.br

Mais informações:



Receita da dívida ativa - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (A)	Variação relativa 2013/2012	Estoque da dívida 2012 (B)	A / B	Partic. na rec. corr. ¹ 2013	Receita da dívida ativa per capita 2013 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013						em %	em R\$ mil	em %		
Afonso Cláudio	162,5	256,8	237,2	251,7	130,9	154,2	17,8	3.087,2	5,0	0,2	4,74
Água Doce do Norte	17,8	51,4	107,9	54,5	80,2	56,8	-29,2	1.607,1	3,5	0,2	4,67
Água Branca	23,5	9,5	9,0	27,2	31,4	27,7	-11,8	579,7	4,8	0,1	2,76
Alegre	1.066,7	2.371,3	641,1	752,3	551,9	...	..	13.472,4	...	...	...
Alfredo Chaves	83,6	76,4	70,9	67,4	82,6	123,6	49,6	4.001,5	3,1	0,3	8,31
Alto Rio Novo	-	31,6	16,4	21,2	26,1	23,3	-10,8	1.367,8	1,7	0,1	2,97
Anchieta	1.375,0	1.238,2	1.442,6	1.768,9	1.668,4	1.636,9	-1,9	50.830,8	3,2	0,5	61,40
Apiaçá	101,5	167,8	93,1	77,1	80,7	118,4	46,7	1.233,3	9,6	0,6	14,95
Aracruz	914,9	789,3	833,4	839,7	1.181,9	740,8	-37,3	341.252,1	0,2	0,2	8,09
Atílio Vivácqua	28,1	118,1	35,9	12,8	20,7	21,0	1,8	463,8	4,5	0,1	1,94
Baixo Guandu	212,5	314,2	314,7	326,0	261,6	340,6	30,2	6.729,1	5,1	0,5	10,94
Barra de São Francisco	265,6	410,8	579,3	414,8	464,9	407,9	-12,3	2.543,5	16,0	0,5	9,30
Boa Esperança	45,9	48,7	39,0	79,6	70,0	137,3	96,1	1.406,7	9,8	0,4	9,05
Bom Jesus do Norte	10,1	8,0	18,1	42,5	35,2	49,2	39,9	1.950,8	2,5	0,2	4,88
Brejetuba	-	4,2	0,6	9,0	19,9	12,3	-38,1	135,4	9,1	0,0	0,97
Cachoeiro de Itapemirim	6.336,8	6.284,7	6.191,0	8.348,3	8.554,8	8.584,8	0,4	101.796,0	8,4	2,8	41,83
Cariacica	7.866,9	7.816,9	8.966,3	10.080,7	9.791,5	7.543,0	-23,0	477.649,2	1,6	1,5	20,06
Castelo	419,1	241,8	412,4	218,7	248,2	426,8	72,0	...	..	0,6	11,43
Colatina	2.091,9	1.071,1	1.397,6	1.636,6	1.483,3	1.286,6	-13,3	24.917,5	5,2	0,5	10,66
Conceição da Barra	421,9	441,9	835,5	734,7	611,3	1.285,2	110,3	36.105,3	3,6	1,8	41,92
Conceição do Castelo	35,6	47,9	49,9	39,6	25,4	65,9	159,5	1.163,8	5,7	0,2	5,24
Divino de São Lourenço	17,5	55,4	10,9	20,4	26,4	41,1	55,7	324,6	12,7	0,3	8,77
Domingos Martins	353,0	272,5	189,4	216,1	229,4	167,7	-26,9	2.306,3	7,3	0,2	4,92
Dores do Rio Preto	7,0	0,1	12,7	7,5	5,6	11,3	101,0	547,3	2,1	0,1	1,66
Ecoporanga	27,4	38,8	41,1	62,9	38,1	23,0	-39,8	...	..	0,0	0,94
Fundão	66,0	69,3	80,5	156,3	55,3	9,2	-83,4	7.003,5	0,1	0,0	0,48
Governador Lindenberg	3,5	4,7	4,7	3,8	2,9	5,0	76,9	70,5	7,2	0,0	0,42
Guaçuí	115,4	198,8	276,0	597,7	335,5	336,4	0,3	5.146,9	6,5	0,6	11,16
Guarapari	12.947,5	1.836,1	1.538,9	1.367,4	1.808,1	1.687,2	-6,7	188.561,2	0,9	0,8	14,51
Ibatiba	59,5	22,5	62,6	57,6	63,4	87,4	37,9	2.218,2	3,9	0,2	3,56
Ibiraçu	354,5	353,6	390,3	437,4	229,4	217,7	-5,1	3.942,0	5,5	0,8	17,96
Ibitirama	128,9	51,8	53,9	84,8	68,1	24,2	-64,5	548,7	4,4	0,1	2,57
Iconha	298,2	143,3	203,4	183,0	136,4	170,5	25,0	2.522,6	6,8	0,5	12,59
Irupi	38,9	12,0	13,9	33,0	21,7	8,0	-63,4	304,9	2,6	0,0	0,62
Itaguaçu	129,0	117,7	107,2	129,6	152,9	156,4	2,3	1.317,8	11,9	0,5	10,54
Itapemirim	520,4	574,4	564,2	959,5	866,0	1.133,9	30,9	775.359,0	0,1	0,4	33,74
Itarana	20,0	60,0	42,8	30,3	17,0	20,8	22,3	334,2	6,2	0,1	1,83
Iúna	173,7	231,1	281,6	219,5	311,1	147,5	-52,6	1.419,0	10,4	0,3	5,04
Jaguaré	99,3	87,3	95,3	204,9	151,1	239,6	58,6	6.254,0	3,8	0,3	8,68
Jerônimo Monteiro	191,2	217,6	176,9	130,5	83,1	153,7	85,0	1.024,1	15,0	0,6	13,13
João Neiva	215,1	198,5	157,0	221,1	175,0	158,1	-9,7	1.563,0	10,1	0,4	9,37
Laranja da Terra	41,5	25,3	31,2	61,9	67,4	60,5	-10,2	868,5	7,0	0,2	5,30
Linhares	1.244,7	2.398,6	3.628,7	1.772,6	1.741,1	2.114,4	21,4	413.041,5	0,5	0,5	13,40
Mantenópolis	185,6	213,0	233,2	247,4	272,7	299,9	10,0	1.095,1	27,4	0,9	20,25
Marataízes	1.098,1	1.036,4	1.829,6	2.057,5	2.420,0	1.236,2	-48,9	477.481,8	0,3	0,8	33,29
Marechal Floriano	239,4	54,0	109,6	101,1	123,3	179,2	45,3	3.394,5	5,3	0,5	11,42
Marilândia	42,4	28,4	37,3	16,2	56,2	32,1	-42,9	2.394,4	1,3	0,1	2,65
Mimoso do Sul	259,3	198,2	337,7	156,7	60,2	89,8	49,3	17.777,2	0,5	0,2	3,29
Montanha	24,1	22,3	25,7	25,5	22,9	26,2	14,0	1.660,7	1,6	0,1	1,37
Mucurici	2,7	5,1	-	2,4	9,1	18,2	101,0	398,7	4,6	0,1	3,08
Muniz Freire	304,2	315,7	225,2	245,0	238,1	162,6	-31,7	2.389,6	6,8	0,4	8,52
Muqui	53,3	52,8	49,0	111,4	74,3	214,7	189,2	5.073,1	4,2	0,7	13,91
Nova Venécia	528,5	395,9	266,8	448,3	306,3	409,4	33,7	2.807,6	14,6	0,4	8,26
Pancas	69,6	80,5	150,3	94,1	65,3	107,8	65,1	1.391,1	7,7	0,3	4,66
Pedro Canário	50,6	29,1	36,5	266,6	63,5	67,8	6,9	6.163,9	1,1	0,1	2,64
Pinheiros	31,7	129,7	136,9	129,2	135,4	125,6	-7,3	1.217,1	10,3	0,2	4,83
Piúma	945,3	418,9	909,4	997,2	485,0	659,7	36,0	9.436,2	7,0	1,2	32,85
Ponto Belo	14,9	10,9	20,0	10,1	9,2	...	..	206,8	...	...	...
Presidente Kennedy	1.250,5	407,6	431,8	561,3	321,4	303,5	-5,6	19.320,1	1,6	0,1	27,27
Rio Bananal	82,0	41,3	37,4	140,6	19,7	206,7	947,4	366,6	56,4	0,4	10,94
Rio Novo do Sul	39,1	69,9	72,1	23,4	22,9	24,5	6,8	...	..	0,1	2,04
Santa Leopoldina	23,6	18,9	11,5	15,2	11,1	7,5	-32,5	...	..	0,0	0,58
Santa Maria de Jetibá	516,2	1.042,0	487,0	488,4	169,3	185,7	9,7	871,7	21,3	0,2	4,92
Santa Teresa	111,7	219,1	157,2	142,6	165,9	179,2	8,0	2.643,0	6,8	0,3	7,65
São Domingos do Norte	24,6	25,6	57,7	132,3	41,7	63,6	52,3	468,7	13,6	0,3	7,40
São Gabriel da Palha	293,0	340,3	448,1	520,1	490,7	390,9	-20,3	8.689,4	4,5	0,6	11,09
São José do Calçado	61,4	-	21,4	68,1	52,5	122,2	132,6	4.620,6	2,6	0,4	11,12
São Mateus	323,6	309,6	333,6	416,8	429,5	623,2	45,1	24.339,8	2,6	0,3	5,16
São Roque do Canaã	13,1	13,3	47,6	45,7	9,6	9,4	-2,1	64,8	14,5	0,0	0,77
Serra	6.760,1	8.031,6	11.865,0	10.163,8	11.642,4	7.807,5	-32,9	328.072,8	2,4	0,9	16,71
Sooretama	36,1	32,5	42,0	73,2	37,4	59,1	58,1	1.384,2	4,3	0,1	2,20
Vargem Alta	54,4	106,4	133,8	131,9	87,6	107,9	23,1	...	..	0,2	5,20
Venda Nova do Imigrante	98,1	269,3	172,6	164,0	213,2	260,5	22,2	1.399,9	18,6	0,5	11,39
Viana	1.888,0	1.332,7	1.711,5	2.050,1	2.616,3	2.061,7	-21,2	82.553,7	2,5	1,5	28,59
Vila Pavão	203,0	25,7	25,1	48,1	24,1	32,5	35,1	455,5	7,1	0,1	3,50
Vila Valério	54,0	95,8	96,1	73,0	82,7	29,1	-64,8	1.024,0	2,8	0,1	1,99
Vila Velha	5.117,5	4.615,5	8.595,2	11.550,4	6.403,4	6.915,6	8,0	88.236,9	7,8	1,0	15,08
Vitória	14.279,8	12.617,8	14.166,5	15.172,9	16.039,7	13.167,6	-17,9	1.234.822,3	1,1	1,0	37,81
TOTAL	73.611,9	61.375,8	73.535,5	79.651,7	75.228,4	66.760,7	-11,3	4.819.192,5	1,4	0,7	17,39

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Receita da dívida ativa

Posição	Município	Receita da dívida ativa em R\$	População 2013
1º	Vitória	13.167.594,04	348.268
2º	Cachoeiro de Itapemirim	8.584.826,51	205.213
3º	Serra	7.807.502,52	467.318
4º	Cariacica	7.543.046,97	375.974
5º	Vila Velha	6.915.582,30	458.489
6º	Linhares	2.114.386,51	157.814
7º	Viana	2.061.741,60	72.115
8º	Guarapari	1.687.179,93	116.278
9º	Anchieta	1.636.871,79	26.658
10º	Colatina	1.286.567,32	120.677
11º	Conceição da Barra	1.285.215,10	30.659
12º	Marataizes	1.236.216,76	37.140
13º	Itapemirim	1.133.855,43	33.610
14º	Aracruz	740.791,58	91.562
15º	Piúma	659.701,48	20.082
16º	São Mateus	623.205,81	120.725
17º	Castelo	426.783,06	37.331
18º	Nova Venécia	409.439,66	49.564
19º	Barra de São Francisco	407.887,60	43.882
20º	São Gabriel da Palha	390.892,76	35.232
21º	Baixo Guandu	340.628,36	31.126
22º	Guaçuí	336.373,21	30.144
23º	Presidente Kennedy	303.525,31	11.130
24º	Mantenópolis	299.928,63	14.808
25º	Venda Nova do Imigrante	260.460,10	22.873
26º	Jaguaré	239.560,73	27.599
27º	Ibiraçu	217.732,91	12.124
28º	Muqui	214.744,07	15.438
29º	Rio Bananal	206.682,20	18.892
30º	Santa Maria de Jetibá	185.689,67	37.720
31º	Marechal Floriano	179.224,22	15.689
32º	Santa Teresa	179.188,85	23.432
33º	Iconha	170.520,18	13.548
34º	Domingos Martins	167.686,43	34.059
35º	Muniz Freire	162.629,86	19.081
36º	João Neiva	158.051,20	16.869
37º	Itaguaçu	156.418,40	14.844
38º	Afonso Cláudio	154.165,65	32.551
39º	Jerônimo Monteiro	153.672,50	11.707
40º	Lúna	147.545,99	29.258
41º	Boa Esperança	137.277,03	15.169
42º	Pinheiros	125.621,36	26.023
43º	Alfredo Chaves	123.551,34	14.859
44º	São José do Calçado	122.151,94	10.987
45º	Apiacá	118.354,34	7.916
46º	Vargem Alta	107.904,27	20.744
47º	Pancas	107.763,87	23.125
48º	Mimoso do Sul	89.838,66	27.309
49º	Ibatiba	87.383,27	24.575
50º	Pedro Canário	67.820,53	25.700
51º	Conceição do Castelo	65.882,44	12.579
52º	São Domingos do Norte	63.575,50	8.595
53º	Laranja da Terra	60.538,88	11.418
54º	Sooretama	59.111,72	26.843
55º	Água Doce do Norte	56.821,74	12.164
56º	Bom Jesus do Norte	49.230,55	10.095
57º	Divino de São Lourenço	41.097,21	4.688
58º	Vila Pavão	32.496,54	9.272
59º	Marilândia	32.084,47	12.092
60º	Vila Valério	29.139,75	14.614
61º	Água Branca	27.736,56	10.045
62º	Montanha	26.152,29	19.049
63º	Rio Novo do Sul	24.493,15	11.993
64º	Ibitirama	24.163,08	9.400
65º	Alto Rio Novo	23.313,78	7.841
66º	Ecoporanga	22.972,46	24.327
67º	Atílio Vivácqua	21.033,81	10.862
68º	Itarana	20.808,80	11.349
69º	Mucurici	18.209,22	5.909
70º	Brejetuba	12.310,88	12.669
71º	Dores do Rio Preto	11.324,75	6.827
72º	São Roque do Canaã	9.386,37	12.179
73º	Fundão	9.168,71	19.177
74º	Irupi	7.956,93	12.798
75º	Santa Leopoldina	7.516,64	12.881
76º	Governador Lindenberg	5.047,04	11.953
77º	Alegre	...	32.267
78º	Ponto Belo	...	7.590
TOTAL		66.760.677,41	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Receita da dívida ativa per capita

Posição	Município	A / B	Receita da dívida ativa (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Anchieta	61,40	1.636.871,79	26.658
2º	Conceição da Barra	41,92	1.285.215,10	30.659
3º	Cachoeiro de Itapemirim	41,83	8.584.826,51	205.213
4º	Vitória	37,81	13.167.594,04	348.268
5º	Itapemirim	33,74	1.133.855,43	33.610
6º	Marataizes	33,29	1.236.216,76	37.140
7º	Piúma	32,85	659.701,48	20.082
8º	Viana	28,59	2.061.741,60	72.115
9º	Presidente Kennedy	27,27	303.525,31	11.130
10º	Mantenópolis	20,25	299.928,63	14.808
11º	Cariacica	20,06	7.543.046,97	375.974
12º	Ibiraçu	17,96	217.732,91	12.124
13º	Serra	16,71	7.807.502,52	467.318
14º	Vila Velha	15,08	6.915.582,30	458.489
15º	Apiacá	14,95	118.354,34	7.916
16º	Guarapari	14,51	1.687.179,93	116.278
17º	Muqui	13,91	214.744,07	15.438
18º	Linhares	13,40	2.114.386,51	157.814
19º	Jerônimo Monteiro	13,13	153.672,50	11.707
20º	Iconha	12,59	170.520,18	13.548
21º	Castelo	11,43	426.783,06	37.331
22º	Marechal Floriano	11,42	179.224,22	15.689
23º	Venda Nova do Imigrante	11,39	260.460,10	22.873
24º	Guaçuí	11,16	336.373,21	30.144
25º	São José do Calçado	11,12	122.151,94	10.987
26º	São Gabriel da Palha	11,09	390.892,76	35.232
27º	Baixo Guandu	10,94	340.628,36	31.126
28º	Rio Bananal	10,94	206.682,20	18.892
29º	Colatina	10,66	1.286.567,32	120.677
30º	Itaguaçu	10,54	156.418,40	14.844
31º	João Neiva	9,37	158.051,20	16.869
32º	Barra de São Francisco	9,30	407.887,60	43.882
33º	Boa Esperança	9,05	137.277,03	15.169
34º	Divino de São Lourenço	8,77	41.097,21	4.688
35º	Jaguaré	8,68	239.560,73	27.599
36º	Muniz Freire	8,52	162.629,86	19.081
37º	Alfredo Chaves	8,31	123.551,34	14.859
38º	Nova Venécia	8,26	409.439,66	49.564
39º	Aracruz	8,09	740.791,58	91.562
40º	Santa Teresa	7,65	179.188,85	23.432
41º	São Domingos do Norte	7,40	63.575,50	8.595
42º	Laranja da Terra	5,30	60.538,88	11.418
43º	Conceição do Castelo	5,24	65.882,44	12.579
44º	Vargem Alta	5,20	107.904,27	20.744
45º	São Mateus	5,16	623.205,81	120.725
46º	Lúna	5,04	147.545,99	29.258
47º	Domingos Martins	4,92	167.686,43	34.059
48º	Santa Maria de Jetibá	4,92	185.689,67	37.720
49º	Bom Jesus do Norte	4,88	49.230,55	10.095
50º	Pinheiros	4,83	125.621,36	26.023
51º	Afonso Cláudio	4,74	154.165,65	32.551
52º	Água Doce do Norte	4,67	56.821,74	12.164
53º	Pancas	4,66	107.763,87	23.125
54º	Ibatiba	3,56	87.383,27	24.575
55º	Vila Pavão	3,50	32.496,54	9.272
56º	Mimoso do Sul	3,29	89.838,66	27.309
57º	Mucurici	3,08	18.209,22	5.909
58º	Alto Rio Novo	2,97	23.313,78	7.841
59º	Água Branca	2,76	27.736,56	10.045
60º	Marilândia	2,65	32.084,47	12.092
61º	Pedro Canário	2,64	67.820,53	25.700
62º	Ibitirama	2,57	24.163,08	9.400
63º	Sooretama	2,20	59.111,72	26.843
64º	Rio Novo do Sul	2,04	24.493,15	11.993
65º	Vila Valério	1,99	29.139,75	14.614
66º	Atílio Vivácqua	1,94	21.033,81	10.862
67º	Itarana	1,83	20.808,80	11.349
68º	Dores do Rio Preto	1,66	11.324,75	6.827
69º	Montanha	1,37	26.152,29	19.049
70º	Brejetuba	0,97	12.310,88	12.669
71º	Ecoporanga	0,94	22.972,46	24.327
72º	São Roque do Canaã	0,77	9.386,37	12.179
73º	Irupi	0,62	7.956,93	12.798
74º	Santa Leopoldina	0,58	7.516,64	12.881
75º	Fundão	0,48	9.168,71	19.177
76º	Governador Lindenberg	0,42	5.047,04	11.953
77º	Alegre	...	...	32.267
78º	Ponto Belo	...	...	7.590
TOTAL		17,39	66.760.677,41	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. População para 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

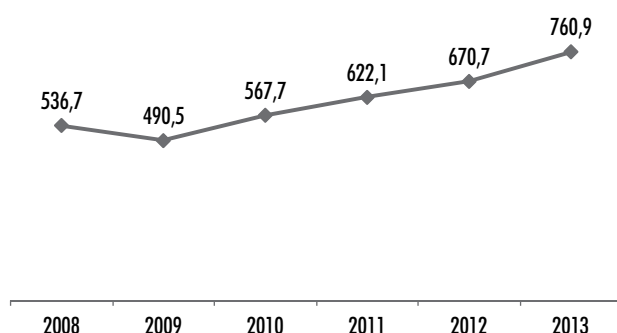
Saldo Fundeb

Desempenho e participação orçamentária

O saldo Fundeb é a diferença entre os valores que os municípios recebem do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e os valores com os quais são obrigados legalmente a contribuir para com esse Fundo. Em 2013, o saldo Fundeb foi de R\$ 760,9 milhões, com um aumento real de 13,4%, em relação ao ano anterior.

Evolução do saldo Fundeb

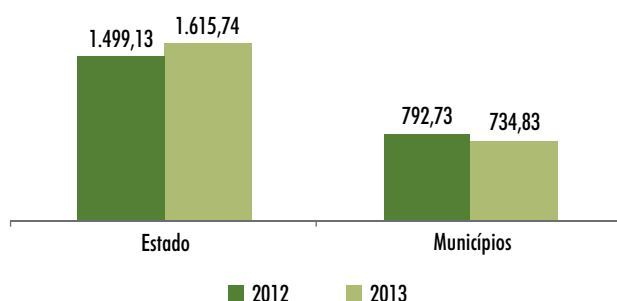
em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Essa variação expressiva ocorreu pela junção de dois fatores. Primeiramente, houve um aumento dos repasses do Governo do Estado para o Fundeb de R\$ 116,6 milhões, ocasionado, quase que exclusivamente, pelo aumento da receita proveniente do ICMS Normal (ICMS exceto a parcela arrecadada das atividades de importação), apurado conforme metodologia detalhada na Resolução do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo nº 238/2012 (veja

Repasse dos governos estadual e municipais para a formação do Fundeb

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013

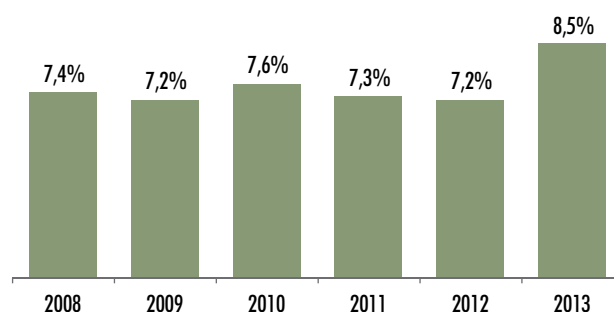


mais detalhes sobre a dinâmica da formação do Fundeb no Saiba mais sobre o Fundeb, na página 65). Em contrapartida, também houve uma diminuição nos repasses dos municípios para o Fundeb devido à queda nas receitas municipais vinculadas.

O total do saldo Fundeb representou, em média, 8,5% da receita corrente dos municípios capixabas, a maior participação desde a implantação do Fundeb, em 2007. Esse aumento da participação também se deveu à queda real de 4% na receita corrente dos municípios capixabas.

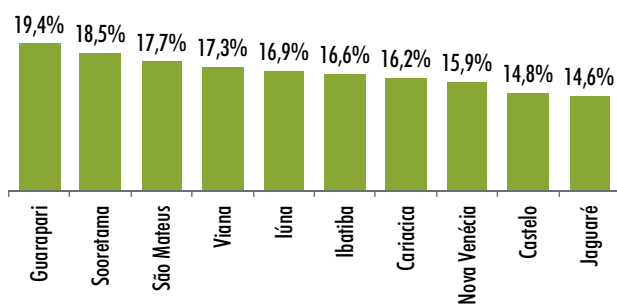
Deve ser considerado que a participação do saldo Fundeb na receita corrente dos municípios é bastante elevada, a ponto de ter se tornado uma receita imprescindível em diversas cidades, chegando a superar a do IPTU, ITBI ou ainda o IPVA. Para diversos municípios capixabas é ainda maior, como em Guarapari que, pelo terceiro ano consecutivo, liderou o ranking capixaba de maior participação do saldo Fundeb na formação da receita corrente, com 19,4%. Em segundo lugar está Sooretama, com 18,5%, seguido por São Mateus (17,7%) e Viana (17,3%).

Participação do saldo Fundeb na receita corrente



Dos 76 municípios com informações sobre o exercício de 2013, cinco apresentaram saldos deficitários: Anchieta (R\$ -23 milhões), Divino de São Lourenço (R\$ -901,9 mil), Governador Lindenberg (R\$ -863 mil), Itarana (R\$ -131 mil) e Dorés do Rio Preto (R\$ -117,3 mil), todos figurando nessa relação há, no mínimo, cinco anos. Isso significa que esses municípios mais contribuem para o Fundeb do que recebem dele, o que se deve ao reduzido número de alunos de suas respectivas redes de ensino, uma vez que os recursos do Fundeb são distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados no ensino básico. No caso

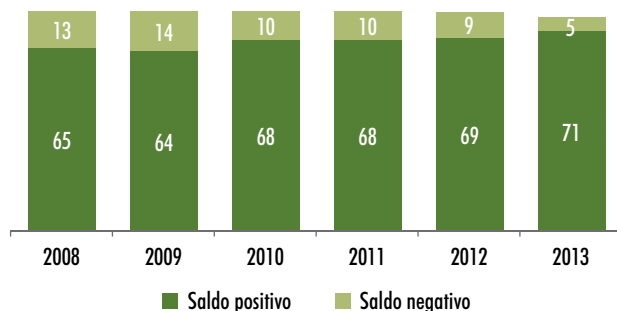
As dez maiores participações do saldo Fundeb na composição da receita corrente - 2013



de Anchieta, pesa mais o fato de o município possuir uma elevada receita de ICMS, o que faz com que sua contribuição ao Fundeb seja maior que seus recebimentos relativos aos alunos matriculados na rede municipal de ensino infantil e fundamental em 2012 (utiliza-se o número de alunos do ano anterior para a distribuição do Fundeb).

Em sentido oposto, Vila Velha (R\$ 99,4 milhões), Serra (R\$ 97,4 milhões), Cariacica (R\$ 83,5 milhões), Guarapari e São Mateus (R\$ 42,7 milhões, cada um) novamente se destacaram com os maiores saldos positivos.

Número de municípios com saldos Fundeb positivos e negativos



Vitória mais que quadruplicou o saldo Fundeb, passando de R\$ 6,1 milhões, em 2012, para R\$ 26,2 milhões, em 2013. A explicação está na redução dos repasses que a capital faz ao Fundeb, por causa da queda em suas receitas vinculadas.

Saiba mais sobre o Fundeb

O Fundeb, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, é uma ampliação do extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006. Seu objetivo é a promoção da universalização, manutenção e melhoria da qualidade do ensino, focando, principalmente, na reestruturação dos salários e qualificação do magistério de toda a educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos).

Os recursos que formam o Fundeb provêm de 20% da receita bruta estadual e municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Produtos Industrializados na saída de produtos para o exterior (IPI-Exportação), da Compensação pela Desoneração do ICMS das Exportações (LC nº 87/1996), do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e das receitas provenientes da cobrança de dívida ativa, juros e multas relativa aos referidos impostos.

No caso específico do Estado do Espírito Santo, segundo o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), expresso na Resolução TCE-ES nº 238/2012, deverão ser subtraídos do cálculo dos recursos

Matrícula inicial nas redes de ensino estadual e municipal no Espírito Santo 2004-2013

Rede	Modalidade de ensino	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Partic. no total de 2013
Estadual	Fundamental	237.822	175.960	148.015	137.609	133.960	131.457	124.984	121.930	119.283	114.907	14,7%
	Médio	132.915	126.362	123.602	116.330	117.101	116.178	109.186	110.468	112.234	110.386	14,1%
	EJA	66.425	62.286	55.604	51.525	49.495	49.093	46.495	44.009	46.953	42.004	5,4%
	Especial	3.467	2.126	1.673	1.445	1.887	1.478	2.385	2.676	3.552	3.472	0,4%
Subtotal		440.629	366.734	328.894	306.909	302.443	298.206	283.050	279.083	282.022	270.769	34,7%
Municipal	Infantil	119.037	119.176	118.057	119.521	123.256	128.420	126.965	132.763	137.008	142.756	18,3%
	Fundamental	263.515	320.928	349.687	351.644	348.172	346.365	345.277	341.016	335.633	334.280	42,8%
	Médio	810	1.156	716	209	99	98	141	127	125	117	0,0%
	EJA	12.188	14.095	14.552	13.003	15.878	18.789	21.363	22.190	22.792	22.306	2,9%
	Especial	3.436	4.975	5.093	5.765	9.303	5.661	9.082	9.745	10.582	10.991	1,4%
	Subtotal	398.986	460.330	488.105	490.142	496.708	499.333	502.828	505.841	506.140	510.450	65,3%
Total		839.615	827.064	816.999	797.051	799.151	797.539	785.878	784.924	788.162	781.219	100,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

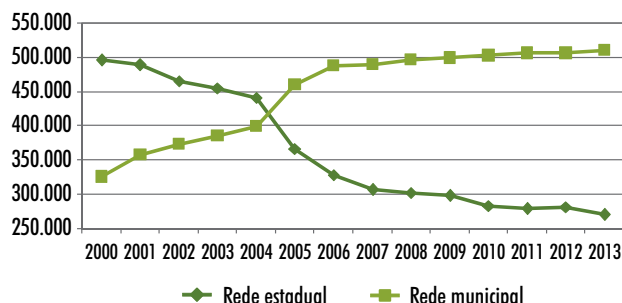
destinados à formação do Fundeb os valores relativos aos financiamentos efetivamente concedidos no âmbito do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) e acrescentadas as receitas resultantes das amortizações dos financiamentos concedidos no âmbito do Fundap, inclusive o valor apurado em eventuais leilões correspondentes à liquidação antecipada dos saldos devedores dos contratos dos financiamentos respectivos, enquanto estes vigorarem.

Além disso, o Fundeb também conta com uma complementação da União nos casos em que o valor repassado por aluno não atinja o mínimo estabelecido nacionalmente atualizado todos os anos. Dessa forma, o Fundeb tenta minimizar as desigualdades existentes entre as várias regiões do país, garantindo um repasse mínimo dos recursos a cada ente governamental.

Os recursos destinados à formação do Fundeb formam um fundo de âmbito estadual que é distribuído entre o Estado e seus respectivos municípios, levando-se em conta o número de matrículas em suas redes de ensino, considerando-se o nível de ensino de atuação prioritária de cada ente federado, definido no artigo 211, da Constituição Federal. Esse mecanismo de distribuição acentuou o processo de

municipalização na educação desde 1997, uma vez que os municípios passaram a reivindicar para si a tutela dos alunos do ensino fundamental que ainda faziam parte da rede estadual, como forma de aumentar o recebimento dos recursos e, por conseguinte, o saldo Fundeb.

Número de matrículas nas redes estadual e municipal da educação básica no Estado do Espírito Santo



Pela legislação vigente, no mínimo, 60% dos recursos recebidos do Fundeb devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério e, no máximo, 40% nas ações de manutenção e desenvolvimento do ensino básico.

Força, União e Representatividade.

22 anos em defesa dos direitos e interesses das empresas capixabas de comércio exterior.

Sindiox
SINDICATO DO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Saldo Fundeb - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2013		Partic. na rec. corrente¹ 2013 em %
							Receita Fundeb	Despesa Fundeb	
							em R\$ mil - IPCA médio de 2013		
Afonso Cláudio	5.235,2	5.202,2	5.744,5	5.396,1	5.960,3	6.558,3	13.290,5	6.732,2	10,5
Água Doce do Norte	1.804,7	1.426,3	1.881,5	1.994,7	2.117,3	2.230,8	5.222,0	2.991,1	8,5
Águia Branca	1.330,6	1.040,8	1.335,2	1.549,9	1.853,4	2.236,3	5.099,3	2.862,9	8,7
Alegre	1.011,0	1.196,6	1.149,2	1.247,3	957,2	...	...	...	...
Alfredo Chaves	1.113,4	811,7	1.164,2	1.035,9	1.294,2	1.465,3	5.809,1	4.343,8	4,0
Alto Rio Novo	880,0	654,5	338,2	562,3	844,7	1.365,5	3.529,6	2.164,1	6,8
Anchieta	1.921,7	-391,0	-5.720,1	-9.981,4	-19.137,0	-23.042,4	16.443,3	39.485,6	-7,6
Apiacá	1.925,6	1.451,6	1.719,9	1.659,1	1.545,1	1.721,6	3.839,8	2.118,2	8,5
Aracruz	13.705,1	12.894,8	16.327,8	18.768,0	18.362,3	21.244,4	46.138,9	24.894,5	7,1
Atílio Vivácqua	2.517,0	2.078,4	2.516,6	2.623,7	3.000,3	3.346,4	6.154,4	2.807,9	12,7
Baixo Guandu	6.185,7	4.795,6	4.698,5	4.535,8	5.915,9	6.800,0	12.619,7	5.819,8	10,9
Barra de São Francisco	8.160,8	5.610,6	6.248,7	6.747,7	7.555,6	8.157,7	15.900,7	7.743,1	9,8
Boa Esperança	3.080,6	2.210,3	2.248,1	2.071,4	2.223,8	2.912,9	6.541,8	3.629,0	8,1
Bom Jesus do Norte	-86,0	-367,6	-150,6	138,3	150,5	780,5	2.956,0	2.175,5	4,0
Brejetuba	-314,4	110,7	367,8	248,5	665,4	1.170,0	4.642,0	3.472,1	4,1
Cachoeiro de Itapemirim	31.016,3	29.299,0	31.631,8	32.956,0	34.982,2	39.835,2	67.058,5	27.223,3	12,8
Cariacica	70.937,8	66.708,1	72.638,1	77.332,2	77.604,2	81.525,2	120.517,7	38.992,6	16,2
Castelo	5.396,7	4.899,1	6.101,3	7.651,1	9.772,7	10.750,5	17.718,4	6.967,9	14,8
Colatina	22.238,5	20.189,9	23.085,9	25.501,6	27.050,4	30.725,4	47.051,6	16.326,2	13,0
Conceição da Barra	9.106,6	9.808,4	10.369,9	9.565,3	10.192,5	10.551,1	17.460,9	6.418,5	14,4
Conceição do Castelo	1.409,6	1.587,8	2.244,1	2.511,0	2.618,0	3.008,7	6.637,3	3.628,6	9,8
Divino de São Lourenço	-720,1	-795,3	-842,0	-994,8	-898,2	-901,9	1.048,2	1.950,1	-5,9
Domingos Martins	4.887,5	4.580,0	5.772,7	6.201,9	6.782,7	8.067,4	16.382,8	8.315,4	9,7
Dores do Rio Preto	-82,9	-221,0	-137,6	-247,7	-313,1	-117,3	2.062,5	2.179,8	-0,6
Ecoporanga	520,5	200,7	498,5	469,9	929,9	1.601,4	7.742,5	6.141,1	3,2
Fundão	4.655,5	3.813,4	5.034,5	4.856,2	5.815,4	5.769,0	9.420,0	3.651,0	11,0
Governador Lindenberg	-1.623,2	-1.650,5	-1.560,2	-1.450,3	-1.022,2	-863,0	2.580,5	3.443,5	-3,4
Guaçu	8.696,8	8.187,3	8.539,6	8.999,6	7.527,1	8.611,5	13.397,7	4.786,1	14,1
Guarapari	29.902,6	28.104,5	31.730,3	36.136,7	39.019,4	42.714,6	54.745,9	12.031,3	19,4
Ibatiba	4.656,3	4.557,5	5.370,4	5.512,9	6.784,2	7.223,4	11.455,7	4.232,3	16,6
Ibiraçu	-131,6	-121,4	1,0	-144,5	-166,2	483,6	3.423,3	2.939,7	1,8
Ibitirama	1.214,8	1.484,0	1.961,0	1.976,9	2.111,8	2.614,6	5.029,2	2.414,6	10,7
Iconha	1.573,4	772,9	913,6	990,3	1.183,9	1.618,0	5.215,3	3.597,3	4,9
Irupi	1.330,7	1.279,1	1.513,7	1.566,6	1.945,1	2.133,5	5.452,1	3.318,6	7,6
Itaguaçu	578,0	414,8	593,4	490,3	596,1	905,8	4.677,6	3.771,8	2,7
Itapemirim	3.968,2	5.492,0	5.769,2	4.691,0	4.425,7	4.726,5	16.745,3	12.018,9	1,7
Itarana	-228,8	-226,9	-128,5	-465,3	-388,8	-131,0	2.952,8	3.083,8	-0,6
Iúna	7.380,3	6.405,6	7.444,0	7.717,5	8.291,9	8.903,7	14.186,0	5.282,3	16,9
Jaguare	5.368,2	5.688,0	7.584,1	8.675,5	9.107,6	10.593,5	17.085,9	6.492,4	14,6
Jerônimo Monteiro	854,2	661,5	877,1	825,9	844,4	889,2	3.570,6	2.681,4	3,4
João Neiva	3.002,9	2.772,5	3.255,2	3.731,0	3.945,5	3.903,4	7.578,3	3.674,9	10,0
Laranja da Terra	278,4	157,6	374,1	178,3	326,5	549,7	3.709,4	3.159,8	2,2
Linhares	27.178,5	27.083,2	26.595,4	30.787,8	36.217,5	39.260,6	68.063,4	28.802,8	8,5
Mantenópolis	2.461,1	1.501,6	2.628,1	1.720,2	1.651,7	1.702,7	5.053,9	3.329,5	5,3
Maratáizes	8.676,8	8.161,9	10.427,5	11.162,2	12.230,1	13.730,6	18.627,6	4.897,0	9,4
Marechal Floriano	1.825,5	2.080,0	2.617,6	2.092,8	2.801,4	3.577,3	8.081,4	4.504,1	9,3
Mariândia	-68,5	-226,6	-5,5	224,6	536,4	790,3	4.268,1	3.477,8	2,9
Mimoso do Sul	2.371,8	2.187,0	2.587,1	2.400,1	2.277,1	2.823,3	8.180,8	5.357,5	5,5
Montanha	2.397,8	1.930,8	2.655,5	3.133,5	3.201,2	3.920,6	8.972,7	5.052,1	9,2
Mucurici	189,1	196,1	285,5	-93,9	-81,0	123,2	2.843,7	2.720,5	0,6
Muniz Freire	3.847,0	2.773,6	3.300,6	3.486,7	4.449,6	3.947,0	8.580,2	4.633,2	8,8
Muqui	692,7	833,5	1.324,4	1.263,0	1.062,6	1.337,2	4.667,6	3.330,4	4,5
Nova Venécia	13.158,2	11.348,1	12.569,8	14.025,5	14.219,8	15.154,2	24.456,0	9.301,8	15,9
Pancas	2.009,1	1.656,1	1.386,6	1.649,5	1.842,2	2.131,0	6.708,2	4.577,2	5,2
Pedro Canário	4.146,4	2.983,6	3.983,9	4.707,5	4.593,7	4.560,0	9.167,5	4.607,5	9,9
Pinheiros	6.539,7	6.070,5	7.012,5	7.348,0	7.266,4	7.951,1	13.915,1	5.964,0	14,0
Piúma	5.939,3	5.312,6	5.592,7	5.859,3	5.671,0	5.666,1	10.038,0	4.372,0	10,1
Ponto Belo	583,5	595,4	693,2	584,4	866,3	...	...	...	...
Presidente Kennedy	1.515,2	933,1	1.417,4	2.749,0	3.468,6	3.978,9	7.073,6	3.094,7	1,3
Rio Bananal	2.990,0	2.235,0	3.099,2	3.301,0	3.604,6	4.424,8	9.835,7	5.411,0	9,1
Rio Novo do Sul	383,4	342,9	629,6	736,9	926,7	895,9	3.773,2	2.877,3	3,2
Santa Leopoldina	-26,4	-91,5	907,6	509,0	342,4	601,9	4.138,5	3.536,6	2,1
Santa Maria de Jetibá	433,7	230,4	1.044,6	104,5	-293,9	874,3	10.687,9	9.813,6	1,1
Santa Teresa	3.875,5	3.703,6	4.328,0	4.349,0	4.759,6	4.862,7	10.321,4	5.458,7	8,9
São Domingos do Norte	-547,0	-498,8	-481,2	-408,8	6,3	228,5	3.095,3	2.866,8	1,0
São Gabriel da Palha	3.431,9	3.145,1	3.939,1	4.321,6	5.060,1	5.692,4	12.111,1	6.418,7	9,4
São José do Calçado	1.103,5	750,5	1.243,4	887,9	901,0	1.009,3	3.928,9	2.919,6	3,6
São Mateus	33.271,3	31.492,7	35.901,0	38.061,6	39.439,7	42.704,3	57.655,0	14.950,7	17,7
São Roque do Canaã	-585,9	-544,4	-432,3	-366,2	-311,5	46,3	3.209,2	3.162,9	0,2
Serra	49.463,4	45.675,1	59.649,9	81.133,5	92.590,6	97.432,4	177.314,3	67.351,5	11,5
Sooretama	7.006,2	6.640,6	6.959,8	7.340,6	9.231,5	9.997,3	15.528,2	5.530,8	18,5
Vargem Alta	3.513,8	3.315,4	3.825,5	3.629,2	4.164,3	4.081,9	8.850,3	4.768,4	8,6
Venda Nova do Imigrante	-706,7	-427,6	-339,8	-167,6	231,2	1.216,2	7.144,4	5.928,2	2,6
Viana	19.338,1	17.528,1	19.332,9	20.886,3	21.712,4	23.180,0	34.492,0	11.312,0	17,3
Vila Pavão	1.566,3	1.455,4	1.576,0	1.683,3	1.692,7	1.895,3	4.561,3	2.666,0	8,7
Vila Valério	211,1	-111,2	197,7	163,8	752,1	1.733,8	6.318,7	4.584,9	5,1
Vila Velha	73.132,1	62.741,3	68.619,6	76.430,1	85.090,3	99.432,9	141.907,5	42.474,5	14,1
Vitória	-9.240,6	-5.293,6	2.110,6	2.600,6	6.125,6	26.199,5	142.687,9	116.488,4	2,0
TOTAL	536.735,2	490.484,2	567.688,4	622.129,1	670.677,8	760.870,8	1.510.291,9	734.832,5	8,5

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).



Desempenho

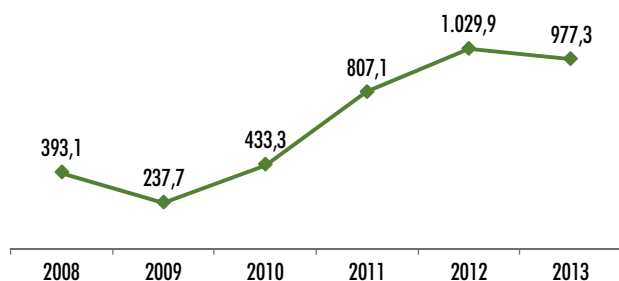
O montante dos royalties e das participações especiais do petróleo e do gás natural recebido pelos municípios capixabas, em 2013, foi de R\$ 977,3 milhões. Houve queda de 5,1% em relação ao ano anterior, quando o total ultrapassou R\$ 1 bilhão, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). As informações foram extraídas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A base de cálculo dos royalties é o valor da produção mensal do campo produtor, sobre o qual incide uma alíquota (porcentagem). A lei determina uma alíquota de 10%, que, em casos especiais, pode ser reduzida até 5%. É atribuição da ANP realizar o cálculo e a distribuição dos royalties.

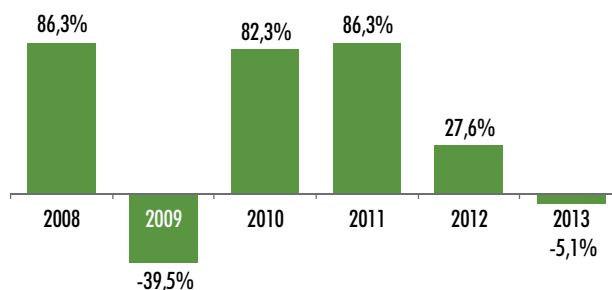
O preço do barril do petróleo do tipo Brent, principal referência para a valoração do óleo produzido no Brasil, encerrou 2013 com a cotação média de US\$ 105,87, valor 3,3% menor em comparação com o ano anterior, conforme dados da *Organization of the Petroleum Exporting Countries* (Opec). Já a produção realizada no Espírito Santo foi de 117,4 milhões de barris equivalentes de petróleo, mantendo-se praticamente estável em relação ao ano anterior, que foi de 117,1 milhões. Portanto, a queda no recebimento dos royalties teve grande influência da diminuição do preço médio do petróleo. Ressalta-se que, do total dos royalties, a parcela proveniente da produção de gás natural tem uma participação de aproximadamente 10%. Dessa forma, as variações no preço do gás afetam pouco o desempenho do total dos royalties.

Evolução dos royalties e das participações especiais do petróleo e do gás natural

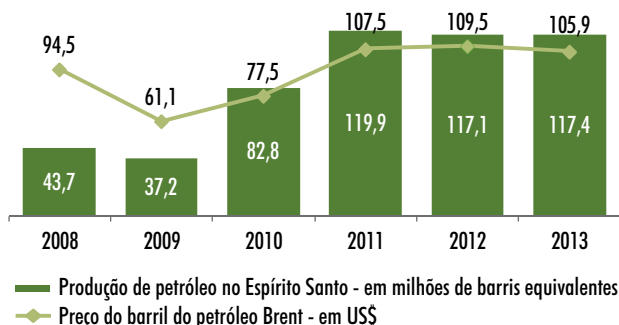
em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Taxa de crescimento dos royalties e das participações especiais do petróleo e do gás natural em relação ao ano anterior



Evolução do preço e da produção de petróleo no Espírito Santo



Viana foi o município capixaba com o maior crescimento nos royalties. Em 2013, lhe foram repassados R\$ 6,6 milhões, montante 120,5% maior que os R\$ 3 milhões de 2012. Esse aumento deveu-se ao seu enquadramento, a partir de junho de 2013, na categoria de município com instalações de embarque e desembarque de petróleo e de gás natural.

Dentre os principais recebedores de royalties, Marataízes foi o que apresentou a alta mais expressiva. Em 2013, foram repassados R\$ 85,7 milhões à cidade, montante 53,5% maior que no ano anterior. Em termos absolutos, gerou-se o expressivo acréscimo de R\$ 29,9 milhões.

Localidades vizinhas a Marataízes e também confrontantes com os campos de produção localizados no litoral sul do Estado do Espírito Santo apresentaram um comportamento diferente nos recebíveis do petróleo. Anchieta sofreu a maior

queda, de 40,2%. Em 2013, foram repassados R\$ 33,9 milhões, enquanto que em 2012 foram R\$ 56,7 milhões e, em 2011, foram R\$ 54,3 milhões. Em termos absolutos, houve a queda de R\$ 22,8 milhões entre 2013 e 2012.

Presidente Kennedy, que sozinho concentra um quarto da receita de royalties dos municípios capixabas, recebeu, em 2013, R\$ 251,9 milhões. Em relação ao ano anterior, houve uma queda de 12%. Em termos absolutos, a redução foi de R\$ 34,3 milhões. Itapemirim e Piúma também registraram recuo na receita dos royalties, de 11,7% e 13,7%, respectivamente. Enquanto o primeiro recebeu R\$ 167 milhões, o segundo recebeu R\$ 14,1 milhões.

As cidades confrontantes com os campos de produção situados no litoral norte do Espírito Santo também registraram queda no ganho proveniente da exploração petrolífera. Em São Mateus e Linhares, houve retração de 9,3% e de 8%, respectivamente. Em Aracruz e Serra o cenário foi inverso, com crescimento real de 5% e 10,7%, respectivamente.

Jaguaré e Conceição da Barra, que recebem royalties devido à exploração em terra além de sobre o petróleo produzido no mar, também apresentaram queda em 2013, porém em menor amplitude. Em Jaguaré a retração foi de -3,7%, somando R\$ 10,6 milhões, e em Conceição da Barra foi de -2,2%, totalizando R\$ 4,1 milhões.

Em 63 municípios capixabas o repasse de royalties variou entre R\$ 1,8 milhão e R\$ 3,6 milhões, com alta de 2,9% em relação ao ano anterior. Essas cidades pertencem à Zona Limítrofe (ZL), e recebem percentuais fixos. Veja mais detalhes sobre as zonas de produção no Saiba mais sobre os royalties e as participações especiais do petróleo e do gás natural, na página 70.

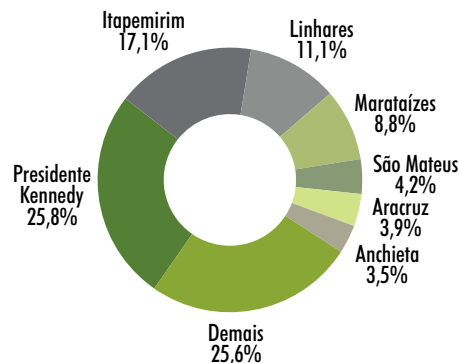
Concentração e participação orçamentária

O modelo de distribuição dos royalties provoca grandes repasses em poucas cidades de um mesmo Estado. Sozinho, Presidente Kennedy recebeu 25,8% do total repassado aos municípios capixabas, seguido por Itapemirim (17,1%), Linhares (11,1%) e Marataízes (8,8%).

Com isso, os royalties e as participações especiais do petróleo têm um peso decisivo na estrutura orçamentária dos municípios mais beneficiados pelo modelo de partilha. Com 82,4% da receita corrente provenientes do petróleo, Presidente Kennedy é o município com maior dependência dos royalties e das participações especiais em seu orçamento, seguido por Itapemirim (59,9%) e Marataízes (58,5%). Na média geral, a participação na receita corrente

dos municípios capixabas foi de 10,9% da receita corrente. Ao desconsiderar as três cidades citadas, a importância cai para 5,7%.

Participação dos municípios na distribuição dos royalties - 2013



Os royalties do Estado e o FRDR

Do total de royalties gerados em cada campo de produção localizado na plataforma continental, de 22,5% a 30% são repassados aos estados e municípios confrontantes. Da exploração em terra, 70% (da alíquota de até 5%) e 22,5% (da alíquota acima de 5%) pertencem aos estados.

Em 2013, o Governo do Espírito Santo recebeu R\$ 1,56 bilhão, sendo R\$ 732,5 milhões provenientes dos royalties do petróleo e 825,7 milhões das participações especiais. Em relação ao ano anterior, houve queda de 11,3%. O Espírito Santo é o segundo maior receptor de royalties do petróleo entre os estados brasileiros, com 14,2% do total, perdendo apenas para o Rio de Janeiro.

Dos royalties referentes à alíquota de 5%, o Governo do Estado destina 30% aos municípios através do Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais (FRDR), criado pela Lei Estadual nº 8.308/2006. São utilizados como critérios de distribuição a população de cada município e o inverso do Índice de Participação Municipal (IPM) no Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ponderados por 20% e 80%, respectivamente. Desse fundo são excluídos os municípios com IPM acima de 10% e aqueles que recebem mais de 2% do total dos royalties.

De acordo com dados da Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo, foram repassados R\$ 121,7 milhões, em 2013, montante 1,3% maior que no ano anterior. Individualmente, Cariacica possui o maior percentual de

Distribuição dos royalties e das participações especiais do petróleo e do gás natural aos governos estaduais

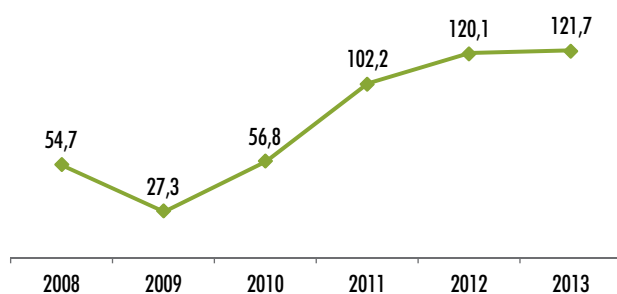
Estados	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação relativa 2013/2012	Participação no total 2013
em R\$ milhões - IPCA médio de 2013							em %	
Alagoas	54.499,3	35.849,7	35.453,8	33.180,2	30.979,6	31.574,8	1,9	0,3
Amazonas	244.668,3	179.135,8	196.407,6	257.735,5	286.473,6	286.347,3	0,0	2,6
Bahia	269.464,7	174.572,0	195.109,7	220.909,4	244.542,3	257.244,9	5,2	2,3
Ceará	22.075,3	13.920,6	14.406,2	15.001,1	15.094,0	19.148,2	26,9	0,2
Espírito Santo ¹	545.605,6	389.650,4	636.678,9	1.188.762,7	1.756.813,5	1.558.119,9	-11,3	14,2
Paraná	7.107,6	106,3	-	-	-	6.660,2	..	0,1
Rio de Janeiro ¹	8.834.093,5	5.816.744,8	7.648.112,9	7.779.238,1	8.742.776,1	8.222.201,4	-6,0	74,7
Rio Grande do Norte	308.991,0	187.196,4	200.097,6	242.500,0	280.721,9	290.728,3	3,6	2,6
São Paulo	5.499,0	4.406,3	21.665,2	65.638,0	88.236,3	172.069,2	95,0	1,6
Sergipe	199.512,6	118.715,9	136.462,0	159.212,5	177.349,2	167.118,0	-5,8	1,5
Total Estados	10.491.516,8	6.920.298,2	9.084.393,9	9.962.177,5	11.622.986,5	11.011.211,9	-5,3	100,0

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Nota: ¹não estão excluídas as retenções relativas aos contratos de antecipação ou venda futura de royalties firmados pelo Rio de Janeiro e o Espírito Santo com a União.

participação no FRDR, com 5,41%. O repasse total para o município, em 2013, foi de R\$ 6,6 milhões. Na sequência, aparecem Guarapari (R\$ 5,9 milhões), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 4,5 milhões) e Colatina (R\$ 3,4 milhões).

Evolução dos repasses do Fundo de Redução das Desigualdades Regionais

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Saiba mais sobre os royalties e as participações especiais do petróleo e do gás natural

Os royalties do petróleo e do gás natural são compensações financeiras devidas pelas empresas exploradoras aos governos. As participações especiais são compensações, de caráter extraordinário, pagas nos casos de grande volume de produção ou rentabilidade em relação a cada campo.

Da parcela de até 5% da produção em plataforma continental, 30% são destinados aos municípios confrontantes com poços e respectivas áreas geoeconômicas. Os municípios são organizados em três tipos de zonas territoriais e recebem percentuais diferentes de royalties de acordo com o tipo de zona a qual pertencem: Zona de Produção Principal (ZPP), Zona de Produção Secundária (ZPS) e Zona Limítrofe (ZL). É atribuição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a identificação e a classificação dos municípios beneficiados.

Pertencem às ZPPs os municípios confrontantes com os poços produtores e aqueles onde estiverem localizadas três ou mais instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento da produção petrolífera. Eles recebem 60% do total. No Espírito Santo, há 11 cidades classificadas como ZPPs: Anchieta, Aracruz, Fundão, Itapemirim, Linhares, Marataízes, Presidente Kennedy, São Mateus, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

A ZPS abrange os municípios que são atravessados por oleodutos ou gasodutos e aqueles que sofrem influência das instalações de embarque e desembarque. Nenhum município foi enquadrado nessa zona de produção no Espírito Santo. A ZL é composta pelos municípios contíguos aos pertencentes às ZPPs e os que sofrem consequências sociais ou econômicas da produção marítima. Fazem parte desse grupo os demais 67 municípios capixabas.

Quadro resumo da distribuição dos royalties gerados na plataforma continental

Parcela da alíquota até 5 %		Parcela da alíquota acima de 5 %	
Beneficiários			
30%	Aos estados confrontantes com os poços	25%	Ministério de Ciência e Tecnologia
30%	Aos municípios confrontantes com os poços e respectivas áreas geoeconômicas	22,5%	Estados confrontantes com campos
20%	Ao Ministério da Marinha	22,5%	Municípios litorâneos confrontantes com campos
10%	Ao Fundo Especial	15%	Ministério da Marinha
10%	Aos municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás	7,5%	Fundo Especial (estados e municípios)
		7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás
Critérios de distribuição aos municípios			
30%	Aos municípios confrontantes com os poços, divididos da seguinte forma: 60% → aos municípios integrantes da zona de produção principal = municípios litorâneos confrontantes com os poços + municípios que dispõem de instalações industriais para processamento e escoamento de petróleo e gás. 10% → aos municípios integrantes da zona de produção secundária = municípios atravessados por oleodutos e gasodutos, destinados exclusivamente ao escoamento da produção petrolífera marítima. 30% → aos municípios limítrofes à zona de produção principal , excluídos os integrantes da zona de produção secundária. São considerados municípios limítrofes os que fazem fronteira ou que estejam localizados numa mesma área geoeconômica com algum dos municípios pertencentes à zona de produção principal. Entende-se por área geoeconômica as mesorregiões geográficas, tal como definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nos três casos acima, o rateio entre os municípios é realizado de acordo com a população, segundo os mesmos coeficientes populacionais que servem de base para a distribuição do FPM, o que beneficia os municípios de menor porte populacional (para mais informações sobre os coeficientes populacionais consulte a seção do FPM na página 54).	22,5% Municípios litorâneos confrontantes com campos Percentual rateado entre os municípios litorâneos confrontantes com os campos de petróleo e gás proporcionalmente à área do campo localizada em cada um deles. Para efeito de cálculo dessas áreas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza linhas ortogonais e paralelas projetadas a partir do litoral brasileiro.	
10%	Aos municípios com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás. Percentual igualmente distribuído entre os municípios em questão.	7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás. Percentual distribuído segundo os volumes movimentados de petróleo e gás de origem nacional, nas referidas instalações.

Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Royalties e participações especiais - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Varição relativa 2013/2012	Partic. no total dos royalties 2013	Partic. na rec. corrente¹	Royalties e participações especiais per capita 2013
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013						em %		em R\$	
Afonso Cláudio	981,9	462,6	1.116,9	2.086,2	2.447,7	2.519,7	2,9	0,3	4,0	77,41
Água Doce do Norte	736,6	346,9	837,7	1.564,7	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	7,2	155,36
Água Branca	701,0	330,4	797,8	1.490,2	1.748,4	1.799,8	2,9	0,2	7,0	179,17
Alegre	981,3	462,6	1.116,9	2.086,2	2.447,7	2.519,7	2,9	0,3	...	78,09
Alfredo Chaves	771,1	363,4	877,5	1.639,2	1.923,2	1.979,8	2,9	0,2	5,4	133,24
Alto Rio Novo	701,0	330,4	797,8	1.490,2	1.748,4	1.799,8	2,9	0,2	9,0	229,54
Anchieta	4.923,2	2.586,3	25.986,1	54.320,2	56.721,5	33.895,3	-40,2	3,5	11,2	1.271,49
Apiacá	701,0	330,4	797,8	1.490,2	1.748,4	1.799,8	2,9	0,2	8,9	227,36
Aracruz	43.247,7	14.378,0	37.505,7	40.882,6	36.656,6	38.483,1	5,0	3,9	12,9	420,30
Atílio Vivacqua	701,0	330,4	797,8	1.490,2	1.748,4	1.799,8	2,9	0,2	6,8	165,70
Baixo Guandu	980,8	462,6	1.116,9	2.086,2	2.447,7	2.519,7	2,9	0,3	4,0	80,95
Barra de São Francisco	1.051,4	495,6	1.196,6	2.289,3	2.710,0	2.789,7	2,9	0,3	3,4	63,57
Boa Esperança	771,1	363,4	877,5	1.693,2	2.010,6	2.069,8	2,9	0,2	5,8	136,45
Bom Jesus do Norte	701,0	330,4	797,8	1.490,2	1.748,4	1.799,8	2,9	0,2	9,1	178,29
Brejetuba	736,0	346,9	837,7	1.564,7	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	6,6	149,17
Cachoeiro de Itapemirim	1.401,9	660,8	1.595,5	2.980,4	3.496,7	3.599,6	2,9	0,4	1,2	17,54
Cariacica	1.401,9	660,8	1.595,5	2.980,4	3.496,7	3.599,6	2,9	0,4	0,7	9,57
Castelo	1.016,4	479,1	1.156,8	2.160,8	2.535,1	2.609,7	2,9	0,3	3,6	69,91
Colatina	1.296,8	611,2	1.475,9	2.756,8	3.234,5	3.329,6	2,9	0,3	1,4	27,59
Conceição da Barra	2.707,8	1.553,1	2.318,5	3.654,5	4.167,2	4.076,1	-2,2	0,4	5,6	132,95
Conceição do Castelo	736,0	346,9	837,7	1.564,7	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	6,1	150,23
Divino de São Lourenço	701,0	330,4	797,8	1.490,2	1.748,4	1.799,8	2,9	0,2	11,8	383,91
Domingos Martins	981,3	462,6	1.116,9	2.086,2	2.447,7	2.519,7	2,9	0,3	3,0	73,98
Dores do Rio Preto	701,0	330,4	797,8	1.490,2	1.748,4	1.799,8	2,9	0,2	9,6	263,63
Ecoporanga	911,2	429,5	1.037,1	1.937,2	2.272,9	2.339,7	2,9	0,2	4,7	96,18
Fundão	10.892,6	3.896,9	8.729,9	12.352,0	12.863,6	12.136,3	-5,7	1,2	23,1	632,85
Governador Lindenberg	701,0	330,4	797,8	1.544,2	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	7,4	158,10
Guaçuí	946,3	446,0	1.077,0	2.011,7	2.360,3	2.429,7	2,9	0,2	4,0	80,60
Guarapari	1.296,2	611,2	1.475,9	2.756,8	3.234,5	3.329,6	2,9	0,3	1,5	28,63
Ibatiba	876,2	413,0	997,2	1.916,8	2.272,9	2.339,7	2,9	0,2	5,4	95,21
Ibiraçu	736,0	346,9	837,7	1.564,7	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	7,0	155,87
Ibitirama	701,0	330,4	797,8	1.490,2	1.748,4	1.799,8	2,9	0,2	7,4	191,47
Iconha	736,0	346,9	837,7	1.618,7	1.923,2	1.979,8	2,9	0,2	5,9	146,13
Irupi	736,0	346,9	837,7	1.564,7	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	6,7	147,66
Itaguaçu	771,6	363,4	877,5	1.693,2	2.010,6	2.069,8	2,9	0,2	6,1	139,43
Itapemirim	24.631,5	15.131,3	26.813,4	109.762,6	189.056,7	167.019,7	-11,7	17,1	59,9	4.969,35
Itarana	736,0	346,9	837,7	1.564,7	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	8,2	166,51
Iúna	946,3	446,0	1.077,0	2.011,7	2.360,3	2.429,7	2,9	0,2	4,6	83,04
Jaguaré	11.278,6	6.238,2	6.711,0	9.513,8	11.022,8	10.615,5	-3,7	1,1	14,6	384,63
Jerônimo Monteiro	736,0	346,9	837,7	1.564,7	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	7,2	161,42
João Neiva	806,1	380,0	917,4	1.713,7	2.010,6	2.069,8	2,9	0,2	5,3	122,70
Laranja da Terra	736,0	346,9	837,7	1.564,7	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	7,4	165,51
Linhares	73.708,6	36.453,6	59.086,1	108.945,0	118.218,9	108.763,8	-8,0	11,1	23,6	689,19
Mantenópolis	736,6	346,9	837,7	1.618,7	1.923,2	1.979,8	2,9	0,2	6,2	133,70
Marataízes	3.710,4	5.262,6	8.018,6	35.669,4	55.838,9	85.729,8	53,5	8,8	58,5	2.308,29
Marechal Floriano	771,1	363,4	877,5	1.693,2	2.010,6	2.069,8	2,9	0,2	5,4	131,92
Marilândia	735,5	346,9	837,7	1.564,7	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	6,9	156,28
Mimoso do Sul	946,3	446,0	1.077,0	2.011,7	2.360,3	2.429,7	2,9	0,2	4,7	88,97
Montanha	841,2	396,5	957,3	1.788,2	2.098,0	2.159,7	2,9	0,2	5,1	113,38
Mucurici	701,0	330,4	797,8	1.490,2	1.748,4	1.799,8	2,9	0,2	8,3	304,58
Muniz Freire	876,2	413,0	997,2	1.862,7	2.185,4	2.249,7	2,9	0,2	5,0	117,90
Muqui	771,1	363,4	877,5	1.693,2	2.010,6	2.069,8	2,9	0,2	7,0	134,07
Nova Venécia	1.086,5	512,1	1.236,5	2.309,8	2.710,0	2.789,7	2,9	0,3	2,9	56,28
Pancas	876,7	413,0	997,2	1.916,8	2.272,9	2.339,7	2,9	0,2	5,7	101,18
Pedro Canário	911,2	429,5	1.037,1	1.937,2	2.272,9	2.339,7	2,9	0,2	5,1	91,04
Pinheiros	911,2	429,5	1.037,1	1.937,2	2.272,9	2.339,7	2,9	0,2	4,1	89,91
Piúma	840,6	771,8	6.656,1	14.156,3	16.298,2	14.065,7	-13,7	1,4	25,0	700,41
Ponto Belo	701,0	330,4	797,8	1.490,2	1.748,4	1.799,8	2,9	0,2	...	237,13
Presidente Kennedy	96.316,8	92.906,4	131.785,9	206.089,5	286.205,9	251.864,0	-12,0	25,8	82,4	22.629,29
Rio Bananal	841,2	396,5	957,3	1.788,2	2.098,0	2.159,7	2,9	0,2	4,5	114,32
Rio Novo do Sul	736,0	346,9	837,7	1.564,7	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	6,7	157,57
Santa Leopoldina	771,1	363,4	877,5	1.639,2	1.923,2	1.979,8	2,9	0,2	6,9	153,70
Santa Maria de Jetibá	981,3	462,6	1.116,9	2.140,3	2.535,1	2.609,7	2,9	0,3	3,4	69,19
Santa Teresa	911,2	429,5	1.037,1	1.937,2	2.272,9	2.339,7	2,9	0,2	4,3	99,85
São Domingos do Norte	701,0	330,4	797,8	1.490,2	1.748,4	1.799,8	2,9	0,2	7,9	209,40
São Gabriel da Palha	980,8	462,6	1.116,9	2.086,2	2.447,7	2.519,7	2,9	0,3	4,1	71,52
São José do Calçado	736,0	346,9	837,7	1.564,7	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	6,8	172,00
São Mateus	25.913,1	16.639,4	21.412,5	38.993,2	45.422,2	41.185,3	-9,3	4,2	17,1	341,15
São Roque do Canaã	736,0	346,9	837,7	1.564,7	1.835,8	1.889,8	2,9	0,2	7,4	155,17
Serra	23.125,4	8.155,2	18.359,1	24.014,2	23.525,3	26.037,6	10,7	2,7	3,1	55,72
Sooretama	910,7	429,5	1.037,1	1.937,2	2.272,9	2.339,7	2,9	0,2	4,3	87,16
Vargem Alta	841,2	396,5	957,3	1.842,3	2.185,4	2.249,7	2,9	0,2	4,7	108,45
Venda Nova do Imigrante	875,7	413,0	997,2	1.916,8	2.272,9	2.339,7	2,9	0,2	4,9	102,29
Viana	1.156,0	545,2	1.316,3	2.512,8	2.972,2	6.554,0	120,5	0,7	4,9	90,88
Vila Pavão	701,0	330,4	797,8	1.490,2	1.748,4	1.799,8	2,9	0,2	8,3	194,11
Vila Valério	771,1	363,4	877,5	1.639,2	1.923,2	1.979,8	2,9	0,2	5,8	135,47
Vila Velha	7.877,2	3.804,7	8.446,1	15.589,1	17.975,7	16.936,5	-5,8	1,7	2,4	36,94
Vitória	9.327,6	4.180,6	9.292,9	16.223,4	18.408,4	21.413,3	16,3	2,2	1,6	61,49
TOTAL	393.139,8	237.712,3	433.307,5	807.081,9	1.029.890,3	977.269,6	-5,1	100,0	10,9	254,54

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Notas: ¹receita corrente deduzida da parcela destinada ao Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Royalties e part. especiais

Posição	Município	Royalties e part. especiais em R\$	População 2013
1º	Presidente Kennedy	251.863.950,23	11.130
2º	Itapemirim	167.019.728,41	33.610
3º	Linhares	108.763.835,03	157.814
4º	Marataízes	85.729.805,57	37.140
5º	São Mateus	41.185.328,17	120.725
6º	Aracruz	38.483.072,60	91.562
7º	Anchieta	33.895.275,35	26.658
8º	Serra	26.037.583,14	467.318
9º	Vitória	21.413.303,56	348.268
10º	Vila Velha	16.936.497,33	458.489
11º	Piúma	14.065.684,50	20.082
12º	Fundão	12.136.256,55	19.177
13º	Jaguaré	10.615.486,05	27.599
14º	Viana	6.553.960,87	72.115
15º	Conceição da Barra	4.076.090,15	30.659
16º	Cariacica	3.599.577,06	375.974
17º	Cachoeiro de Itapemirim	3.599.577,06	205.213
18º	Guarapari	3.329.608,78	116.278
19º	Colatina	3.329.608,78	120.677
20º	Nova Venécia	2.789.672,20	49.564
21º	Barra de São Francisco	2.789.672,18	43.882
22º	Castelo	2.609.693,34	37.331
23º	Santa Maria de Jetibá	2.609.693,32	37.720
24º	Alegre	2.519.703,94	32.267
25º	São Gabriel da Palha	2.519.703,94	35.232
26º	Baixo Guandu	2.519.703,94	31.126
27º	Domingos Martins	2.519.703,94	34.059
28º	Afonso Cláudio	2.519.703,94	32.551
29º	Guaçuí	2.429.714,49	30.144
30º	Iúna	2.429.714,49	29.258
31º	Mimoso do Sul	2.429.714,49	27.309
32º	Santa Teresa	2.339.725,04	23.432
33º	Pinheiros	2.339.725,04	26.023
34º	Pedro Canário	2.339.725,04	25.700
35º	Ecoporanga	2.339.725,04	24.327
36º	Sooretama	2.339.725,04	26.843
37º	Venda Nova do Imigrante	2.339.725,01	22.873
38º	Pancas	2.339.725,01	23.125
39º	Ibatiba	2.339.725,01	24.575
40º	Muniz Freire	2.249.735,60	19.081
41º	Vargem Alta	2.249.735,58	20.744
42º	Montanha	2.159.746,20	19.049
43º	Rio Bananal	2.159.746,20	18.892
44º	João Neiva	2.069.756,76	16.869
45º	Itaguaçu	2.069.756,74	14.844
46º	Marechal Floriano	2.069.756,74	15.689
47º	Muqui	2.069.756,74	15.438
48º	Boa Esperança	2.069.756,74	15.169
49º	Vila Valério	1.979.767,34	14.614
50º	Alfredo Chaves	1.979.767,34	14.859
51º	Santa Leopoldina	1.979.767,34	12.881
52º	Mantenópolis	1.979.767,32	14.808
53º	Iconha	1.979.767,32	13.548
54º	Ibiraçu	1.889.777,90	12.124
55º	Jerônimo Monteiro	1.889.777,90	11.707
56º	Água Doce do Norte	1.889.777,90	12.164
57º	Laranja da Terra	1.889.777,90	11.418
58º	Mariândia	1.889.777,90	12.092
59º	São José do Calçado	1.889.777,90	10.987
60º	Conceição do Castelo	1.889.777,90	12.579
61º	Rio Novo do Sul	1.889.777,90	11.993
62º	Irupi	1.889.777,90	12.798
63º	Brejetuba	1.889.777,90	12.669
64º	Itarana	1.889.777,90	11.349
65º	São Roque do Canaã	1.889.777,90	12.179
66º	Governador Lindenberg	1.889.777,88	11.953
67º	Apiacá	1.799.788,49	7.916
68º	Ibitirama	1.799.788,49	9.400
69º	São Domingos do Norte	1.799.788,49	8.595
70º	Bom Jesus do Norte	1.799.788,49	10.095
71º	Água Branca	1.799.788,49	10.045
72º	Divino de São Lourenço	1.799.788,49	4.688
73º	Alto Rio Novo	1.799.788,49	7.841
74º	Vila Pavão	1.799.788,49	9.272
75º	Atílio Vivácqua	1.799.788,49	10.862
76º	Ponto Belo	1.799.788,49	7.590
77º	Mucurici	1.799.788,49	5.909
78º	Dores do Rio Preto	1.799.788,49	6.827
TOTAL		977.269.582,15	3.839.366

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Royalties e part. especiais per capita

Posição	Município	A / B	Royalties e part. especiais (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Presidente Kennedy	22.629,29	251.863.950,23	11.130
2º	Itapemirim	4.969,35	167.019.728,41	33.610
3º	Marataízes	2.308,29	85.729.805,57	37.140
4º	Anchieta	1.271,49	33.895.275,35	26.658
5º	Piúma	700,41	14.065.684,50	20.082
6º	Linhares	689,19	108.763.835,03	157.814
7º	Fundão	632,85	12.136.256,55	19.177
8º	Aracruz	420,30	38.483.072,60	91.562
9º	Jaguaré	384,63	10.615.486,05	27.599
10º	Divino de São Lourenço	383,91	1.799.788,49	4.688
11º	São Mateus	341,15	41.185.328,17	120.725
12º	Mucurici	304,58	1.799.788,49	5.909
13º	Dores do Rio Preto	263,63	1.799.788,49	6.827
14º	Ponto Belo	237,13	1.799.788,49	7.590
15º	Alto Rio Novo	229,54	1.799.788,49	7.841
16º	Apiacá	227,36	1.799.788,49	7.916
17º	São Domingos do Norte	209,40	1.799.788,49	8.595
18º	Vila Pavão	194,11	1.799.788,49	9.272
19º	Ibitirama	191,47	1.799.788,49	9.400
20º	Água Branca	179,17	1.799.788,49	10.045
21º	Bom Jesus do Norte	178,29	1.799.788,49	10.095
22º	São José do Calçado	172,00	1.889.777,90	10.987
23º	Itarana	166,51	1.889.777,90	11.349
24º	Atílio Vivácqua	165,70	1.799.788,49	10.862
25º	Laranja da Terra	165,51	1.889.777,90	11.418
26º	Jerônimo Monteiro	161,42	1.889.777,90	11.707
27º	Governador Lindenberg	158,10	1.889.777,88	11.953
28º	Rio Novo do Sul	157,57	1.889.777,90	11.993
29º	Mariândia	156,28	1.889.777,90	12.092
30º	Ibiraçu	155,87	1.889.777,90	12.124
31º	Água Doce do Norte	155,36	1.889.777,90	12.164
32º	São Roque do Canaã	155,17	1.889.777,90	12.179
33º	Santa Leopoldina	153,70	1.979.767,34	12.881
34º	Conceição do Castelo	150,23	1.889.777,90	12.579
35º	Brejetuba	149,17	1.889.777,90	12.669
36º	Irupi	147,66	1.889.777,90	12.798
37º	Iconha	146,13	1.979.767,32	13.548
38º	Itaguaçu	139,43	2.069.756,74	14.844
39º	Boa Esperança	136,45	2.069.756,74	15.169
40º	Vila Valério	135,47	1.979.767,34	14.614
41º	Muqui	134,07	2.069.756,74	15.438
42º	Mantenópolis	133,70	1.979.767,32	14.808
43º	Alfredo Chaves	133,24	1.979.767,34	14.859
44º	Conceição da Barra	132,95	4.076.090,15	30.659
45º	Marechal Floriano	131,92	2.069.756,74	15.689
46º	João Neiva	122,70	2.069.756,74	16.869
47º	Muniz Freire	117,90	2.249.735,60	19.081
48º	Rio Bananal	114,32	2.159.746,20	18.892
49º	Montanha	113,38	2.159.746,20	19.049
50º	Vargem Alta	108,45	2.249.735,58	20.744
51º	Venda Nova do Imigrante	102,29	2.339.725,01	22.873
52º	Pancas	101,18	2.339.725,01	23.125
53º	Santa Teresa	99,85	2.339.725,04	23.432
54º	Ecoporanga	96,18	2.339.725,04	24.327
55º	Ibatiba	95,21	2.339.725,01	24.575
56º	Pedro Canário	91,04	2.339.725,04	25.700
57º	Viana	90,88	6.553.960,87	72.115
58º	Pinheiros	89,91	2.339.725,04	26.023
59º	Mimoso do Sul	88,97	2.429.714,49	27.309
60º	Sooretama	87,16	2.339.725,04	26.843
61º	Iúna	83,04	2.429.714,49	29.258
62º	Baixo Guandu	80,95	2.519.703,94	31.126
63º	Guaçuí	80,60	2.429.714,49	30.144
64º	Alegre	78,09	2.519.703,94	32.267
65º	Afonso Cláudio	77,41	2.519.703,94	32.551
66º	Domingos Martins	73,98	2.519.703,94	34.059
67º	São Gabriel da Palha	71,52	2.519.703,94	35.232
68º	Castelo	69,91	2.609.693,34	37.331
69º	Santa Maria de Jetibá	69,19	2.609.693,32	37.720
70º	Barra de São Francisco	63,57	2.789.672,18	43.882
71º	Vitória	61,49	21.413.303,56	348.268
72º	Nova Venécia	56,28	2.789.672,20	49.564
73º	Serra	55,72	26.037.583,14	467.318
74º	Vila Velha	36,94	16.936.497,33	458.489
75º	Guarapari	28,63	3.329.608,78	116.278
76º	Colatina	27,59	3.329.608,78	120.677
77º	Cachoeiro de Itapemirim	17,54	3.599.577,06	205.213
78º	Cariacica	9,57	3.599.577,06	375.974
TOTAL		254,54	977.269.582,15	3.839.366

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Nota

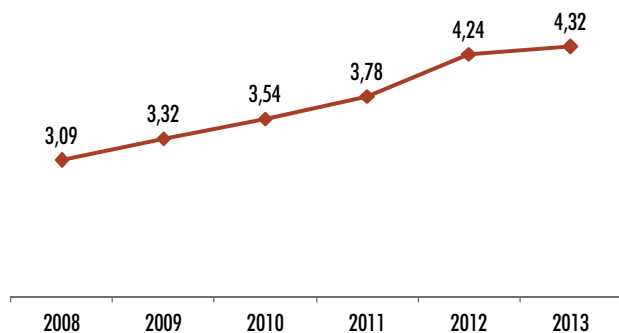
Com o objetivo de evitar dupla contagem dos gastos com pessoal, foram expurgados os valores referentes às aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos (intra-orçamentárias), já que esses valores são computados pelos órgãos da administração indireta e também pela prefeitura por repassar esses recursos para a referida instituição. Contudo, existe a possibilidade de algum município ter apresentado, em alguns anos, balanços com as despesas intraorçamentárias incluídas, mas não discriminadas nas devidas contas. Nesses casos, podem ocorrer variações muito acentuadas de um ano para outro nos dados aqui publicados.

Desempenho

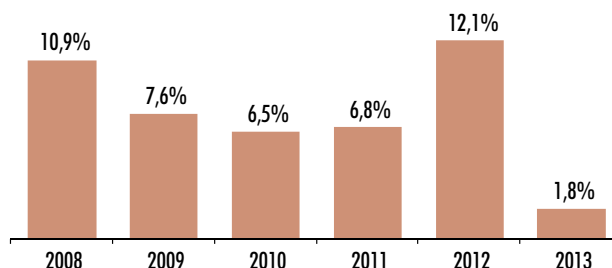
O gasto com pessoal dos municípios capixabas totalizou R\$ 4,32 bilhões em 2013. Em relação ao ano anterior, houve ligeiro aumento de 1,8%, em valores corrigidos pela inflação. Nos cinco anos anteriores, o dispêndio com o funcionalismo público municipal vinha crescendo entre 6,5% e 12,1%. Essa forte desaceleração se fez necessária para que muitos municípios se enquadrassem no limite exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ante a acentuada queda sofrida na receita proveniente do ICMS. Nem mesmo em 2009, ano de intensa diminuição na receita corrente, esse gasto foi tão contido.

Evolução do gasto com pessoal

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2013



Taxa de crescimento da despesa com pessoal em relação ao ano anterior



Dos 75 municípios que disponibilizaram os dados para 2013, 24 registraram queda nos gastos com pessoal, e outros 36 tiveram crescimento abaixo de 10%.

Individualmente, os municípios que mais reduziram os gastos com pessoal, em 2013, foram Conceição da Barra (-20,4%), Presidente Kennedy (-17,3%), Conceição do Castelo (-10,4%), Itaguaçu (-9,3%), Serra (-8,9%) e Aracruz (-8,5%). Serra e Aracruz realizaram as maiores contenções, em termos absolutos: R\$ 41,4 milhões e R\$ 12,9 milhões, respectivamente.

Na contramão dessa tendência de queda, os municípios que mais aumentaram o gasto com pessoal foram Barra de São Francisco (32%), Itapemirim (31,4%), Santa Leopoldina (21,9%) e Piúma (21,1%).

A capital registrou aumento de 2,9%, seguindo a tendência de freio nos gastos com pessoal, quando seu dispêndio passou de R\$ 685,2 milhões, em 2012, para R\$ 705,3 milhões, em 2013. Em 2012, sua despesa com pessoal havia aumentado em 9,4%.

Participação na receita corrente

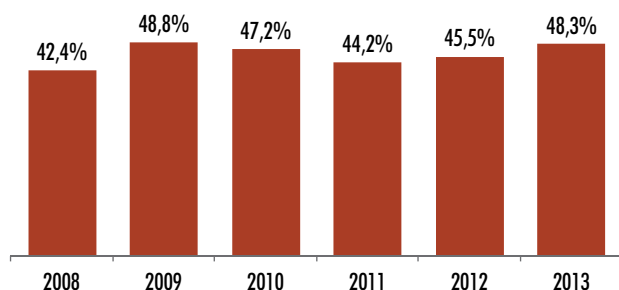
O gasto com pessoal é a principal despesa para a maioria dos municípios capixabas. Em média, comprometeu 48,3% da receita corrente em 2013. Esse valor foi superior àquele verificado no ano anterior (45,5%) e próximo ao de 2009 (48,8%), devido à queda sofrida pela receita naquele ano.

Subiu o número de municípios nos quais a participação da despesa com pessoal consumiu mais da metade da receita corrente. Em 2011, eram apenas 24, passando para 40 casos, em 2012, e 52, em 2013.

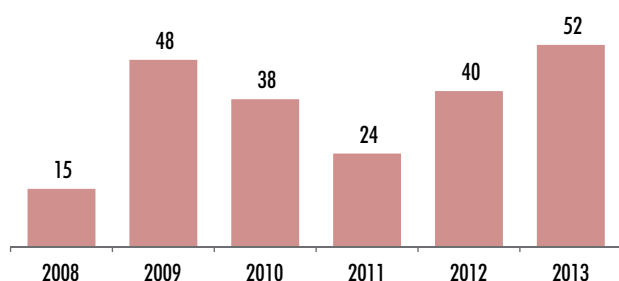
Individualmente, o gasto com pessoal teve maior peso na receita corrente de Água Doce do Norte (69,8%), Barra de São Francisco (64%), Muniz Freire (63,8%), Bom Jesus do Norte (62,7%), Pinheiros (60,6%) e Guaçuí (58,8%). No sentido oposto, Anchieta (39,5%), Marataízes (35,3%), Itapemirim (30,5%) e Presidente Kennedy (11,7%) possuem as mais baixas participações. Na capital, o funcionalismo consumiu 52,7% da receita corrente do município, um aumento de sete pontos percentuais comparado ao ano anterior, que havia sido de 45,7%.

É importante ressaltar que os dados do gasto com pessoal e da receita corrente apurados por **Finanças dos Municípios Capixabas** não são exatamente os mesmos utilizados para o cálculo dos limites da LRF, publicados nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF). Para verificar o indicador da LRF, ver página 77.

Participação do gasto com pessoal na receita corrente



Número de municípios que comprometeram mais de 50% da receita corrente em gastos com pessoal



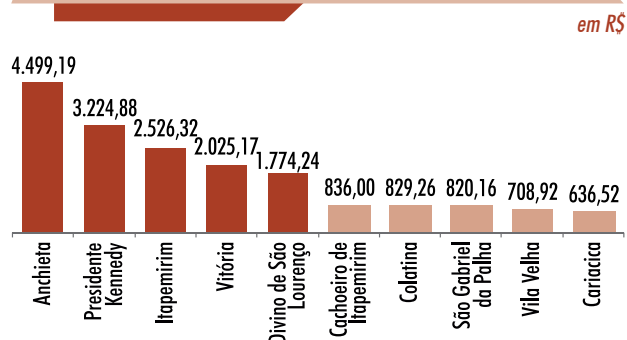
Ranking e gasto per capita

Os maiores valores da despesa com pessoal entre as cidades capixabas, em 2013, foram as de Vitória, com R\$ 705,3 milhões, Serra, com R\$ 424,6 milhões e Vila Velha, com R\$ 325 milhões. Na sequência, aparecem Cariacica (R\$ 239,3 milhões) e Linhares (R\$ 212,4 milhões). Esses cinco municípios são também os que possuem as maiores quantidades de servidores ativos (veja tabela na página 80). E sua despesa com pessoal corresponde a 44,2% do gasto total com pessoal dos municípios capixabas.

Com relação ao ranking da despesa com pessoal dividida pelo número de habitantes, Anchieta ocupou a primeira posição, com R\$ 4.499,19. Na sequência, aparecem Presidente Kennedy (R\$ 3.224,88), Itapemirim (R\$ 2.526,32), Vitória (R\$ 2.025,17) e Divino de São Lourenço (R\$ 1.774,24). A média dos municípios capixabas foi de R\$ 1.124,34. A maioria das cidades que estão nas primeiras posições também possuem elevadas receitas correntes per capita. Na outra ponta, encontram-se Cariacica (R\$ 636,52), Vila Velha (R\$ 708,92), São Gabriel da Palha (R\$ 820,16), Colatina (R\$ 829,26) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 826), com os menores gastos com pessoal por habitante.

O gasto com pessoal per capita tende a ser maior nos menores municípios por duas razões básicas. Primeiramente, elas devem possuir praticamente a mesma estrutura da administração pública e devem cumprir quase que as mesmas obrigações de todos os municípios, independente de seu porte populacional. Ou seja, devem possuir diversas secretarias, uma Câmara Municipal e devem prestar serviços nas áreas de educação, saúde, serviços urbanos etc., mesmo com baixo porte populacional. Em segundo lugar, essas cidades, por serem pequenas, não usufruem do ganho de escala na prestação de seus serviços públicos.

Os cinco maiores e menores gasto com pessoal per capita em 2013



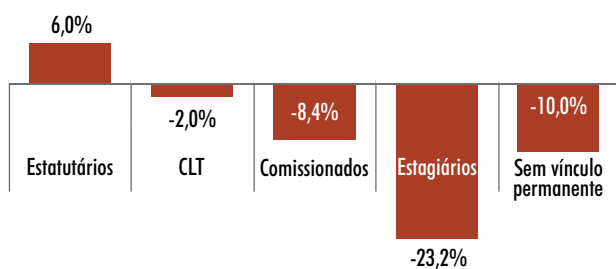
Número de servidores

De acordo com a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, realizada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios capixabas possuíam 137.414 servidores. Houve uma queda de 1,1% em relação à pesquisa realizada em 2012. Foi a primeira vez que houve recuo no número de servidores desde o início da série analisada (em 2006).

A maioria dos servidores (57,4%) estava contratada sob o regime estatutário, enquanto que outros 9,5% eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os servidores comissionados equivaliam a 8,5% do total, e os estagiários a 3,6%. Os 23% restantes eram formados por servidores "sem vínculo permanente". Segundo o IBGE, essa última categoria abriga todos os servidores cedidos por outros órgãos públicos federais ou estaduais, os contratados por designação temporária ou administrativamente, os voluntários, dentre outros.

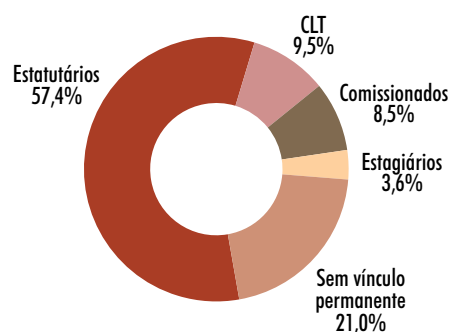
A necessidade de conter os gastos com pessoal provocou a redução em todos os vínculos, exceto nos estatutários. Os servidores com cargos comissionados passaram de 12.759, na pesquisa realizada em 2012, para 11.688, em 2013. Naqueles sem vínculo permanente, houve a redução de 3.216 servidores (-10%). A maior queda foi no número de estagiários, de 23,6% (passando de 6.423 para 4.930).

Taxa de crescimento do número de servidores por vínculo empregatício - 2013/2012



O número de funcionários públicos municipais por habitante tende a ser maior nos menores municípios. Anchieta, com 125,1 servidores para cada mil habitantes, liderou, mais uma vez, o ranking entre os municípios capixabas. Na outra ponta, com as menores relações de servidores por mil habitantes, aparecem João Neiva, Vila Velha, Cariacica e Serra, com 20,1, 20,5, 20,7 e 25,8, respectivamente. Vitória, capital do Estado, possui 45,5 servidores para cada mil habitantes.

Composição do quadro de servidores - 2013



Percebe-se que João Neiva, município com apenas 16.869 habitantes, foge ao padrão de cidades de seu porte, apresentando um número bem abaixo. A média de cidades com população de 15 mil a 30 mil habitantes é de 47,1 servidores a cada mil habitantes. Cabe verificar se a prefeitura presta alguns serviços intensivos em mão de obra através da contratação de terceiros ao invés de contratar servidores efetivos, ou se é realmente uma administração mais enxuta. Os valores das despesas com serviços de terceiros, de 2012 (último ano com dados disponíveis), demonstram que João Neiva aporta um volume maior de recursos para esse item do que outros 15 municípios de mesmo porte populacional. A diferença chega a 82% entre o valor dos serviços de terceiros de João Neiva e a média desses 15 municípios.

Afora essa exceção, normalmente fatores econômicos, políticos e administrativos contribuem para o maior número de servidores por habitantes em municípios de menor porte populacional. Pode-se destacar o ganho de escala que os municípios maiores têm no fornecimento dos serviços públicos, bem como a escassez da oferta de empregos pela iniciativa privada nas pequenas cidades do interior, o que pressiona o poder público a contratar uma quantidade relativamente maior de servidores. O tamanho da receita por habitante dos municípios também exerce influência.

Número de servidores por mil habitantes - 2013

Os dez maiores			Os dez menores		
1º	Anchieta	163,6	1º	João Neiva	20,1
2º	Presidente Kennedy	108,0	2º	Vila Velha	20,5
3º	Alto Rio Novo	104,7	3º	Cariacica	20,7
4º	Mucurici	94,4	4º	Serra	25,8
5º	Atílio Vivácqua	74,7	5º	São Gabriel da Palha	32,0
6º	Divino de São Lourenço	72,8	6º	Viana	33,4
7º	Marechal Floriano	70,7	7º	Colatina	34,5
8º	Bom Jesus do Norte	69,8	8º	Cachoeiro de Itapemirim	34,7
9º	Vila Pavão	68,7	9º	Pancas	35,0
10º	Apicá	68,6	10º	Barra de São Francisco	36,0

Participação na receita corrente líquida: os limites da LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, proíbe que as administrações municipais gastem mais que 60% de suas Receitas Correntes Líquidas (RCL) com as despesas de pessoal. Desse limite máximo, 54% é atribuído ao Poder Executivo e 6% às câmaras.

Para o cálculo da LRF considera-se a despesa bruta com pessoal (ativos, inativos e outras), deduzida das indenizações por demissões voluntárias, dos gastos por decisões judiciais, das despesas de exercícios anteriores e dos inativos e pensionistas com recursos vinculados. A receita corrente líquida, por sua vez, é a receita corrente deduzida das contribuições para o plano de previdência do servidor, das compensações para os regimes de previdência e das deduções do Fundeb.

De acordo com as informações divulgadas no site do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), em 2013, 11 municípios ultrapassaram o limite máximo de 54% do Poder Executivo. São eles: Água Doce do Norte, Pinheiros, Alto Rio Novo, Rio Bananal, Muniz Freire, Bom Jesus do Norte, Vargem Alta, Barra de São Francisco, Pedro Canário, Alegre e Aracruz. Outros 22 ficaram acima do limite prudencial, de 51,3%.

Dentre os 11 municípios que ultrapassaram o limite máximo, chama atenção Barra de São Francisco, Pedro Canário, Rio Bananal, Vargem Alta e Pinheiros, que registraram crescimento acima de 10% em suas des-

Número de municípios em relação ao cumprimento do limite para o gasto com pessoal do Poder Executivo de acordo com a LRF

Abaixo do limite de alerta (48,6%)	22
Entre o limite de alerta (48,6%) e o prudencial (51,3%)	22
Entre o limite prudencial (51,3%) e o máximo (54%)	22
Acima do limite máximo (54%)	11
Total	77

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Relatório Estatístico das Remessas por Pontos da LRF. Acesso em 18 de junho de 2013. Nota: até a data do acesso, o TCE-ES ainda não havia analisado as informações de Muqui.

pesas com pessoal em 2013, segundo o apurado por Finanças dos Municípios Capixabas.

De acordo com o artigo 22 da LRF, os municípios que ultrapassarem o limite prudencial de 51,3%, que é 95% do limite máximo, ficam suspensos de conceder novas vantagens aos servidores, de criar cargos, de realizarem novas admissões e de contratar horas extras, salvo sob sentença judicial. Ficam proibidos também de realizarem qualquer alteração na estrutura de carreira que provoque aumento na despesa com pessoal.

Ultrapassando o percentual máximo, o município deverá retornar aos limites permitidos no prazo de dois quadrimestres. Não alcançando essa redução, o ente fica proibido de receber transferências voluntárias, de contratar operações de crédito e de obter garantias da União e do Estado. Essas restrições são aplicadas imediatamente se o município exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano de mandato.

Percentual da despesa total com pessoal do Poder Executivo sobre a RCL conforme a LRF acumulado de 2013

Municípios	%	Municípios	%	Municípios	%
Afonso Cláudio	52,9	Governador Lindenberg	53,5	Nova Venécia	49,9
Água Doce do Norte	65,5	Guaçuí	53,6	Pancas	48,9
Águia Branca	51,3	Guarapari	43,8	Pedro Canário	55,3
Alegre	55,2	Ibatiba	53,6	Pinheiros	60,4
Alfredo Chaves	41,4	Ibiraçu	51,7	Piúma	49,5
Alto Rio Novo	60,0	Ibitirama	51,4	Ponto Belo	53,9
Anchieta	42,2	Iconha	46,0	Presidente Kennedy	10,8
Apiacá	50,7	Irupi	53,0	Rio Bananal	59,9
Aracruz	54,4	Itaguaçu	50,0	Rio Novo do Sul	50,6
Atilio Vivácqua	50,3	Itapemirim	30,6	Santa Leopoldina	52,1
Baixo Guandu	52,3	Itarana	44,7	Santa Maria de Jetibá	52,7
Barra de São Francisco	55,5	Iúna	50,3	Santa Teresa	52,7
Boa Esperança	52,2	Jaguaré	44,0	São Domingos do Norte	49,2
Bom Jesus do Norte	58,3	Jerônimo Monteiro	50,2	São Gabriel da Palha	54,0
Brejetuba	51,0	João Neiva	41,2	São José do Calçado	44,9
Cachoeiro de Itapemirim	52,8	Laranja da Terra	51,2	São Mateus	53,7
Cariacica	48,9	Linhares	49,8	São Roque do Canaã	42,0
Castelo	52,1	Mantenópolis	52,0	Serra	53,9
Colatina	50,3	Marataízes	33,9	Sooretama	50,1
Conceição da Barra	49,0	Marechal Floriano	52,9	Vargem Alta	56,1
Conceição do Castelo	51,0	Mariilândia	47,4	Venda Nova do Imigrante	45,9
Divino de São Lourenço	43,6	Mimoso do Sul	52,5	Viana	47,5
Domingos Martins	42,8	Montanha	43,7	Vila Pavão	51,2
Dores do Rio Preto	44,9	Mucurici	43,6	Vila Valério	51,7
Ecoporanga	50,8	Muniz Freire	59,6	Vila Velha	41,4
Fundão	53,9	Muqui	...	Vitória	47,7

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Relatório Estatístico das Remessas por Pontos da LRF. Acesso em 18 de junho de 2013. Nota: até a data do acesso, o TCE-ES ainda não havia analisado as informações de Muqui.

Despesa com pessoal¹ - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	Participação 2013		Despesa pessoal¹ per capita 2013 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013							no total da desp. pessoal¹	na receita corrente²	
Afonso Cláudio	25.532,1	25.619,4	27.976,8	30.593,4	35.403,4	35.038,1	-1,0	0,8	55,8	1.076,41
Água Doce do Norte	13.293,3	13.695,6	13.768,7	14.173,0	16.970,7	18.254,4	7,6	0,4	69,8	1.500,69
Água Branca	9.836,1	9.941,8	11.115,5	12.055,2	13.445,6	12.948,1	-3,7	0,3	50,4	1.289,00
Alegre	27.623,5	30.525,1	34.202,1	34.008,5	37.838,5	...	..	...	...	...
Alfredo Chaves	11.756,1	12.409,4	12.463,8	14.584,4	16.080,9	16.036,6	-0,3	0,4	43,8	1.079,25
Alto Rio Novo	8.793,4	9.507,4	9.542,8	9.786,0	11.929,7	11.551,2	-3,2	0,3	57,9	1.473,19
Anchieta	52.388,5	54.840,0	62.873,1	78.306,0	104.957,9	119.939,4	14,3	2,8	39,5	4.499,19
Apiacá	9.087,3	9.306,3	9.218,8	9.806,5	10.643,5	10.957,7	3,0	0,3	54,2	1.384,25
Aracruz	129.074,8	127.564,7	122.397,2	129.350,8	151.190,6	138.292,0	-8,5	3,2	46,4	1.510,36
Atílio Vivácqua	11.004,5	11.073,2	11.596,7	13.330,3	14.379,1	14.049,7	-2,3	0,3	53,2	1.293,47
Baixo Guandu	25.851,6	26.566,6	28.009,8	29.283,4	33.581,3	34.174,4	1,8	0,8	54,8	1.097,94
Barra de São Francisco	41.911,0	40.358,5	33.906,5	40.554,7	40.197,1	53.059,8	32,0	1,2	64,0	1.209,15
Boa Esperança	13.447,4	13.745,1	14.432,1	15.611,1	17.806,1	18.063,6	1,4	0,4	50,5	1.190,82
Bom Jesus do Norte	8.475,8	8.530,2	9.999,0	10.120,6	12.330,2	12.381,6	0,4	0,3	62,7	1.226,51
Brejetuba	12.084,3	13.562,2	12.105,4	13.585,1	15.025,6	15.580,2	3,7	0,4	54,2	1.229,79
Cachoeiro de Itapemirim	143.205,0	132.716,0	138.767,1	152.267,3	173.040,6	171.558,1	-0,9	4,0	55,3	836,00
Cariacica	150.323,5	169.331,7	180.934,4	199.497,1	217.342,4	239.316,8	10,1	5,5	47,6	636,52
Castelo	31.925,2	31.923,2	33.978,5	37.977,8	39.331,4	39.954,3	1,6	0,9	55,2	1.070,27
Colatina	91.384,4	93.437,0	98.424,6	104.211,5	97.109,5	100.072,3	3,1	2,3	42,5	829,26
Conceição da Barra	31.168,4	32.973,3	35.277,8	37.093,9	40.387,3	32.154,0	-20,4	0,7	43,8	1.048,76
Conceição do Castelo	14.350,1	14.825,5	14.244,8	15.279,8	17.551,1	15.732,2	-10,4	0,4	51,0	1.250,67
Divino de São Lourenço	6.223,1	6.338,8	5.960,8	7.612,6	8.074,3	8.317,6	3,0	0,2	54,4	1.774,24
Domingos Martins	28.297,5	28.766,4	28.921,3	30.163,9	35.654,8	36.406,1	2,1	0,8	43,6	1.068,91
Dores do Rio Preto	7.122,7	7.061,8	7.622,9	6.093,2	6.968,2	8.028,1	15,2	0,2	42,6	1.175,94
Ecoporanga	22.688,5	22.731,1	24.674,3	26.099,1	25.697,8	26.783,7	4,2	0,6	53,8	1.100,99
Fundão	19.851,2	21.402,6	23.011,9	26.614,1	28.266,8	30.494,8	7,9	0,7	58,1	1.590,18
Governador Lindenberg	10.491,9	11.292,0	11.675,6	13.297,6	15.208,4	14.310,3	-5,9	0,3	56,1	1.197,21
Guaçuí	27.993,8	28.332,8	28.471,5	30.532,3	32.682,1	35.914,0	9,9	0,8	58,8	1.191,42
Guarapari	68.335,2	79.825,2	84.149,9	89.532,3	106.910,8	103.859,7	-2,9	2,4	47,1	893,20
Ibatiba	16.511,5	18.038,4	19.611,0	21.025,7	23.132,9	24.340,8	5,2	0,6	56,0	990,47
Ibiraçu	10.943,9	11.544,5	12.667,7	14.019,9	15.391,2	15.026,0	-2,4	0,3	55,8	1.239,36
Ibitirama	9.924,7	10.095,9	10.814,8	11.148,5	13.398,1	13.806,9	3,1	0,3	56,4	1.468,82
Iconha	12.221,7	13.084,1	15.018,4	14.279,2	15.435,7	15.520,7	0,6	0,4	46,6	1.145,61
Irupi	11.172,3	11.701,9	13.529,7	15.051,1	15.591,3	15.909,5	2,0	0,4	56,8	1.243,12
Itaguaçu	12.854,8	13.824,6	14.693,6	16.757,4	18.993,2	17.218,4	-9,3	0,4	50,8	1.159,96
Itapemirim	36.054,3	37.172,7	40.283,0	49.471,0	64.597,8	84.909,8	31,4	2,0	30,5	2.526,32
Itarana	9.438,3	9.972,2	10.705,0	11.397,2	12.459,6	12.345,8	-0,9	0,3	53,3	1.087,83
Iúna	23.970,1	22.845,0	24.340,6	27.401,5	29.521,1	27.872,1	-5,6	0,6	52,9	952,63
Jaguare	23.319,1	22.953,8	29.220,8	30.975,5	28.582,8	32.246,0	12,8	0,7	44,4	1.168,38
Jerônimo Monteiro	11.216,6	11.938,7	11.375,0	12.084,5	13.334,3	14.800,8	11,0	0,3	56,1	1.264,27
João Neiva	14.761,8	13.589,5	13.952,1	14.935,5	17.063,9	18.115,7	6,2	0,4	46,2	1.073,91
Laranja da Terra	11.162,4	11.500,4	11.528,5	12.286,7	13.258,0	14.028,8	5,8	0,3	55,2	1.228,66
Linhares	127.997,5	150.236,8	161.688,4	174.720,1	202.328,9	212.404,4	5,0	4,9	46,0	1.345,92
Mantenópolis	11.160,7	11.201,9	11.901,4	12.678,5	15.312,1	17.007,2	11,1	0,4	53,4	1.148,51
Marataizes	26.352,0	30.258,4	29.715,2	36.087,2	48.459,3	51.753,3	6,8	1,2	35,3	1.393,46
Marechal Floriano	15.610,8	17.144,3	17.553,3	17.876,0	20.877,3	20.388,5	-2,3	0,5	53,3	1.299,54
Marilândia	10.990,4	11.844,3	12.038,9	12.281,5	13.782,7	14.187,9	2,9	0,3	51,7	1.173,33
Mimoso do Sul	17.342,2	22.470,4	23.434,4	24.075,1	27.412,4	28.366,4	3,5	0,7	55,1	1.038,72
Montanha	15.490,5	17.279,2	17.788,9	17.404,2	19.084,8	20.385,1	6,8	0,5	47,8	1.070,14
Mucurici	6.929,0	7.300,9	8.275,8	8.496,3	9.287,1	9.952,9	7,2	0,2	45,8	1.684,37
Muniz Freire	20.426,1	20.516,6	21.432,6	22.706,4	27.649,2	28.488,9	3,0	0,7	63,8	1.493,05
Muqui	9.692,5	11.266,5	12.385,2	13.296,6	15.408,3	15.499,9	0,6	0,4	52,1	1.004,01
Nova Venécia	38.446,8	45.778,5	47.500,7	48.769,5	54.253,6	51.576,1	-4,9	1,2	54,1	1.040,60
Pancas	16.542,9	17.774,1	18.289,5	19.419,6	21.429,4	20.126,6	-6,1	0,5	49,0	870,34
Pedro Canário	18.271,3	20.017,7	18.932,1	20.408,6	22.785,5	26.714,3	17,2	0,6	57,9	1.039,47
Pinheiros	21.865,0	24.324,2	27.226,8	29.730,5	31.128,1	34.448,2	10,7	0,8	60,6	1.323,76
Piúma	17.258,2	18.095,2	20.115,2	21.947,3	23.695,4	28.701,0	21,1	0,7	51,0	1.429,19
Ponto Belo	7.952,4	8.178,1	9.032,3	9.090,4	9.362,4	...	..	...	...	...
Presidente Kennedy	20.556,8	26.589,7	32.216,7	39.911,7	43.382,5	35.892,9	-17,3	0,8	11,7	3.224,88
Rio Bananal	18.136,1	19.463,8	19.694,6	21.114,4	25.625,8	28.444,8	11,0	0,7	58,8	1.505,65
Rio Novo do Sul	11.088,6	9.873,1	11.826,9	13.302,9	16.428,9	...	..	...	...	...
Santa Leopoldina	13.936,0	13.195,7	13.851,8	13.101,5	13.388,6	16.324,7	21,9	0,4	56,6	1.267,34
Santa Maria de Jetibá	26.464,0	27.858,2	29.695,2	33.623,5	39.184,2	40.336,9	2,9	0,9	52,0	1.069,38
Santa Teresa	20.227,2	22.526,0	23.782,7	25.766,2	29.280,5	28.929,8	-1,2	0,7	52,7	1.234,63
São Domingos do Norte	8.568,9	9.120,5	10.400,3	10.632,0	11.598,9	12.015,6	3,6	0,3	52,6	1.397,98
São Gabriel da Palha	20.120,3	22.042,0	23.845,7	26.754,3	29.050,2	28.895,7	-0,5	0,7	47,5	820,16
São José do Calçado	10.692,5	10.921,9	11.785,8	12.985,0	14.050,8	15.743,0	12,0	0,4	56,2	1.432,88
São Mateus	93.304,2	104.418,5	109.481,7	115.423,0	143.851,0	140.195,3	-2,5	3,2	58,2	1.161,28
São Roque do Canaã	8.036,3	8.849,8	9.229,8	10.753,3	12.188,0	12.212,7	0,2	0,3	47,8	1.002,77
Serra	280.255,6	339.694,8	411.351,5	415.709,9	466.011,2	424.591,2	-8,9	9,8	50,3	908,57
Sooretama	18.822,8	20.011,0	22.193,6	23.151,6	27.396,5	27.028,0	-1,3	0,6	50,1	1.006,89
Vargem Alta	18.377,2	19.295,8	20.032,7	20.568,8	22.541,6	24.981,2	10,8	0,6	52,7	1.204,26
Venda Nova do Imigrante	14.779,5	15.455,5	16.979,7	17.679,9	22.134,9	22.507,7	1,7	0,5	47,4	984,03
Viana	43.883,1	52.488,2	59.355,2	66.450,6	70.086,6	72.912,0	4,0	1,7	54,3	1.011,05
Vila Pavão	10.331,4	10.847,2	9.366,8	10.336,7	11.530,3	11.986,2	4,0	0,3	55,0	1.292,73
Vila Valério	9.999,9	10.985,2	12.489,3	15.238,5	17.196,0	17.473,8	1,6	0,4	51,6	1.195,69
Vila Velha	208.301,2	240.461,0	252.450,8	291.620,5	320.417,5	325.033,4	1,4	7,5	46,1	708,92
Vitória	592.565,9	609.509,5	625.786,1	626.328,3	685.146,2	705.300,8	2,9	16,3	52,7	2.025,17
TOTAL	3.087.848,0	3.323.759,6	3.540.592,0	3.781.695,4	4.239.512,1	4.316.771,8	1,8	100,0	48,3	1.124,34

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹inclui encargos, inativos, pensionistas e salário-família; ²receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Despesa com pessoal¹

Posição	Município	Despesa com pessoal ¹ em R\$	População 2013
1º	Vitória	705.300.794,49	348.268
2º	Serra	424.591.211,54	467.318
3º	Vila Velha	325.033.368,32	458.489
4º	Cariacica	239.316.828,11	375.974
5º	Linhares	212.404.380,46	157.814
6º	Cachoeiro de Itapemirim	171.558.070,68	205.213
7º	São Mateus	140.195.256,44	120.725
8º	Aracruz	138.292.027,00	91.562
9º	Anchieta	119.939.449,90	26.658
10º	Guarapari	103.859.699,14	116.278
11º	Colatina	100.072.287,15	120.677
12º	Itapemirim	84.909.754,64	33.610
13º	Viana	72.911.982,69	72.115
14º	Barra de São Francisco	53.059.766,36	43.882
15º	Marataizes	51.753.254,31	37.140
16º	Nova Venécia	51.576.108,20	49.564
17º	Santa Maria de Jetibá	40.336.866,40	37.720
18º	Castelo	39.954.292,32	37.331
19º	Domingos Martins	36.406.096,43	34.059
20º	Guaçu	35.914.027,26	30.144
21º	Presidente Kennedy	35.892.868,05	11.130
22º	Afonso Cláudio	35.038.069,52	32.551
23º	Pinheiros	34.448.184,73	26.023
24º	Baixo Guandu	34.174.439,63	31.126
25º	Jaguaré	32.246.031,00	27.599
26º	Conceição da Barra	32.153.990,47	30.659
27º	Fundão	30.494.828,36	19.177
28º	Santa Teresa	28.929.801,36	23.432
29º	São Gabriel da Palha	28.895.716,20	35.232
30º	Piúma	28.700.958,86	20.082
31º	Muniz Freire	28.488.940,69	19.081
32º	Rio Bananal	28.444.822,21	18.892
33º	Mimoso do Sul	28.366.431,06	27.309
34º	Iúna	27.872.102,03	29.258
35º	Sooretama	27.028.007,16	26.843
36º	Ecoporanga	26.783.697,90	24.327
37º	Pedro Canário	26.714.258,03	25.700
38º	Vargem Alta	24.981.174,71	20.744
39º	Ibatiba	24.340.764,85	24.575
40º	Venda Nova do Imigrante	22.507.749,44	22.873
41º	Marechal Floriano	20.388.501,30	15.689
42º	Montanha	20.385.115,06	19.049
43º	Pancas	20.126.628,43	23.125
44º	Água Doce do Norte	18.254.446,93	12.164
45º	João Neiva	18.115.713,82	16.869
46º	Boa Esperança	18.063.618,13	15.169
47º	Vila Valério	17.473.845,97	14.614
48º	Itaguaçu	17.218.447,97	14.844
49º	Mantenópolis	17.007.192,53	14.808
50º	Santa Leopoldina	16.324.655,33	12.881
51º	Alfredo Chaves	16.036.630,67	14.859
52º	Irupi	15.909.489,27	12.798
53º	São José do Calçado	15.743.009,39	10.987
54º	Conceição do Castelo	15.732.186,53	12.579
55º	Brejetuba	15.580.227,88	12.669
56º	Iconha	15.520.736,78	13.548
57º	Muqui	15.499.898,01	15.438
58º	Ibiraçu	15.025.977,38	12.124
59º	Jerônimo Monteiro	14.800.833,84	11.707
60º	Governador Lindenberg	14.310.303,27	11.953
61º	Marilândia	14.187.852,75	12.092
62º	Atílio Vivacqua	14.049.664,87	10.862
63º	Laranja da Terra	14.028.812,74	11.418
64º	Ibitirama	13.806.919,62	9.400
65º	Água Branca	12.948.052,77	10.045
66º	Bom Jesus do Norte	12.381.582,89	10.095
67º	Itarana	12.345.791,60	11.349
68º	São Roque do Canaã	12.212.738,82	12.179
69º	São Domingos do Norte	12.015.648,49	8.595
70º	Vila Pavão	11.986.171,11	9.272
71º	Alto Rio Novo	11.551.244,21	7.841
72º	Apiaçá	10.957.696,19	7.916
73º	Mucurici	9.952.924,97	5.909
74º	Divino de São Lourenço	8.317.637,02	4.688
75º	Dores do Rio Preto	8.028.111,83	6.827
76º	Alegre	...	32.267
77º	Rio Novo do Sul	...	11.993
78º	Ponto Belo	...	7.590
TOTAL		4.316.771.792,38	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹inclui inativos, pensionistas e salário-família.

Despesa com pessoal¹ per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com pessoal ¹ (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Anchieta	4.499,19	119.939.449,90	26.658
2º	Presidente Kennedy	3.224,88	35.892.868,05	11.130
3º	Itapemirim	2.526,32	84.909.754,64	33.610
4º	Vitória	2.025,17	705.300.794,49	348.268
5º	Divino de São Lourenço	1.774,24	8.317.637,02	4.688
6º	Mucurici	1.684,37	9.952.924,97	5.909
7º	Fundão	1.590,18	30.494.828,36	19.177
8º	Aracruz	1.510,36	138.292.027,00	91.562
9º	Rio Bananal	1.505,65	28.444.822,21	18.892
10º	Água Doce do Norte	1.500,69	18.254.446,93	12.164
11º	Muniz Freire	1.493,05	28.488.940,69	19.081
12º	Alto Rio Novo	1.473,19	11.551.244,21	7.841
13º	Ibitirama	1.468,82	13.806.919,62	9.400
14º	São José do Calçado	1.432,88	15.743.009,39	10.987
15º	Piúma	1.429,19	28.700.958,86	20.082
16º	São Domingos do Norte	1.397,98	12.015.648,49	8.595
17º	Marataizes	1.393,46	51.753.254,31	37.140
18º	Apiaçá	1.384,25	10.957.696,19	7.916
19º	Linhares	1.345,92	212.404.380,46	157.814
20º	Pinheiros	1.323,76	34.448.184,73	26.023
21º	Marechal Floriano	1.299,54	20.388.501,30	15.689
22º	Atílio Vivacqua	1.293,47	14.049.664,87	10.862
23º	Vila Pavão	1.292,73	11.986.171,11	9.272
24º	Água Branca	1.289,00	12.948.052,77	10.045
25º	Santa Leopoldina	1.267,34	16.324.655,33	12.881
26º	Jerônimo Monteiro	1.264,27	14.800.833,84	11.707
27º	Conceição do Castelo	1.250,67	15.732.186,53	12.579
28º	Irupi	1.243,12	15.909.489,27	12.798
29º	Ibiraçu	1.239,36	15.025.977,38	12.124
30º	Santa Teresa	1.234,63	28.929.801,36	23.432
31º	Brejetuba	1.229,79	15.580.227,88	12.669
32º	Laranja da Terra	1.228,66	14.028.812,74	11.418
33º	Bom Jesus do Norte	1.226,51	12.381.582,89	10.095
34º	Barra de São Francisco	1.209,15	53.059.766,36	43.882
35º	Vargem Alta	1.204,26	24.981.174,71	20.744
36º	Governador Lindenberg	1.197,21	14.310.303,27	11.953
37º	Vila Valério	1.195,69	17.473.845,97	14.614
38º	Guaçu	1.191,42	35.914.027,26	30.144
39º	Boa Esperança	1.190,82	18.063.618,13	15.169
40º	Dores do Rio Preto	1.175,94	8.028.111,83	6.827
41º	Marilândia	1.173,33	14.187.852,75	12.092
42º	Jaguaré	1.168,38	32.246.031,00	27.599
43º	São Mateus	1.161,28	140.195.256,44	120.725
44º	Itaguaçu	1.159,96	17.218.447,97	14.844
45º	Mantenópolis	1.148,51	17.007.192,53	14.808
46º	Iconha	1.145,61	15.520.736,78	13.548
47º	Ecoporanga	1.100,99	26.783.697,90	24.327
48º	Baixo Guandu	1.097,94	34.174.439,63	31.126
49º	Itarana	1.087,83	12.345.791,60	11.349
50º	Alfredo Chaves	1.079,25	16.036.630,67	14.859
51º	Afonso Cláudio	1.076,41	35.038.069,52	32.551
52º	João Neiva	1.073,91	18.115.713,82	16.869
53º	Castelo	1.070,27	39.954.292,32	37.331
54º	Montanha	1.070,14	20.385.115,06	19.049
55º	Santa Maria de Jetibá	1.069,38	40.336.866,40	37.720
56º	Domingos Martins	1.068,91	36.406.096,43	34.059
57º	Conceição da Barra	1.048,76	32.153.990,47	30.659
58º	Nova Venécia	1.040,60	51.576.108,20	49.564
59º	Pedro Canário	1.039,47	26.714.258,03	25.700
60º	Mimoso do Sul	1.038,72	28.366.431,06	27.309
61º	Viana	1.011,05	72.911.982,69	72.115
62º	Sooretama	1.006,89	27.028.007,16	26.843
63º	Muqui	1.004,01	15.499.898,01	15.438
64º	São Roque do Canaã	1.002,77	12.212.738,82	12.179
65º	Ibatiba	990,47	24.340.764,85	24.575
66º	Venda Nova do Imigrante	984,03	22.507.749,44	22.873
67º	Iúna	952,63	27.872.102,03	29.258
68º	Serra	908,57	424.591.211,54	467.318
69º	Guarapari	893,20	103.859.699,14	116.278
70º	Pancas	870,34	20.126.628,43	23.125
71º	Cachoeiro de Itapemirim	836,00	171.558.070,68	205.213
72º	Colatina	829,26	100.072.287,15	120.677
73º	São Gabriel da Palha	820,16	28.895.716,20	35.232
74º	Vila Velha	708,92	325.033.368,32	458.489
75º	Cariacica	636,52	239.316.828,11	375.974
76º	Rio Novo do Sul	...	...	11.993
77º	Ponto Belo	...	...	7.590
78º	Alegre	...	...	32.267
TOTAL		1.124,34	4.316.771.792,38	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹inclui inativos, pensionistas e salário-família.

Número de servidores, servidores por vínculo, gasto anual médio por servidor e servidores por mil habitantes em 2013

Municípios	Número de Servidores	Servidores por vínculo					Servidores por 1.000 habitantes
		Estatutários	CLT	Comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	
Afonso Cláudio	1.292	928	-	52	18	294	41,6
Água Doce do Norte	624	245	-	87	50	242	53,0
Água Branca	497	358	73	54	5	7	52,2
Alegre	1.206	813	114	107	1	171	39,2
Alfredo Chaves	690	380	2	68	20	220	49,4
Alto Rio Novo	501	-	420	29	15	37	68,5
Anchieta	2.989	1.139	-	389	67	1.394	125,1
Aplicá	467	-	306	62	-	99	62,2
Aracruz	4.826	2.598	1.940	175	74	39	59,0
Atílio Vivacqua	690	508	-	12	-	170	70,1
Baixo Guandu	1.770	1.217	103	382	13	55	60,9
Barra de São Francisco	1.462	836	124	113	45	344	36,0
Boa Esperança	749	257	42	99	2	349	52,8
Bom Jesus do Norte	561	359	39	137	-	26	59,2
Brejetuba	588	398	-	21	8	161	49,3
Cachoeiro de Itapemirim	6.592	3.082	290	358	106	2.756	34,7
Cariacica	7.232	3.463	268	576	184	2.741	20,7
Castelo	1.837	1.109	12	111	-	605	52,9
Colatina	3.854	837	1.847	307	321	542	34,5
Conceição da Barra	1.624	891	533	137	15	48	57,1
Conceição do Castelo	557	279	-	14	43	221	47,7
Divino de São Lourenço	320	176	-	29	-	115	70,9
Domingos Martins	1.486	853	69	89	1	474	46,7
Dores do Rio Preto	334	221	-	24	12	77	52,2
Ecoporanga	1.005	553	-	83	122	247	43,3
Fundão	698	260	10	428	-	-	41,0
Governador Lindenberg	521	400	-	41	1	79	47,9
Guaçuí	1.307	783	-	80	93	351	46,9
Guarapari	3.932	2.787	278	180	78	609	37,3
Ibatiba	1.032	797	-	82	11	142	46,1
Ibiraçu	602	264	251	82	5	-	53,9
Ibitirama	520	274	-	66	1	179	58,1
Iconha	614	402	1	142	-	69	49,0
Irupi	601	430	95	63	-	13	51,3
Itaguaçu	616	416	2	40	4	154	43,6
Itapemirim	2.652	1.318	122	340	88	784	85,6
Itarana	446	224	78	31	2	111	41,0
Iúna	1.040	823	8	49	-	160	38,1
Jaguaré	1.410	556	542	239	56	17	57,1
Jerônimo Monteiro	534	363	36	60	20	55	49,1
João Neiva	317	242	-	63	10	2	20,1
Laranja da Terra	571	276	33	145	-	117	52,7
Linhares	8.203	6.116	-	817	294	976	58,1
Mantenópolis	584	278	41	26	-	239	42,9
Marataizes	1.777	1.247	120	72	82	256	52,1
Marechal Floriano	955	487	-	110	-	358	67,0
Marilândia	581	83	-	93	13	392	52,3
Mimoso do Sul	1.171	672	-	95	-	404	45,2
Montanha	1.060	274	482	154	-	150	59,4
Mucurici	422	250	14	153	2	3	74,6
Muniz Freire	780	582	1	37	27	133	42,4
Muqui	566	4	505	44	2	11	39,3
Nova Venécia	2.201	990	57	180	-	974	47,8
Pancas	755	538	42	44	-	131	35,0
Pedro Canário	1.048	579	118	130	-	221	44,0
Pinheiros	1.081	11	803	85	3	179	45,2
Plúma	1.011	685	-	144	-	182	55,8
Ponto Belo	602	400	8	129	-	65	86,3
Presidente Kennedy	1.071	666	1	116	4	284	103,8
Rio Bananal	964	602	-	21	17	324	55,0
Rio Novo do Sul	545	358	-	19	-	168	48,1
Santa Leopoldina	569	442	-	67	-	60	46,5
Santa Maria de Jetibá	1.953	914	430	65	49	495	57,1
Santa Teresa	1.127	571	58	135	7	356	51,6
São Domingos do Norte	462	187	-	25	14	236	57,7
São Gabriel da Palha	1.019	616	110	72	76	145	32,0
São José do Calçado	600	404	-	45	-	151	57,6
São Mateus	4.114	2.628	298	289	93	806	37,7
São Roque do Canaã	506	210	-	126	-	170	44,9
Serra	10.551	6.981	855	616	705	1.394	25,8
Sooretama	1.272	1.107	-	165	-	-	53,3
Vargem Alta	1.007	594	47	54	51	261	52,6
Venda Nova do Imigrante	943	-	837	44	56	6	46,1
Viana	2.174	1.286	3	352	63	470	33,4
Vila Pavão	552	419	1	131	1	-	63,7
Vila Valério	603	415	40	51	-	97	43,6
Vila Velha	8.494	4.929	-	630	114	2.821	20,5
Vitória	14.925	10.288	552	706	1.766	1.613	45,5
TOTAL	137.414	78.928	13.061	11.688	4.930	28.807	39,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa de Informações Municipais - Perfil dos Municípios Brasileiros - 2013.

O SERVIDOR PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO JÁ SABE: CRÉDITO CONSIGNADO É DO BANESTES.

AGUARO



O Banestes é o banco do Espírito Santo e também o banco com as menores taxas para crédito consignado. Aqui, você, servidor público, tem crédito facilitado na hora. Quer fazer um bom negócio? Venha para o Banestes.

Ouvidoria Geral **0800 727 0030**



@banestes_sa



/banestes

Sujeito à Análise Cadastral e de Crédito. Procure a agência de sua conta corrente e faça já a adesão.



BANESTES

www.banestes.com.br

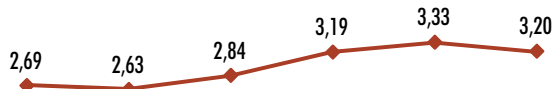


Desempenho

A queda das receitas municipais em 2013 teve um impacto também nas despesas com custeio, que apresentaram um decréscimo real de 4% em relação a 2012, totalizando R\$ 3,20 bilhões.

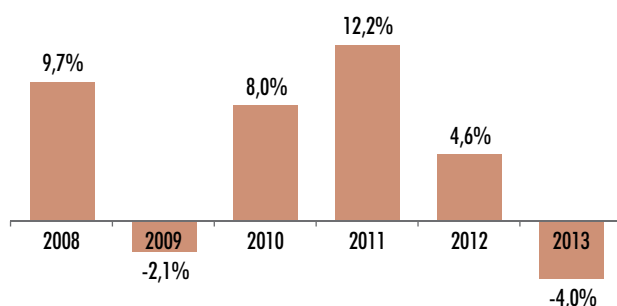
Evolução da despesa com custeio

em R\$ bilhões - IPCA médio de 2013



2008 2009 2010 2011 2012 2013

Taxa de crescimento da despesa com custeio em relação ao ano anterior



2008 2009 2010 2011 2012 2013

Dos 73 municípios que apresentaram dados para a despesa por categoria econômica de 2013, apenas 16 expandiram seus gastos com custeio. Dentre esses, os maiores aumentos ocorreram em Presidente Kennedy (79,4%), Sooretama (19,8%), Irupi (18,6%), Domingos Martins (17,8%) e Vila Pavão (13,9%). O aumento expressivo em Presidente Kennedy deveu-se à recomposição da despesa do município após o período de intervenção judicial em 2012. Como houve um intenso trabalho de auditoria nos contratos com fornecedores, a despesa daquele ano sofreu um corte expressivo, o que fez com que a base de comparação ficasse menor.

Nos demais municípios com menos de 50 mil habitantes, as maiores retrações ocorreram em Barra de São Francisco (-47,1%), Alto Rio Novo (-32%), Conceição do Castelo (-30,7%), Itarana (-26,9%) e João Neiva (-25,9%). Em termos absolutos, os maiores cortes nesse grupo de municípios ocorreram em Barra de São Francisco (R\$ -19,6 milhões), João Neiva (R\$ -6 milhões), Pinheiros (R\$ -5,2 milhões), Anchieta (R\$ -4,6 milhões) e Conceição do Castelo (R\$ -4 milhões).

Entre os municípios maiores, apenas Viana (9,1%), São Mateus (3,8%), Aracruz (3,6%) e Serra (1,7%) apresentaram aumentos reais, ao passo que Vila Velha (-16,7%) Cachoeiro de Itapemirim (-13,6%) e Guarapari (-12,8%) registraram quedas superiores a dois dígitos, totalizando R\$ -50 milhões, R\$ -14,6 milhões e R\$ -7,1 milhões, respectivamente. Na capital, os gastos com custeio mantiveram-se relativamente estáveis, com queda real de 0,9%, passando de R\$ 544 milhões, em 2012, para R\$ 538,8 milhões, em 2013.

Como a queda nos gastos com custeio acompanhou a diminuição da receita corrente na mesma magnitude, de -4%, a participação do custeio na receita de 2013 também permaneceu inalterada em 35,8%. Apenas dois municípios comprometeram mais de 50% de suas receitas correntes com as despesas de custeio: Colatina (53,2%) e Jaguaré (52%), os quais também figuraram nessa lista em 2012, porém com percentuais um pouco maiores, de 53,4% e 54,6%, respectivamente.

Participação média da despesa com custeio na receita corrente



2008 2009 2010 2011 2012 2013

Nesta edição de **Finanças dos Municípios Capixabas** não será possível analisar a composição dos gastos com custeio, que se subdivide em despesas com materiais de consumo e serviços de terceiros, devido às alterações nos demonstrativos contábeis que os municípios encaminham ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) para a prestação de contas anual.



RESULTADO
PRA MIM
É QUANDO
TEM FILA
DE ESPERA.

Resultado para o Sebrae é tudo.

Sua empresa nasceu para ter resultados e o Sebrae está aqui para ajudar na gestão do seu negócio.

Conte com nossos cursos, palestras e consultorias para lucrar e vender mais. Entra ano e sai ano, nosso negócio é oferecer conhecimento. Com os especialistas do Sebrae, você tem mais resultados.

E pra você, o que é resultado?

*Acesse www.resultadopramim.com.br
e continue lucrando em 2014.*



Despesa de custeio¹ - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	Participação 2013		Despesa custeio¹ per capita 2013 em R\$
								no total da desp. de custeio¹	na receita corrente²	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013							em %		
Afonso Cláudio	18.500,0	20.845,9	22.440,7	25.755,8	23.023,7	23.286,4	1,1	0,7	37,1	715,38
Água Doce do Norte	7.955,3	7.150,6	7.523,6	8.528,0	10.121,3	8.014,4	-20,8	0,3	30,6	658,86
Água Branca	7.521,1	7.115,0	7.954,5	9.299,3	9.096,5	8.900,2	-2,2	0,3	34,6	886,03
Alegre	22.485,6	21.999,0	22.263,5	23.436,4	23.997,8	...	..	...	...	...
Alfredo Chaves	14.776,7	13.426,0	13.813,2	17.113,1	16.813,5	17.429,2	3,7	0,5	47,6	1.172,97
Alto Rio Novo	6.846,2	6.846,9	6.263,3	8.586,0	8.475,5	5.766,9	-32,0	0,2	28,9	735,48
Anchieta	51.951,6	56.347,4	65.584,7	75.507,0	96.963,3	92.354,0	-4,8	2,9	30,4	3.464,40
Apiacá	6.739,1	5.815,6	5.779,0	9.581,5	9.324,2	8.625,4	-7,5	0,3	42,6	1.089,61
Aracruz	104.261,1	108.335,9	103.990,9	116.733,8	129.031,9	133.702,6	3,6	4,2	44,9	1.460,24
Atílio Vivácqua	8.748,3	8.304,8	8.736,3	8.835,4	9.799,9	9.164,8	-6,5	0,3	34,7	843,75
Baixo Guandu	24.078,4	23.450,0	23.819,2	23.288,2	21.895,8	21.161,5	-3,4	0,7	33,9	679,86
Barra de São Francisco	22.910,5	21.041,5	30.432,8	33.378,0	41.646,6	22.050,7	-47,1	0,7	26,6	502,50
Boa Esperança	11.340,8	8.797,1	9.440,0	13.025,6	12.293,9	11.956,0	-2,7	0,4	33,4	788,18
Bom Jesus do Norte	8.011,8	6.629,1	6.617,9	7.601,2	6.912,7	5.476,8	-20,8	0,2	27,7	542,52
Brejetuba	11.797,4	11.447,3	12.977,3	14.065,0	11.837,9	10.140,3	-14,3	0,3	35,3	800,40
Cachoeiro de Itapemirim	99.563,9	89.567,4	96.466,5	98.519,1	107.513,8	92.932,8	-13,6	2,9	30,0	452,86
Cariacica	90.260,1	90.031,4	134.578,9	147.110,5	159.302,0	156.625,7	-1,7	4,9	31,1	416,59
Castelo	21.769,5	21.494,9	21.564,3	25.412,5	27.425,7	27.216,5	-0,8	0,9	37,6	729,06
Colatina	73.034,5	75.255,0	84.245,0	97.584,1	127.620,5	125.484,3	-1,7	3,9	53,2	1.039,84
Conceição da Barra	23.339,9	18.104,9	20.161,3	24.457,8	24.403,3	26.041,3	6,7	0,8	35,5	849,38
Conceição do Castelo	9.369,3	9.218,9	10.043,5	11.766,6	13.043,7	9.037,6	-30,7	0,3	29,3	718,47
Divino de São Lourenço	6.459,5	4.685,7	5.384,0	5.504,8	6.587,7	6.037,8	-8,3	0,2	39,5	1.287,92
Domingos Martins	19.962,1	21.226,2	26.453,3	29.279,0	28.989,0	34.158,4	17,8	1,1	40,9	1.002,92
Dores do Rio Preto	6.288,1	5.917,0	5.611,9	6.497,3	8.058,9	6.480,2	-19,6	0,2	34,4	949,20
Ecoporanga	16.408,6	18.386,2	17.017,3	17.395,1	19.802,3	21.390,9	8,0	0,7	43,0	879,31
Fundão	18.148,2	16.779,3	16.364,9	14.434,8	17.743,2	16.664,2	-6,1	0,5	31,8	868,97
Governador Lindenberg	9.141,5	8.097,6	9.048,1	10.069,0	8.910,7	8.223,2	-7,7	0,3	32,2	687,96
Guaçu	21.692,6	18.190,5	21.150,3	22.582,6	22.817,5	20.844,2	-8,6	0,7	34,2	691,49
Guarapari	37.036,8	55.581,9	59.523,3	61.670,2	55.231,2	48.141,5	-12,8	1,5	21,8	414,02
Ibatiba	15.165,8	13.185,0	12.435,6	16.161,9	15.788,4	12.903,7	-18,3	0,4	29,7	525,08
Ibiraçu	8.581,5	8.749,3	10.022,1	10.778,6	11.898,1	10.138,0	-14,8	0,3	37,6	836,19
Ibitirama	6.204,6	6.790,1	7.023,7	9.055,8	9.370,7	9.103,4	-2,9	0,3	37,2	968,45
Iconha	14.543,1	11.651,1	10.593,7	12.475,1	13.736,0	12.365,7	-10,0	0,4	37,2	912,73
Irupi	8.617,6	8.281,7	9.522,4	9.691,0	10.271,2	12.179,2	18,6	0,4	43,5	951,65
Itaguaçu	12.672,6	12.159,2	12.911,5	13.875,2	13.507,1	12.528,4	-7,2	0,4	36,9	844,00
Itapemirim	31.830,8	28.597,9	34.072,6	45.382,4	68.646,4	73.372,5	6,9	2,3	26,3	2.183,06
Itarana	12.115,0	10.839,5	10.200,6	11.967,5	13.515,0	9.880,3	-26,9	0,3	42,6	870,59
Iúna	16.231,2	15.358,7	18.191,2	19.286,6	17.559,5	19.771,7	12,6	0,6	37,5	675,77
Jaguare	37.958,5	28.546,7	27.425,4	34.915,0	40.724,3	37.787,8	-7,2	1,2	52,0	1.369,17
Jerônimo Monteiro	7.042,5	6.244,4	8.227,7	9.468,2	10.381,3	9.111,4	-12,2	0,3	34,5	778,29
João Neiva	18.702,5	17.600,9	18.657,2	22.131,4	23.305,8	17.266,2	-25,9	0,5	44,1	1.023,55
Laranja da Terra	7.961,9	7.216,7	8.340,2	9.035,8	9.781,9	8.916,3	-8,8	0,3	35,1	780,90
Linhares	154.409,3	121.853,8	147.071,5	169.685,0	184.923,9	177.550,6	-4,0	5,6	38,5	1.125,06
Mantenópolis	12.362,4	9.210,8	10.634,6	11.720,1	11.266,9	11.849,4	5,2	0,4	37,2	800,20
Marataizes	14.179,5	15.917,8	20.280,8	21.905,5	37.469,7	34.030,1	-9,2	1,1	23,2	916,27
Marechal Floriano	12.748,2	12.201,1	10.281,2	12.426,5	16.063,1	13.372,0	-16,8	0,4	34,9	852,31
Marilândia	9.308,7	9.408,1	9.871,7	11.068,1	11.643,7	9.849,4	-15,4	0,3	35,9	814,54
Mimoso do Sul	22.734,1	21.735,8	21.083,5	22.268,7	22.037,4	18.775,3	-14,8	0,6	36,5	687,51
Montanha	14.518,6	12.976,1	16.345,4	20.066,7	21.513,4	17.924,3	-16,7	0,6	42,0	940,96
Mucurici	6.357,0	6.345,3	7.556,4	7.560,8	8.594,3	9.259,8	7,7	0,3	42,6	1.567,07
Muniz Freire	16.432,6	16.712,2	17.796,0	18.458,4	18.952,5	17.577,0	-7,3	0,5	39,4	921,18
Muqui	10.440,8	12.195,1	10.014,1	12.357,9	12.372,0	10.193,8	-17,6	0,3	34,2	660,31
Nova Venécia	31.009,1	29.371,2	35.006,0	35.287,8	34.697,1	32.051,7	-7,6	1,0	33,6	646,67
Pancas	12.865,4	11.514,8	14.101,1	15.043,7	15.039,4	14.617,1	-2,8	0,5	35,6	632,09
Pedro Canário	13.707,9	14.463,7	13.185,8	12.010,4	13.536,1	11.848,7	-12,5	0,4	25,7	461,04
Pinheiros	16.003,7	15.283,7	19.230,8	19.273,3	20.979,0	15.755,5	-24,9	0,5	27,7	605,45
Piúma	10.420,6	10.619,6	16.288,3	23.084,3	27.191,8	26.468,6	-2,7	0,8	47,0	1.318,03
Ponto Belo	7.661,6	6.539,2	7.151,6	8.423,7	8.728,6	...	..	...	...	...
Presidente Kennedy	31.533,7	38.968,0	79.625,5	120.549,2	35.260,8	63.240,7	79,4	2,0	20,7	5.682,00
Rio Bananal	11.915,1	12.475,6	14.503,2	17.211,1	18.185,8	17.124,5	-5,8	0,5	35,4	906,44
Rio Novo do Sul	6.994,9	6.543,9	6.989,1	6.625,0	6.440,8	...	..	...	...	...
Santa Leopoldina	11.803,6	10.608,4	9.738,3	10.056,2	11.031,6	10.656,4	-3,4	0,3	36,9	827,29
Santa Maria de Jetibá	23.199,2	24.905,9	25.703,0	28.059,3	31.629,8	28.975,4	-8,4	0,9	37,4	768,17
Santa Teresa	18.735,0	19.997,0	19.316,2	22.887,0	25.500,0	22.303,9	-12,5	0,7	40,6	951,86
São Domingos do Norte	8.165,0	7.584,9	7.946,7	8.781,9	9.065,0	7.765,9	-14,3	0,2	34,0	903,54
São Gabriel da Palha	16.779,1	18.564,1	22.224,7	22.481,6	24.926,2	23.786,2	-4,6	0,7	39,1	675,13
São José do Calçado	10.424,5	9.938,2	10.976,1	11.299,6	11.582,3	9.585,4	-17,2	0,3	34,2	872,43
São Mateus	74.925,7	82.157,9	69.638,5	85.899,9	75.494,6	78.337,8	3,8	2,4	32,5	648,89
São Roque do Canaã	10.050,6	9.063,3	9.524,4	10.823,6	11.452,9	9.951,5	-13,1	0,3	39,0	817,10
Serra	278.061,7	285.243,7	253.884,1	303.040,2	315.880,4	321.333,8	1,7	10,0	38,1	687,61
Sooretama	19.737,7	16.248,6	15.764,0	16.929,7	21.055,3	25.214,4	19,8	0,8	46,8	939,33
Vargem Alta	14.430,0	17.165,3	16.263,1	17.477,8	16.434,7	18.512,5	12,6	0,6	39,1	892,43
Venda Nova do Imigrante	18.634,0	17.816,4	21.038,3	21.235,5	22.642,7	20.251,8	-10,6	0,6	42,7	885,40
Viana	31.041,8	31.597,2	37.199,3	44.527,8	44.552,4	48.591,9	9,1	1,5	36,2	673,81
Vila Pavão	8.440,5	7.340,1	8.454,4	10.149,9	9.180,5	10.456,7	13,9	0,3	48,0	1.127,77
Vila Valério	15.803,5	14.525,2	15.676,0	16.496,7	16.132,2	12.795,7	-20,7	0,4	37,8	875,58
Vila Velha	235.684,7	207.034,7	246.398,3	278.791,3	300.215,3	250.176,4	-16,7	7,8	35,5	545,65
Vitória	497.831,6	510.241,9	509.537,2	520.321,3	543.990,5	538.823,9	-0,9	16,8	40,2	1.547,15
TOTAL	2.687.377,6	2.629.679,0	2.839.172,3	3.185.527,9	3.332.832,4	3.198.615,7	-4,0	100,0	35,8	833,11

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salário-família; ²receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Despesa com custeio¹

Posição	Município	Despesa com custeio ¹ em R\$	População 2013
1º	Vitória	538.823.877,40	348.268
2º	Serra	321.333.780,64	467.318
3º	Vila Velha	250.176.426,61	458.489
4º	Linhares	177.550.586,61	157.814
5º	Cariacica	156.625.711,81	375.974
6º	Aracruz	133.702.613,00	91.562
7º	Colatina	125.484.297,07	120.677
8º	Cachoeiro de Itapemirim	92.932.809,63	205.213
9º	Anchieta	92.353.950,26	26.658
10º	São Mateus	78.337.806,97	120.725
11º	Itapemirim	73.372.535,37	33.610
12º	Presidente Kennedy	63.240.680,40	11.130
13º	Viana	48.591.876,98	72.115
14º	Guarapari	48.141.504,78	116.278
15º	Jaguaré	37.787.847,89	27.599
16º	Domingos Martins	34.158.404,97	34.059
17º	Marataízes	34.030.134,47	37.140
18º	Nova Venécia	32.051.684,43	49.564
19º	Santa Maria de Jetibá	28.975.394,24	37.720
20º	Castelo	27.216.532,51	37.331
21º	Piúma	26.468.595,78	20.082
22º	Conceição da Barra	26.041.260,14	30.659
23º	Sooretama	25.214.391,44	26.843
24º	São Gabriel da Palha	23.786.207,61	35.232
25º	Afonso Cláudio	23.286.381,97	32.551
26º	Santa Teresa	22.303.912,73	23.432
27º	Barra de São Francisco	22.050.690,46	43.882
28º	Ecoporanga	21.390.932,80	24.327
29º	Baixo Guandu	21.161.454,27	31.126
30º	Guacuí	20.844.186,77	30.144
31º	Venda Nova do Imigrante	20.251.792,15	22.873
32º	Iúna	19.771.652,82	29.258
33º	Mimoso do Sul	18.775.328,96	27.309
34º	Vargem Alta	18.512.525,05	20.744
35º	Montanha	17.924.310,52	19.049
36º	Muniz Freire	17.576.975,85	19.081
37º	Alfredo Chaves	17.429.211,19	14.859
38º	João Neiva	17.266.232,45	16.869
39º	Rio Bananal	17.124.458,81	18.892
40º	Fundão	16.664.174,21	19.177
41º	Pinheiros	15.755.504,03	26.023
42º	Pancas	14.617.137,99	23.125
43º	Marechal Floriano	13.371.967,97	15.689
44º	Ibatiba	12.903.725,31	24.575
45º	Vila Valério	12.795.684,48	14.614
46º	Itaguaçu	12.528.382,76	14.844
47º	Iconha	12.365.713,90	13.548
48º	Irupi	12.179.238,50	12.798
49º	Boa Esperança	11.955.965,86	15.169
50º	Mantenópolis	11.849.366,66	14.808
51º	Pedro Canário	11.848.736,93	25.700
52º	Santa Leopoldina	10.656.359,52	12.881
53º	Vila Pavão	10.456.683,82	9.272
54º	Muqui	10.193.849,37	15.438
55º	Brejetuba	10.140.289,78	12.669
56º	Ibiraçu	10.137.984,63	12.124
57º	São Roque do Canaã	9.951.458,80	12.179
58º	Itarana	9.880.288,75	11.349
59º	Mariândia	9.849.362,77	12.092
60º	São José do Calçado	9.585.387,21	10.987
61º	Mucurici	9.259.811,17	5.909
62º	Atílio Vivacqua	9.164.820,27	10.862
63º	Jerônimo Monteiro	9.111.388,87	11.707
64º	Ibitirama	9.103.396,11	9.400
65º	Conceição do Castelo	9.037.649,12	12.579
66º	Laranja da Terra	8.916.327,85	11.418
67º	Água Branca	8.900.152,56	10.045
68º	Apiacá	8.625.353,37	7.916
69º	Governador Lindenberg	8.223.219,29	11.953
70º	Água Doce do Norte	8.014.431,96	12.164
71º	São Domingos do Norte	7.765.907,67	8.595
72º	Dores do Rio Preto	6.480.207,85	6.827
73º	Divino de São Lourenço	6.037.774,93	4.688
74º	Alto Rio Novo	5.766.869,34	7.841
75º	Bom Jesus do Norte	5.476.779,25	10.095
76º	Alegre	...	32.267
77º	Ponto Belo	...	7.590
78º	Rio Novo do Sul	...	11.993
TOTAL		3.198.615.748,77	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salários-família.

Despesa com custeio¹ per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com custeio ¹ (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Presidente Kennedy	5.682,00	63.240.680,40	11.130
2º	Anchieta	3.464,40	92.353.950,26	26.658
3º	Itapemirim	2.183,06	73.372.535,37	33.610
4º	Mucurici	1.567,07	9.259.811,17	5.909
5º	Vitória	1.547,15	538.823.877,40	348.268
6º	Aracruz	1.460,24	133.702.613,00	91.562
7º	Jaguaré	1.369,17	37.787.847,89	27.599
8º	Piúma	1.318,03	26.468.595,78	20.082
9º	Divino de São Lourenço	1.287,92	6.037.774,93	4.688
10º	Alfredo Chaves	1.172,97	17.429.211,19	14.859
11º	Vila Pavão	1.127,77	10.456.683,82	9.272
12º	Linhares	1.125,06	177.550.586,61	157.814
13º	Apiacá	1.089,61	8.625.353,37	7.916
14º	Colatina	1.039,84	125.484.297,07	120.677
15º	João Neiva	1.023,55	17.266.232,45	16.869
16º	Domingos Martins	1.002,92	34.158.404,97	34.059
17º	Ibitirama	968,45	9.103.396,11	9.400
18º	Santa Teresa	951,86	22.303.912,73	23.432
19º	Irupi	951,65	12.179.238,50	12.798
20º	Dores do Rio Preto	949,20	6.480.207,85	6.827
21º	Montanha	940,96	17.924.310,52	19.049
22º	Sooretama	939,33	25.214.391,44	26.843
23º	Muniz Freire	921,18	17.576.975,85	19.081
24º	Marataízes	916,27	34.030.134,47	37.140
25º	Iconha	912,73	12.365.713,90	13.548
26º	Rio Bananal	906,44	17.124.458,81	18.892
27º	São Domingos do Norte	903,54	7.765.907,67	8.595
28º	Vargem Alta	892,43	18.512.525,05	20.744
29º	Água Branca	886,03	8.900.152,56	10.045
30º	Venda Nova do Imigrante	885,40	20.251.792,15	22.873
31º	Ecoporanga	879,31	21.390.932,80	24.327
32º	Vila Valério	875,58	12.795.684,48	14.614
33º	São José do Calçado	872,43	9.585.387,21	10.987
34º	Itarana	870,59	9.880.288,75	11.349
35º	Fundão	868,97	16.664.174,21	19.177
36º	Marechal Floriano	852,31	13.371.967,97	15.689
37º	Conceição da Barra	849,38	26.041.260,14	30.659
38º	Itaguaçu	844,00	12.528.382,76	14.844
39º	Atílio Vivacqua	843,75	9.164.820,27	10.862
40º	Ibiraçu	836,19	10.137.984,63	12.124
41º	Santa Leopoldina	827,29	10.656.359,52	12.881
42º	São Roque do Canaã	817,10	9.951.458,80	12.179
43º	Mariândia	814,54	9.849.362,77	12.092
44º	Brejetuba	800,40	10.140.289,78	12.669
45º	Mantenópolis	800,20	11.849.366,66	14.808
46º	Boa Esperança	788,18	11.955.965,86	15.169
47º	Laranja da Terra	780,90	8.916.327,85	11.418
48º	Jerônimo Monteiro	778,29	9.111.388,87	11.707
49º	Santa Maria de Jetibá	768,17	28.975.394,24	37.720
50º	Alto Rio Novo	735,48	5.766.869,34	7.841
51º	Castelo	729,06	27.216.532,51	37.331
52º	Conceição do Castelo	718,47	9.037.649,12	12.579
53º	Afonso Cláudio	715,38	23.286.381,97	32.551
54º	Guacuí	691,49	20.844.186,77	30.144
55º	Governador Lindenberg	687,96	8.223.219,29	11.953
56º	Serra	687,61	321.333.780,64	467.318
57º	Mimoso do Sul	687,51	18.775.328,96	27.309
58º	Baixo Guandu	679,86	21.161.454,27	31.126
59º	Iúna	675,77	19.771.652,82	29.258
60º	São Gabriel da Palha	675,13	23.786.207,61	35.232
61º	Viana	673,81	48.591.876,98	72.115
62º	Muqui	660,31	10.193.849,37	15.438
63º	Água Doce do Norte	658,86	8.014.431,96	12.164
64º	São Mateus	648,89	78.337.806,97	120.725
65º	Nova Venécia	646,67	32.051.684,43	49.564
66º	Pancas	632,09	14.617.137,99	23.125
67º	Pinheiros	605,45	15.755.504,03	26.023
68º	Vila Velha	545,65	250.176.426,61	458.489
69º	Bom Jesus do Norte	542,52	5.476.779,25	10.095
70º	Ibatiba	525,08	12.903.725,31	24.575
71º	Barra de São Francisco	502,50	22.050.690,46	43.882
72º	Pedro Canário	461,04	11.848.736,93	25.700
73º	Cachoeiro de Itapemirim	452,86	92.932.809,63	205.213
74º	Cariacica	416,59	156.625.711,81	375.974
75º	Guarapari	414,02	48.141.504,78	116.278
76º	Ponto Belo	...	...	7.590
77º	Alegre	...	...	32.267
78º	Rio Novo do Sul	...	...	11.993
TOTAL		833,11	3.198.615.748,77	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹exceto os gastos com pessoal, encargos, inativos, pensionistas e salários-família.

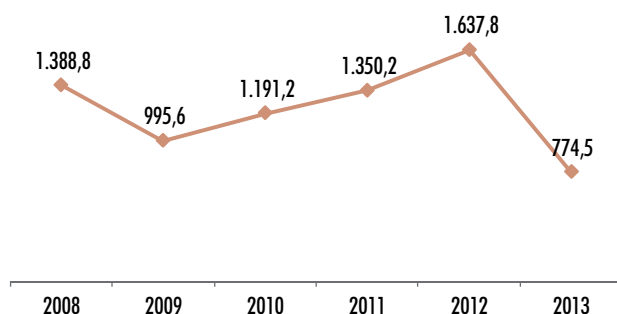


Desempenho

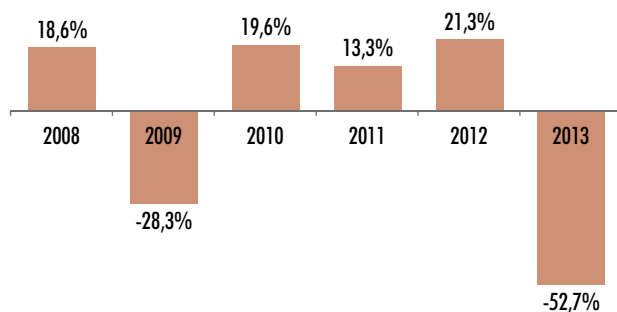
O ano de 2013 foi extremamente ruim para os investimentos dos municípios capixabas, que apresentaram uma queda real de 52,7% em relação a 2012, passando de R\$ 1,64 bilhão para R\$ 774,5 milhões, nesse período. Assim, os investimentos municipais alcançaram o menor nível desde 2006, ficando abaixo até mesmo do registrado em 2009, ano em que os reflexos da crise econômica internacional se fizeram sentir mais fortes sobre os municípios brasileiros.

Evolução dos investimentos

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Taxa de crescimento da despesa com investimento em relação ao ano anterior

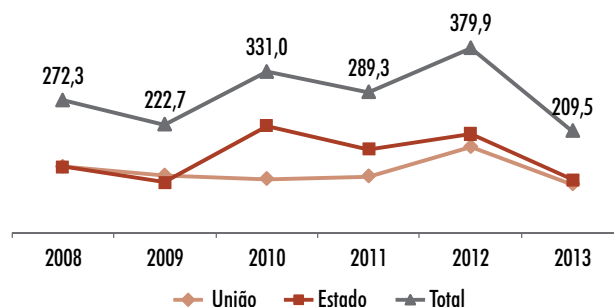


A retração dos investimentos em 2013 teve várias motivações. Primeiramente, 2012 foi um ano de eleições municipais, fator que sempre motiva as esferas supranacionais a canalizarem recursos para essa despesa. Conforme pode ser observado no gráfico ao lado, o fluxo de transferências de capital, que são recursos repassados basicamente para a realização de investimentos, eleva-se em anos eleitorais,

principalmente aqueles provenientes da União, o que favorece a ampliação desse tipo de gasto.

Evolução das transferências de capital da União e do Estado

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Outro fator que impactou negativamente nos investimentos, em 2013, foi a queda de 4% da receita corrente municipal ocasionada, principalmente, pela forte queda dos repasses do ICMS proveniente da arrecadação das atividades de importação, uma vez que a edição da Resolução do Senado Federal nº 13/2012 reduziu as alíquotas cobradas nas operações interestaduais de produtos importados, resultando em uma queda real de 11,3% no total do ICMS transferido pelo Estado (veja mais detalhes em QPM-ICMS, na página 46). Além dessa perda, alguns municípios também foram impactados com uma redução na arrecadação do ISS, especialmente Vitória, enquanto que os maiores produtores de petróleo no Estado tiveram uma sensível redução nos recebimentos de royalties e participações especiais do petróleo e gás natural.

A redução de 1,1% no nível de atividade econômica no Estado do Espírito Santo entre 2012 e 2013, de acordo com os dados preliminares do Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo, calculados trimestralmente pelo Instituto Jones Santos Neves (IJSN), também foi outro fator que contribuiu para diminuir o potencial de arrecadação tributária dos municípios. No total, a receita corrente do conjunto dos municípios capixabas retrocedeu em R\$ 375,7 milhões, em valores já corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), reduzindo a capacidade dos municípios de realizar investimentos com recursos próprios.

Portanto, os efeitos da Resolução do Senado Federal nº 13/2012 e a queda da atividade econômica potencializaram

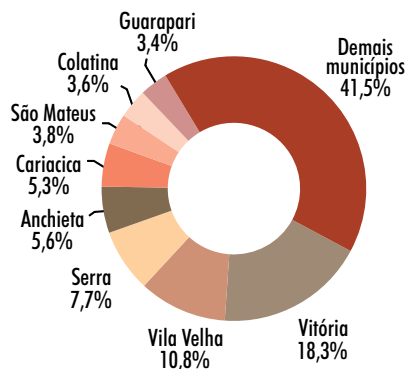
a queda do investimento municipal capixaba, num cenário de desaceleração já esperado devido à redução das transferências voluntárias dos demais níveis de governo para os municípios, que sempre ocorre em anos não eleitorais. Devido ao seu caráter mais discricionário comparado às demais categorias de despesa, os investimentos, tradicionalmente, são a opção de contenção mais utilizada quando há queda de receita e se faz necessário cortar gastos públicos.

Dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, apenas sete registraram crescimento nos investimentos em relação a 2012: Presidente Kennedy (205,9%), Muniz Freire (45,1%), São Mateus (16,1%), Afonso Cláudio (15,1%), Alfredo Chaves (8%), Colatina (6,7%) e Pinheiros (1,9%). O aumento expressivo em Presidente Kennedy deveu-se à tímida retomada de alguns investimentos paralisados durante o período de intervenção judicial em 2012. Como os investimentos daquele ano apresentaram um corte expressivo, passando de R\$ 29,7 milhões, em 2011, para R\$ 1,9 milhão, a base de comparação ficou extremamente reduzida, o que fez com que, mesmo realizando um volume de investimento bem aquém do período 2008-2011, o município voltasse a figurar entre os destaques capixabas.

Entre os municípios com menos de 50 mil habitantes, as maiores retrações foram registradas em Alto Rio Novo (-86,6%), Ecoporanga (-85,8%), Itapemirim (-83,2%), Guaçuí (-77,3%) e Brejetuba (-75,2%). Entre aqueles com mais de 50 mil habitantes, as maiores quedas ocorreram em Linhares (-81,2%), Cachoeiro de Itapemirim (-67,3%), Aracruz (-64,6%), Cariacica (-53,2%), Vitória (-52,3%) e Serra (-49,7%).

O investimento municipal no Espírito Santo está bastante concentrado na Região Metropolitana, que respondeu por 47,4% do total do Estado. Somando-se os gastos de outras cidades com grande volume de investimento, como Anchieta, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Itapemirim, Linhares, Marataízes e São Mateus, chega-se a 72,2%.

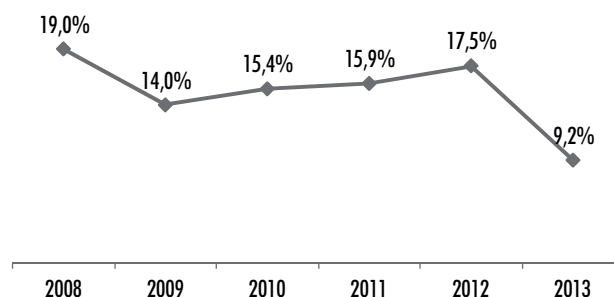
Participação dos municípios no total dos investimentos - 2013



Participação na despesa total

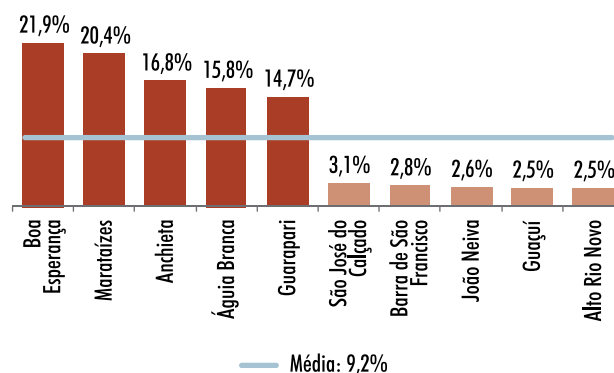
Em 2013, os investimentos responderam, em média, por 9,2% da despesa total municipal, o menor patamar desde 2001.

Participação dos investimentos na despesa total



As maiores participações dos investimentos na despesa total foram verificadas em Boa Esperança (21,9%), Marataízes (20,4%), Anchieta (16,8%), Águia Branca (15,8%) e Guarapari (14,7%). Em contrapartida, Alto Rio Novo, Guaçuí (2,5% cada um), João Neiva (2,6%), Barra de São Francisco (2,8%) e São José do Calçado (3,1%) foram os municípios que destinaram as menores parcelas da despesa aos investimentos.

As cinco maiores e menores participações dos investimentos na despesa total - 2013



Recursos próprios X receitas de capital

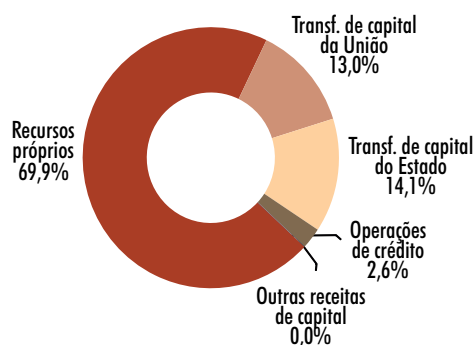
Os investimentos públicos municipais são financiados por recursos próprios, pelas transferências de capital federais e estaduais, pelas operações de crédito e por outras fontes de menor relevância. O conceito de investimentos com recursos próprios, utilizado por **Finanças dos Municípios**

Capixabas, equivale ao total da despesa com investimento (que inclui as inversões financeiras) subtraído o valor das receitas de capital. Dessa forma, é possível avaliar qual parcela das receitas correntes municipais foi utilizada para investimentos, sem contar com as operações de crédito e as transferências de capital recebidas do Estado ou da União.

Em 2013, o conjunto dos municípios capixabas destinou R\$ 541,6 milhões de recursos próprios para financiar investimentos, o que representou 69,9% do total gasto. Outros R\$ 210,1 milhões (27,1% do total) provieram de transferências de capital, dos quais R\$ 109 milhões (14,1% do total) do Governo do Estado do Espírito Santo e R\$ 100,5 milhões (13% do total) foram repasses da União.

Apenas sete municípios receberam recursos oriundos de operações de crédito para financiar seus investimentos, os quais totalizaram R\$ 19,7 milhões (2,5% do total). Os maiores valores foram recebidos por Vitória (R\$ 7,9 milhões), Vila Velha (R\$ 5,3 milhões) e Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 2,9 milhões).

Origem dos recursos investidos - 2012



No Espírito Santo, as cidades com até 50 mil habitantes são as mais dependentes das transferências de capital dos demais níveis de governo para a realização de seus investimentos. Em 2013, esses recursos representaram, em média, 45,7% dos investimentos desse grupo. Desse

Recursos de operações de crédito e investimentos efetuados – 2013

Município	Operações de crédito (A)	Investimentos (B)	Part. das operações de crédito nos invest. (A/B)
	em R\$ mil		
Vitória	7.892,8	141.972,5	5,6%
Vila Velha	5.316,2	83.736,5	6,3%
Cachoeiro de Itapemirim	2.900,0	16.134,3	18,0%
Baixo Guandu	1.681,4	3.518,9	47,8%
Colatina	1.535,6	27.705,6	5,5%
Cariacica	352,0	40.867,1	0,9%
Pinheiros	0,1	4.919,4	0,0%
Subtotal	19.678,1	318.854,2	6,2%
Demais municípios	-	455.597,8	0,0%
Total	19.678,1	774.452,0	2,5%

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

cálculo, excluíram-se os municípios de Anchieta, Itapemirim e Marataízes devido ao grande volume de investimento, muito acima da média dos municípios com o mesmo perfil demográfico, e à grande participação dos recursos próprios nos investimentos, especialmente dos royalties e das participações especiais pela exploração do petróleo e gás natural, o que acabaria por distorcer a análise desse agregado populacional. Três municípios se destacaram pela alta participação das transferências de capital do Estado no total dos investimentos: Barra de São Francisco (99%), Apicá (91,5%) e Água Doce do Norte (91,2%). Em Alto Rio Novo as transferências de capital da União responderam por 83,5% dos investimentos.

Nos municípios com mais de 50 mil habitantes, exceto Vitória, a participação das transferências de capital nos investimentos foi de 27,2%. Entretanto, mesmo nesse grupo, algumas cidades apresentaram um alto grau de dependência dessas transferências para a realização de seus investimentos em 2013. No município de Cachoeiro de Itapemirim, 43,7% dos investimentos foram financiados com recursos próprios, 32,6% com recursos da União e 5,6% com transferências do governo estadual. Em Colatina, os recursos próprios responderam por 56,9%, as transferências da União por 23,2%, e as do Estado por 14,4%, enquanto que em São Mateus as participações foram de 58,1%, 26,2% e 15,2%, respectivamente.

Composição dos investimentos municipais, por porte populacional - 2013

Faixa populacional e capital	Investimento total ¹ (A)	Invest. com recursos próprios ¹ (B)	B / A	Invest. com receita de capital ¹ (C)	C / A	Invest. com transferência de capital ¹ (D)	D / A	Invest. com transferência de capital da União ¹ (E)	E / A	Invest. com transferência de capital do Estado ¹ (F)	F / A
	em R\$ milhões			em R\$ milhões		em R\$ milhões		em R\$ milhões		em R\$ milhões	
Até 50 mil habitantes ²	215.217,4	112.640,4	52,3%	102.577,0	47,7%	98.430,0	45,7%	53.931,0	25,1%	44.880,3	20,9%
Anchieta	43.528,2	43.317,9	99,5%	210,4	0,5%	210,4	0,5%	110,4	0,3%	100,0	0,2%
Itapemirim	23.197,9	21.577,6	93,0%	1.620,3	7,0%	1.620,3	7,0%	1.620,3	7,0%	0,0	0,0%
Marataízes	22.091,0	21.531,5	97,5%	559,6	2,5%	559,6	2,5%	559,6	2,5%	0,0	0,0%
Acima de 50 mil hab. ³	328.445,0	228.762,9	69,7%	99.682,1	30,3%	89.431,2	27,2%	37.657,7	11,5%	51.758,9	15,8%
Vitória	141.972,5	113.791,9	80,2%	28.180,6	19,8%	19.897,4	14,0%	6.587,4	4,6%	12.288,7	8,7%
Total	774.452,0	541.622,1	69,9%	232.829,9	30,1%	210.148,9	27,1%	100.466,4	13,0%	109.027,9	14,1%

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Notas: ¹valores em mil reais; ²exceto Anchieta, Itapemirim e Marataízes; ³exceto Vitória.

Evolução dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2008-2013

Origem do recurso	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013						em %
Recursos próprios	1.059.173,5	675.756,2	765.540,7	1.001.863,4	1.150.619,2	541.622,1	-52,9
Receita de capital	329.583,1	319.872,9	425.636,1	348.325,7	487.171,4	232.829,9	-52,2
Transferências de capital	272.875,7	223.262,6	340.104,9	291.370,8	384.211,0	210.148,9	-45,3
Transferências da União	136.265,1	118.374,6	111.339,2	116.689,3	176.877,3	100.466,4	-43,2
Transferências do Estado	135.996,9	104.318,9	219.644,2	172.576,5	203.013,0	109.027,9	-46,3
Outras transf. de capital	613,6	569,1	9.121,4	2.105,1	4.320,8	654,6	-84,8
Operações de crédito	42.772,4	82.430,5	72.985,5	45.536,1	95.081,7	20.388,4	-78,6
Outras receitas de capital ¹	13.935,0	14.179,8	12.545,7	11.418,8	7.878,7	2.292,6	-70,9
Investimento total	1.388.756,6	995.629,1	1.191.176,7	1.350.189,1	1.637.790,6	774.452,0	-52,7

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹Inclui alienação de bens e outras receitas de capital.

Composição dos recursos destinados aos investimentos municipais - 2008-2013

Origem do recurso	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	em %					
Recursos próprios	76,3	67,9	64,3	74,2	70,3	69,9
Receita de capital	23,7	32,1	35,7	25,8	29,7	30,1
Transferências de capital	19,6	22,4	28,6	21,6	23,5	27,1
Transferências da União	9,8	11,9	9,3	8,6	10,8	13,0
Transferências do Estado	9,8	10,5	18,4	12,8	12,4	14,1
Outras transferências de capital	0,0	0,1	0,8	0,2	0,3	0,1
Operações de crédito	3,1	8,3	6,1	3,4	5,8	2,6
Outras receitas de capital ¹	1,0	1,4	1,1	0,8	0,5	0,3
Investimento total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹Inclui alienação de bens e outras receitas de capital.

Despesa com investimentos¹ - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	Participação 2013		Despesa invest. ¹ per capita 2013 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013							no total da desp. com invest. ¹	na despesa total ²	
								em %		
Afonso Cláudio	6.263,4	3.728,3	10.017,9	16.934,5	6.850,8	7.882,7	15,1	1,0	11,7	242,16
Água Doce do Norte	2.844,2	2.977,5	6.183,2	5.776,8	4.266,5	3.051,3	-28,5	0,4	10,2	250,85
Água Branca	6.197,8	2.329,1	5.575,2	4.345,4	5.121,0	4.192,4	-18,1	0,5	15,8	417,36
Alegre	7.451,8	4.075,8	6.441,4	9.527,8	7.311,4	...	..	...	...	...
Alfredo Chaves	6.707,5	7.770,2	4.180,7	5.733,3	5.043,7	5.446,7	8,0	0,7	13,6	366,56
Alto Rio Novo	2.036,9	2.394,8	1.858,2	3.343,6	3.308,8	443,0	-86,6	0,1	2,5	56,50
Anchieta	33.182,9	20.168,5	24.034,2	64.019,7	106.969,5	43.528,2	-59,3	5,6	16,8	1.632,84
Apiacá	3.217,3	1.544,5	592,5	1.189,1	4.200,0	1.166,8	-72,2	0,2	5,6	147,40
Aracruz	45.307,7	21.983,4	16.636,1	21.387,6	28.262,4	10.007,5	-64,6	1,3	3,5	109,30
Atílio Vivácqua	3.220,6	4.346,9	3.990,2	4.173,8	7.832,5	3.691,7	-52,9	0,5	13,6	339,88
Baixo Guandu	7.138,4	4.784,6	5.043,7	4.205,0	8.921,3	3.518,9	-60,6	0,5	5,9	113,05
Barra de São Francisco	4.232,6	4.143,1	4.182,6	6.052,2	6.420,1	2.249,1	-65,0	0,3	2,8	51,25
Boa Esperança	4.030,7	5.120,7	4.848,0	7.704,9	10.354,9	8.627,0	-16,7	1,1	21,9	568,72
Bom Jesus do Norte	3.932,5	2.194,4	3.048,8	3.898,0	3.254,9	2.557,5	-21,4	0,3	12,5	253,34
Brejetuba	4.602,9	1.922,7	7.378,8	4.260,9	7.287,9	1.809,6	-75,2	0,2	6,5	142,84
Cachoeiro de Itapemirim	34.448,0	9.744,3	23.164,2	34.953,4	49.317,4	16.134,3	-67,3	2,1	5,6	78,62
Cariacica	70.851,2	64.985,8	61.395,0	74.702,3	87.308,2	40.867,1	-53,2	5,3	9,2	108,70
Castelo	12.475,0	10.093,0	10.741,7	8.527,6	10.363,1	5.562,2	-46,3	0,7	7,6	149,00
Colatina	21.601,8	20.598,6	23.378,7	22.124,3	25.965,2	27.705,6	6,7	3,6	10,8	229,59
Conceição da Barra	4.446,1	4.182,9	12.209,0	10.350,5	10.343,9	7.201,1	-30,4	0,9	10,7	234,88
Conceição do Castelo	5.127,1	3.417,3	8.888,8	6.550,1	6.154,5	2.664,1	-56,7	0,3	9,5	211,79
Divino de São Lourenço	926,0	589,5	1.485,6	1.412,9	2.559,7	695,8	-72,8	0,1	4,6	148,42
Domingos Martins	10.168,0	11.349,7	10.169,0	10.670,5	10.799,8	8.733,1	-19,1	1,1	10,9	256,41
Dores do Rio Preto	2.153,1	1.397,2	2.192,7	1.302,3	2.184,9	1.144,5	-47,6	0,1	7,1	167,65
Ecoporanga	6.661,1	3.494,8	6.630,3	5.361,3	10.941,4	1.558,0	-85,8	0,2	3,1	64,04
Fundão	4.389,1	1.334,7	1.110,6	1.276,1	5.915,3	1.642,9	-72,2	0,2	3,3	85,67
Governador Lindenberg	7.601,5	4.043,0	5.470,3	5.772,2	9.552,7	2.495,8	-73,9	0,3	10,0	208,80
Guaçuí	6.679,1	7.490,6	9.331,9	9.978,3	6.561,5	1.488,2	-77,3	0,2	2,5	49,37
Guarapari	13.793,7	20.945,1	43.792,7	39.578,1	46.190,2	26.685,7	-42,2	3,4	14,7	229,50
Ibatiba	4.250,9	2.572,0	7.217,0	7.009,3	6.878,2	2.516,2	-63,4	0,3	6,2	102,39
Ibiraçu	5.915,8	3.558,7	3.745,5	3.228,7	8.118,5	2.644,6	-67,4	0,3	9,4	218,13
Ibitirama	6.663,1	1.069,3	2.260,7	3.757,9	2.844,7	2.835,4	-0,3	0,4	11,0	301,64
Iconha	6.224,1	1.869,1	3.301,9	5.468,2	5.295,2	4.284,2	-19,1	0,6	12,9	316,22
Irupi	2.414,5	1.145,4	1.315,6	3.517,0	2.139,5	1.717,2	-19,7	0,2	5,7	134,17
Itaguaçu	5.815,4	2.303,6	7.540,5	2.882,9	6.095,8	4.561,6	-25,2	0,6	13,1	307,31
Itapemirim	20.315,1	11.397,3	12.717,7	39.609,7	137.989,5	23.197,9	-83,2	3,0	12,5	690,21
Itarana	6.510,3	2.117,7	2.471,2	2.402,1	6.788,7	2.699,2	-60,2	0,3	10,8	237,84
Iúna	4.767,6	4.088,6	8.679,6	8.854,3	5.827,1	3.917,4	-32,8	0,5	7,6	133,89
Jaguaré	4.724,4	6.944,2	2.962,9	4.308,8	15.106,2	4.420,2	-70,7	0,6	5,9	160,16
Jerônimo Monteiro	3.219,8	1.189,8	3.374,3	1.862,0	5.812,8	2.777,8	-52,2	0,4	10,4	237,27
João Neiva	6.571,1	3.013,5	2.866,7	2.001,8	2.349,6	937,0	-60,1	0,1	2,6	55,54
Laranja da Terra	5.133,7	3.504,5	2.888,6	7.039,6	5.968,1	3.060,7	-48,7	0,4	11,6	268,06
Linhares	77.689,8	43.951,5	53.935,2	67.225,5	107.797,5	20.299,2	-81,2	2,6	4,9	128,63
Mantenópolis	1.966,2	1.878,8	3.881,6	4.184,4	5.133,1	2.248,3	-56,2	0,3	7,1	151,83
Maratão	14.546,8	3.821,5	13.762,3	21.614,1	31.914,5	22.091,0	-30,8	2,9	20,4	594,80
Marechal Floriano	5.111,1	3.018,9	3.222,9	6.078,2	4.698,4	2.510,0	-46,6	0,3	6,9	159,98
Mariilândia	2.453,7	1.091,6	3.893,2	3.155,0	5.415,4	2.703,9	-50,1	0,3	10,0	223,61
Mimoso do Sul	4.794,0	2.349,0	2.867,0	4.309,2	4.107,2	3.609,8	-12,1	0,5	7,0	132,18
Montanha	10.319,5	5.010,8	4.541,5	5.741,3	5.310,8	4.049,8	-23,7	0,5	9,6	212,60
Mucurici	4.698,2	2.405,3	5.119,2	5.322,7	7.043,3	2.699,0	-61,7	0,3	12,2	456,75
Muniz Freire	4.442,7	3.541,9	4.344,9	6.045,1	1.851,1	2.685,5	45,1	0,3	5,4	140,74
Muqui	6.157,3	1.826,0	796,3	2.782,9	7.281,6	1.905,1	-73,8	0,2	6,8	123,41
Nova Venécia	10.768,7	8.611,2	7.079,2	11.219,6	8.464,6	4.980,6	-41,2	0,6	5,6	100,49
Pancas	4.646,5	3.412,7	5.341,1	8.806,8	6.656,2	2.875,7	-56,8	0,4	7,5	124,35
Pedro Canário	3.671,2	3.352,2	8.864,6	5.721,2	5.599,3	5.379,6	-3,9	0,7	12,0	209,32
Pinheiros	20.863,3	4.798,1	3.599,4	7.255,5	4.827,0	4.919,4	1,9	0,6	8,7	189,04
Piúma	4.486,6	4.193,3	5.732,0	8.613,2	7.872,5	3.209,4	-59,2	0,4	5,5	159,81
Ponto Belo	4.074,3	2.575,9	3.808,4	4.548,2	5.868,9	...	..	...	...	...
Presidente Kennedy	29.368,3	9.224,4	36.808,1	29.682,1	1.853,3	5.669,5	205,9	0,7	5,4	509,38
Rio Bananal	8.577,2	5.206,0	6.267,9	7.542,5	7.769,8	2.662,4	-65,7	0,3	5,4	140,93
Rio Novo do Sul	2.294,5	2.537,9	2.965,0	3.338,4	2.569,6	...	..	...	...	...
Santa Leopoldina	5.822,4	4.280,8	2.701,3	2.965,3	2.861,0	1.962,9	-31,4	0,3	6,6	152,38
Santa Maria de Jetibá	11.607,6	5.655,4	8.051,4	6.695,9	9.512,2	6.234,0	-34,5	0,8	8,2	165,27
Santa Teresa	10.111,9	7.140,4	5.595,5	6.405,2	7.371,3	2.045,4	-72,3	0,3	3,8	87,29
São Domingos do Norte	5.846,5	2.070,4	2.798,9	4.295,7	4.144,1	1.362,0	-67,1	0,2	6,4	158,46
São Gabriel da Palha	13.705,2	5.701,2	15.545,3	10.061,2	14.626,7	4.855,7	-66,8	0,6	8,4	137,82
São José do Calçado	3.852,5	3.505,6	2.606,3	2.040,7	2.885,2	822,8	-71,5	0,1	3,1	74,89
São Mateus	17.439,6	9.025,1	15.213,6	28.925,6	25.104,1	29.143,4	16,1	3,8	11,7	241,40
São Roque do Canaã	4.158,5	4.021,1	5.914,3	6.260,4	5.493,7	2.867,0	-47,8	0,4	11,3	235,41
Serra	220.017,2	174.324,4	158.673,9	148.570,0	118.528,6	59.599,3	-49,7	7,7	7,1	127,53
Sooretama	3.938,6	4.199,9	4.426,2	5.220,7	6.294,0	5.764,2	-8,4	0,7	9,9	214,74
Vargem Alta	6.270,9	9.126,0	7.962,3	4.742,9	6.831,7	4.782,0	-30,0	0,6	9,7	230,52
Venda Nova do Imigrante	11.088,7	7.540,4	9.583,7	10.317,6	11.381,8	5.867,3	-48,5	0,8	12,0	256,52
Viana	25.186,3	16.595,2	9.229,9	10.604,7	18.484,9	14.266,5	-22,8	1,8	10,4	197,83
Vila Pavão	2.496,9	1.998,9	2.991,8	4.088,7	2.814,2	737,9	-73,8	0,1	3,2	79,59
Vila Valério	7.917,8	3.815,4	4.408,0	2.946,3	8.336,7	5.197,0	-37,7	0,7	14,6	355,62
Vila Velha	134.375,7	70.235,5	133.858,4	129.683,8	152.569,2	83.736,5	-45,1	10,8	12,4	182,64
Vitória	259.776,2	255.661,6	239.471,7	266.124,1	297.739,5	141.972,5	-52,3	18,3	10,0	407,65
TOTAL	1.388.756,6	995.629,1	1.191.176,7	1.350.189,1	1.637.790,6	774.452,0	-52,7	100,0	9,2	201,71

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹toda a despesa de capital exceto as amortizações com a dívida.

Investimentos¹

Posição	Município	Investimentos ¹ em R\$	População 2013
1º	Vitória	141.972.502,90	348.268
2º	Vila Velha	83.736.471,13	458.489
3º	Serra	59.599.259,98	467.318
4º	Anchieta	43.528.239,55	26.658
5º	Cariacica	40.867.061,66	375.974
6º	São Mateus	29.143.361,73	120.725
7º	Colatina	27.705.630,26	120.677
8º	Guarapari	26.685.741,16	116.278
9º	Itapemirim	23.197.887,60	33.610
10º	Marataizes	22.091.037,04	37.140
11º	Linhares	20.299.203,58	157.814
12º	Cachoeiro de Itapemirim	16.134.279,34	205.213
13º	Viana	14.266.504,35	72.115
14º	Aracruz	10.007.460,00	91.562
15º	Domingos Martins	8.733.121,98	34.059
16º	Boa Esperança	8.626.955,91	15.169
17º	Afonso Cláudio	7.882.690,43	32.551
18º	Conceição da Barra	7.201.121,63	30.659
19º	Santa Maria de Jetibá	6.234.001,78	37.720
20º	Venda Nova do Imigrante	5.867.313,95	22.873
21º	Sooretama	5.764.179,26	26.843
22º	Presidente Kennedy	5.669.451,64	11.130
23º	Castelo	5.562.172,29	37.331
24º	Alfredo Chaves	5.446.700,45	14.859
25º	Pedro Canário	5.379.627,53	25.700
26º	Vila Valério	5.197.002,72	14.614
27º	Nova Venécia	4.980.639,09	49.564
28º	Pinheiros	4.919.407,63	26.023
29º	São Gabriel da Palha	4.855.710,67	35.232
30º	Vargem Alta	4.782.004,63	20.744
31º	Itaguaçu	4.561.637,00	14.844
32º	Jaguaré	4.420.155,74	27.599
33º	Iconha	4.284.166,90	13.548
34º	Água Branca	4.192.407,18	10.045
35º	Montanha	4.049.825,24	19.049
36º	Iúna	3.917.433,73	29.258
37º	Atílio Vivácqua	3.691.723,47	10.862
38º	Mimoso do Sul	3.609.815,08	27.309
39º	Baixo Guandu	3.518.891,78	31.126
40º	Piúma	3.209.382,81	20.082
41º	Laranja da Terra	3.060.734,32	11.418
42º	Água Doce do Norte	3.051.285,77	12.164
43º	Pancas	2.875.678,32	23.125
44º	São Roque do Canaã	2.867.022,74	12.179
45º	Ibitirama	2.835.409,43	9.400
46º	Jerônimo Monteiro	2.777.768,80	11.707
47º	Marilândia	2.703.938,15	12.092
48º	Itarana	2.699.194,36	11.349
49º	Mucurici	2.698.952,61	5.909
50º	Muniz Freire	2.685.518,06	19.081
51º	Conceição do Castelo	2.664.051,07	12.579
52º	Rio Bananal	2.662.429,49	18.892
53º	Ibiraçu	2.644.588,62	12.124
54º	Bom Jesus do Norte	2.557.504,46	10.095
55º	Ibatiba	2.516.235,18	24.575
56º	Marechal Floriano	2.509.984,43	15.689
57º	Governador Lindenberg	2.495.781,50	11.953
58º	Barra de São Francisco	2.249.125,55	43.882
59º	Mantenópolis	2.248.332,07	14.808
60º	Santa Teresa	2.045.426,33	23.432
61º	Santa Leopoldina	1.962.852,12	12.881
62º	Muqui	1.905.145,01	15.438
63º	Brejetuba	1.809.588,03	12.669
64º	Irupi	1.717.152,93	12.798
65º	Fundão	1.642.875,69	19.177
66º	Ecoporanga	1.557.960,20	24.327
67º	Guaçuí	1.488.163,43	30.144
68º	São Domingos do Norte	1.361.989,02	8.595
69º	Apiacá	1.166.800,62	7.916
70º	Dores do Rio Preto	1.144.533,29	6.827
71º	João Neiva	936.981,57	16.869
72º	São José do Calçado	822.810,43	10.987
73º	Vila Pavão	737.927,83	9.272
74º	Divino de São Lourenço	695.784,63	4.688
75º	Alto Rio Novo	443.011,80	7.841
76º	Alegre	...	32.267
77º	Ponto Belo	...	7.590
78º	Rio Novo do Sul	...	11.993
TOTAL		774.452.046,41	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

Investimentos¹ per capita

Posição	Município	A / B	Investimentos ¹ (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Anchieta	1.632,84	43.528.239,55	26.658
2º	Itapemirim	690,21	23.197.887,60	33.610
3º	Marataizes	594,80	22.091.037,04	37.140
4º	Boa Esperança	568,72	8.626.955,91	15.169
5º	Presidente Kennedy	509,38	5.669.451,64	11.130
6º	Mucurici	456,75	2.698.952,61	5.909
7º	Água Branca	417,36	4.192.407,18	10.045
8º	Vitória	407,65	141.972.502,90	348.268
9º	Alfredo Chaves	366,56	5.446.700,45	14.859
10º	Vila Valério	355,62	5.197.002,72	14.614
11º	Atílio Vivácqua	339,88	3.691.723,47	10.862
12º	Iconha	316,22	4.284.166,90	13.548
13º	Itaguaçu	307,31	4.561.637,00	14.844
14º	Ibitirama	301,64	2.835.409,43	9.400
15º	Laranja da Terra	268,06	3.060.734,32	11.418
16º	Venda Nova do Imigrante	256,52	5.867.313,95	22.873
17º	Domingos Martins	256,41	8.733.121,98	34.059
18º	Bom Jesus do Norte	253,34	2.557.504,46	10.095
19º	Água Doce do Norte	250,85	3.051.285,77	12.164
20º	Afonso Cláudio	242,16	7.882.690,43	32.551
21º	São Mateus	241,40	29.143.361,73	120.725
22º	Itarana	237,84	2.699.194,36	11.349
23º	Jerônimo Monteiro	237,27	2.777.768,80	11.707
24º	São Roque do Canaã	235,41	2.867.022,74	12.179
25º	Conceição da Barra	234,88	7.201.121,63	30.659
26º	Vargem Alta	230,52	4.782.004,63	20.744
27º	Colatina	229,59	27.705.630,26	120.677
28º	Guarapari	229,50	26.685.741,16	116.278
29º	Marilândia	223,61	2.703.938,15	12.092
30º	Ibiraçu	218,13	2.644.588,62	12.124
31º	Sooretama	214,74	5.764.179,26	26.843
32º	Montanha	212,60	4.049.825,24	19.049
33º	Conceição do Castelo	211,79	2.664.051,07	12.579
34º	Pedro Canário	209,32	5.379.627,53	25.700
35º	Governador Lindenberg	208,80	2.495.781,50	11.953
36º	Viana	197,83	14.266.504,35	72.115
37º	Pinheiros	189,04	4.919.407,63	26.023
38º	Vila Velha	182,64	83.736.471,13	458.489
39º	Dores do Rio Preto	167,65	1.144.533,29	6.827
40º	Santa Maria de Jetibá	165,27	6.234.001,78	37.720
41º	Jaguaré	160,16	4.420.155,74	27.599
42º	Marechal Floriano	159,98	2.509.984,43	15.689
43º	Piúma	159,81	3.209.382,81	20.082
44º	São Domingos do Norte	158,46	1.361.989,02	8.595
45º	Santa Leopoldina	152,38	1.962.852,12	12.881
46º	Mantenópolis	151,83	2.248.332,07	14.808
47º	Castelo	149,00	5.562.172,29	37.331
48º	Divino de São Lourenço	148,42	695.784,63	4.688
49º	Apiacá	147,40	1.166.800,62	7.916
50º	Brejetuba	142,84	1.809.588,03	12.669
51º	Rio Bananal	140,93	2.662.429,49	18.892
52º	Muniz Freire	140,74	2.685.518,06	19.081
53º	São Gabriel da Palha	137,82	4.855.710,67	35.232
54º	Irupi	134,17	1.717.152,93	12.798
55º	Iúna	133,89	3.917.433,73	29.258
56º	Mimoso do Sul	132,18	3.609.815,08	27.309
57º	Linhares	128,63	20.299.203,58	157.814
58º	Serra	127,53	59.599.259,98	467.318
59º	Pancas	124,35	2.875.678,32	23.125
60º	Muqui	123,41	1.905.145,01	15.438
61º	Baixo Guandu	113,05	3.518.891,78	31.126
62º	Aracruz	109,30	10.007.460,00	91.562
63º	Cariacica	108,70	40.867.061,66	375.974
64º	Ibatiba	102,39	2.516.235,18	24.575
65º	Nova Venécia	100,49	4.980.639,09	49.564
66º	Santa Teresa	87,29	2.045.426,33	23.432
67º	Fundão	85,67	1.642.875,69	19.177
68º	Vila Pavão	79,59	737.927,83	9.272
69º	Cachoeiro de Itapemirim	78,62	16.134.279,34	205.213
70º	São José do Calçado	74,89	822.810,43	10.987
71º	Ecoporanga	64,04	1.557.960,20	24.327
72º	Alto Rio Novo	56,50	443.011,80	7.841
73º	João Neiva	55,54	936.981,57	16.869
74º	Barra de São Francisco	51,25	2.249.125,55	43.882
75º	Guaçuí	49,37	1.488.163,43	30.144
76º	Ponto Belo	...	...	7.590
77º	Alegre	...	...	32.267
78º	Rio Novo do Sul	...	...	11.993
TOTAL		201,71	774.452.046,41	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nota: ¹toda a despesa de capital, exceto as amortizações da dívida.

Baixo Guandu está pronto para te receber!

Serão mais de **3.000** pessoas capacitadas em 2014.

11º entre os melhores municípios do Espírito Santo para empreender.



Escola Móvel - Baixo Guandu



Cursos de capacitação



Excelente infraestrutura e logística

43% de aumento do empreendedorismo local.

Isenção fiscal de até **100%** no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (Sudene).

O município de Baixo Guandu, além de doação de terrenos, incentivos fiscais, excelente infraestrutura e logística, oferece mão de obra qualificada para potencializar ainda mais o desenvolvimento da sua empresa.

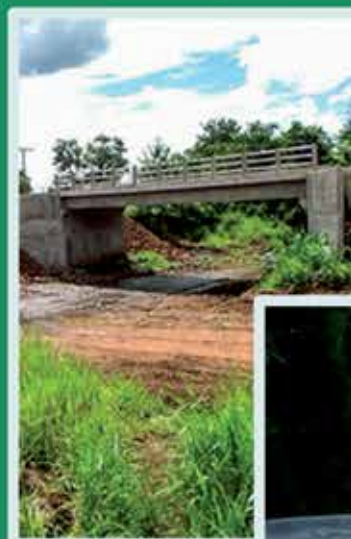
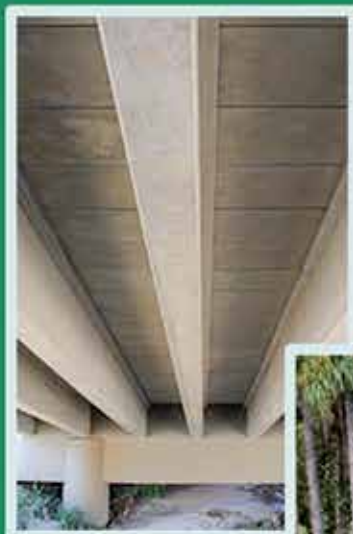
Venha fazer parte do nosso crescimento!

Secretaria de
Desenvolvimento
Econômico



www.pmbg.es.gov.br

Serviços de artes especiais de Engenharia



SANTA MARIA ENGENHARIA EIRELI

Rua Padre Antônio Ribeiro Pinto, 195
Ed. Guizzard Center Sala 908
Praia do Suá - Vitória - ES CEP 29.052-290
273227-6502 | 273014-6512
santamariaengenharia@hotmail.com

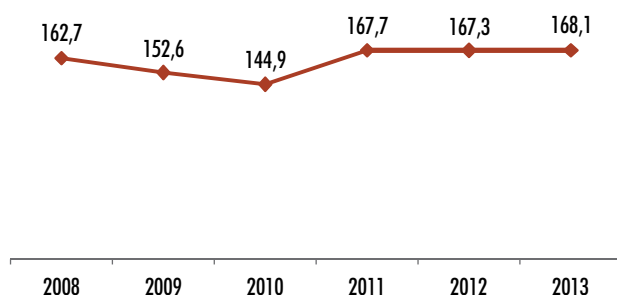
Encargos e amortizações da dívida

Desempenho

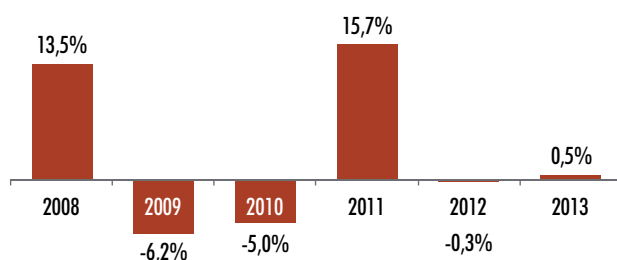
No ano de 2013, o gasto das prefeituras capixabas com o pagamento de juros, encargos e amortizações de suas dívidas chegou a R\$ 168,1 milhões, voltando a crescer após o leve recuo apresentado em 2012. O incremento de R\$ 792 mil frente ao ano anterior, em valores corrigidos pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2013, significou um crescimento real de apenas 0,5%. Como as variações nos dois últimos anos foram muito pequenas, pode-se dizer que esse item do gasto municipal manteve-se relativamente estável nesse período.

Evolução dos gastos com juros, encargos e amortizações da dívida

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Taxa de crescimento dos juros, encargos e amortizações da dívida em relação ao ano anterior

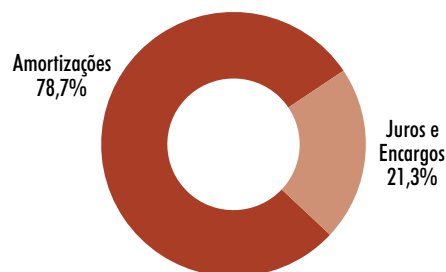


Entre os municípios que apresentaram crescimento destacam-se Vitória, Serra e Barra de São Francisco. Na capital, o crescimento de 32,2% foi resultado de uma despesa na ordem de R\$ 37,6 milhões, superando em R\$ 9,2 milhões o resultado de 2012. Contudo, boa parte desse incremento, 82,7% ou R\$ 7,6 milhões, ocorreu em decorrência do au-

mento das amortizações do montante principal da dívida, o que sinaliza para uma melhora no perfil do gasto e deverá refletir-se em menores despesas com o pagamento de juros e encargos a partir do próximo exercício fiscal.

Em Barra de São Francisco, a administração pública municipal gastou R\$ 3,4 milhões com a dívida, um aumento de R\$ 2,4 milhões, ou 236,2% comparado a 2012, sendo que, do total, a absoluta maioria, ou 92,4%, refere-se às amortizações do montante principal. No Município de Serra a expansão foi maior, de R\$ 3,5 milhões, resultado de um aumento expressivo de R\$ 4 milhões nas amortizações e uma redução de R\$ 493 mil no pagamento de juros e encargos ainda no exercício de 2013.

Composição da despesa com juros, encargos e amortizações da dívida - 2013

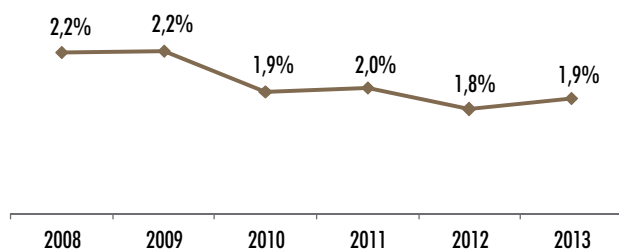


Participação orçamentária e concentração

De forma geral, o nível de comprometimento das receitas municipais com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública no Estado não é alto. Em 2013, foi utilizado o equivalente a 1,9% da receita corrente dos municípios para o pagamento dessas obrigações. Embora tenha aumentado em relação a 2012 (1,8%), é importante notar que esse percentual vem apresentando uma tendência de queda nos últimos anos, uma vez que já foi 3,4%, no ano de 1998, e 2,3%, no exercício de 2005. Esse movimento é uma consequência direta do crescimento relativamente maior da receita corrente na última década.

Segundo o inciso II, do artigo 7º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, "o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada,

Participação dos gastos com juros, encargos e amortizações da dívida na receita corrente

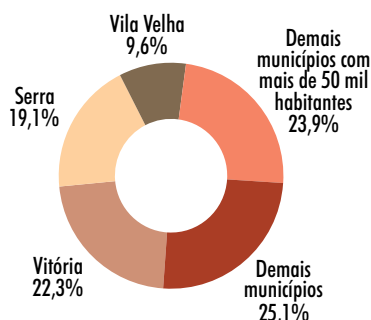


inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida”. Portanto, o baixo comprometimento da receita com dispêndios relativos à dívida é um indicador de que as prefeituras capixabas, de forma geral, possuem uma elevada capacidade de endividamento. Ou seja, em princípio elas têm potencial para assumirem novos financiamentos.

As localidades com maior porte populacional acabam por concentrar a despesa relativa à dívida pública por estarem mais inclinadas à tomada de empréstimos de longo prazo para fazer face aos investimentos necessários, uma vez que enfrentam demandas maiores e mais complexas por serviços públicos, especialmente na área de infraestrutura urbana e viária.

Não por acaso, as sete cidades mais populosas do Estado, Vila Velha, Serra, Cariacica, Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Colatina, concentram o equivalente a dois terços de todo o gasto com o item. Considerando apenas Vitória, Serra e Vila Velha, esse percentual supera a metade do gasto estadual, sendo responsável por 51%.

Participação dos municípios no total das despesas com juros, encargos e amortizações da dívida - 2013

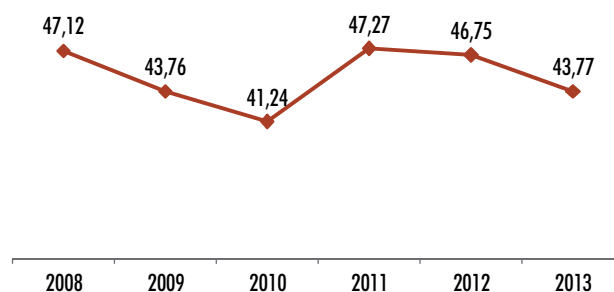


Gasto per capita

O gasto per capita das prefeituras capixabas com despesas relativas à dívida pública municipal caiu no exercício de 2013. O dispêndio equivalente a R\$ 43,77 por habitante ficou 6,4% abaixo do apresentado em 2012, quando essa despesa foi de R\$ 46,75, mostrando que o crescimento da população se deu numa velocidade maior que o do gasto com esse item.

Evolução dos gastos com juros, encargos e amortizações da dívida per capita

em R\$ - IPCA médio de 2013



Relativamente ao porte populacional, o município de Itapemirim lidera isoladamente o ranking de maior despesa com a dívida. O município localizado no litoral sul capixaba empenhou o equivalente a R\$ 141,33 por habitante em 2013, valor que supera em muito os R\$ 107,84 da capital Vitória, segunda colocada nesse quesito.

Saiba mais sobre os juros, encargos e as amortizações da dívida

Os juros, encargos e as amortizações da dívida são despesas geradas pela dívida consolidada, ou seja, dívidas cujos vencimentos para sua liquidação ultrapassam um ano. São passivos de longo prazo, chamados também de dívida fundada. Sobre essa dívida são realizados, periodicamente, pagamentos de juros e encargos, que são classificados como despesas correntes, e as amortizações, que são despesas de capital.

A principal dívida fundada dos municípios brasileiros são débitos previdenciários junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Algumas cidades possuem dívidas relativas às operações de crédito contratadas em instituições financeiras de fomento para a realização de investimentos de maior porte.

Despesa com encargos e amortizações da dívida - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	Participação 2013		Desp. encargos e amort. per capita 2013 em R\$
								no total da desp. com encargos e amort.	na receita corrente¹	
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013							em %		
Afonso Cláudio	1.284,0	311,2	689,3	408,9	265,9	951,2	257,7	0,6	1,5	29,22
Água Doce do Norte	443,0	367,3	281,4	401,3	453,4	483,9	6,7	0,3	1,8	39,78
Águia Branca	324,1	225,6	259,8	314,5	362,2	424,9	17,3	0,3	1,7	42,30
Alegre	1.252,3	1.345,2	1.407,1	1.539,3	1.195,9	...	..	...	...	...
Alfredo Chaves	973,1	814,6	944,3	1.052,8	1.025,4	1.066,0	4,0	0,6	2,9	71,74
Alto Rio Novo	512,6	248,8	481,3	596,2	608,5	311,0	-48,9	0,2	1,6	39,66
Anchieta	2.291,0	1.955,6	3.336,7	4.110,2	1.841,8	2.849,8	54,7	1,7	0,9	106,90
Apiacá	264,7	247,0	269,5	283,0	235,9	184,9	-21,6	0,1	0,9	23,36
Aracruz	8.101,4	8.955,5	5.932,6	8.414,4	8.188,5	6.495,0	-20,7	3,9	2,2	70,94
Atílio Vivácqua	277,0	180,4	448,0	460,2	248,3	197,8	-20,3	0,1	0,7	18,21
Baixo Guandu	741,0	831,5	839,1	1.642,9	1.624,2	1.006,7	-38,0	0,6	1,6	32,34
Barra de São Francisco	2.425,6	1.956,7	536,7	122,5	1.009,9	3.395,6	236,2	2,0	4,1	77,38
Boa Esperança	1.095,8	806,7	571,8	680,9	662,7	746,2	12,6	0,4	2,1	49,19
Bom Jesus do Norte	584,5	407,4	232,6	254,2	201,5	101,9	-49,4	0,1	0,5	10,09
Brejetuba	379,2	273,2	319,9	344,5	68,4	170,0	148,5	0,1	0,6	13,42
Cachoeiro de Itapemirim	10.511,9	9.481,3	6.655,8	9.164,3	8.582,8	9.971,3	16,2	5,9	3,2	48,59
Cariacica	11.416,3	11.191,6	10.643,9	10.680,4	9.031,2	7.500,5	-16,9	4,5	1,5	19,95
Castelo	124,2	159,3	303,7	569,3	520,6	91,2	-82,5	0,1	0,1	2,44
Colatina	4.311,3	4.049,2	7.432,0	9.171,0	5.980,9	4.176,2	-30,2	2,5	1,8	34,61
Conceição da Barra	1.486,1	1.052,5	848,9	1.303,0	2.596,7	1.806,8	-30,4	1,1	2,5	58,93
Conceição do Castelo	421,4	306,9	478,4	421,7	351,8	527,1	49,8	0,3	1,7	41,91
Divino de São Lourenço	259,5	249,9	179,6	0,9	-	-	..	-	-	-
Domingos Martins	1.229,3	1.109,6	1.203,7	775,3	907,2	938,1	3,4	0,6	1,1	27,54
Dores do Rio Preto	174,5	159,7	286,9	356,3	398,4	397,8	-0,2	0,2	2,1	58,27
Ecoporanga	768,1	777,2	948,2	1.301,0	1.192,3	463,2	-61,1	0,3	0,9	19,04
Fundão	933,0	734,8	815,6	1.498,1	2.244,1	688,0	-69,3	0,4	1,3	35,88
Governador Lindenberg	22,5	23,7	24,2	24,6	20,7	-	-100,0	-	-	-
Guaçu	721,4	750,3	328,3	671,7	1.762,9	1.998,6	13,4	1,2	3,3	66,30
Guarapari	3.736,1	2.431,4	2.286,3	3.475,2	3.303,4	3.287,4	-0,5	2,0	1,5	28,27
Ibatiba	927,9	831,1	811,8	944,1	1.243,7	920,4	-26,0	0,5	2,1	37,45
Ibiraçu	710,2	633,2	582,0	644,5	544,9	466,0	-14,5	0,3	1,7	38,43
Ibitirama	159,5	145,1	143,5	183,9	194,5	135,5	-30,3	0,1	0,6	14,41
Iconha	1.101,8	1.027,9	601,7	750,3	1.116,2	1.022,0	-8,4	0,6	3,1	75,44
Irupi	611,9	493,4	360,9	340,9	398,3	394,1	-1,1	0,2	1,4	30,79
Itaguaçu	488,5	384,0	393,7	432,9	471,4	505,8	7,3	0,3	1,5	34,07
Itapemirim	1.561,1	1.670,8	1.531,9	1.811,4	5.688,3	4.750,2	-16,5	2,8	1,7	141,33
Itarana	80,3	83,3	84,3	13,7	-	17,8	..	0,0	0,1	1,57
Iúna	1.197,4	544,3	724,4	659,3	653,8	272,0	-58,4	0,2	0,5	9,30
Jaguaré	428,1	315,0	1.105,7	864,1	74,8	47,7	-36,3	0,0	0,1	1,73
Jerônimo Monteiro	513,3	509,1	461,3	561,2	389,7	124,1	-68,2	0,1	0,5	10,60
João Neiva	702,4	465,2	311,4	192,6	16,0	178,5	1.015,5	0,1	0,5	10,58
Laranja da Terra	1.154,6	645,9	296,0	307,8	342,0	274,5	-19,7	0,2	1,1	24,04
Linhares	5.342,3	6.341,7	5.313,9	5.972,2	6.074,7	4.832,0	-20,5	2,9	1,0	30,62
Mantenópolis	365,5	485,7	469,7	799,0	896,1	707,6	-21,0	0,4	2,2	47,78
Marataizes	1.055,5	855,5	1.087,2	983,1	52,8	202,9	284,6	0,1	0,1	5,46
Marechal Floriano	413,1	471,5	386,5	401,3	78,1	116,3	49,0	0,1	0,3	7,42
Mariândia	171,0	145,6	76,8	138,5	121,0	211,0	74,4	0,1	0,8	17,45
Mimoso do Sul	1.226,7	530,9	1.087,2	1.067,3	1.751,2	900,8	-48,6	0,5	1,8	32,99
Montanha	742,4	574,3	523,9	635,7	426,1	-	-100,0	-	-	-
Mucurici	447,7	359,8	194,4	231,0	346,6	160,4	-53,7	0,1	0,7	27,15
Muniz Freire	613,0	595,1	709,9	76,4	404,3	579,2	43,3	0,3	1,3	30,36
Muqui	1.820,8	1.304,1	521,6	773,5	655,6	564,9	-13,8	0,3	1,9	36,59
Nova Venécia	1.397,0	1.037,8	1.482,3	1.320,7	1.121,5	770,7	-31,3	0,5	0,8	15,55
Pancas	719,7	760,0	960,8	528,5	503,5	551,5	9,5	0,3	1,3	23,85
Pedro Canário	1.357,2	1.027,8	826,3	849,7	844,5	774,1	-8,3	0,5	1,7	30,12
Pinheiros	991,0	699,6	529,4	651,3	2.003,6	1.497,6	-25,3	0,9	2,6	57,55
Plúmia	1.148,4	1.549,2	1.475,7	1.689,6	462,4	269,4	-41,7	0,2	0,5	13,42
Ponto Belo	435,3	420,0	20,0	18,3	339,8	-	-100,0	-	-	-
Presidente Kennedy	279,1	271,1	217,4	247,2	231,3	246,6	6,6	0,1	0,1	22,16
Rio Bananal	892,0	648,9	371,0	439,0	298,1	885,9	197,2	0,5	1,8	46,89
Rio Novo do Sul	299,3	240,4	203,5	237,4	162,3	...	...	...	...	...
Santa Leopoldina	646,2	690,7	744,7	672,4	635,2	664,3	4,6	0,4	2,3	51,57
Santa Maria de Jetibá	1.267,8	1.342,2	1.290,3	1.406,0	610,3	258,6	-57,6	0,2	0,3	6,86
Santa Teresa	843,6	815,5	857,4	562,0	535,3	453,3	-15,3	0,3	0,8	19,35
São Domingos do Norte	299,6	246,5	16,9	88,7	147,6	218,9	48,3	0,1	1,0	25,47
São Gabriel da Palha	417,4	354,3	806,8	1.046,0	572,3	111,3	-80,6	0,1	0,2	3,16
São José do Calçado	412,4	266,4	301,8	340,5	287,9	428,9	49,0	0,3	1,5	39,04
São Mateus	3.005,2	2.609,5	3.131,8	2.768,2	3.169,4	1.993,8	-37,1	1,2	0,8	16,51
São Roque do Canaã	247,0	238,1	171,2	-	-	282,2	..	0,2	1,1	23,17
Serra	21.401,8	21.426,7	17.312,7	29.235,3	28.567,5	32.045,0	12,2	19,1	3,8	68,57
Sooretama	323,7	606,3	269,8	258,2	341,6	300,4	-12,1	0,2	0,6	11,19
Vargem Alta	1.017,4	759,5	790,2	1.066,9	1.172,6	873,5	-25,5	0,5	1,8	42,11
Venda Nova do Imigrante	101,1	140,9	144,2	175,6	286,6	234,9	-18,0	0,1	0,5	10,27
Viana	2.302,3	2.788,4	1.779,4	2.148,0	2.222,9	1.929,5	-13,2	1,1	1,4	26,76
Vila Pavão	806,3	560,5	277,9	239,8	229,5	228,5	-0,4	0,1	1,0	24,65
Vila Valério	403,0	307,1	378,2	336,5	512,0	165,1	-67,7	0,1	0,5	11,30
Vila Velha	14.540,7	16.733,5	20.245,0	19.754,4	16.776,5	16.132,4	-3,8	9,6	2,3	35,19
Vitória	28.268,9	25.249,4	23.574,7	22.782,3	28.404,4	37.555,9	32,2	22,3	2,8	107,84
TOTAL	162.723,1	152.606,6	144.944,5	167.686,1	167.264,0	168.055,9	0,5	100,0	1,9	43,77

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Despesas com encargos e amortizações da dívida

Posição	Município	Encargos e amort. da dívida em R\$	População 2013
1º	Vitória	37.555.916,58	348.268
2º	Serra	32.045.004,62	467.318
3º	Vila Velha	16.132.384,02	458.489
4º	Cachoeiro de Itapemirim	9.971.292,32	205.213
5º	Cariacica	7.500.502,44	375.974
6º	Aracruz	6.494.994,00	91.562
7º	Linhares	4.832.016,55	157.814
8º	Itapemirim	4.750.229,87	33.610
9º	Colatina	4.176.227,66	120.677
10º	Barra de São Francisco	3.395.602,13	43.882
11º	Guarapari	3.287.363,22	116.278
12º	Anchieta	2.849.797,04	26.658
13º	Guaçuí	1.998.580,62	30.144
14º	São Mateus	1.993.759,06	120.725
15º	Viana	1.929.534,02	72.115
16º	Conceição da Barra	1.806.784,50	30.659
17º	Pinheiros	1.497.588,03	26.023
18º	Alfredo Chaves	1.066.003,00	14.859
19º	Iconha	1.022.032,11	13.548
20º	Baixo Guandu	1.006.736,59	31.126
21º	Afonso Cláudio	951.193,75	32.551
22º	Domingos Martins	938.087,97	34.059
23º	Ibatiba	920.352,84	24.575
24º	Mimoso do Sul	900.804,61	27.309
25º	Rio Bananal	885.870,00	18.892
26º	Vargem Alta	873.477,32	20.744
27º	Pedro Canário	774.102,33	25.700
28º	Nova Venécia	770.678,39	49.564
29º	Boa Esperança	746.192,40	15.169
30º	Mantenópolis	707.587,25	14.808
31º	Fundão	687.997,44	19.177
32º	Santa Leopoldina	664.299,54	12.881
33º	Muniz Freire	579.220,65	19.081
34º	Muqui	564.917,93	15.438
35º	Pancas	551.539,37	23.125
36º	Conceição do Castelo	527.142,07	12.579
37º	Itaguaçu	505.766,33	14.844
38º	Água Doce do Norte	483.907,20	12.164
39º	Ibiraçu	465.966,68	12.124
40º	Ecoporanga	463.241,79	24.327
41º	Santa Teresa	453.316,12	23.432
42º	São José do Calçado	428.907,63	10.987
43º	Água Branca	424.930,27	10.045
44º	Dores do Rio Preto	397.788,59	6.827
45º	Irupi	394.059,12	12.798
46º	Alto Rio Novo	310.957,84	7.841
47º	Sooretama	300.421,46	26.843
48º	São Roque do Canaã	282.201,36	12.179
49º	Laranja da Terra	274.481,54	11.418
50º	Iúna	272.004,86	29.258
51º	Piúma	269.419,33	20.082
52º	Santa Maria de Jetibá	258.639,71	37.720
53º	Presidente Kennedy	246.587,76	11.130
54º	Venda Nova do Imigrante	234.945,81	22.873
55º	Vila Pavão	228.536,65	9.272
56º	São Domingos do Norte	218.931,23	8.595
57º	Mariândia	210.973,60	12.092
58º	Marataizes	202.901,52	37.140
59º	Atílio Vivácqua	197.770,34	10.862
60º	Apicá	184.940,67	7.916
61º	João Neiva	178.467,00	16.869
62º	Brejetuba	169.959,57	12.669
63º	Vila Valério	165.145,86	14.614
64º	Mucurici	160.449,72	5.909
65º	Ibitirama	135.497,79	9.400
66º	Jerônimo Monteiro	124.111,65	11.707
67º	Marechal Floriano	116.339,21	15.689
68º	São Gabriel da Palha	111.270,08	35.232
69º	Bom Jesus do Norte	101.891,39	10.095
70º	Castelo	91.153,83	37.331
71º	Jaguaré	47.652,34	27.599
72º	Itarana	17.817,88	11.349
73º	Montanha	-	19.049
74º	Governador Lindenberg	-	11.953
75º	Divino de São Lourenço	-	4.688
76º	Alegre	...	32.267
77º	Rio Novo do Sul	...	11.993
78º	Ponto Belo	...	7.590
TOTAL		168.055.856,30	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesas com encargos e amortizações da dívida per capita

Posição	Município	A / B	Encargos e amort. da dívida (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Itapemirim	141,33	4.750.229,87	33.610
2º	Vitória	107,84	37.555.916,58	348.268
3º	Anchieta	106,90	2.849.797,04	26.658
4º	Barra de São Francisco	77,38	3.395.602,13	43.882
5º	Iconha	75,44	1.022.032,11	13.548
6º	Alfredo Chaves	71,74	1.066.003,00	14.859
7º	Aracruz	70,94	6.494.994,00	91.562
8º	Serra	68,57	32.045.004,62	467.318
9º	Guaçuí	66,30	1.998.580,62	30.144
10º	Conceição da Barra	58,93	1.806.784,50	30.659
11º	Dores do Rio Preto	58,27	397.788,59	6.827
12º	Pinheiros	57,55	1.497.588,03	26.023
13º	Santa Leopoldina	51,57	664.299,54	12.881
14º	Boa Esperança	49,19	746.192,40	15.169
15º	Cachoeiro de Itapemirim	48,59	9.971.292,32	205.213
16º	Mantenópolis	47,78	707.587,25	14.808
17º	Rio Bananal	46,89	885.870,00	18.892
18º	Água Branca	42,30	424.930,27	10.045
19º	Vargem Alta	42,11	873.477,32	20.744
20º	Conceição do Castelo	41,91	527.142,07	12.579
21º	Água Doce do Norte	39,78	483.907,20	12.164
22º	Alto Rio Novo	39,66	310.957,84	7.841
23º	São José do Calçado	39,04	428.907,63	10.987
24º	Ibiraçu	38,43	465.966,68	12.124
25º	Ibatiba	37,45	920.352,84	24.575
26º	Muqui	36,59	564.917,93	15.438
27º	Fundão	35,88	687.997,44	19.177
28º	Vila Velha	35,19	16.132.384,02	458.489
29º	Colatina	34,61	4.176.227,66	120.677
30º	Itaguaçu	34,07	505.766,33	14.844
31º	Mimoso do Sul	32,99	900.804,61	27.309
32º	Baixo Guandu	32,34	1.006.736,59	31.126
33º	Irupi	30,79	394.059,12	12.798
34º	Linhares	30,62	4.832.016,55	157.814
35º	Muniz Freire	30,36	579.220,65	19.081
36º	Pedro Canário	30,12	774.102,33	25.700
37º	Afonso Cláudio	29,22	951.193,75	32.551
38º	Guarapari	28,27	3.287.363,22	116.278
39º	Domingos Martins	27,54	938.087,97	34.059
40º	Mucurici	27,15	160.449,72	5.909
41º	Viana	26,76	1.929.534,02	72.115
42º	São Domingos do Norte	25,47	218.931,23	8.595
43º	Vila Pavão	24,65	228.536,65	9.272
44º	Laranja da Terra	24,04	274.481,54	11.418
45º	Pancas	23,85	551.539,37	23.125
46º	Apicá	23,36	184.940,67	7.916
47º	São Roque do Canaã	23,17	282.201,36	12.179
48º	Presidente Kennedy	22,16	246.587,76	11.130
49º	Cariacica	19,95	7.500.502,44	375.974
50º	Santa Teresa	19,35	453.316,12	23.432
51º	Ecoporanga	19,04	463.241,79	24.327
52º	Atílio Vivácqua	18,21	197.770,34	10.862
53º	Mariândia	17,45	210.973,60	12.092
54º	São Mateus	16,51	1.993.759,06	120.725
55º	Nova Venécia	15,55	770.678,39	49.564
56º	Ibitirama	14,41	135.497,79	9.400
57º	Piúma	13,42	269.419,33	20.082
58º	Brejetuba	13,42	169.959,57	12.669
59º	Vila Valério	11,30	165.145,86	14.614
60º	Sooretama	11,19	300.421,46	26.843
61º	Jerônimo Monteiro	10,60	124.111,65	11.707
62º	João Neiva	10,58	178.467,00	16.869
63º	Venda Nova do Imigrante	10,27	234.945,81	22.873
64º	Bom Jesus do Norte	10,09	101.891,39	10.095
65º	Iúna	9,30	272.004,86	29.258
66º	Marechal Floriano	7,42	116.339,21	15.689
67º	Santa Maria de Jetibá	6,86	258.639,71	37.720
68º	Marataizes	5,46	202.901,52	37.140
69º	São Gabriel da Palha	3,16	111.270,08	35.232
70º	Castelo	2,44	91.153,83	37.331
71º	Jaguaré	1,73	47.652,34	27.599
72º	Itarana	1,57	17.817,88	11.349
73º	Montanha	-	-	19.049
74º	Governador Lindenberg	-	-	11.953
75º	Divino de São Lourenço	-	-	4.688
76º	Alegre	...	...	32.267
77º	Rio Novo do Sul	...	...	11.993
78º	Ponto Belo	...	...	7.590
TOTAL		43,77	168.055.856,30	3.839.366

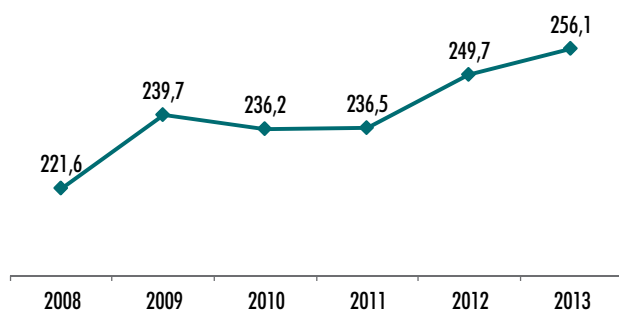
Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desempenho

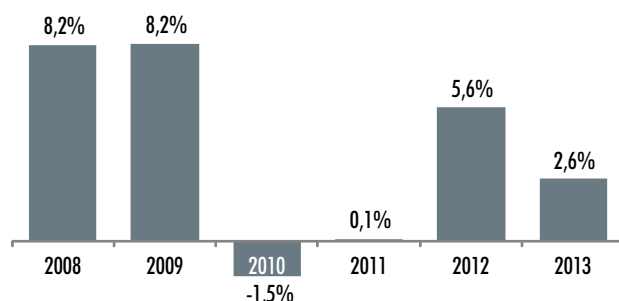
As câmaras municipais capixabas consumiram R\$ 256,1 milhões, em 2013. Esse valor foi 2,6% maior que o de 2012, de R\$ 249,7 milhões, corrigidos pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2013. A diferença, em termos absolutos, foi da ordem de R\$ 6,4 milhões, no período.

Evolução do gasto com as câmaras municipais

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Taxa de crescimento da despesa com as câmaras municipais em relação ao ano anterior



Segundo a legislação vigente, o repasse efetuado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, na esfera municipal, tem como base o desempenho de algumas receitas do exercício imediatamente anterior (veja o item Saiba mais sobre as câmaras municipais na página 99). Por isso, mesmo em um cenário de queda da arrecadação municipal, como ocorreu em 2013, os gastos efetuados pelas câmaras puderam aumentar, já que o seu repasse esteve atrelado às receitas vinculadas de 2012, que em geral obtiveram resultado positivo, crescendo em média 4,1% em relação a 2011.

A contenção de despesas realizadas pelo Poder Executivo em 2013, para se adequar ao nível mais baixo de arrecadação, deve afetar a despesa do Legislativo no exercício de 2014, uma vez que as receitas que formam a base do repasse às câmaras sofreram um duro golpe em 2013 ao cair 4,9% (veja mais sobre o comportamento das receitas em Panorama, na página 8).

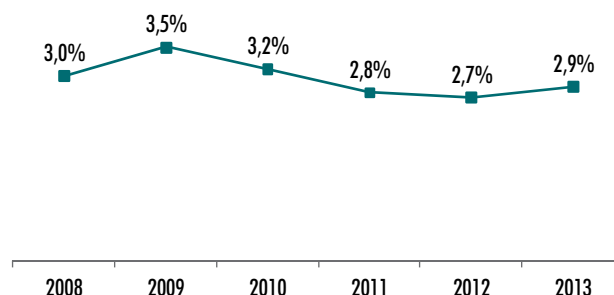
Os municípios que mais alavancaram sua despesa com o Poder Legislativo, em 2013, foram Cariacica e Itapemirim. Em Cariacica, o aumento foi de R\$ 1,6 milhão em relação ao exercício de 2012, o que gerou uma variação de 12,3%. Vale lembrar que, mesmo após esse aumento, o município da Região Metropolitana manteve, proporcionalmente à sua população, a segunda câmara mais econômica do Estado. Já em Itapemirim, o aumento foi de R\$ 1,3 milhão ou 41,7%, resultado fortemente influenciado pelo salto na arrecadação corrente do município, que de 2011 para 2012 cresceu 50,8%, devido ao aumento no recebimento de royalties de petróleo e gás natural.

Participação orçamentária

Influenciado pelo choque ocorrido nos orçamentos municipais, o comprometimento da receita corrente com os gastos do Legislativo voltou a crescer, interrompendo uma tendência de queda existente nos últimos anos, provocada, principalmente, pelas crescentes receitas oriundas de royalties do petróleo e gás natural. Na média, os municípios capixabas empenharam 2,9% de suas receitas correntes para financiar suas câmaras, no ano de 2013.

Como deve haver uma estrutura mínima para o funciona-

Participação média da despesa com as câmaras municipais na receita corrente



mento de qualquer atividade legislativa, os municípios de menor orçamento tendem a sentir mais os custos operacionais das câmaras. Na medida em que cresce o porte populacional, os custos e a complexidade das atividades do Legislativo se intensificam. Nos municípios onde os orçamentos acompanham essa intensificação, o peso das câmaras tende a permanecer baixo, já naqueles onde o orçamento encontrou dificuldades em se desenvolver o comprometimento se eleva a níveis maiores.

Entre os municípios com menor comprometimento da despesa com Legislativo na receita corrente destacam-se aqueles com pequena população e, concomitantemente, receitas muito elevadas, como é o caso de Presidente Kennedy (0,5%), Itapemirim (1,6%), Colatina (1,7%), Maratáizes (1,8%) e Vitória (1,8%).

Gasto per capita

Os municípios capixabas gastaram o equivalente a R\$ 66,71 por habitante com a manutenção do Poder Legislativo no exercício de 2013. Esse valor revela uma queda de 4,4% em relação ao apurado em 2012, quando esse gasto foi de R\$ 69,78. Na capital, o valor ficou ligeiramente maior, chegando a R\$ 68,50 por residente.

A já mencionada necessidade de uma estrutura mínima de funcionamento para a câmara municipal, atrelada ao número de vereadores proporcionalmente maior nas cidades pequenas, aliado a uma receita per capita também maior, são fatores que explicam o maior gasto por habitante nas menores cidades. Porém, o valor encontrado em Anchieta, de R\$ 423,67, é muito desproporcional às demais localidades de mesmo porte no Estado. Essa discrepância tem uma ligação muito íntima com a grande receita de royalties petróleo e gás natural e com ICMS no município. Dessa forma, Anchieta destina à sua câmara 2,7 vezes mais que o segundo colocado do ranking. Se comparado à média do Estado, o valor é 6,4 vezes maior.

Na outra ponta aparecem municípios como Colatina (R\$ 33,91) e Cariacica (R\$ 38,51), os quais, devido à forte restrição orçamentária, se vêem na condição de atender ao seu Poder Legislativo com proporcionalmente menos recursos. Cabe lembrar que a EC nº 58/2009, que define as regras do repasse de recursos do Executivo ao Legislativo, não impede que o segundo devolva ao primeiro recursos economizados ao final de um exercício, como ocorre ocasionalmente em alguns municípios.

Saiba mais sobre as câmaras municipais

Segundo o disposto no artigo 29-A, alterado pela Emenda Constitucional (EC) nº 25/2000, o total das despesas das câmaras municipais tem como parâmetro o montante da receita municipal do ano anterior e não do ano em curso.

A base de cálculo da arrecadação municipal que deve ser destinada ao Legislativo é formada pela receita tributária própria e pelas transferências previstas pela Constituição Federal no § 5º do artigo 153 (IOF-Ouro) e nos artigos 158 (IRRF, ITR, IPVA e ICMS) e 159 (FPM e IPI-Exportação). O percentual a ser repassado depende do porte populacional do município e, desde 2010, primeiro ano de vigência da EC nº 58/2009, obedece a um valor máximo de 7% nas localidades com até 100 mil habitantes, caindo progressivamente até um percentual de 3,5% nos municípios com contingente populacional acima de R\$ 8 milhões.

Limites do gasto com câmaras municipais por faixas populacionais

Faixas populacionais	Limites máximos EC nº 58
Até 100 mil habitantes	7,0%
De 100 mil e um a 300 mil habitantes	6,0%
De 300 mil e um a 500 mil habitantes	5,0%
De 500 mil e um a 3 milhões de habitantes	4,5%
De 3 milhões e um a 8 milhões de habitantes	4,0%
Acima de 8 milhões de habitantes	3,5%

Fonte: Emenda Constitucional nº 58, 23/09/2009.

Número de vereadores por faixa populacional do município - EC nº 58/2009

Número de habitantes do município	Número de vereadores
Até 15.000	9
De 15.000 até 30.000	11
De 30.000 até 50.000	13
De 50.000 até 80.000	15
De 80.000 até 120.000	17
De 120.000 até 160.000	19
De 160.000 até 300.000	21
De 300.000 até 450.000	23
De 450.000 até 600.000	25
De 600.000 até 750.000	27
De 750.000 até 900.000	29
De 900.000 até 1.050.000	31
De 1.050.000 até 1.200.000	33
De 1.200.000 até 1.350.000	35
De 1.350.000 até 1.500.000	37
De 1.500.000 até 1.800.000	39
De 1.800.000 até 2.400.000	41
De 2.400.000 até 3.000.000	43
De 3.000.000 até 4.000.000	45
De 4.000.000 até 5.000.000	47
De 5.000.000 até 6.000.000	49
De 6.000.000 até 7.000.000	51
De 7.000.000 até 8.000.000	53
Acima de 8.000.000	55

Fonte: Emenda Constitucional (EC) nº 58, de 23/09/2009.

Despesa com as câmaras municipais - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2012	Participação 2013		Desp. câmaras per capita 2013 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013							no total da desp. com câmaras	na receita corrente¹	
								em %		
Afonso Cláudio	1.972,4	1.835,2	2.130,9	2.232,2	2.408,7	2.235,4	-7,2	0,9	3,6	68,67
Água Doce do Norte	1.038,8	1.264,6	1.020,8	1.064,3	983,8	978,7	-0,5	0,4	3,7	80,46
Água Branca	983,0	1.117,6	1.083,4	1.087,4	1.044,6	1.086,2	4,0	0,4	4,2	108,14
Alegre	1.208,0	1.213,3	1.217,7	1.253,1	1.236,8	...	..	...	...	...
Alfredo Chaves	1.532,1	1.202,5	1.066,2	925,3	1.057,1	1.136,1	7,5	0,4	3,1	76,46
Alto Rio Novo	662,5	804,3	727,7	767,1	887,1	853,9	-3,7	0,3	4,3	108,90
Anchieta	7.052,5	6.573,5	7.179,0	9.881,3	10.845,2	11.294,1	4,1	4,4	3,7	423,67
Apicá	596,9	572,6	614,3	543,5	548,8	...	..	...	...	...
Aracruz	11.079,6	9.266,6	8.933,0	8.704,9	8.046,1	8.231,6	2,3	3,2	2,8	89,90
Atílio Vivácqua	1.130,9	1.180,7	1.011,8	960,6	1.055,0	971,8	-7,9	0,4	3,7	89,47
Baixo Guandu	1.616,0	2.001,2	2.034,0	1.708,8	1.574,6	2.006,2	27,4	0,8	3,2	64,46
Barra de São Francisco	2.022,1	2.427,3	2.332,4	2.904,1	4.098,3	3.368,4	-17,8	1,3	4,1	76,76
Boa Esperança	1.053,7	1.017,7	1.433,8	880,2	847,2	983,0	16,0	0,4	2,7	64,80
Bom Jesus do Norte	711,7	873,5	808,5	886,1	888,4	853,6	-3,9	0,3	4,3	84,55
Brejetuba	620,9	804,7	800,8	863,3	988,8	980,5	-0,8	0,4	3,4	77,40
Cachoeiro de Itapemirim	9.242,2	10.170,5	9.522,4	9.679,6	10.308,0	10.732,3	4,1	4,2	3,5	52,30
Cariacica	11.686,9	12.865,3	10.247,0	11.032,5	12.893,4	14.478,1	12,3	5,7	2,9	38,51
Castelo	1.848,5	2.227,6	2.269,7	2.061,9	2.110,9	2.556,4	21,1	1,0	3,5	68,48
Colatina	4.438,1	4.341,9	3.401,5	3.529,9	4.331,8	4.092,2	-5,5	1,6	1,7	33,91
Conceição da Barra	2.447,6	2.685,4	2.356,7	2.572,4	2.797,7	...	..	...	...	...
Conceição do Castelo	1.239,6	892,7	900,2	946,4	925,3	946,3	2,3	0,4	3,1	75,23
Divino de São Lourenço	539,5	749,3	654,1	671,4	744,9	743,6	-0,2	0,3	4,9	158,63
Domingos Martins	2.585,3	2.527,4	2.423,5	2.406,7	2.522,2	3.253,4	29,0	1,3	3,9	95,52
Dores do Rio Preto	525,2	622,9	688,8	654,1	728,2	719,9	-1,1	0,3	3,8	105,46
Ecoporanga	2.159,6	2.580,4	2.067,1	1.804,0	2.120,1	1.996,3	-5,8	0,8	4,0	82,06
Fundão	1.553,6	1.706,9	1.463,4	1.511,6	1.711,8	...	..	...	...	...
Governador Lindenberg	900,9	1.004,7	1.172,0	1.170,8	1.211,6	1.132,9	-6,5	0,4	4,4	94,78
Guaçu	1.013,4	1.360,7	1.312,9	1.187,0	1.211,2	1.531,2	26,4	0,6	2,5	50,80
Guarapari	5.865,7	7.005,5	6.253,8	6.478,1	7.252,8	...	..	...	...	...
Ibatiba	1.429,9	1.248,6	1.515,2	1.152,8	1.156,2	1.277,4	10,5	0,5	2,9	51,98
Ibiraçu	768,8	1.244,7	1.147,8	1.117,2	1.109,9	1.210,6	9,1	0,5	4,5	99,85
Ibitirama	993,1	986,8	788,5	796,4	941,1	941,2	0,0	0,4	3,8	100,13
Iconha	1.341,7	1.465,7	1.263,2	1.121,2	1.255,6	1.338,9	6,6	0,5	4,0	98,83
Irupi	978,7	1.227,4	1.048,9	1.131,6	1.273,9	1.202,7	-5,6	0,5	4,3	93,97
Itaguaçu	645,5	939,6	2.027,5	1.448,1	1.084,7	1.103,4	1,7	0,4	3,3	74,33
Itapemirim	1.945,5	2.610,0	2.484,5	2.761,2	3.092,6	4.383,8	41,7	1,7	1,6	130,43
Itarana	789,6	1.027,4	911,2	957,1	1.020,0	1.055,7	3,5	0,4	4,6	93,02
Iúna	1.674,4	1.453,8	1.547,6	1.887,2	1.847,4	1.788,7	-3,2	0,7	3,4	61,14
Jaguaré	2.038,8	2.423,6	2.486,8	2.218,0	2.399,2	2.787,1	16,2	1,1	3,8	100,98
Jerônimo Monteiro	1.021,4	1.132,5	910,7	959,0	1.057,2	1.166,1	10,3	0,5	4,4	99,60
João Neiva	883,4	1.033,0	1.063,4	988,4	1.043,3	1.068,7	2,4	0,4	2,7	63,35
Laranja da Terra	488,4	725,4	757,8	820,6	880,7	1.094,7	24,3	0,4	4,3	95,87
Linhares	10.765,2	10.751,0	11.197,0	11.901,7	11.826,3	11.405,1	-3,6	4,5	2,5	72,27
Mantenópolis	964,3	1.058,2	916,7	945,8	1.114,5	1.202,1	7,9	0,5	3,8	81,18
Maratão	2.204,3	2.242,1	2.135,5	2.151,1	2.436,4	2.594,6	6,5	1,0	1,8	69,86
Marechal Floriano	1.108,6	1.612,6	1.413,7	1.445,9	1.606,2	...	..	...	...	...
Marilândia	976,2	1.216,3	1.214,2	1.159,8	1.302,0	1.256,1	-3,5	0,5	4,6	103,88
Mimoso do Sul	1.634,0	1.924,3	1.804,9	1.324,1	1.241,8	1.816,5	46,3	0,7	3,5	66,52
Montanha	889,0	1.181,2	1.408,5	992,2	956,6	948,0	-0,9	0,4	2,2	49,77
Mucurici	733,1	737,5	823,7	807,1	764,7	879,1	15,0	0,3	4,0	148,77
Muniz Freire	1.637,8	1.908,9	1.884,0	2.213,1	2.082,1	1.769,8	-15,0	0,7	4,0	92,75
Muqui	1.037,0	1.215,1	1.070,0	1.058,7	1.224,1	1.267,5	3,5	0,5	4,3	82,10
Nova Venécia	2.295,4	2.673,1	2.836,3	2.594,1	2.681,4	2.718,3	1,4	1,1	2,9	54,84
Pancas	1.149,8	1.126,6	1.117,7	1.128,9	1.970,3	1.489,0	-24,4	0,6	3,6	64,39
Pedro Canário	1.775,9	1.862,8	1.565,8	1.613,8	1.723,4	1.732,5	0,5	0,7	3,8	67,41
Pinheiros	1.494,3	2.109,0	1.754,6	1.844,4	1.947,2	2.295,2	17,9	0,9	4,0	88,20
Piuma	994,3	1.524,7	1.662,9	1.487,3	1.463,3	2.018,0	37,9	0,8	3,6	100,49
Ponto Belo	818,2	725,8	697,4	783,2	934,2	...	..	...	...	...
Presidente Kennedy	1.099,4	1.486,5	1.294,1	1.381,7	1.831,9	1.468,6	-19,8	0,6	0,5	131,95
Rio Bananal	1.620,5	1.479,6	1.575,1	1.527,0	1.538,3	1.875,5	21,9	0,7	3,9	99,28
Rio Novo do Sul	903,9	0,0	971,2	1.016,0	993,5	...	..	...	...	...
Santa Leopoldina	991,4	1.243,6	1.126,8	1.194,4	1.266,7	1.101,8	-13,0	0,4	3,8	85,54
Santa Maria de Jetibá	2.213,3	2.205,4	2.070,9	2.031,1	2.270,7	2.896,1	27,5	1,1	3,7	76,78
Santa Teresa	1.776,5	2.042,2	1.816,6	1.819,5	1.814,9	1.990,0	9,6	0,8	3,6	84,93
São Domingos do Norte	1.261,0	972,4	893,5	969,4	990,0	899,2	-9,2	0,4	3,9	104,62
São Gabriel da Palha	1.582,9	1.787,3	1.999,1	1.776,7	1.922,1	2.112,6	9,9	0,8	3,5	59,96
São José do Calçado	774,9	1.215,2	1.025,9	1.025,1	1.086,5	1.085,1	-0,1	0,4	3,9	98,76
São Mateus	5.022,4	6.764,3	6.099,3	5.412,3	5.560,8	5.585,9	0,5	2,2	2,3	46,27
São Roque do Canaã	745,2	1.026,1	1.021,2	976,0	1.007,8	1.080,0	7,2	0,4	4,2	88,68
Serra	29.222,7	29.364,4	33.021,9	29.345,1	30.945,6	29.591,2	-4,4	11,6	3,5	63,32
Sooretama	1.309,1	1.924,4	1.644,3	1.642,9	1.721,8	1.601,8	-7,0	0,6	3,0	59,67
Vargem Alta	957,0	1.194,9	1.117,7	1.179,4	1.135,4	1.398,8	23,2	0,5	3,0	67,43
Venda Nova do Imigrante	1.162,5	1.706,7	1.654,3	1.429,1	1.321,3	1.338,2	1,3	0,5	2,8	58,51
Viana	3.761,6	3.920,7	3.943,7	4.011,3	4.617,7	5.406,8	17,1	2,1	4,0	74,97
Vila Pavão	1.018,1	1.192,4	948,1	964,5	1.023,6	1.055,8	3,1	0,4	4,8	113,87
Vila Valério	1.028,4	1.369,4	1.277,0	1.637,9	1.443,3	1.412,4	-2,1	0,6	4,2	96,65
Vila Velha	19.688,8	22.528,2	21.856,8	21.333,6	22.454,1	21.744,6	-3,2	8,5	3,1	47,43
Vitória	20.625,3	22.017,0	22.307,7	24.649,1	23.897,3	23.856,3	-0,2	9,3	1,8	68,50
TOTAL	221.568,9	239.725,3	236.248,5	236.500,8	249.660,3	256.107,7	2,6	100,0	2,9	66,71

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário. Nota: ¹receita corrente ajustada dos efeitos do Fundeb (ver "Notas metodológicas", na página 4).

Despesa com câmara

Posição	Município	Despesa com câmara em R\$	População 2013
1º	Serra	29.591.184,15	467.318
2º	Vitória	23.856.304,39	348.268
3º	Vila Velha	21.744.585,15	458.489
4º	Cariacica	14.478.100,22	375.974
5º	Linhares	11.405.092,03	157.814
6º	Anchieta	11.294.096,36	26.658
7º	Cachoeiro de Itapemirim	10.732.266,32	205.213
8º	Aracruz	8.231.648,00	91.562
9º	São Mateus	5.585.939,20	120.725
10º	Viana	5.406.815,63	72.115
11º	Itapemirim	4.383.786,98	33.610
12º	Colatina	4.092.193,55	120.677
13º	Barra de São Francisco	3.368.354,45	43.882
14º	Domingos Martins	3.253.397,10	34.059
15º	Santa Maria de Jetibá	2.896.076,93	37.720
16º	Jaguaré	2.787.069,27	27.599
17º	Nova Venécia	2.718.317,84	49.564
18º	Marataizes	2.594.556,56	37.140
19º	Castelo	2.556.424,70	37.331
20º	Pinheiros	2.295.243,50	26.023
21º	Afonso Cláudio	2.235.359,50	32.551
22º	São Gabriel da Palha	2.112.554,98	35.232
23º	Piúma	2.018.014,15	20.082
24º	Baixo Guandu	2.006.241,14	31.126
25º	Ecoporanga	1.996.286,98	24.327
26º	Santa Teresa	1.990.011,41	23.432
27º	Rio Bananal	1.875.520,48	18.892
28º	Mimoso do Sul	1.816.539,71	27.309
29º	Iúna	1.788.694,93	29.258
30º	Muniz Freire	1.769.804,86	19.081
31º	Pedro Canário	1.732.518,30	25.700
32º	Sooretama	1.601.785,82	26.843
33º	Guaçu	1.531.192,36	30.144
34º	Pancas	1.489.035,53	23.125
35º	Presidente Kennedy	1.468.555,42	11.130
36º	Vila Valério	1.412.446,23	14.614
37º	Vargem Alta	1.398.823,13	20.744
38º	Iconha	1.338.883,30	13.548
39º	Venda Nova do Imigrante	1.338.235,19	22.873
40º	Ibatiba	1.277.428,03	24.575
41º	Muqui	1.267.503,68	15.438
42º	Marilândia	1.256.061,83	12.092
43º	Ibiraçu	1.210.596,01	12.124
44º	Irupi	1.202.678,69	12.798
45º	Mantenópolis	1.202.079,53	14.808
46º	Jerônimo Monteiro	1.166.066,21	11.707
47º	Alfredo Chaves	1.136.115,46	14.859
48º	Governador Lindenberg	1.132.870,03	11.953
49º	Itaguaçu	1.103.395,84	14.844
50º	Santa Leopoldina	1.101.817,25	12.881
51º	Laranja da Terra	1.094.662,42	11.418
52º	Água Branca	1.086.219,56	10.045
53º	São José do Calçado	1.085.089,74	10.987
54º	São Roque do Canaã	1.079.999,59	12.179
55º	João Neiva	1.068.673,34	16.869
56º	Vila Pavão	1.055.813,81	9.272
57º	Itarana	1.055.740,36	11.349
58º	Boa Esperança	982.951,54	15.169
59º	Brejetuba	980.533,17	12.669
60º	Água Doce do Norte	978.674,09	12.164
61º	Atílio Vivacqua	971.797,67	10.862
62º	Montanha	948.000,00	19.049
63º	Conceição do Castelo	946.274,20	12.579
64º	Ibitirama	941.222,00	9.400
65º	São Domingos do Norte	899.214,72	8.595
66º	Mucurici	879.100,00	5.909
67º	Alto Rio Novo	853.907,90	7.841
68º	Bom Jesus do Norte	853.577,91	10.095
69º	Divino de São Lourenço	743.640,01	4.688
70º	Dores do Rio Preto	719.943,24	6.827
71º	Guarapari	...	116.278
72º	Conceição da Barra	...	30.659
73º	Fundão	...	19.177
74º	Marechal Floriano	...	15.689
75º	Alegre	...	32.267
76º	Rio Novo do Sul	...	11.993
77º	Ponto Belo	...	7.590
78º	Apiacá	...	7.916
TOTAL		256.107.653,85	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesa com câmara per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com câmara (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Anchieta	423,67	11.294.096,36	26.658
2º	Divino de São Lourenço	158,63	743.640,01	4.688
3º	Mucurici	148,77	879.100,00	5.909
4º	Presidente Kennedy	131,95	1.468.555,42	11.130
5º	Itapemirim	130,43	4.383.786,98	33.610
6º	Vila Pavão	113,87	1.055.813,81	9.272
7º	Alto Rio Novo	108,90	853.907,90	7.841
8º	Água Branca	108,14	1.086.219,56	10.045
9º	Dores do Rio Preto	105,46	719.943,24	6.827
10º	São Domingos do Norte	104,62	899.214,72	8.595
11º	Marilândia	103,88	1.256.061,83	12.092
12º	Jaguaré	100,98	2.787.069,27	27.599
13º	Piúma	100,49	2.018.014,15	20.082
14º	Ibitirama	100,13	941.222,00	9.400
15º	Ibiraçu	99,85	1.210.596,01	12.124
16º	Jerônimo Monteiro	99,60	1.166.066,21	11.707
17º	Rio Bananal	99,28	1.875.520,48	18.892
18º	Iconha	98,83	1.338.883,30	13.548
19º	São José do Calçado	98,76	1.085.089,74	10.987
20º	Vila Valério	96,65	1.412.446,23	14.614
21º	Laranja da Terra	95,87	1.094.662,42	11.418
22º	Domingos Martins	95,52	3.253.397,10	34.059
23º	Governador Lindenberg	94,78	1.132.870,03	11.953
24º	Irupi	93,97	1.202.678,69	12.798
25º	Itarana	93,02	1.055.740,36	11.349
26º	Muniz Freire	92,75	1.769.804,86	19.081
27º	Aracruz	89,90	8.231.648,00	91.562
28º	Atílio Vivacqua	89,47	971.797,67	10.862
29º	São Roque do Canaã	88,68	1.079.999,59	12.179
30º	Pinheiros	88,20	2.295.243,50	26.023
31º	Santa Leopoldina	85,54	1.101.817,25	12.881
32º	Santa Teresa	84,93	1.990.011,41	23.432
33º	Bom Jesus do Norte	84,55	853.577,91	10.095
34º	Muqui	82,10	1.267.503,68	15.438
35º	Ecoporanga	82,06	1.996.286,98	24.327
36º	Mantenópolis	81,18	1.202.079,53	14.808
37º	Água Doce do Norte	80,46	978.674,09	12.164
38º	Brejetuba	77,40	980.533,17	12.669
39º	Santa Maria de Jetibá	76,78	2.896.076,93	37.720
40º	Barra de São Francisco	76,76	3.368.354,45	43.882
41º	Alfredo Chaves	76,46	1.136.115,46	14.859
42º	Conceição do Castelo	75,23	946.274,20	12.579
43º	Viana	74,97	5.406.815,63	72.115
44º	Itaguaçu	74,33	1.103.395,84	14.844
45º	Linhares	72,27	11.405.092,03	157.814
46º	Marataizes	69,86	2.594.556,56	37.140
47º	Afonso Cláudio	68,67	2.235.359,50	32.551
48º	Vitória	68,50	23.856.304,39	348.268
49º	Castelo	68,48	2.556.424,70	37.331
50º	Vargem Alta	67,43	1.398.823,13	20.744
51º	Pedro Canário	67,41	1.732.518,30	25.700
52º	Mimoso do Sul	66,52	1.816.539,71	27.309
53º	Boa Esperança	64,80	982.951,54	15.169
54º	Baixo Guandu	64,46	2.006.241,14	31.126
55º	Pancas	64,39	1.489.035,53	23.125
56º	João Neiva	63,35	1.068.673,34	16.869
57º	Serra	63,32	29.591.184,15	467.318
58º	Iúna	61,14	1.788.694,93	29.258
59º	São Gabriel da Palha	59,96	2.112.554,98	35.232
60º	Sooretama	59,67	1.601.785,82	26.843
61º	Venda Nova do Imigrante	58,51	1.338.235,19	22.873
62º	Nova Venécia	54,84	2.718.317,84	49.564
63º	Cachoeiro de Itapemirim	52,30	10.732.266,32	205.213
64º	Ibatiba	51,98	1.277.428,03	24.575
65º	Guaçu	50,80	1.531.192,36	30.144
66º	Montanha	49,77	948.000,00	19.049
67º	Vila Velha	47,43	21.744.585,15	458.489
68º	São Mateus	46,27	5.585.939,20	120.725
69º	Cariacica	38,51	14.478.100,22	375.974
70º	Colatina	33,91	4.092.193,55	120.677
71º	Ponto Belo	...	...	7.590
72º	Marechal Floriano	...	...	15.689
73º	Conceição da Barra	...	...	30.659
74º	Fundão	...	...	19.177
75º	Rio Novo do Sul	...	...	11.993
76º	Apiacá	...	...	7.916
77º	Guarapari	...	...	116.278
78º	Alegre	...	...	32.267
TOTAL		66,71	256.107.653,85	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

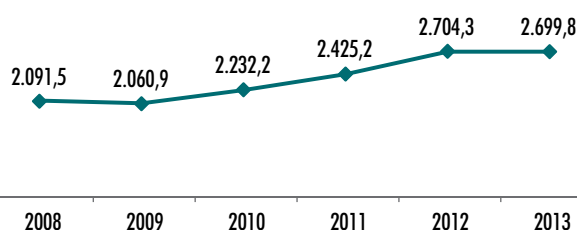


Desempenho

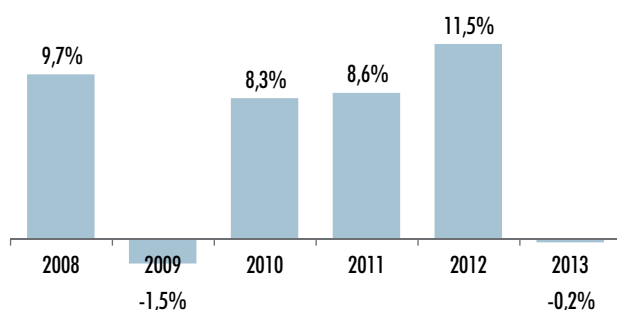
A queda da receita em 2013 impactou diretamente no comportamento dos gastos municipais. Na área de educação, por exemplo, foi aplicado praticamente o mesmo volume de recursos que em 2012, da ordem de R\$ 2,7 bilhões. Nos três últimos anos anteriores, eles haviam crescido entre 8,3% e 11,5%. Como as receitas foram reduzidas e, consequentemente, as despesas também, manteve-se inalterada em 28,4% a parcela da receita destinada à educação em 2013, comparado a 2012, como será detalhado mais adiante.

Evolução dos gastos com educação

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Taxa de crescimento dos gastos com educação em relação ao ano anterior



Dos 73 municípios com dados sobre a despesa por função de governo, para 2013, 42 reduziram, em alguma medida, as despesas com educação em relação a 2012, sendo que em 13 essa redução foi superior a dois dígitos. As maiores quedas ocorreram em Brejetuba (-24,8%), Conceição do Castelo (-20,6%), Fundão (-19,8%), Atílio Vivácqua (-19,2%) e Governador Lindenberg (-17,8%), sendo que Brejetuba e Fundão também figuraram entre os maiores cortes, em termos monetários (R\$ -3,1 milhões e R\$ -3,7 milhões, respectivamente), ao lado de Vitória (R\$ -20,5 milhões),

Cachoeiro de Itapemirim (R\$ -4,4 milhões) e Aracruz (R\$ -3,8 milhões). É importante observar que no caso de Vitória o recuo se explica, em grande parte, pelo volume atipicamente alto de recursos destinado à educação no ano de 2012.

Por outro lado, houve incremento nos gastos de Vila Velha (R\$ 14,2 milhões), Cariacica (R\$ 12 milhões), Presidente Kennedy (R\$ 9,4 milhões), Guarapari (R\$ 9,1 milhões) e Linhares (R\$ 6,8 milhões). Vale destacar que, à exceção de Cariacica, cuja despesa com educação aumentou em consequência do crescimento da receita corrente, nos outros quatro houve aumento dessa despesa mesmo em um cenário de queda da receita corrente.

Presidente Kennedy também se destacou com o maior crescimento em termos relativos (38,8%), ao lado de Iconha (18,2%), Mucurici (16,1%), Ibitirama (15,8%) e Irupi (15,4%). O aumento expressivo em Presidente Kennedy deveu-se à recomposição da despesa após o trabalho de auditoria nos contratos com fornecedores, durante a intervenção judicial em 2012, que acabou causando uma forte redução na realização dos gastos.

Participação orçamentária e limite constitucional

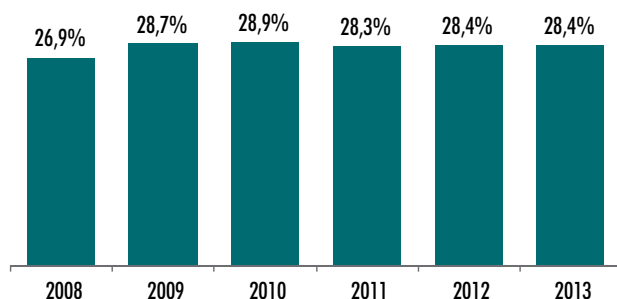
Devido à obrigatoriedade constitucional de aplicação mínima de 25% da receita de impostos e de algumas transferências (veja mais detalhes no Saiba mais sobre a aplicação mínima de recursos na educação, na página 103), a educação é a área de atuação governamental que mais consome recursos municipais. Em 2013, a participação média dos gastos com educação no total da despesa dos municípios capixabas foi de 31,9%, bem maior que a da saúde, que respondeu por 20,5% da despesa total.

Até a data de fechamento desta edição, apenas 40 municípios capixabas haviam prestado contas sobre a aplicação mínima de 25% das receitas de impostos na educação, junto ao Sistema de Informações sobre Orçamento Público na Educação (Siope), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo que todos esses destinaram mais que o mínimo exigido pela Constituição. A média de aplicação do conjunto dos municípios capixabas foi de 28,4%, a mesma registrada em 2012.

Dessas 40 cidades, 12 aplicaram mais de 30% dos recursos vinculados em ações de manutenção e desenvolvimento

do ensino. Dentre os maiores percentuais destacaram-se: São Mateus (35,7%), Itapemirim (34,9%), Afonso Cláudio (33,7%), Pancas (32,7%) e Águia Branca (31,3%).

Despesa com a educação sobre a receita vinculada dos municípios



Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope).

Gasto com educação por aluno

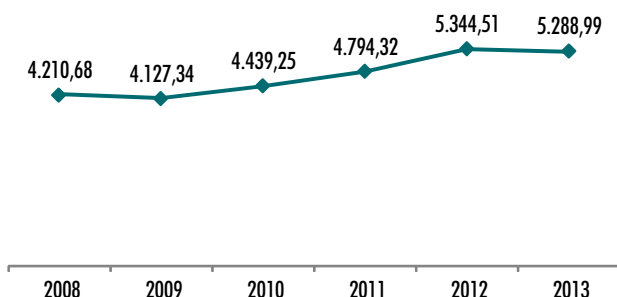
Em 2013, o gasto médio com educação por aluno caiu 1%, passando de R\$ 5.344,51 para R\$ 5.288,99, resultado do crescimento de 0,9% no número de matrículas na rede municipal de ensino, conjugado à redução de 0,2% da despesa com educação.

Os maiores gastos com educação por aluno foram realizados por Presidente Kennedy (R\$ 15.685,40), Anchieta (R\$ 12.248,55), Divino de São Lourenço (R\$ 8.468,85), Vitória (R\$ 7.300,84) e Itapemirim (R\$ 7.223,72), enquanto que Ibatiba (R\$ 3.837,53), Viana (R\$ 3.983,29), São Gabriel da Palha (R\$ 4.020,81), Atílio Vivacqua (R\$ 4.085,24) e Guarapari (R\$ 4.135,08) foram os municípios que apresentaram os menores valores.

A despesa com educação por aluno está ligada a dois fatores: receita corrente per capita e número de matrículas na rede municipal de ensino. Dessa forma, cidades com

Gasto médio anual por aluno dos municípios capixabas

em R\$ - IPCA médio de 2013



níveis de receita corrente per capita mais elevados ou com reduzido número de alunos matriculados na rede municipal tendem a ter as maiores despesas por estudante, em função da exigência constitucional de vinculação de parte das receitas à educação. Veja mais detalhes no Saiba mais sobre a aplicação mínima de recursos na educação, abaixo.

Saiba mais sobre a aplicação mínima de recursos na educação

O artigo 211, § 2º, da Constituição Federal estabelece que a atuação dos municípios na educação pública deve concentrar-se, prioritariamente, nos ensinos infantil e fundamental. Para custear essas despesas, o artigo 212 da mesma Constituição estabelece que deve haver uma aplicação anual mínima de 25% de toda a receita bruta municipal proveniente das arrecadações de impostos (IPTU, ITBI, ISS e IRRF) e transferências constitucionais (FPM, ICMS, Compensação pela Desoneração do ICMS das Exportações, IPI-Exportação, ITR, IPVA e IOF-Ouro) em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Essas ações estão detalhadas no artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/1996 – mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, dentre as quais se destacam: remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar; entre outras.

De acordo com a legislação atual, o município ou o responsável que não cumprir a aplicação mínima de 25% de recursos em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino estará sujeito a diversas punições, cujas principais são: parecer desfavorável à prestação de contas pelo Tribunal de Contas do Estado, que, se mantido pela Câmara Municipal, poderá sujeitar o prefeito à inelegibilidade por cinco anos (Lei Federal Complementar nº 64/1990, artigo 1º, I, g); impedimento de receber auxílios, subvenções e/ou contribuições da União e do Estado (Lei Federal nº 9.394/1996, artigo 87, § 6º); impedimento de contratar empréstimos e financiamentos, exceto de antecipação de receita orçamentária (Resolução do Senado Federal nº 78/1998, artigo 13, VIII); intervenção no município pelo Estado (Constituição Federal, artigo 35, III); imputação de crime de responsabilidade à autoridade competente (Lei Federal nº 9.394/1996, artigo 5º, § 4º); impedimento de receber transferências voluntárias de outros entes da Federação, exceto para as áreas de saúde, educação e assistência social (Lei Federal Complementar nº 101/2000, artigo 25, § 1º, IV, b); entre outras.

Despesa com educação - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/ 2012	Partic. na desp. total 2013	Part. das rec. de imp. na MDE (CF art. 212)* 2013	Gasto com educação por aluno da rede municipal 2013 em R\$	Nº de matrículas na rede munic. 2013
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013							em %			
Afonso Cláudio	17.276,4	18.491,8	19.300,4	24.336,3	23.371,5	23.617,8	1,1	35,2	33,7	5.688,29	4.152
Água Doce do Norte	7.524,2	7.620,5	7.852,8	8.917,6	8.778,4	9.712,3	10,6	32,6	...	5.597,87	1.735
Água Branca	8.301,0	7.098,8	7.045,8	8.412,7	8.176,8	8.724,3	6,7	33,0	31,3	5.415,48	1.611
Alegre	17.018,0	17.311,2	19.672,6	17.309,7	19.222,0	...	..	...	28,8	...	2.394
Alfredo Chaves	8.552,4	10.802,8	8.146,3	9.236,9	10.636,3	10.188,3	-4,2	25,5	...	5.413,57	1.882
Alto Rio Novo	4.876,1	5.019,2	4.883,5	5.709,0	7.386,5	7.137,0	-3,4	39,5	26,5	5.972,41	1.195
Anchieta	41.630,4	39.293,8	42.454,9	56.298,8	75.210,4	72.131,7	-4,1	27,9	...	12.248,55	5.889
Apiacá	5.497,5	4.872,7	4.765,0	6.238,0	6.552,7	...	..	...	...	...	1.144
Aracruz	71.183,4	65.644,3	70.521,9	82.296,3	90.165,7	86.397,1	-4,2	29,9	...	5.509,67	15.681
Atílio Vivacqua	8.027,5	6.524,2	8.412,4	8.781,0	10.691,0	8.640,3	-19,2	31,9	25,9	4.085,24	2.115
Baixo Guandu	20.025,1	16.963,2	18.091,6	18.719,3	20.324,2	20.166,8	-0,8	33,7	...	4.800,47	4.201
Barra de São Francisco	23.883,9	20.894,3	23.398,8	28.779,7	29.611,1	31.592,9	6,7	39,1	30,9	5.551,38	5.691
Boa Esperança	8.923,0	9.159,1	8.256,1	10.267,4	11.630,9	11.250,4	-3,3	28,6	...	5.437,62	2.069
Bom Jesus do Norte	5.348,6	4.535,2	5.058,9	6.060,9	5.801,6	5.139,0	-11,4	25,0	27,3	5.398,07	952
Brejetuba	8.565,1	8.451,8	8.585,2	9.775,5	12.443,3	9.357,0	-24,8	33,8	...	5.971,31	1.567
Cachoeira de Itapemirim	87.044,3	79.451,2	83.607,0	92.548,2	102.805,9	98.444,9	-4,2	33,9	...	4.552,58	21.624
Caraiacá	127.457,3	125.547,4	142.873,8	158.369,2	174.361,2	186.316,6	6,9	41,9	30,1	4.456,27	41.810
Castelo	21.892,9	20.670,9	21.514,7	23.548,0	28.241,0	25.975,6	-8,0	35,7	25,8	4.787,25	5.426
Colatina	56.880,7	58.259,1	61.647,9	67.262,5	69.697,2	72.082,5	3,4	28,0	28,8	4.720,22	15.271
Conceição da Barra	19.625,2	20.963,2	25.172,6	23.375,8	25.006,8	...	..	...	...	...	5.499
Conceição do Castelo	9.574,4	9.175,0	9.499,7	9.775,2	11.341,8	9.006,2	-20,6	32,2	26,6	4.438,75	2.029
Divino de São Lourenço	2.787,3	1.987,5	2.341,2	2.745,8	2.645,1	2.684,6	1,5	17,8	...	8.468,85	317
Domingos Martins	20.689,5	20.041,9	22.582,2	24.381,3	27.935,1	26.969,9	-3,5	33,6	25,8	5.007,40	5.386
Dores do Rio Preto	4.363,8	3.658,9	3.434,5	3.572,9	3.995,3	4.462,0	11,7	27,8	29,2	6.504,36	686
Ecoporanga	13.207,4	12.988,6	11.537,0	14.805,4	17.286,6	16.276,7	-5,8	32,4	...	6.130,60	2.655
Fundão	12.259,3	12.045,5	13.174,5	14.120,4	18.798,0	15.073,0	-19,8	30,5	...	4.871,70	3.094
Governador Lindenberg	4.359,4	4.434,7	4.778,2	5.333,7	7.337,0	6.034,5	-17,8	24,1	...	6.566,41	919
Guacuí	20.213,5	17.687,7	18.423,7	19.889,4	20.697,9	19.157,1	-7,4	31,8	28,1	4.587,43	4.176
Guarapari	51.861,2	55.172,4	59.029,4	62.655,1	69.694,7	78.839,4	13,1	43,3	...	4.135,08	19.066
Ibatiba	11.835,4	12.723,3	13.235,1	14.505,8	17.327,6	15.319,4	-11,6	37,7	...	3.837,53	3.992
Ibiraçu	6.071,0	5.439,0	5.745,4	6.008,7	7.173,9	7.026,0	-2,1	24,8	...	6.020,60	1.167
Itabirama	6.965,2	5.484,3	6.437,9	8.212,4	8.349,1	9.665,0	15,8	37,3	30,7	6.223,41	1.553
Iconha	7.213,5	6.714,9	7.282,8	7.562,8	8.540,0	10.090,4	18,2	30,4	28,8	5.608,89	1.799
Irupi	6.792,6	6.978,1	8.040,0	8.741,8	8.325,1	9.603,2	15,4	31,8	25,5	5.282,26	1.818
Itaguaçu	8.678,5	8.343,5	9.070,6	9.240,2	8.240,9	9.395,7	14,0	27,0	26,6	6.089,23	1.543
Itapemirim	19.541,0	19.756,4	21.014,3	26.833,5	39.402,7	40.972,9	4,0	22,0	34,9	7.223,72	5.672
Itarana	7.865,9	5.424,3	6.154,4	6.038,9	6.781,8	6.172,7	-9,0	24,7	25,7	6.063,55	1.018
Iúna	18.246,4	17.949,5	18.408,0	20.849,8	21.412,9	21.354,1	-0,3	41,2	...	4.586,37	4.656
Jaguaré	20.535,1	20.662,6	22.338,5	25.382,6	27.015,9	25.812,2	-4,5	34,6	...	4.680,36	5.515
Jerônimo Monteiro	6.039,5	5.010,3	5.925,7	5.892,7	7.211,0	6.911,3	-4,2	25,8	29,0	5.399,42	1.280
João Neiva	10.779,1	9.664,3	10.747,9	12.060,8	13.160,3	11.163,6	-15,2	30,6	27,1	4.521,49	2.469
Laranja da Terra	6.260,3	5.399,6	5.726,9	6.612,9	7.933,7	6.651,4	-16,2	25,3	...	5.773,80	1.152
Linhares	86.216,2	93.829,7	101.729,5	104.832,9	117.778,2	124.601,9	5,8	30,0	30,5	5.190,45	24.006
Mantenópolis	7.741,6	6.772,8	7.762,9	8.712,2	8.957,2	10.115,4	12,9	31,8	30,5	5.929,30	1.706
Maratáizes	19.889,5	18.575,4	21.528,1	25.069,2	35.390,6	35.643,1	0,7	33,0	...	5.595,47	6.370
Marechal Floriano	9.706,4	8.759,3	10.070,5	10.966,5	12.547,7	12.227,4	-2,6	33,6	26,2	4.526,99	2.701
Marilândia	5.866,5	5.450,6	6.041,2	6.674,3	7.735,3	8.319,4	7,6	30,9	29,3	5.900,32	1.410
Mimoso do Sul	12.567,5	12.048,3	11.812,1	12.795,4	13.954,8	15.291,4	9,6	29,6	...	5.881,29	2.600
Montanha	15.886,2	12.988,0	13.823,1	15.680,0	16.811,6	16.106,1	-4,2	38,0	...	5.465,25	2.947
Mucurici	4.326,9	4.122,1	5.131,5	4.878,5	5.210,0	6.050,2	16,1	27,4	30,6	6.519,61	928
Muniz Freire	16.035,7	14.986,9	14.620,7	15.956,7	17.640,2	16.887,9	-4,3	34,2	...	6.072,61	2.781
Muqui	6.762,6	7.365,2	7.067,9	8.747,8	10.143,8	8.963,7	-11,6	31,8	...	5.948,05	1.507
Nova Venécia	30.955,0	28.164,4	29.982,5	32.292,0	36.469,8	34.421,8	-5,6	38,5	...	4.420,99	7.786
Pancas	11.093,4	10.618,4	11.424,3	13.208,8	12.349,1	12.514,0	1,3	32,8	32,7	5.916,76	2.115
Pedro Canário	10.919,3	11.103,2	12.274,4	12.472,4	13.128,2	14.457,9	10,1	32,3	25,2	4.698,71	3.077
Pinheiros	17.277,6	16.537,4	17.887,6	19.159,5	20.236,1	20.932,5	3,4	37,0	27,9	4.845,48	4.320
Piúma	11.829,6	13.038,0	13.295,6	16.222,9	17.969,3	18.410,8	2,5	31,4	28,3	5.258,73	3.501
Ponto Belo	5.581,1	5.164,2	6.300,0	6.138,2	6.724,8	...	..	...	...	...	1.160
Presidente Kennedy	15.144,4	15.785,5	26.075,8	49.097,6	24.192,9	33.582,4	38,8	32,0	...	15.685,40	2.141
Rio Bananal	12.758,3	12.777,1	13.252,4	14.866,4	17.424,6	16.081,2	-7,7	32,7	...	5.030,09	3.197
Rio Novo do Sul	6.019,6	5.838,0	6.036,4	7.379,0	7.763,5	...	..	...	...	...	1.272
Santa Leopoldina	8.779,3	7.542,0	6.807,7	7.716,1	7.446,5	8.408,3	12,9	28,4	...	7.101,60	1.184
Santa Maria de Jetibá	16.559,3	16.102,0	18.176,4	18.221,7	21.146,8	21.721,7	2,7	28,7	28,5	6.314,45	3.440
Santa Teresa	15.111,3	15.359,3	14.769,6	17.068,6	18.094,8	16.601,3	-8,3	30,9	...	4.780,10	3.473
São Domingos do Norte	5.942,1	5.800,0	6.445,9	7.552,5	7.849,6	6.596,6	-16,0	30,9	...	6.264,60	1.053
São Gabriel da Palha	13.744,0	12.991,5	16.956,7	16.700,0	17.080,1	15.914,3	-6,8	27,6	...	4.020,81	3.958
São José do Calçado	5.948,6	6.046,5	6.552,7	6.611,2	8.010,5	6.697,8	-16,4	25,2	31,3	5.054,91	1.325
São Mateus	66.285,3	77.410,8	73.331,5	79.608,6	100.866,6	98.017,8	-2,8	39,3	35,7	5.164,81	18.978
São Roque do Canaã	4.740,3	5.513,0	6.592,8	6.592,8	6.544,6	6.574,8	0,5	26,0	26,4	6.249,79	1.052
Serra	225.657,0	252.082,1	274.392,9	267.584,4	288.597,1	287.166,4	-0,5	34,3	26,5	4.555,38	63.039
Sooretama	17.313,8	15.352,3	15.593,0	17.135,4	22.048,0	22.770,4	3,3	39,1	27,8	4.219,87	5.396
Vargem Alta	13.905,4	14.211,0	13.510,0	13.875,3	15.839,4	16.700,1	5,4	34,0	28,8	5.782,58	2.888
Venda Nova do Imigrante	10.826,5	10.142,8	10.948,5	12.782,5	14.316,7	13.000,2	-9,2	26,6	27,6	6.013,07	2.162
Viana	39.083,0	41.157,8	40.537,7	44.127,0	47.583,7	47.046,7	-1,1	34,2	...	3.983,29	11.811
Vila Pavão	7.045,3	6.621,2	6.730,2	8.283,2	7.517,4	7.067,2	-6,0	30,2	...	4.890,77	1.445
Vila Valério	8.070,9	8.109,4	8.515,4	9.497,8	12.759,9	11.421,3	-10,5	32,1	...	5.372,19	2.126
Vila Velha	172.599,6	161.133,2	196.680,2	207.429,3	225.532,0	239.731,2	6,3	35,5	...	4.943,42	48.495
Vitória	307.618,0	287.099,0	304.048,4	317.762,9	379.879,3	359.420,3	-5,4	25,2	27,5	7.300,84	49.230
TOTAL	2.091.479,5	2.060.915,5	2.232.180,3	2.425.164,2	2.704.261,3	2.699.764,6	-0,2	31,9	28,4	5.288,99	510.450

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; Número de matrículas do Instituto Nacional e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Participação na receita de impostos e transferências constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino, coletada no Sistema de Informações de Orçamento Públicos da Educação (Siope); Nota: *valores para atendimento do artigo 212 da Constituição Federal, dados do Siope.

Despesa com educação

Posição	Município	Despesa com educação em R\$	Matrículas 2013
1º	Vitória	359.420.295,36	49.230
2º	Serra	287.166.384,34	63.039
3º	Vila Velha	239.731.217,20	48.495
4º	Cariacica	186.316.578,67	41.810
5º	Linhares	124.601.944,96	24.006
6º	Cachoeiro de Itapemirim	98.444.920,88	21.624
7º	São Mateus	98.017.831,67	18.978
8º	Aracruz	86.397.134,00	15.681
9º	Guarapari	78.839.373,95	19.066
10º	Anchieta	72.131.722,90	5.889
11º	Colatina	72.082.472,96	15.271
12º	Viana	47.046.660,07	11.811
13º	Itapemirim	40.972.921,36	5.672
14º	Marataizes	35.643.137,97	6.370
15º	Nova Venécia	34.421.803,03	7.786
16º	Presidente Kennedy	33.582.441,11	2.141
17º	Barra de São Francisco	31.592.893,00	5.691
18º	Domingos Martins	26.969.863,02	5.386
19º	Castelo	25.975.594,90	5.426
20º	Jaguaré	25.812.170,15	5.515
21º	Afonso Cláudio	23.617.765,14	4.152
22º	Sooretama	22.770.425,11	5.396
23º	Santa Maria de Jetibá	21.721.709,80	3.440
24º	Iúna	21.354.133,42	4.656
25º	Pinheiros	20.932.480,17	4.320
26º	Baixo Guandu	20.166.760,18	4.201
27º	Guaçuí	19.157.106,08	4.176
28º	Piúma	18.410.807,29	3.501
29º	Muniz Freire	16.887.937,31	2.781
30º	Vargem Alta	16.700.079,18	2.888
31º	Santa Teresa	16.601.302,13	3.473
32º	Ecoporanga	16.276.736,46	2.655
33º	Montanha	16.106.083,37	2.947
34º	Rio Bananal	16.081.206,14	3.197
35º	São Gabriel da Palha	15.914.347,56	3.958
36º	Ibatiba	15.319.400,88	3.992
37º	Mimoso do Sul	15.291.359,06	2.600
38º	Fundão	15.073.029,99	3.094
39º	Pedro Canário	14.457.916,42	3.077
40º	Venda Nova do Imigrante	13.000.249,17	2.162
41º	Pancas	12.513.954,68	2.115
42º	Marechal Floriano	12.227.389,58	2.701
43º	Vila Valério	11.421.275,17	2.126
44º	Boa Esperança	11.250.439,55	2.069
45º	João Neiva	11.163.562,61	2.469
46º	Alfredo Chaves	10.188.346,82	1.882
47º	Mantenópolis	10.115.381,15	1.706
48º	Iconha	10.090.387,84	1.799
49º	Água Doce do Norte	9.712.302,65	1.735
50º	Ibitirama	9.664.961,03	1.553
51º	Irupi	9.603.155,92	1.818
52º	Itaguaçu	9.395.684,08	1.543
53º	Brejetuba	9.357.044,21	1.567
54º	Conceição do Castelo	9.006.229,31	2.029
55º	Mucuri	8.963.703,94	1.507
56º	Água Branca	8.724.343,20	1.611
57º	Atílio Vivacqua	8.640.288,76	2.115
58º	Santa Leopoldina	8.408.292,14	1.184
59º	Marilândia	8.319.447,33	1.410
60º	Alto Rio Novo	7.137.035,37	1.195
61º	Vila Pavao	7.067.155,87	1.445
62º	Ibiraçu	7.026.045,45	1.167
63º	Jerônimo Monteiro	6.911.262,67	1.280
64º	São José do Calçado	6.697.755,46	1.325
65º	Laranja da Terra	6.651.412,05	1.152
66º	São Domingos do Norte	6.596.620,46	1.053
67º	São Roque do Canaã	6.574.782,63	1.052
68º	Itarana	6.172.690,06	1.018
69º	Mucurici	6.050.198,08	928
70º	Governador Lindenberg	6.034.535,12	919
71º	Bom Jesus do Norte	5.138.964,57	952
72º	Dores do Rio Preto	4.461.988,63	686
73º	Divino de São Lourenço	2.684.624,40	317
74º	Conceição da Barra	...	5.499
75º	Alegre	...	2.394
76º	Rio Novo do Sul	...	1.272
77º	Ponto Belo	...	1.160
78º	Apiacá	...	1.144
TOTAL		2.699.764.639,30	510.450

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; Matrículas para 2013 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Despesa com educação por aluno

Posição	Município	A / B	Despesa com educação (A) em R\$	Matrículas 2013 (B)
1º	Presidente Kennedy	15.685,40	33.582.441,11	2.141
2º	Anchieta	12.248,55	72.131.722,90	5.889
3º	Divino de São Lourenço	8.468,85	2.684.624,40	317
4º	Vitória	7.300,84	359.420.295,36	49.230
5º	Itapemirim	7.223,72	40.972.921,36	5.672
6º	Santa Leopoldina	7.101,60	8.408.292,14	1.184
7º	Governador Lindenberg	6.566,41	6.034.535,12	919
8º	Mucurici	6.519,61	6.050.198,08	928
9º	Dores do Rio Preto	6.504,36	4.461.988,63	686
10º	Santa Maria de Jetibá	6.314,45	21.721.709,80	3.440
11º	São Domingos do Norte	6.264,60	6.596.620,46	1.053
12º	São Roque do Canaã	6.249,79	6.574.782,63	1.052
13º	Ibitirama	6.223,41	9.664.961,03	1.553
14º	Ecoporanga	6.130,60	16.276.736,46	2.655
15º	Itaguaçu	6.089,23	9.395.684,08	1.543
16º	Muniz Freire	6.072,61	16.887.937,31	2.781
17º	Itarana	6.063,55	6.172.690,06	1.018
18º	Ibiraçu	6.020,60	7.026.045,45	1.167
19º	Venda Nova do Imigrante	6.013,07	13.000.249,17	2.162
20º	Alto Rio Novo	5.972,41	7.137.035,37	1.195
21º	Brejetuba	5.971,31	9.357.044,21	1.567
22º	Mucuri	5.948,05	8.963.703,94	1.507
23º	Mantenópolis	5.929,30	10.115.381,15	1.706
24º	Pancas	5.916,76	12.513.954,68	2.115
25º	Marilândia	5.900,32	8.319.447,33	1.410
26º	Mimoso do Sul	5.881,29	15.291.359,06	2.600
27º	Vargem Alta	5.782,58	16.700.079,18	2.888
28º	Laranja da Terra	5.773,80	6.651.412,05	1.152
29º	Afonso Cláudio	5.688,29	23.617.765,14	4.152
30º	Iconha	5.608,89	10.090.387,84	1.799
31º	Água Doce do Norte	5.597,87	9.712.302,65	1.735
32º	Marataizes	5.595,47	35.643.137,97	6.370
33º	Barra de São Francisco	5.551,38	31.592.893,00	5.691
34º	Aracruz	5.509,67	86.397.134,00	15.681
35º	Montanha	5.465,25	16.106.083,37	2.947
36º	Boa Esperança	5.437,62	11.250.439,55	2.069
37º	Água Branca	5.415,48	8.724.343,20	1.611
38º	Alfredo Chaves	5.413,57	10.188.346,82	1.882
39º	Jerônimo Monteiro	5.399,42	6.911.262,67	1.280
40º	Bom Jesus do Norte	5.398,07	5.138.964,57	952
41º	Vila Valério	5.372,19	11.421.275,17	2.126
42º	Irupi	5.282,26	9.603.155,92	1.818
43º	Piúma	5.258,73	18.410.807,29	3.501
44º	Linhares	5.190,45	124.601.944,96	24.006
45º	São Mateus	5.164,81	98.017.831,67	18.978
46º	São José do Calçado	5.054,91	6.697.755,46	1.325
47º	Rio Bananal	5.030,09	16.081.206,14	3.197
48º	Domingos Martins	5.007,40	26.969.863,02	5.386
49º	Vila Velha	4.943,42	239.731.217,20	48.495
50º	Vila Pavao	4.890,77	7.067.155,87	1.445
51º	Fundão	4.871,70	15.073.029,99	3.094
52º	Pinheiros	4.845,48	20.932.480,17	4.320
53º	Baixo Guandu	4.800,47	20.166.760,18	4.201
54º	Castelo	4.787,25	25.975.594,90	5.426
55º	Santa Teresa	4.780,10	16.601.302,13	3.473
56º	Colatina	4.720,22	72.082.472,96	15.271
57º	Pedro Canário	4.698,71	14.457.916,42	3.077
58º	Jaguaré	4.680,36	25.812.170,15	5.515
59º	Guaçuí	4.587,43	19.157.106,08	4.176
60º	Iúna	4.586,37	21.354.133,42	4.656
61º	Serra	4.555,38	287.166.384,34	63.039
62º	Cachoeiro de Itapemirim	4.552,58	98.444.920,88	21.624
63º	Marechal Floriano	4.526,99	12.227.389,58	2.701
64º	João Neiva	4.521,49	11.163.562,61	2.469
65º	Cariacica	4.456,27	186.316.578,67	41.810
66º	Conceição do Castelo	4.438,75	9.006.229,31	2.029
67º	Nova Venécia	4.420,99	34.421.803,03	7.786
68º	Sooretama	4.219,87	22.770.425,11	5.396
69º	Guarapari	4.135,08	78.839.373,95	19.066
70º	Atílio Vivacqua	4.085,24	8.640.288,76	2.115
71º	São Gabriel da Palha	4.020,81	15.914.347,56	3.958
72º	Viana	3.983,29	47.046.660,07	11.811
73º	Ibatiba	3.837,53	15.319.400,88	3.992
74º	Alegre	...	...	2.394
75º	Rio Novo do Sul	...	...	1.272
76º	Ponto Belo	...	...	1.160
77º	Apiacá	...	...	1.144
78º	Conceição da Barra	...	...	5.499
TOTAL		5.288,99	2.699.764.639,30	510.450

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; Matrículas para 2013 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

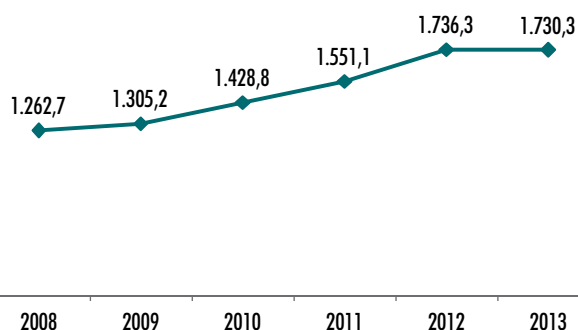


Desempenho

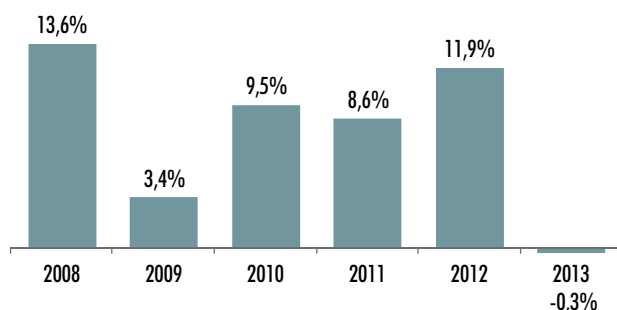
Tal como ocorreu com a educação, a redução da receita corrente municipal em 2013 refletiu-se negativamente nos gastos com saúde, haja vista que esta também é financiada com fontes de recursos vinculadas ao orçamento do ano corrente. Em 2013, a despesa com saúde dos municípios capixabas permaneceu relativamente estável em relação a 2012, com queda real de 0,3%, o que representou uma redução de R\$ 6 milhões. Ainda assim, houve um aumento do percentual das receitas vinculadas destinadas à saúde, que passou de 19,6%, em 2012, para 20,9%, em 2013. Esse fato ocorreu pela própria redução das receitas.

Evolução dos gastos com saúde

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



Taxa de crescimento do gasto com saúde em relação ao ano anterior



Do total de 73 municípios que apresentaram dados sobre a despesa por funções de governo para o exercício de 2013, 41 realizaram cortes na despesa com saúde, sendo dezesseis bastante expressivas, acima de 10%.

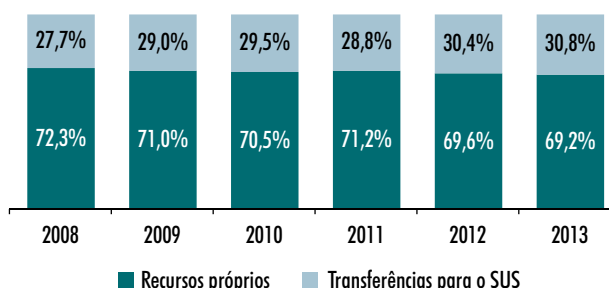
Dentre esses, destacam-se Itarana (-31,1%), Conceição do Castelo (-25,3%), Alto Rio Novo (-23,5%), Água Doce do Norte (-22%) e Vila Velha (-21,5%). Vila Velha (R\$ -26,2 milhões) e Itarana (R\$ -2,4 milhões) foram também os que mais reduziram a despesa com saúde em valores absolutos, juntamente com Aracruz (R\$ -5 milhões), Cariacica (R\$ -2,6 milhões) e Guaçuí (R\$ -2,3 milhões).

Mesmo nesse cenário de redução da receita e contingenciamento de despesa, alguns municípios conseguiram elevar significativamente seus gastos com saúde, fazendo com que o desempenho do conjunto capixaba não fosse ainda mais drástico. Dentre esses, destacaram-se os incrementos de Serra (R\$ 13 milhões), Colatina (R\$ 7,2 milhões), Domingos Martins (R\$ 6,7 milhões), Vitória, Itapemirim (R\$ 6 milhões, cada um) e Linhares (R\$ 5,3 milhões). Em termos relativos, os destaques ficaram com Domingos Martins (47,8%), Itapemirim (25,5%), Presidente Kennedy (20,8%), Piúma (19,4%), Muniz Freire (13,3%), Colatina (11,3%), Vila Pavão (10,7%) e Águia Branca (10,2%).

Em 17 cidades a saúde respondeu por mais de um quarto da despesa total, sendo as maiores participações registradas em Santa Teresa (30,2%), Linhares (30%), Atílio Vivácqua (29,6%), Venda Nova do Imigrante (27,6%) e Colatina (27,4%). Além de Venda Nova do Imigrante, em outros cinco municípios o gasto com saúde é tão elevado que superou até mesmo o com educação. São eles: Governador Lindenberg (27,3%), São Roque do Canaã (26,2%), Bom Jesus do Norte (25,7%), Laranja da Terra (25,4%) e Divino de São Lourenço (25,2%).

A maior parte das despesas com saúde dos municípios capixabas é custeada com os recursos próprios, totalizando

Participação média dos recursos próprios e das transferências para o SUS no financiamento da saúde



69,2%, em 2013, enquanto que as transferências dos demais níveis de governo responderam por 30,8%. As cidades onde houve a maior participação dos recursos próprios nos gastos com a saúde foram: Presidente Kennedy (91,1%), Anchieta (88,9%), Itapemirim (87,5%), Vitória (81,6%) e São Domingos do Norte (79,6%).

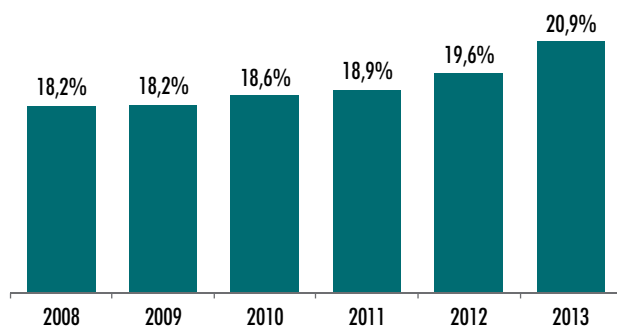
Recursos próprios vinculados à saúde

Assim como ocorre com a educação, parte das receitas municipais também está vinculada constitucionalmente às despesas com saúde. De acordo com a legislação em vigor, os municípios devem destinar, no mínimo, 15% de suas receitas tributárias e de algumas transferências constitucionais ao financiamento da saúde. Veja mais detalhes no Saiba mais sobre a aplicação mínima de recursos na saúde, abaixo.

De acordo com os dados divulgados pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), do Ministério da Saúde, em 2013 a aplicação média dos recursos vinculados à saúde dos municípios capixabas foi de 20,9%, 1,4 ponto percentual a mais que em 2012.

Até a data de fechamento desta edição, apenas três municípios ainda não haviam prestado contas sobre o gasto com saúde junto ao Siops: Aracruz, Pedro Canário e Divino de São Lourenço. Todos os demais destinaram mais que o mínimo exigido pela Constituição. Os maiores percentuais de aplicação foram observados em Rio Bananal (32,2%), Linhares (32,1%), Ibatiba (30,5%), Brejetuba (30,4%) e Muqui (29,9%). Baixo Guandu, que, em 2012, havia destinado menos recursos que o mínimo exigido constitucionalmente, aplicou, em 2013, 17,7% de suas receitas vinculadas.

Gasto em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada dos municípios



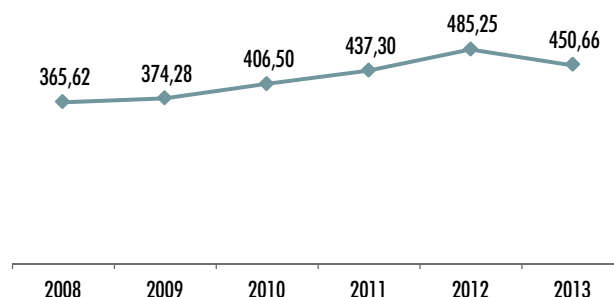
Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope).

Gasto per capita

O gasto com saúde per capita dos municípios capixabas passou de R\$ 485,25, em 2012, para R\$ 450,66, em 2013, o que representou uma redução de 7,1%, no mesmo período. Essa retração deveu-se ao crescimento da população capixaba de 7,3% associado à redução da despesa com saúde de 0,3%.

Gasto médio com saúde per capita

em R\$ - IPCA médio de 2013



Os municípios que apresentaram os maiores gastos com saúde per capita foram Anchieta (R\$ 1.829,63), Presidente Kennedy (R\$ 1.497,26), Mucurici (R\$ 937,33), Itapemirim (R\$ 879,89) e Divino de São Lourenço (R\$ 810,34), enquanto que os menores foram em Cariacica (R\$ 200,18), Vila Velha (R\$ 208,40), Cachoeiro de Itapemirim (R\$ 245,28), Barra de São Francisco (R\$ 277,73) e Guarapari (R\$ 330,25).

Em função da exigência constitucional de vinculação de parte das receitas à saúde, a despesa com saúde per capita está estritamente ligada à receita corrente per capita. Dessa forma, cidades com níveis de receita per capita mais elevados ou com população reduzida tendem a ter as maiores despesas por habitante.

Saiba mais sobre a aplicação mínima de recursos na saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) se caracteriza por ser um sistema descentralizado, ou seja, é realizado e financiado por cada um dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), por meio dos fundos de saúde.

De acordo com a Lei Federal Complementar nº 141/2012, a União deverá aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o valor empenhado no exercício financeiro

anterior, acrescido de, no mínimo, a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano precedente. No caso dos estados e do Distrito Federal, serão, no mínimo, 12% do conjunto das receitas do ITCD, ICMS, IPVA, IRRF, FPE e IPI-Exportação, deduzidas as parcelas relativas aos municípios daquelas fontes que forem compartilhadas. Esses, por sua vez, deverão aplicar, no mínimo, 15% do conjunto das receitas do IPTU, ITBI, ISS, IRRF, ITR, IPVA, ICMS, FPM e IPI-Exportação.

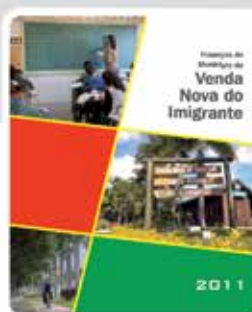
São consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas referentes à vigilância epidemiológica, sanitária e em saúde; à atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade; à capacitação do pessoal de saúde do SUS; ao desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS; à produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos; ao saneamento básico de domicílios ou pequenas comunidades, incluindo os distritos indígenas e remanescentes de quilombos; ao manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças; ao investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de

saúde; à remuneração do pessoal ativo da área de saúde; às ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS; e à gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

Não são computados os pagamentos de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde; a assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal; a merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS; a limpeza urbana e a remoção de resíduos; a preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente ou por entidades não governamentais; e as ações de assistência social e obras de infraestrutura.

No caso de descumprimento dos percentuais mínimos de aplicação de recursos na saúde, a União e os estados poderão restringir o repasse de suas respectivas transferências constitucionais aos entes infratores, até o montante correspondente ao percentual mínimo que deixou de ser aplicado em exercícios anteriores, transferindo essa diferença diretamente à conta-corrente do Fundo de Saúde do ente, até que seja eliminada a pendência. Além disso, enquanto perdurar esse descumprimento o ente ficará impossibilitado de receber qualquer tipo de transferência voluntária.

Divulgar as contas de seu município de forma clara e didática, isso sim é transparência.



***Faça sua publicação com a Aequus Consultoria.
Solicite uma proposta.***

***www.aequus.com.br
(27) 3235-7841***



Onde tem cidade limpa e organizada,
tem o trabalho do SELURES.



Coleta e transporte de resíduos domiciliares, hospitalares e industriais; limpeza, varrição e conservação de ruas, avenidas e logradouros; destinação final em usinas de compostagem e reciclagem; incineração, transbordos, aterros sanitários e serviços afins. Todo esse trabalho, que deixa sua cidade mais limpa e bonita, é realizado por uma empresa afiliada ao SELURES – Sindicato Estadual das Empresas de Limpeza Urbana do Espírito Santo. Um sindicato que se preocupa tanto com a qualidade de vida que faz questão de deixar até este anúncio limpo.



Despesa com saúde - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/ 2012	Partic. na desp. total 2013	Gasto em saúde com recursos próprios sobre a receita vinculada ¹ 2013	Gasto com saúde per capita 2013 em R\$
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013						em %			
Afonso Cláudio	11.703,0	9.741,7	10.711,9	13.039,0	13.068,0	14.075,0	7,7	21,0	16,7	432,40
Água Doce do Norte	4.607,0	4.406,1	4.428,7	5.282,8	5.904,3	4.603,3	-22,0	15,4	17,7	378,44
Água Branca	4.146,2	3.823,6	6.551,5	5.147,3	5.391,9	5.941,2	10,2	22,4	28,1	591,46
Alegre	12.319,1	13.806,3	15.539,2	14.778,5	13.578,9	...	...	...	26,9	...
Alfredo Chaves	7.030,9	7.546,6	7.714,0	8.960,8	8.329,7	8.656,6	3,9	21,7	22,9	582,58
Alto Rio Novo	3.188,6	4.292,9	4.286,3	3.867,5	4.763,8	3.645,0	-23,5	20,2	20,0	464,86
Anchieta	22.546,0	27.134,3	30.987,9	34.452,3	48.698,1	48.774,3	0,2	18,9	18,3	1.829,63
Apiacá	3.881,9	3.603,4	3.292,9	4.431,2	4.448,2	...	...	...	24,9	...
Aracruz	53.321,0	52.968,7	50.359,1	54.938,8	56.295,6	51.300,7	-8,9	17,8	...	560,28
Atílio Vivácqua	5.552,9	5.787,8	5.900,9	6.455,2	7.908,0	8.021,7	1,4	29,6	28,6	738,51
Baixo Guandu	10.436,5	10.745,7	10.551,9	10.802,4	12.370,2	10.716,4	-13,4	17,9	17,7	344,29
Barra de São Francisco	11.909,6	11.625,3	12.787,8	13.512,4	14.333,2	12.187,4	-15,0	15,1	16,5	277,73
Boa Esperança	5.429,3	5.999,0	6.735,4	8.031,3	7.692,7	7.060,6	-8,2	17,9	19,8	465,47
Bom Jesus do Norte	5.250,5	4.078,6	5.155,0	5.104,9	5.579,0	5.268,5	-5,6	25,7	29,2	521,90
Brejetuba	6.020,1	6.402,4	6.510,5	7.985,6	8.209,0	7.286,4	-11,2	26,3	30,4	575,13
Cachoeiro de Itapemirim	46.259,0	40.116,5	42.876,1	48.039,3	51.702,7	50.335,3	-2,6	17,3	15,8	245,28
Cariacica	46.594,3	46.295,2	55.683,8	67.694,2	77.909,8	75.261,7	-3,4	16,9	18,0	200,18
Castelo	12.838,9	13.727,9	14.577,0	17.973,0	18.745,0	19.131,3	2,1	26,3	22,3	512,48
Colatina	37.582,5	39.484,9	47.004,7	51.693,3	63.424,1	70.610,0	11,3	27,4	20,5	585,12
Conceição da Barra	11.072,0	11.226,0	13.135,5	12.148,3	13.916,1	...	...	...	20,1	...
Conceição do Castelo	5.578,6	5.934,8	6.027,0	5.975,5	7.426,6	5.545,3	-25,3	19,8	18,2	440,83
Divino de São Lourenço	2.818,3	2.605,3	2.509,4	2.932,5	4.176,8	3.798,9	-9,0	25,2	...	810,34
Domingos Martins	11.680,3	13.698,9	15.616,5	14.860,6	14.050,6	20.770,6	47,8	25,9	18,8	609,84
Dores do Rio Preto	3.566,4	3.117,0	3.590,7	3.005,0	3.658,2	3.384,5	-7,5	21,1	20,7	495,75
Ecoporanga	11.856,3	11.295,1	11.963,9	12.232,1	12.405,1	11.680,4	-5,8	23,3	26,3	480,14
Fundão	8.203,0	9.211,3	8.405,1	9.646,2	10.387,1	10.289,0	-0,9	20,8	25,8	536,53
Governador Lindenberg	5.423,3	5.284,9	6.228,7	7.432,9	7.274,4	6.843,9	-5,9	27,3	26,6	572,56
Guaçu	10.330,8	10.230,9	13.362,1	12.949,5	13.922,4	11.649,3	-16,3	19,3	21,8	386,46
Guarapari	22.714,5	23.202,3	30.522,5	30.825,7	40.325,7	38.400,4	-4,8	21,1	21,0	330,25
Ibatiba	9.119,1	8.541,5	8.955,9	9.593,3	10.072,0	10.599,9	5,2	26,1	30,5	431,33
Ibiraçu	4.266,3	4.635,0	6.169,8	5.220,3	6.383,5	5.874,4	-8,0	20,8	27,5	484,52
Ibitirama	4.944,6	4.002,9	4.266,4	5.125,1	5.187,8	5.134,6	-1,0	19,8	23,2	546,23
Iconha	5.854,6	5.538,6	6.128,0	7.055,4	7.759,9	6.829,0	-12,0	20,6	25,6	504,06
Irupi	5.025,5	4.887,6	5.024,6	6.022,2	6.524,7	6.942,2	6,4	23,0	29,5	542,45
Itaguaçu	6.381,3	6.298,8	7.140,0	7.158,0	8.570,8	7.602,8	-11,3	21,8	17,2	512,18
Itapemirim	11.650,6	11.403,5	14.287,8	16.608,2	23.562,2	29.573,1	25,5	15,9	23,9	879,89
Itarana	4.907,8	4.630,3	5.418,8	5.495,0	7.592,2	5.228,2	-31,1	21,0	20,1	460,68
Iúna	8.002,8	7.130,9	9.349,7	9.838,3	10.287,9	10.948,7	6,4	21,1	25,3	374,21
Jaguaré	11.233,2	9.843,0	11.327,3	13.151,8	15.138,9	14.454,2	-4,5	19,4	26,6	523,72
Jerônimo Monteiro	3.717,2	3.924,3	3.915,6	4.037,9	4.016,4	4.243,4	5,7	15,8	18,2	362,47
João Neiva	7.181,3	8.037,7	7.402,1	9.028,7	10.234,3	8.407,6	-17,8	23,0	25,6	498,41
Laranja da Terra	5.324,8	5.476,2	5.654,9	6.373,7	6.671,4	6.685,6	0,2	25,4	27,4	585,53
Linhares	78.448,7	77.853,7	99.768,9	105.335,0	119.146,6	124.476,0	4,5	30,0	32,1	788,75
Mantenópolis	5.278,0	5.032,3	5.410,4	5.837,2	7.039,6	6.860,8	-2,5	21,6	20,0	463,32
Marataizes	9.765,5	11.315,7	12.168,0	13.223,2	17.349,0	17.047,3	-1,7	15,8	25,5	459,00
Marechal Floriano	6.398,5	6.468,7	6.566,4	7.365,0	8.883,3	9.137,0	2,9	25,1	28,8	582,38
Marilândia	5.527,9	6.570,0	6.420,0	7.666,1	7.410,1	6.007,6	-18,9	22,3	23,0	496,82
Mimoso do Sul	9.537,7	11.692,8	11.508,5	12.420,7	13.197,9	12.002,4	-9,1	23,2	24,0	439,50
Montanha	7.913,8	7.253,5	7.556,0	8.376,3	9.147,2	9.733,3	6,4	23,0	26,7	510,96
Mucurici	3.269,9	3.040,5	3.744,9	4.810,9	5.190,4	5.538,7	6,7	25,1	24,2	937,33
Muniz Freire	7.260,5	7.336,7	8.149,5	9.567,0	10.519,3	11.923,2	13,3	24,2	25,8	624,87
Muqui	5.486,3	7.132,1	6.688,7	7.398,4	8.636,2	7.667,9	-11,2	27,2	29,9	496,69
Nova Venécia	15.950,5	19.421,6	20.297,3	19.518,7	19.400,6	19.584,4	0,9	21,9	19,9	395,13
Pancas	8.095,8	7.680,9	9.161,1	8.882,1	9.254,7	8.922,6	-3,6	23,4	18,0	385,84
Pedro Canário	8.467,9	7.588,6	10.823,3	7.581,1	9.582,4	10.399,8	8,5	23,3	...	404,66
Pinheiros	9.282,0	9.734,6	10.895,1	12.247,5	12.978,4	11.842,4	-8,8	20,9	25,1	455,08
Piúma	6.753,4	7.315,1	10.511,2	10.034,2	11.417,8	13.630,2	19,4	23,2	26,6	678,73
Ponto Belo	3.566,5	3.607,1	3.945,2	4.156,4	4.425,7	...	...	...	23,1	...
Presidente Kennedy	12.695,9	13.961,8	17.185,0	20.551,5	13.793,3	16.664,5	20,8	15,9	28,9	1.497,26
Rio Bananal	8.215,8	8.993,6	10.823,3	10.619,0	12.405,6	11.932,7	-3,8	24,3	32,2	631,63
Rio Novo do Sul	4.979,4	5.009,3	5.201,1	5.462,8	6.323,1	...	...	...	26,8	...
Santa Leopoldina	5.826,7	5.024,7	5.449,2	5.123,6	5.660,8	5.846,0	3,3	19,7	22,8	453,85
Santa Maria de Jetibá	14.377,0	14.419,8	15.254,8	17.592,5	19.602,1	18.846,1	-3,9	24,9	20,9	499,63
Santa Teresa	11.316,2	12.986,8	13.231,0	15.232,1	18.288,4	16.204,8	-11,4	30,2	19,2	691,57
São Domingos do Norte	3.617,8	3.927,2	4.126,3	4.574,6	4.536,9	4.662,3	2,8	21,8	19,1	542,45
São Gabriel da Palha	8.319,5	10.447,4	12.303,6	11.844,6	12.892,6	12.739,6	-1,2	22,1	21,0	361,59
São José do Calçado	4.981,6	4.794,5	5.919,5	7.175,6	5.887,9	5.797,3	-1,5	21,8	23,1	527,65
São Mateus	25.895,2	29.765,1	35.081,9	38.514,9	38.214,2	41.085,8	7,5	16,5	24,8	340,33
São Roque do Canaã	6.053,9	5.797,8	7.224,2	7.418,0	7.724,1	6.632,9	-14,1	26,2	29,3	544,62
Serra	133.070,5	153.222,6	158.054,9	169.617,7	181.192,9	194.155,9	7,2	23,2	23,6	415,47
Sooretama	7.245,9	7.337,7	8.946,9	8.258,5	9.891,9	9.489,9	-4,1	16,3	18,7	353,53
Vargem Alta	8.970,1	9.093,5	10.012,1	9.999,8	10.401,3	9.479,1	-8,9	19,3	19,6	456,96
Venda Nova do Imigrante	9.806,0	10.568,8	11.703,3	11.262,2	13.442,8	13.462,3	0,1	27,6	20,9	588,57
Viana	15.473,3	16.909,1	18.764,5	21.799,5	22.739,0	24.765,7	8,9	18,0	22,1	343,42
Vila Pavão	3.217,4	3.135,7	2.826,8	3.517,0	3.812,6	4.221,7	10,7	18,0	25,9	455,32
Vila Valério	6.349,6	5.350,5	6.283,2	7.790,2	8.065,9	8.795,9	9,1	24,7	27,1	601,88
Vila Velha	78.540,2	81.628,2	92.226,3	111.078,5	121.791,0	95.551,2	-21,5	14,2	16,2	208,40
Vitória	211.293,1	212.043,5	206.546,9	220.371,3	268.115,4	274.120,2	2,2	19,3	18,0	787,10
TOTAL	1.262.717,8	1.305.205,6	1.428.835,8	1.551.129,6	1.736.258,0	1.730.259,6	-0,3	20,5	20,9	450,66

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos da Saúde (Siops). Nota: ¹valores para atender à Emenda Constitucional nº 29, dados do Siops.

Despesa com saúde

Posição	Município	Despesa com saúde em R\$	População 2013
1º	Vitória	274.120.248,98	348.268
2º	Serra	194.155.869,22	467.318
3º	Linhães	124.475.977,78	157.814
4º	Vila Velha	95.551.151,03	458.489
5º	Cariacica	75.261.667,63	375.974
6º	Colatina	70.609.954,52	120.677
7º	Aracruz	51.300.689,00	91.562
8º	Cachoeiro de Itapemirim	50.335.309,13	205.213
9º	Anchieta	48.774.333,94	26.658
10º	São Mateus	41.085.823,23	120.725
11º	Guarapari	38.400.355,02	116.278
12º	Itapemirim	29.573.133,91	33.610
13º	Viana	24.765.740,61	72.115
14º	Domingos Martins	20.770.613,23	34.059
15º	Nova Venécia	19.584.411,43	49.564
16º	Castelo	19.131.301,63	37.331
17º	Santa Maria de Jetibá	18.846.073,16	37.720
18º	Marataizes	17.047.340,25	37.140
19º	Presidente Kennedy	16.664.514,64	11.130
20º	Santa Teresa	16.204.810,95	23.432
21º	Jaguaré	14.454.217,06	27.599
22º	Afonso Cláudio	14.074.977,07	32.551
23º	Piúma	13.630.192,66	20.082
24º	Venda Nova do Imigrante	13.462.348,63	22.873
25º	São Gabriel da Palha	12.739.556,85	35.232
26º	Barra de São Francisco	12.187.410,82	43.882
27º	Mimoso do Sul	12.002.392,36	27.309
28º	Rio Bananal	11.932.728,11	18.892
29º	Muniz Freire	11.923.203,43	19.081
30º	Pinheiros	11.842.432,62	26.023
31º	Ecoporanga	11.680.391,04	24.327
32º	Guaçu	11.649.331,32	30.144
33º	Iúna	10.948.655,54	29.258
34º	Baixo Guandu	10.716.378,46	31.126
35º	Ibatiba	10.599.878,29	24.575
36º	Pedro Canário	10.399.762,74	25.700
37º	Fundão	10.288.965,61	19.177
38º	Montanha	9.733.342,75	19.049
39º	Sooretama	9.489.877,82	26.843
40º	Vargem Alta	9.479.103,38	20.744
41º	Marechal Floriano	9.136.975,96	15.689
42º	Pancas	8.922.619,67	23.125
43º	Vila Valério	8.795.936,36	14.614
44º	Alfredo Chaves	8.656.594,61	14.859
45º	João Neiva	8.407.621,39	16.869
46º	Atílio Vivácqua	8.021.734,64	10.862
47º	Muqui	7.667.918,43	15.438
48º	Itaguaçu	7.602.814,70	14.844
49º	Brejetuba	7.286.377,18	12.669
50º	Boa Esperança	7.060.641,39	15.169
51º	Irupi	6.942.240,83	12.798
52º	Mantenópolis	6.860.813,52	14.808
53º	Governador Lindenberg	6.843.856,56	11.953
54º	Iconha	6.829.011,61	13.548
55º	Laranja da Terra	6.685.633,59	11.418
56º	São Roque do Canaã	6.632.915,30	12.179
57º	Marilândia	6.007.562,02	12.092
58º	Água Branca	5.941.210,03	10.045
59º	Ibiraçu	5.874.353,78	12.124
60º	Santa Leopoldina	5.846.012,62	12.881
61º	São José do Calçado	5.797.250,53	10.987
62º	Conceição do Castelo	5.545.257,63	12.579
63º	Mucurici	5.538.710,60	5.909
64º	Bom Jesus do Norte	5.268.530,34	10.095
65º	Itarana	5.228.222,93	11.349
66º	Ibitirama	5.134.586,14	9.400
67º	São Domingos do Norte	4.662.321,06	8.595
68º	Água Doce do Norte	4.603.318,78	12.164
69º	Jerônimo Monteiro	4.243.410,56	11.707
70º	Vila Pavão	4.221.706,06	9.272
71º	Divino de São Lourenço	3.798.886,58	4.688
72º	Alto Rio Novo	3.644.964,07	7.841
73º	Dores do Rio Preto	3.384.487,03	6.827
74º	Conceição da Barra	...	30.659
75º	Alegre	...	32.267
76º	Rio Novo do Sul	...	11.993
77º	Apiaçá	...	7.916
78º	Ponto Belo	...	11.993
TOTAL		1.730.259.640,47	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesa com saúde per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com saúde (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Anchieta	1.829,63	48.774.333,94	26.658
2º	Presidente Kennedy	1.497,26	16.664.514,64	11.130
3º	Mucurici	937,33	5.538.710,60	5.909
4º	Itapemirim	879,89	29.573.133,91	33.610
5º	Divino de São Lourenço	810,34	3.798.886,58	4.688
6º	Linhães	788,75	124.475.977,78	157.814
7º	Vitória	787,10	274.120.248,98	348.268
8º	Atílio Vivácqua	738,51	8.021.734,64	10.862
9º	Santa Teresa	691,57	16.204.810,95	23.432
10º	Piúma	678,73	13.630.192,66	20.082
11º	Rio Bananal	631,63	11.932.728,11	18.892
12º	Muniz Freire	624,87	11.923.203,43	19.081
13º	Domingos Martins	609,84	20.770.613,23	34.059
14º	Vila Valério	601,88	8.795.936,36	14.614
15º	Água Branca	591,46	5.941.210,03	10.045
16º	Venda Nova do Imigrante	588,57	13.462.348,63	22.873
17º	Laranja da Terra	585,53	6.685.633,59	11.418
18º	Colatina	585,12	70.609.954,52	120.677
19º	Alfredo Chaves	582,58	8.656.594,61	14.859
20º	Marechal Floriano	582,38	9.136.975,96	15.689
21º	Brejetuba	575,13	7.286.377,18	12.669
22º	Governador Lindenberg	572,56	6.843.856,56	11.953
23º	Aracruz	560,28	51.300.689,00	91.562
24º	Ibitirama	546,23	5.134.586,14	9.400
25º	São Roque do Canaã	544,62	6.632.915,30	12.179
26º	Irupi	542,45	6.942.240,83	12.798
27º	São Domingos do Norte	542,45	4.662.321,06	8.595
28º	Fundão	536,53	10.288.965,61	19.177
29º	São José do Calçado	527,65	5.797.250,53	10.987
30º	Jaguaré	523,72	14.454.217,06	27.599
31º	Bom Jesus do Norte	521,90	5.268.530,34	10.095
32º	Castelo	512,48	19.131.301,63	37.331
33º	Itaguaçu	512,18	7.602.814,70	14.844
34º	Montanha	510,96	9.733.342,75	19.049
35º	Iconha	504,06	6.829.011,61	13.548
36º	Santa Maria de Jetibá	499,63	18.846.073,16	37.720
37º	João Neiva	498,41	8.407.621,39	16.869
38º	Marilândia	496,82	6.007.562,02	12.092
39º	Muqui	496,69	7.667.918,43	15.438
40º	Dores do Rio Preto	495,75	3.384.487,03	6.827
41º	Ibiraçu	484,52	5.874.353,78	12.124
42º	Ecoporanga	480,14	11.680.391,04	24.327
43º	Boa Esperança	465,47	7.060.641,39	15.169
44º	Alto Rio Novo	464,86	3.644.964,07	7.841
45º	Mantenópolis	463,32	6.860.813,52	14.808
46º	Itarana	460,68	5.228.222,93	11.349
47º	Marataizes	459,00	17.047.340,25	37.140
48º	Vargem Alta	456,96	9.479.103,38	20.744
49º	Vila Pavão	455,32	4.221.706,06	9.272
50º	Pinheiros	455,08	11.842.432,62	26.023
51º	Santa Leopoldina	453,85	5.846.012,62	12.881
52º	Conceição do Castelo	440,83	5.545.257,63	12.579
53º	Mimoso do Sul	439,50	12.002.392,36	27.309
54º	Afonso Cláudio	432,40	14.074.977,07	32.551
55º	Ibatiba	431,33	10.599.878,29	24.575
56º	Serra	415,47	194.155.869,22	467.318
57º	Pedro Canário	404,66	10.399.762,74	25.700
58º	Nova Venécia	395,13	19.584.411,43	49.564
59º	Guaçu	386,46	11.649.331,32	30.144
60º	Pancas	385,84	8.922.619,67	23.125
61º	Água Doce do Norte	378,44	4.603.318,78	12.164
62º	Iúna	374,21	10.948.655,54	29.258
63º	Jerônimo Monteiro	362,47	4.243.410,56	11.707
64º	São Gabriel da Palha	361,59	12.739.556,85	35.232
65º	Sooretama	353,53	9.489.877,82	26.843
66º	Baixo Guandu	344,29	10.716.378,46	31.126
67º	Viana	343,42	24.765.740,61	72.115
68º	São Mateus	340,33	41.085.823,23	120.725
69º	Guarapari	330,25	38.400.355,02	116.278
70º	Barra de São Francisco	277,73	12.187.410,82	43.882
71º	Cachoeiro de Itapemirim	245,28	50.335.309,13	205.213
72º	Vila Velha	208,40	95.551.151,03	458.489
73º	Cariacica	200,18	75.261.667,63	375.974
74º	Ponto Belo	...	...	7.590
75º	Apiaçá	...	...	7.916
76º	Rio Novo do Sul	...	...	11.993
77º	Conceição da Barra	...	...	30.659
78º	Alegre	...	...	32.267
TOTAL		450,66	1.730.259.640,47	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gasto com saúde - 2013

Municípios	Gastos com saúde A	Receita SUS B	Gasto com recursos próprios C = A - B	Receita SUS / Desp. total com saúde B / A	Rec. próprios / Desp. total com saúde C / A
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013			em %	
Afonso Cláudio	14.075,0	6.529,8	7.545,2	46,4	53,6
Água Doce do Norte	4.603,3	2.336,2	2.267,1	50,7	49,3
Água Branca	5.941,2	1.587,6	4.353,6	26,7	73,3
Alegre	...	...	...	...	...
Alfredo Chaves	8.656,6	1.961,1	6.695,5	22,7	77,3
Alto Rio Novo	3.645,0	1.194,6	2.450,3	32,8	67,2
Anchieta	48.774,3	5.418,9	43.355,4	11,1	88,9
Apiacá	...	1.614,9	...	...	...
Aracruz	51.300,7	13.807,3	37.493,4	26,9	73,1
Atilio Vivácqua	8.021,7	2.040,1	5.981,6	25,4	74,6
Baixo Guandu	10.716,4	3.704,3	7.012,1	34,6	65,4
Barra de São Francisco	12.187,4	6.997,1	5.190,3	57,4	42,6
Boa Esperança	7.060,6	3.270,2	3.790,5	46,3	53,7
Bom Jesus do Norte	5.268,5	1.546,9	3.721,6	29,4	70,6
Brejetuba	7.286,4	2.153,2	5.133,2	29,6	70,4
Cachoeiro de Itapemirim	50.335,3	17.986,1	32.349,2	35,7	64,3
Cariacica	75.261,7	28.262,5	46.999,1	37,6	62,4
Castelo	19.131,3	9.006,2	10.125,1	47,1	52,9
Colatina	70.610,0	34.918,0	35.691,9	49,5	50,5
Conceição da Barra	...	4.708,7	...	...	...
Conceição do Castelo	5.545,3	1.776,1	3.769,2	32,0	68,0
Divino de São Lourenço	3.798,9	1.073,0	2.725,9	28,2	71,8
Domingos Martins	20.770,6	11.475,3	9.295,3	55,2	44,8
Dores do Rio Preto	3.384,5	971,5	2.412,9	28,7	71,3
Ecoporanga	11.680,4	4.274,4	7.406,0	36,6	63,4
Fundão	10.289,0	2.490,3	7.798,7	24,2	75,8
Governador Lindenberg	6.843,9	1.780,8	5.063,0	26,0	74,0
Guaçu	11.649,3	5.908,8	5.740,5	50,7	49,3
Guarapari	38.400,4	12.341,7	26.058,6	32,1	67,9
Ibatiba	10.599,9	3.732,9	6.867,0	35,2	64,8
Ibiraçu	5.874,4	1.615,0	4.259,4	27,5	72,5
Ibitirama	5.134,6	2.174,1	2.960,4	42,3	57,7
Iconha	6.829,0	1.923,9	4.905,1	28,2	71,8
Irupi	6.942,2	1.911,5	5.030,7	27,5	72,5
Itaguaçu	7.602,8	3.434,0	4.168,8	45,2	54,8
Itapemirim	29.573,1	3.702,9	25.870,3	12,5	87,5
Itarana	5.228,2	...	...	...	...
Iúna	10.948,7	3.104,6	7.844,1	28,4	71,6
Jaguaré	14.454,2	4.008,0	10.446,2	27,7	72,3
Jerônimo Monteiro	4.243,4	2.255,9	1.987,5	53,2	46,8
João Neiva	8.407,6	2.917,6	5.490,0	34,7	65,3
Laranja da Terra	6.685,6	1.898,5	4.787,1	28,4	71,6
Linhares	124.476,0	36.495,1	87.980,9	29,3	70,7
Mantenópolis	6.860,8	2.593,5	4.267,3	37,8	62,2
Marataizes	17.047,3	4.547,8	12.499,6	26,7	73,3
Marechal Floriano	9.137,0	2.132,6	7.004,3	23,3	76,7
Mariândia	6.007,6	2.352,0	3.655,5	39,2	60,8
Mimoso do Sul	12.002,4	5.889,1	6.113,3	49,1	50,9
Montanha	9.733,3	2.824,4	6.908,9	29,0	71,0
Mucurici	5.538,7	1.213,3	4.325,4	21,9	78,1
Muniz Freire	11.923,2	4.259,9	7.663,3	35,7	64,3
Muqui	7.667,9	2.539,0	5.128,9	33,1	66,9
Nova Venécia	19.584,4	9.470,5	10.113,9	48,4	51,6
Pancas	8.922,6	4.107,8	4.814,9	46,0	54,0
Pedro Canário	10.399,8	4.319,9	6.079,9	41,5	58,5
Pinheiros	11.842,4	4.123,1	7.719,4	34,8	65,2
Piúma	13.630,2	3.042,5	10.587,7	22,3	77,7
Ponto Belo	...	...	...	...	...
Presidente Kennedy	16.664,5	1.487,4	15.177,1	8,9	91,1
Rio Bananal	11.932,7	2.859,6	9.073,1	24,0	76,0
Rio Novo do Sul	...	1.819,3	...	...	...
Santa Leopoldina	5.846,0	1.218,3	4.627,7	20,8	79,2
Santa Maria de Jetibá	18.846,1	7.183,1	11.662,9	38,1	61,9
Santa Teresa	16.204,8	10.032,7	6.172,1	61,9	38,1
São Domingos do Norte	4.662,3	952,9	3.709,4	20,4	79,6
São Gabriel da Palha	12.739,6	4.472,5	8.267,1	35,1	64,9
São José do Calçado	5.797,3	3.232,0	2.565,2	55,8	44,2
São Mateus	41.085,8	12.886,9	28.199,0	31,4	68,6
São Roque do Canaã	6.632,9	1.818,1	4.814,8	27,4	72,6
Serra	194.155,9	59.356,5	134.799,3	30,6	69,4
Sooretama	9.489,9	2.269,4	7.220,4	23,9	76,1
Vargem Alta	9.479,1	4.135,7	5.343,4	43,6	56,4
Venda Nova do Imigrante	13.462,3	4.137,2	9.325,2	30,7	69,3
Viana	24.765,7	8.237,1	16.528,7	33,3	66,7
Vila Pavão	4.221,7	1.293,8	2.927,9	30,6	69,4
Vila Valério	8.795,9	1.887,2	6.908,7	21,5	78,5
Vila Velha	95.551,2	33.187,0	62.364,1	34,7	65,3
Vitória	274.120,2	50.570,9	223.549,4	18,4	81,6
TOTAL	1.730.259,6	533.548,8	1.160.226,2	30,8	67,1

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

Você tem sede de quê?

CONTINUA NA PÁGINA 2

{ Preservação
ambiental. }

A Cesan capta, trata, distribui água e, também, coleta e trata o esgoto para que a água volte limpa à natureza. É assim que a companhia cuida de você e do meio ambiente. Para expandir esse ciclo, o Governo do Espírito Santo, por meio da Cesan, está investindo R\$ 1 bilhão, de 2011 até 2014, na ampliação dos serviços de saneamento básico. Cesan. É mais que qualidade de água. É respeito por você e pela natureza.

 /seliganarede.com  /poupeagua
 @LiganaRede  @poupeagua
 @McH2O  @DavidGota

www.cesan.com.br

EM 4 ANOS
R\$1BI
EM SANEAMENTO

 **CESAN**
qualidade em saneamento

 GOVERNO DO
**ESPIRITO
SANTO**
CRESCER É COM A GENTE

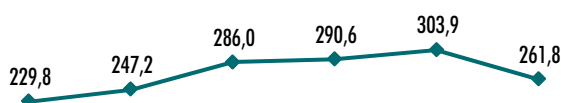


Desempenho

Os gastos das prefeituras com programas e projetos assistenciais foram reduzidos em 13,8%, em 2013, em relação a 2012, em resposta direta à retração nas receitas correntes municipais. Com a queda de 4% na arrecadação, o equivalente a R\$ 375,7 milhões, as administrações municipais foram forçadas a enxugar despesas. Interrompeu-se o ciclo de ampliação desses gastos que, desde 2007, cresciam 9,6% ao ano, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de 2013. O corte de R\$ 42 milhões nos gastos com a assistência social foi muito mais forte do que o realizado na saúde, de R\$ 6 milhões, e na educação, de R\$ 4,5 milhões.

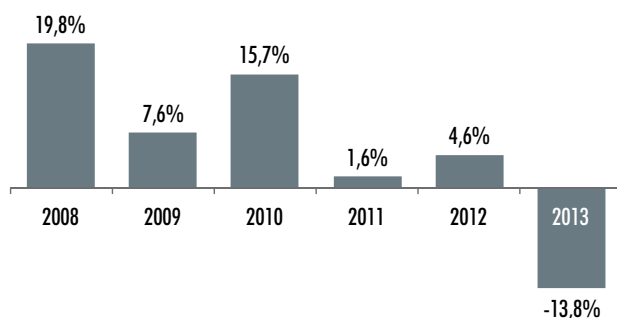
Evolução dos gastos com assistência social

em R\$ milhões - IPCA médio de 2013



2008 2009 2010 2011 2012 2013

Taxa de crescimento dos gastos com assistência social em relação ao ano anterior



2008 2009 2010 2011 2012 2013

Os municípios de Serra, Linhares e Colatina foram os que mais contribuíram para o movimento de retração na despesa com assistência social no conjunto estadual. O município da Região Metropolitana reduziu sua despesa em R\$ 9,1 milhões, o que equivaleu a uma retração de 23,4%. Dessa forma, a assistência social em Serra sentiu, intensamente, as consequências da queda de R\$ 63,6 milhões na receita corrente do município.

Esse mesmo efeito foi sentido em Linhares, onde a receita corrente caiu R\$ 22,6 milhões, obrigando o município a adequar seus gastos à restrição orçamentária. Com isso, a despesa com assistência social foi reduzida em R\$ 4,2 milhões. Em Colatina, a queda da receita fez com que o corte nessa função chegasse a R\$ 3,1 milhões, ou 33,7%.

Em Mucurici, Mimoso do Sul, Barra de São Francisco, Baixo Guandu, São Roque do Canaã e Bom Jesus do Norte os cortes superaram 50%, tendo, no primeiro, o maior valor, de 59,4%. Embora nesses seis municípios os cortes tenham sido maiores, essa realidade se repete na maioria das cidades do Estado. Dos 73 municípios com dados, apenas 26 não reduziram suas despesas com projetos e programas assistenciais, em 2013. O extremo ocorreu em São Gabriel da Palha, que cortou 99% do gasto de 2012, empenhando apenas R\$ 17,7 mil em 2013.

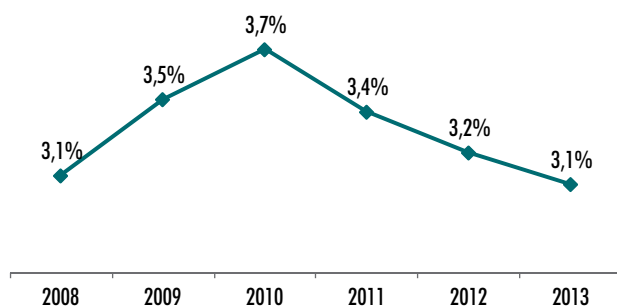
Vitória é o município com o maior volume de recursos destinados aos programas assistenciais e, mesmo em um cenário de forte retração de sua receita corrente (10,6%), optou por manter o nível de seu investimento nessa área com um gasto total de R\$ 46,4 milhões, em 2013, valor 0,6% superior ao aplicado em 2012.

Concentração e participação orçamentária

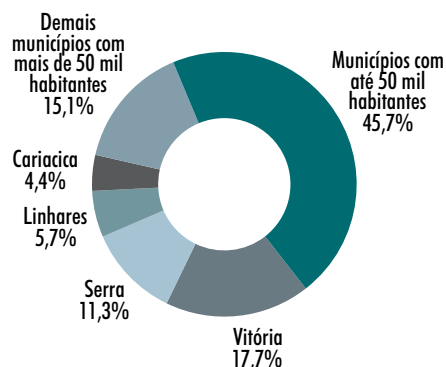
Os gastos relativos a atividades assistenciais, em geral, não possuem grande representatividade nos orçamentos municipais. Em 2013, eles comprometeram 3,1% da despesa total dos municípios capixabas e, mesmo em 2012, ano de maior dispêndio do item, essa participação não foi muito maior, chegando a 3,2%.

No Espírito Santo, os municípios de Vitória e Serra destacam-se com os maiores volumes de recursos empregados em programas e investimentos assistenciais. A capital concentrou 17,7% do gasto e, em seguida, com um dispêndio de R\$ 29,7 milhões, Serra respondeu por outros 11,3%. Linhares é a terceira colocada, concentrando 5,7% do total. Vale destacar que o gasto com assistência social tende a ser maior nos municípios que apresentam um número mais elevado de famílias em situação socioeconômica delicada e maior disponibilidade de recursos.

Participação dos gastos com assistência social na despesa total



Participação dos municípios no total do gasto com assistência social - 2013



Despesa per capita

Os municípios capixabas gastaram o equivalente a R\$ 68,20 por habitante com programas e atividades relativas à assistência social, em 2013. O valor é muito inferior

ao apresentado em 2012, que foi de R\$ 84,92, o que representou uma queda de 19,7%.

Os municípios de pequeno contingente populacional tendem a figurar nas primeiras posições do ranking de maiores gastos per capita. Anchieta liderou essa despesa: foram R\$ 289,27 por habitante, seguido de longe por Jaguaré (R\$ 199,40), Divino de São Lourenço (R\$ 185,47) e Iconha (R\$ 183,24). A capital assumiu a 13ª posição, com um gasto equivalente a R\$ 133,37 por cada residente.

A assistência social no Brasil

Desde que a Constituição de 1988 reconheceu a assistência social no Brasil como um direito do cidadão, um dever do Estado e uma política pública não contributiva e integrante da seguridade social, o país não parou de avançar nessa área. Foram criadas a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e as Normas Operacionais Básicas (NOB) que tornaram a gestão da assistência social participativa e descentralizada, além de ter ampliado as competências dos estados e dos municípios.

A partir de 2004, foi criado o sistema Único de Assistência Social (Suas) e hoje o país conta com uma rede de assistência em praticamente todos os municípios. O Suas conta com recursos das três esferas de governo. Além dos serviços de proteção social básica que se constituem em programas, projetos, serviços e benefícios destinados à população em situação de vulnerabilidade social, e da proteção social especial, voltada para pessoas que já se encontram em situação de risco ou tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus tratos, uso de drogas, abuso sexual, dentre outros casos, a assistência social passou a administrar os programas de transferências de renda, como o Bolsa Família.

A partir do lançamento do plano Brasil sem Miséria, o Governo Federal tem ampliado os passos para superar o viés assistencialista que caracterizava as ações da assistência social no país até antes da Constituição de 1988, procurando estender a atuação da assistência social para o âmbito da inclusão produtiva e da geração de renda, através de iniciativas como o Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho).

Despesa com assistência social - 2008-2013

Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/ 2012	Partic. na desp. total 2013	Gasto com assist. social per capita 2013
	em R\$ mil - IPCA médio de 2013						em %		em R\$
Afonso Cláudio	1.195,0	1.488,8	5.283,9	6.709,9	3.834,4	3.196,2	-16,6	4,8	98,19
Água Doce do Norte	629,6	732,7	664,2	1.292,1	1.527,2	1.162,5	-23,9	3,9	95,57
Água Branca	659,6	831,9	912,1	1.332,7	1.144,2	883,1	-22,8	3,3	87,91
Alegre	1.123,6	1.250,1	1.818,2	929,5	1.037,6	...	..	...	...
Alfredo Chaves	1.331,3	1.623,9	1.275,5	1.565,1	1.500,6	1.636,7	9,1	4,1	110,15
Alto Rio Novo	736,6	752,7	915,8	1.397,7	1.066,4	573,9	-46,2	3,2	73,19
Anchieta	3.186,1	4.300,0	5.484,5	5.506,8	9.464,5	7.711,2	-18,5	3,0	289,27
Aplicá	710,2	1.231,6	1.090,8	1.345,9	1.541,7	...	..	...	...
Aracruz	6.805,6	4.837,6	6.374,0	5.658,2	6.455,6	6.674,5	3,4	2,3	72,90
Atílio Vivácqua	1.073,8	944,9	1.682,8	2.059,7	1.603,1	1.112,6	-30,6	4,1	102,43
Baixo Guandu	3.156,4	2.336,4	2.667,4	2.252,3	4.458,1	2.176,0	-51,2	3,6	69,91
Barra de São Francisco	2.625,2	3.231,9	3.159,3	2.484,4	3.690,4	1.772,1	-52,0	2,2	40,38
Boa Esperança	1.192,9	1.224,1	1.913,2	2.729,3	1.815,0	1.603,7	-11,6	4,1	105,72
Bom Jesus do Norte	1.314,0	761,4	1.191,6	1.315,7	1.686,6	842,2	-50,1	4,1	83,43
Brejetuba	649,7	703,7	2.319,8	1.425,8	1.126,6	1.315,6	16,8	4,7	103,84
Cachoeiro de Itapemirim	5.955,1	4.530,4	5.889,3	7.224,6	6.071,1	5.189,5	-14,5	1,8	25,29
Cariacica	3.500,0	4.797,0	7.570,3	7.678,2	11.212,1	11.472,3	2,3	2,6	30,51
Castelo	3.490,5	3.064,4	2.816,4	2.692,2	2.820,4	3.426,9	21,5	4,7	91,80
Colatina	5.612,8	6.913,2	6.973,2	7.798,2	9.168,3	6.076,9	-33,7	2,4	50,36
Conceição da Barra	2.645,4	1.742,2	2.702,6	1.889,7	2.683,3	...	..	-	...
Conceição do Castelo	1.548,0	1.416,1	1.826,2	2.114,4	2.011,2	1.393,0	-30,7	5,0	110,74
Divino de São Lourenço	517,8	301,9	636,6	696,9	747,4	869,5	16,3	5,8	185,47
Domingos Martins	1.638,7	1.416,0	1.949,1	1.769,5	1.966,7	2.084,1	6,0	2,6	61,19
Dores do Rio Preto	560,8	578,3	616,5	872,7	1.080,9	888,4	-17,8	5,5	130,13
Ecoporanga	1.535,6	2.413,6	3.076,9	3.425,7	2.487,3	2.342,0	-5,8	4,7	96,27
Fundão	2.385,0	1.738,4	2.438,9	2.136,5	2.135,4	2.015,2	-5,6	4,1	105,08
Governador Lindenberg	3.201,0	2.860,2	2.451,9	2.411,2	1.672,5	1.111,3	-33,6	4,4	92,97
Guaçu	2.385,9	2.568,4	2.429,1	3.217,6	2.710,8	2.476,2	-8,7	4,1	82,15
Guarapari	3.123,0	3.668,9	5.959,6	5.635,4	5.264,3	5.294,5	0,6	2,9	45,53
Ibatiba	296,3	274,4	2.186,0	2.331,0	1.748,1	1.727,7	-1,2	4,2	70,30
Ibiraçu	1.121,7	975,1	1.259,5	1.330,5	1.833,0	1.550,0	-15,4	5,5	127,85
Itabirama	1.151,4	893,4	1.288,3	1.124,7	1.327,2	1.027,3	-22,6	4,0	109,29
Iconha	1.920,1	1.180,1	1.277,6	1.801,8	2.516,3	2.482,5	-1,3	7,5	183,24
Irupi	1.102,6	1.324,3	1.805,3	1.929,7	1.914,8	1.961,3	2,4	6,5	153,25
Itaguaçu	1.144,9	1.266,9	1.410,2	1.156,5	1.304,0	1.322,3	1,4	3,8	89,08
Itapemirim	833,3	923,6	1.117,8	2.326,3	2.039,5	1.316,2	-35,5	0,7	39,16
Itarana	1.042,0	996,7	731,9	881,8	1.131,1	1.218,1	7,7	4,9	107,33
Iúna	1.319,2	1.633,9	2.600,2	2.523,0	2.569,0	2.494,5	-2,9	4,8	85,26
Jaguaré	5.702,3	4.788,4	4.109,3	5.396,5	5.273,6	5.503,3	4,4	7,4	199,40
Jerônimo Monteiro	671,1	792,1	1.455,1	834,1	956,2	1.021,4	6,8	3,8	87,25
João Neiva	4.661,0	2.757,4	2.673,2	1.866,8	1.933,6	1.109,6	-42,6	3,0	65,78
Laranja da Terra	1.321,6	1.068,5	1.063,2	1.366,1	1.086,0	1.379,7	27,0	5,2	120,84
Linhares	11.635,4	14.608,0	16.026,7	17.459,1	19.088,1	14.867,6	-22,1	3,6	94,21
Mantenópolis	1.869,4	1.358,0	1.381,4	1.242,8	2.361,6	1.732,3	-22,7	5,4	116,98
Marataizes	1.994,5	1.700,6	1.936,5	2.074,8	1.477,4	3.184,3	115,5	2,9	85,74
Marechal Floriano	1.242,8	1.169,4	1.229,9	1.052,3	1.324,4	1.264,9	-4,5	3,5	80,63
Marilândia	1.287,1	610,7	1.246,7	1.224,8	2.118,6	1.358,0	-35,9	5,0	112,30
Mimoso do Sul	1.883,5	1.420,3	3.043,6	2.564,9	4.606,4	2.146,9	-53,4	4,2	78,61
Montanha	1.758,2	2.689,6	3.544,0	4.568,4	3.774,2	1.991,9	-47,2	4,7	104,57
Mucurici	1.716,0	1.657,7	1.555,1	996,6	2.599,1	1.055,2	-59,4	4,8	178,58
Muniz Freire	1.604,9	1.680,1	2.855,9	2.727,4	2.409,6	2.675,2	11,0	5,4	140,20
Muqui	995,6	1.218,3	1.492,3	1.610,8	1.680,5	993,3	-40,9	3,5	64,34
Nova Venécia	3.006,6	3.939,2	2.300,0	2.518,5	1.666,5	1.588,0	-4,7	1,8	32,04
Pancas	777,5	836,6	1.288,9	1.456,9	1.246,0	1.745,6	40,1	4,6	75,49
Pedro Canário	1.939,7	1.891,6	2.936,9	2.790,2	1.408,9	823,8	-41,5	1,8	32,05
Pinheiros	2.173,5	2.383,3	4.377,4	4.639,5	4.642,1	3.750,4	-19,2	6,6	144,12
Piúma	995,3	542,3	475,4	1.413,2	643,7	1.466,6	127,9	2,5	73,03
Ponto Belo	2.200,6	1.892,0	1.843,6	2.223,9	2.473,8	...	..	...	...
Presidente Kennedy	3.484,1	6.059,6	5.913,5	6.807,5	1.588,0	1.996,1	25,7	1,9	179,35
Rio Bananal	881,0	708,2	2.104,4	1.738,3	1.430,9	1.586,2	10,9	3,2	83,96
Rio Novo do Sul	205,1	276,9	955,8	659,5	427,4	...	..	...	...
Santa Leopoldina	1.130,8	1.135,7	1.105,9	1.723,1	1.256,6	1.617,8	28,7	5,5	125,60
Santa Maria de Jetibá	1.878,6	2.924,3	3.390,4	3.117,7	3.350,7	2.973,1	-11,3	3,9	78,82
Santa Teresa	1.474,6	1.334,9	1.850,7	2.530,7	2.302,4	2.028,3	-11,9	3,8	86,56
São Domingos do Norte	1.208,2	931,6	949,5	1.112,3	1.919,5	1.199,8	-37,5	5,6	139,59
São Gabriel da Palha	3.051,2	2.535,6	3.553,1	2.001,8	1.845,3	17,7	-99,0	0,0	0,50
São José do Calçado	740,9	806,7	1.508,0	1.681,7	1.678,1	1.678,5	0,0	6,3	152,77
São Mateus	4.870,4	10.310,7	11.752,7	6.169,8	8.829,9	8.420,6	-4,6	3,4	69,75
São Roque do Canaã	1.096,3	1.320,8	1.397,8	1.133,2	1.162,4	1.749,7	50,5	6,9	143,67
Serra	31.680,4	36.170,9	35.062,9	34.932,6	38.747,8	29.691,1	-23,4	3,5	63,54
Sooretama	607,2	1.024,3	2.151,4	3.424,6	2.355,7	1.879,5	-20,2	3,2	70,02
Vargem Alta	-	2.031,9	1.850,3	2.004,2	2.261,5	2.216,2	-2,0	4,5	106,84
Venda Nova do Imigrante	2.033,3	2.652,4	2.858,7	3.044,2	2.972,3	2.170,5	-27,0	4,4	94,89
Viana	1.535,3	3.453,6	3.067,0	5.531,3	3.692,9	3.793,2	2,7	2,8	52,60
Vila Pavão	1.136,0	1.056,7	516,3	599,2	643,4	837,5	30,2	3,6	90,32
Vila Valério	728,2	727,7	1.970,6	1.601,4	1.409,7	1.199,3	-14,9	3,4	82,06
Vila Velha	6.929,5	3.917,0	4.589,3	5.321,8	6.696,2	4.127,2	-38,4	0,6	9,00
Vitória	41.295,1	45.105,8	44.849,7	42.423,9	46.157,8	46.447,3	0,6	3,3	133,37
TOTAL	229.823,9	247.218,4	285.999,9	290.559,4	303.865,7	261.841,1	-13,8	3,1	68,20

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário.

Despesa com assistência social

Posição	Município	Despesa com assist. social em R\$	População 2013
1º	Vitória	46.447.251,73	348.268
2º	Serra	29.691.074,71	467.318
3º	Linhares	14.867.577,44	157.814
4º	Cariacica	11.472.285,91	375.974
5º	São Mateus	8.420.613,75	120.725
6º	Anchieta	7.711.229,90	26.658
7º	Aracruz	6.674.520,00	91.562
8º	Colatina	6.076.878,74	120.677
9º	Jaguaré	5.503.329,28	27.599
10º	Guarapari	5.294.521,60	116.278
11º	Cachoeiro de Itapemirim	5.189.508,14	205.213
12º	Vila Velha	4.127.233,81	458.489
13º	Viana	3.793.150,54	72.115
14º	Pinheiros	3.750.365,54	26.023
15º	Castelo	3.426.922,86	37.331
16º	Afonso Cláudio	3.196.241,77	32.551
17º	Marataizes	3.184.270,62	37.140
18º	Santa Maria de Jetibá	2.973.109,72	37.720
19º	Muniz Freire	2.675.230,40	19.081
20º	Iúna	2.494.460,40	29.258
21º	Iconha	2.482.491,69	13.548
22º	Guaçuí	2.476.189,34	30.144
23º	Ecoporanga	2.342.036,08	24.327
24º	Vargem Alta	2.216.187,94	20.744
25º	Baixo Guandu	2.176.007,38	31.126
26º	Venda Nova do Imigrante	2.170.482,35	22.873
27º	Mimoso do Sul	2.146.854,36	27.309
28º	Domingos Martins	2.084.099,77	34.059
29º	Santa Teresa	2.028.316,89	23.432
30º	Fundão	2.015.202,89	19.177
31º	Presidente Kennedy	1.996.131,01	11.130
32º	Montanha	1.991.870,50	19.049
33º	Irupi	1.961.341,31	12.798
34º	Sooretama	1.879.548,62	26.843
35º	Barra de São Francisco	1.772.097,62	43.882
36º	São Roque do Canaã	1.749.703,71	12.179
37º	Pancas	1.745.647,16	23.125
38º	Mantenópolis	1.732.256,77	14.808
39º	Ibatiba	1.727.732,42	24.575
40º	São José do Calçado	1.678.470,20	10.987
41º	Alfredo Chaves	1.636.652,51	14.859
42º	Santa Leopoldina	1.617.809,14	12.881
43º	Boa Esperança	1.603.708,81	15.169
44º	Nova Venécia	1.588.020,36	49.564
45º	Rio Bananal	1.586.211,29	18.892
46º	Ibiraçu	1.550.011,05	12.124
47º	Piúma	1.466.629,65	20.082
48º	Conceição do Castelo	1.392.960,52	12.579
49º	Laranja da Terra	1.379.718,62	11.418
50º	Marilândia	1.357.983,97	12.092
51º	Itaguaçu	1.322.330,07	14.844
52º	Itapemirim	1.316.187,06	33.610
53º	Brejetuba	1.315.583,29	12.669
54º	Marechal Floriano	1.264.933,13	15.689
55º	Itarana	1.218.060,87	11.349
56º	São Domingos do Norte	1.199.755,71	8.595
57º	Vila Valério	1.199.252,65	14.614
58º	Água Doce do Norte	1.162.480,89	12.164
59º	Atílio Vivácqua	1.112.585,02	10.862
60º	Governador Lindenberg	1.111.251,17	11.953
61º	João Neiva	1.109.558,96	16.869
62º	Mucurici	1.055.210,66	5.909
63º	Ibitirama	1.027.293,49	9.400
64º	Jerônimo Monteiro	1.021.377,85	11.707
65º	Muqui	993.348,74	15.438
66º	Dores do Rio Preto	888.372,37	6.827
67º	Água Branca	883.072,25	10.045
68º	Divino de São Lourenço	869.499,82	4.688
69º	Bom Jesus do Norte	842.181,73	10.095
70º	Vila Pavão	837.454,84	9.272
71º	Pedro Canário	823.776,34	25.700
72º	Alto Rio Novo	573.855,24	7.841
73º	São Gabriel da Palha	17.738,40	35.232
74º	Conceição da Barra	...	30.659
75º	Ponto Belo	...	7.590
76º	Apiaçá	...	7.916
77º	Alegre	...	30.659
78º	Rio Novo do Sul	...	11.993
TOTAL		261.841.055,45	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População para 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Despesa com assistência social per capita

Posição	Município	A / B	Despesa com assist. social (A) em R\$	População 2013 (B)
1º	Anchieta	289,27	7.711.229,90	26.658
2º	Jaguaré	199,40	5.503.329,28	27.599
3º	Divino de São Lourenço	185,47	869.499,82	4.688
4º	Iconha	183,24	2.482.491,69	13.548
5º	Presidente Kennedy	179,35	1.996.131,01	11.130
6º	Mucurici	178,58	1.055.210,66	5.909
7º	Irupi	153,25	1.961.341,31	12.798
8º	São José do Calçado	152,77	1.678.470,20	10.987
9º	Pinheiros	144,12	3.750.365,54	26.023
10º	São Roque do Canaã	143,67	1.749.703,71	12.179
11º	Muniz Freire	140,20	2.675.230,40	19.081
12º	São Domingos do Norte	139,59	1.199.755,71	8.595
13º	Vitória	133,37	46.447.251,73	348.268
14º	Dores do Rio Preto	130,13	888.372,37	6.827
15º	Ibiraçu	127,85	1.550.011,05	12.124
16º	Santa Leopoldina	125,60	1.617.809,14	12.881
17º	Laranja da Terra	120,84	1.379.718,62	11.418
18º	Mantenópolis	116,98	1.732.256,77	14.808
19º	Marilândia	112,30	1.357.983,97	12.092
20º	Conceição do Castelo	110,74	1.392.960,52	12.579
21º	Alfredo Chaves	110,15	1.636.652,51	14.859
22º	Ibitirama	109,29	1.027.293,49	9.400
23º	Itarana	107,33	1.218.060,87	11.349
24º	Vargem Alta	106,84	2.216.187,94	20.744
25º	Boa Esperança	105,72	1.603.708,81	15.169
26º	Fundão	105,08	2.015.202,89	19.177
27º	Montanha	104,57	1.991.870,50	19.049
28º	Brejetuba	103,84	1.315.583,29	12.669
29º	Atílio Vivácqua	102,43	1.112.585,02	10.862
30º	Afonso Cláudio	98,19	3.196.241,77	32.551
31º	Ecoporanga	96,27	2.342.036,08	24.327
32º	Água Doce do Norte	95,57	1.162.480,89	12.164
33º	Venda Nova do Imigrante	94,89	2.170.482,35	22.873
34º	Linhares	94,21	14.867.577,44	157.814
35º	Governador Lindenberg	92,97	1.111.251,17	11.953
36º	Castelo	91,80	3.426.922,86	37.331
37º	Vila Pavão	90,32	837.454,84	9.272
38º	Itaguaçu	89,08	1.322.330,07	14.844
39º	Água Branca	87,91	883.072,25	10.045
40º	Jerônimo Monteiro	87,25	1.021.377,85	11.707
41º	Santa Teresa	86,56	2.028.316,89	23.432
42º	Marataizes	85,74	3.184.270,62	37.140
43º	Iúna	85,26	2.494.460,40	29.258
44º	Rio Bananal	83,96	1.586.211,29	18.892
45º	Bom Jesus do Norte	83,43	842.181,73	10.095
46º	Guaçuí	82,15	2.476.189,34	30.144
47º	Vila Valério	82,06	1.199.252,65	14.614
48º	Marechal Floriano	80,63	1.264.933,13	15.689
49º	Santa Maria de Jetibá	78,82	2.973.109,72	37.720
50º	Mimoso do Sul	78,61	2.146.854,36	27.309
51º	Pancas	75,49	1.745.647,16	23.125
52º	Alto Rio Novo	73,19	573.855,24	7.841
53º	Piúma	73,03	1.466.629,65	20.082
54º	Aracruz	72,90	6.674.520,00	91.562
55º	Ibatiba	70,30	1.727.732,42	24.575
56º	Sooretama	70,02	1.879.548,62	26.843
57º	Baixo Guandu	69,91	2.176.007,38	31.126
58º	São Mateus	69,75	8.420.613,75	120.725
59º	João Neiva	65,78	1.109.558,96	16.869
60º	Muqui	64,34	993.348,74	15.438
61º	Serra	63,54	29.691.074,71	467.318
62º	Domingos Martins	61,19	2.084.099,77	34.059
63º	Viana	52,60	3.793.150,54	72.115
64º	Colatina	50,36	6.076.878,74	120.677
65º	Guarapari	45,53	5.294.521,60	116.278
66º	Barra de São Francisco	40,38	1.772.097,62	43.882
67º	Itapemirim	39,16	1.316.187,06	33.610
68º	Pedro Canário	32,05	823.776,34	25.700
69º	Nova Venécia	32,04	1.588.020,36	49.564
70º	Cariacica	30,51	11.472.285,91	375.974
71º	Cachoeiro de Itapemirim	25,29	5.189.508,14	205.213
72º	Vila Velha	9,00	4.127.233,81	458.489
73º	São Gabriel da Palha	0,50	17.738,40	35.232
74º	Ponto Belo	...	...	7.590
75º	Apiaçá	...	...	7.916
76º	Conceição da Barra	...	...	30.659
77º	Rio Novo do Sul	...	...	11.993
78º	Alegre	...	...	32.267
TOTAL		68,20	261.841.055,45	3.839.366

Fonte: balanços municipais coletados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), ainda não apreciados em plenário; População pra 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Lei dos orçamentos públicos completa 50 anos de vigência



Mais revisitado hoje pelo que não conseguiu fazer — como implantar as “reformas de base”, o Plano Trienal, entre outros — o presidente João Goulart é pouco lembrado pelo que conseguiu fazer. E o melhor exemplo disso é a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que hoje completa 50 anos, embora quase não se falem no assunto.

Sua origem remonta ao Projeto de Lei 201, que fora apresentado em 4 de maio de 1950 pelo deputado Berto Conde (PTB-SP) e rapidamente aprovado na Câmara. Mas, após encaminhada ao Senado, a matéria aguardou por uma década até ter sua discussão retomada em 1962, já no governo João Goulart, transformando-se em lei há exatos 50 anos.

Poucos dias depois de aprovada a Lei 4.320, João Goulart foi deposto e o regime militar que se seguiu perdurou por 20 anos, até a redemocratização, permanecendo nossa aniversariante lei vigente ao longo de todo esse período. Recepcionada como lei complementar pela Constituição de 1988, ela se mostra amplamente aplicável até os dias atuais, evidenciando a qualidade técnica de seu texto, bastante avançado para a época.

Tudo isso se soma para celebrarmos a Lei 4.320 como documento da mais alta relevância para o país, pois regula, até hoje, a elaboração e execução dos orçamentos

públicos. Vale lembrar, por oportuno, que a lei orçamentária é “a lei materialmente mais importante do ordenamento jurídico logo abaixo da Constituição”, nas incisivas e felizes palavras do ministro Carlos Ayres Britto (STF, ADI-MC 4048-1/DF, j. 14.5.2008, p. 92).

Ao longo desses 50 anos de vigência, contudo, a relevância das leis orçamentárias e, por conseguinte, da Lei 4.320/1964, não é amplamente reconhecida, nem as consequências da sua (boa ou má) aplicação são suficientemente observadas pela comunidade jurídica e pela sociedade em geral.

A firme assertiva do ministro Ayres Britto, à época do julgamento da ADI 4048, pretendeu lançar luzes sobre a opacidade existente nessa seara, em que se observa uma falta de controle de efetividade sobre a gestão dos recursos públicos.

Muito embora saibamos que ambas, Constituição e lei orçamentária, definem substantiva e pragmaticamente as prioridades político-institucionais da nação, dedicamo-nos muito pouco à transição da teoria para a prática e à materialização da norma constitucional no seio da execução orçamentária. Como controlar bem o cumprimento dos ditames constitucionais (a exemplo dos deveres do Estado de prover saúde pública, educação básica obrigatória e segurança pública), sem se observar o ciclo orçamentário onde tais deveres deveriam se revelar concretamente? Eis uma pergunta pertinente e necessária para o balanço de 50 anos da Lei em comento.

Soa repetitivo repisar, mas é preciso retomar que nada se faz, rigorosamente nenhuma ação governamental é empreendida, tampouco qualquer planejamento público se materializa sem que as despesas tenham sido legalmente autorizadas e sem que elas estejam respaldadas em receitas arrecadadas conforme estimativa da lei de orçamento.

O desconhecimento e a relativa falta de prestígio dos orçamentos públicos e da Lei 4.320/1964 militam em favor da permanência e até do agravamento de alguns dos nossos impasses jurídicos mais complexos. Exemplos disso são a longa espera dos credores estatais pelo pagamento de precatórios e a falta de progressividade das políticas públicas garantidoras dos direitos sociais, donde decorre a sua judicialização em demandas individuais volumosas, mas pouco capazes de corrigir a contumaz omissão governamental. A quem aproveitam os aludidos impasses e o conflito distributivo que eles encerram? Nova pergunta deixada em aberto para o balanço da nossa lei aniversariante.

Diante desse cenário historicamente tão enviesado, não é de se estranhar que essa lei (que, juntamente com a Lei de Responsabilidade Fiscal, complementa a Constituição no que tange ao Direito Financeiro) receba tão pouca atenção, pois o Direito Financeiro ainda é um grande esquecido e desconhecido.

Aparentemente paradoxal é o fato de que, publicada sob a égide do texto da Constituição de 1946, a Lei 4.320 sobreviveu, sem maiores alterações ou percalços, às Constituições de 1967, 1969, de 1988 (com a qual agora convive) e às dezenas de emendas que as alteraram. Como verdadeiro “Estatuto das Finanças Públicas” no Brasil, ela permanece íntegra e vigente em sua maior parte.

O pretenso paradoxo da longevidade se desfaz quando nos lembramos de que, na Administração Pública, quando algo funciona razoavelmente, simplesmente não se ouve falar a respeito, já que o silêncio acaba operando como elogio implícito e garantindo sua continuidade.

Em alguma medida, essa é a sina inercial da Lei 4.320. Atualmente sua aplicação vem sendo feita discreta e rotineiramente por meio de sistemas de informação (nos moldes do Siafi) em todos os entes públicos e controlada pelas Cortes de Contas competentes, a despeito das dificuldades e dos impasses que rondam os orçamentos públicos.

Justiça seja feita: nossa quinquagenária lei trouxe preceitos básicos que dão relativa estabilidade interpretativa ao sistema orçamentário, contábil, patrimonial e financeiro que rege a ação estatal. Tal sistema normativo, porém, só não funciona em moldes mais adequados porque as leis complementares reclamadas pela Constituição de 1988 e a sua própria atualização (à nova modelagem constitucional e à evolução conceitual da Contabilidade Pública) sofrem tensões e omissões político-econômicas.

Enquanto o Congresso Nacional e o Executivo Federal se furtam desse debate, as lacunas e demandas por uniformização federativa são mal equacionadas do ponto de vista infralegal pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (SOF/MPOG). Tudo isso se sucede em detrimento até mesmo do fórum de debates entre todos os entes da Federação, previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 67 e nunca efetivamente instituído: o Conselho de Gestão Fiscal.

A difícil tramitação legislativa e a longa espera não são dados novos, já que, como já dito desde o início, também não foi trivial e simples gestar a Lei 4.320. Mas indubitável

é que foi ela, como uma espécie de “Estatuto das Finanças Públicas”, que introduziu em nossa legislação o conceito de orçamento-programa, em consonância com os avanços na administração e contabilidade públicas experimentadas no período pós-guerra em todo o mundo.

Adicional e ilustrativamente, citamos como legados normativos da Lei 4.320/1964: (1) a positivação dos princípios da anualidade, universalidade, unidade, orçamento bruto, exclusividade, discriminação, unidade de tesouraria e evidenciação contábil, dentre outros; (2) a classificação econômica das receitas e despesas (subdivididas entre correntes e de capital); (3) a delegação à unidade orçamentária e, dentro dessa, ao agente público que detenha competência de “ordenador de despesa” da autonomia e da responsabilidade decisória pela realização da despesa, sem prejuízo do dever de equilíbrio com o fluxo de ingresso da receita; (4) balizas para transferências de recursos à iniciativa privada, com ou sem fins lucrativos, na forma de subvenções e auxílios; (5) formulação da lógica essencial de que programas pressupõem correlação finalística entre dotação de valores para atingir metas quantitativamente mensuradas em unidades de serviços e obras a serem alcançadas; (6) adoção explícita do regime de caixa para a receita e regime de competência para a despesa pública, em hibridismo típico da Contabilidade Pública; (7) definição das etapas de execução da despesa, que foi tripartida em empenho, liquidação e pagamento; (8) definição do conceito de restos a pagar; (9) fixação do regime jurídico dos créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários), em aderência ao princípio da legalidade e sua coexistência com a necessária flexibilidade orçamentária; (10) conceituação



e balizas nucleares sobre o funcionamento dos fundos especiais; (11) competências e interfaces dos controles interno e externo e (12) previsão de balanços obrigatórios, dentre outros comandos de relevo.

Mas o mundo muda, as instituições se modernizam, e a legislação deve acompanhar esse avanço.

A Constituição de 1988, entre inúmeros avanços, aperfeiçoou o sistema de planejamento governamental, institucionalizando, no âmbito orçamentário, além do orçamento, duas outras leis que se coordenam para essa finalidade: o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, substituindo o antigo “Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital” que a lei regulava[1]. A Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, destacou-se por dar ênfase às normas voltadas à gestão fiscal responsável, especialmente no que tange à fixação de metas garantidoras de equilíbrio entre receitas e despesas, o controle da renúncia de receitas, as limitações da despesa pública e da dívida pública (inclusive por meio de percentuais máximos e sanções caso ultrapassados) e a transparência.

A Administração Pública avança em direção a aperfeiçoar-se, e atualmente isso se concentra na busca de maiores eficiência e efetividade, o que, obviamente, passa pela qualidade do gasto público e pelos resultados da ação governamental.

Enfim, são muitas as inovações, e que precisam ser contempladas.

A Constituição de 1988, em seu artigo 165, § 9º, prevê lei complementar para “dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual”, e “estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e o funcionamento de fundos”. Essa lei ainda não chegou a ser editada, e a Lei 4.320 vem cumprindo esse papel há mais de 20 anos.

Evidentemente há lacunas, como a inexistência de normas específicas para o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, dentre tantas outras. Como já dito, a STN e a SOF substituem o legislador complementar, assim como as próprias diretrizes orçamentárias têm assumido pretensões normativas de balizamento universal precário e instável, porquanto *ad hoc* e contingente, do ciclo orçamentário federal.

[1] Sobre esse ponto, vide CONTI, José Mauricio (coord.), Orçamentos públicos: a lei 4320/1964 comentada, 2ª ed., Revista dos Tribunais, 2010, p. 100-102.

Projetos em tramitação no Congresso Nacional já há muito são discutidos com vistas a substituí-la, aperfeiçoando seu texto à luz da nova Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal e das mais recentes técnicas de planejamento, gestão, orçamentação e contabilização das contas públicas. Projetos que criam a “Lei de Qualidade Fiscal” e “Lei de Responsabilidade Orçamentária”[2] pretendem trazer nova regulamentação aos orçamentos públicos, modernizando-os, de modo a suprir as lacunas existentes e introduzindo as modificações que se fazem necessárias para os novos tempos, como já houve a oportunidade de fazer referência em coluna publicada no dia 12 de março de 2013[3].

Os desafios abertos para a sociedade não são falhas específicas da Lei 4.320, mas originam-se, isso sim, das tensas e controvertidas relações entre Legislativo e Executivo, nos três níveis da Federação e até mesmo entre os níveis central e subnacionais. É preciso pensar e repensar a inserção e a execução de emendas parlamentares, assim como a natureza mais ou menos impositiva ou autorizativa das leis orçamentárias.

O frágil equilíbrio entre os Poderes representativos e a dificuldade de o Judiciário saber como intervir (em casos de ação ou omissão lesivas ao ordenamento) são os pontos que merecem reflexão crítica e amadurecimento em matéria orçamentária. Quiçá esse nó górdio seja a terceira das perguntas deixadas em aberto como desafio democrático e republicano de bem distribuir e aplicar os recursos públicos.



A despeito de tudo isso, a Lei 4.320 foi, e ainda é, de extrema relevância para a Administração Pública. Cumpre um papel fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país. Aos 50 anos de idade, chega a hora de entrar para a história com todos os elogios e homenagens.

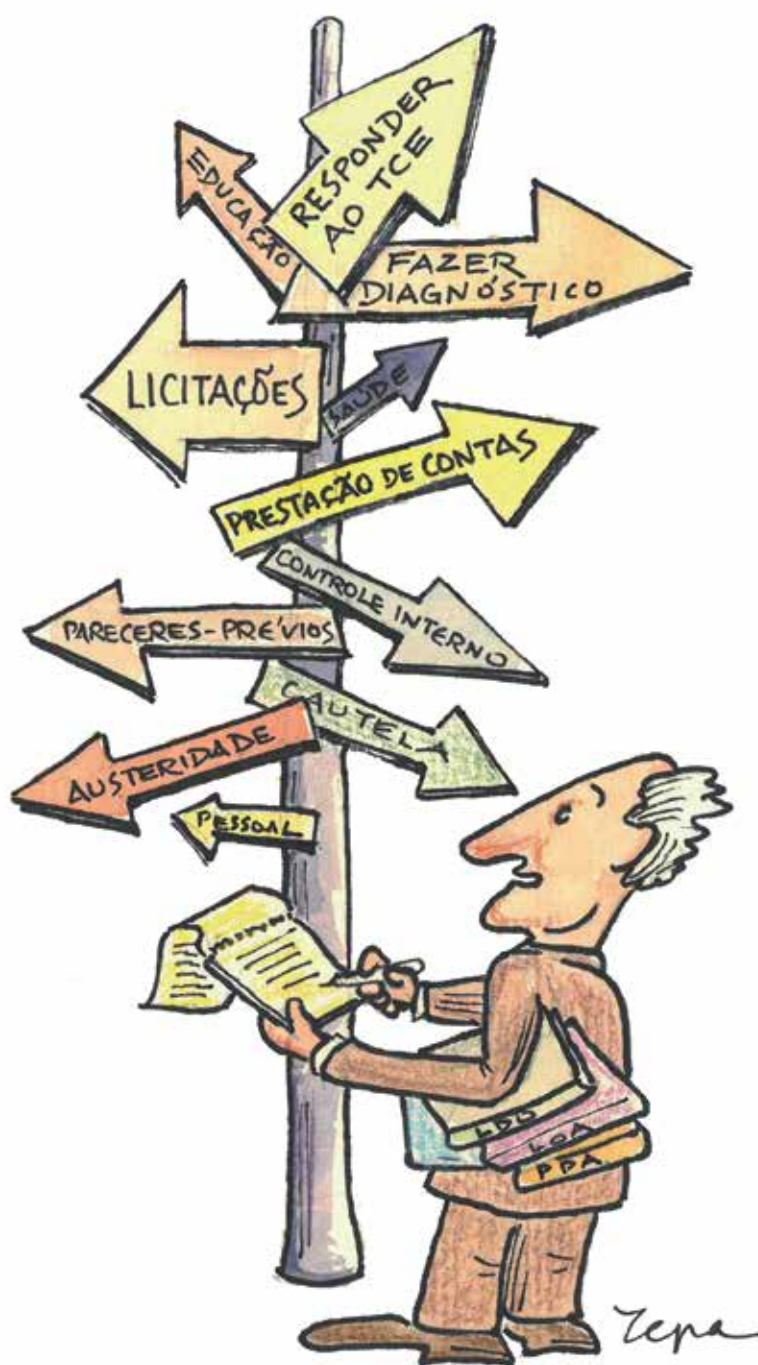
[2] Vide TOLLINI, Hélio e AFONSO, José Roberto, A Lei 4320 e a responsabilidade orçamentária, in CONTI, José Mauricio e SCAFF, Fernando F., Orçamentos públicos e Direito Financeiro, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011, p. 491-511.

[3] CONTI, José Mauricio. Responsabilidade orçamentária precisa de melhorias.

* Juiz de Direito em São Paulo, professor associado da Faculdade de Direito da USP, doutor e livre-docente em Direito Financeiro pela USP.

** Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, pós-doutora em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ) e doutora em Direito Administrativo pela UFMG.

Orientações do Tribunal de Contas aos prefeitos



A administração pública municipal deve ser conduzida à luz da lei, em ordem, transparência, segurança, eficiência e eficácia, sempre de acordo com os interesses da sociedade. Essa é a diretriz do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, fundamentada na lei que avaliza sua missão estratégica de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos.

Trata-se de obrigação constitucional que está sendo cumprida à risca, de forma técnica, competente, responsável, coerente e objetiva, sempre observados os critérios de justiça, isonomia e imparcialidade. Afinal, a sociedade está cada vez mais vigilante e os espaços para o uso indevido e doloso do dinheiro público cada vez mais apertados.

Não há outro caminho senão o da responsabilidade ética, pelo qual se farão boas gestões públicas, ajustadas à aspiração social. É imperioso trabalhar com integridade, respeitar a lei, os valores morais e as regras do fazer bem feito. Como a sociedade espera que assim se faça, é preciso que atos, ações e resultados da gestão sejam transparentes e divulgados de forma clara, objetiva e tempestiva, para que os cidadãos saibam como seu dinheiro está sendo aplicado.

Iniciando a gestão com segurança

Para administrar com segurança, o gestor precisa:

1. Constituir equipe competente, formada por servidores qualificados e aptos para a diversidade das ações públicas. Disso vai depender o sucesso da administração.

2. Fazer diagnóstico das situações financeira, orçamentária, fiscal e patrimonial do município. Consultar pareceres-prévios do TCE.

3. Conhecer o orçamento (previsão de receitas e fixação de despesas) à luz dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) para executá-lo segundo os princípios da gestão ideal fundamentada em moralidade, legitimidade, economicidade e eficiência.

4. Cultivar cautela e austeridade, valores que devem fazer parte das preocupações do gestor. Fatores alheios ao controle público podem provocar sensível redução de receitas no exercício seguinte.

5. Recolher contribuições previdenciárias. Há quem não as recolhe e até as usa para pagar despesas correntes. Além de ilegal e sujeito à rejeição de contas, esse ato é, com certeza, bomba de efeito retardado que inviabilizará, com o tempo, qualquer gestão que queira ser decente.

6. Encaminhar ao TCE até 31 de março a prestação de contas referente ao exercício anterior (salvo outra data prevista na lei orgânica municipal). Trata-se de obrigação atribuída a quem se conferiu competência para arrecadar, guardar, gerenciar e administrar dinheiro, bens e valores públicos ou para assumir obrigações de natureza pecuniária em nome do governo.

O gestor deve encaminhar:

- No primeiro ano, as contas do antecessor;
- Nos três anos seguintes, as próprias contas.

7. Responder a eventuais demandas do TCE relativas à gestão anterior e que não tenham sido atendidas (entre as quais informações, esclarecimentos e/ou documentos necessários à instrução de processos).

8. Cumprir, nos prazos fixados, determinações que o TCE tenha expedido ao gestor anterior. Por serem vinculantes, o gestor está obrigado a cumpri-las, sob pena de sanção e julgamento irregular de contas. Se não for possível aplicar correções pela via administrativa, recomenda adotar medidas legais, sobretudo se houver dano ao erário, sob pena de corresponsabilidade.

9. Fornecer ao gestor anterior informações e/ou documentos necessários para subsidiar possível defesa perante o TCE e/ou outros órgãos de controle, sempre que solicitados mediante requerimento formal.

10. Dar continuidade à execução de atos e contratos firmados por antecessores. Se detectar indício de irregularidade, ficará obrigado a adotar providências para saná-la.

Controle Interno

A Resolução TCE-ES nº 227, de agosto de 2011, dispõe sobre criação, implantação, manutenção e fiscalização do Sistema de Controle Interno na Administração Pública. Essa decisão veio acompanhada de um guia de orientação para implantação, que estabeleceu prazos, e definiu outras providências.

O gestor deve verificar se seu ente dispõe de sistema de controle interno eficiente afinado com as disposições legais. A administração deve dispor de controle eficaz que atue preventivamente em todas as áreas da administração. É uma segurança para o próprio gestor.

Planejamento

1. Instrumento de longa duração, o Plano Plurianual (PPA) só produz efeitos a partir do segundo exercício financeiro. Nele devem constar objetivos, metas e diretrizes da gestão municipal relacionados principalmente às despesas de capital (construção de hospitais e escolas), despesas correntes derivadas daquelas (contratação de pessoal para funcionamento de hospitais e escolas) e despesas de programas de duração continuada.

2. Ferramenta de planejamento de curto prazo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve estar de acordo com o PPA e orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

De acordo com a Constituição Federal, a LDO deve conter:

- Metas anuais e prioridades da administração (incluindo despesas de capital para o exercício financeiro seguinte);
- Orientação para elaboração da lei orçamentária anual;
- Informações sobre as alterações na legislação tributária;
- Orientação sobre a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Diz a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que o projeto da LDO deve conter anexo de metas fiscais que:

- Estabeleça metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes;
- Avalie o cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- Demonstre as metas anuais, com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos;
- Mostre a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- Avalie a situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

A LDO deve conter igualmente um anexo de riscos fiscais que avalie passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando sobre providências a serem adotadas, caso se concretizem.

3. A LOA é mecanismo de planejamento por meio do qual a Câmara autoriza o administrador a arrecadar receitas e a efetuar despesas. Pode contemplar a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, mesmo que haja antecipação de receita orçamentária. O prefeito só pode iniciar programa ou projeto se houver autorização específica nessa lei.

Ela compreende três suborçamentos:

- *Orçamento Fiscal*: despesa e receita de toda a administração municipal para um exercício financeiro, menos investimentos de empresas estatais e receitas relativas à seguridade social.
- *Orçamento de Investimentos*: aplicação em empresas controladas.
- *Orçamento da Seguridade Social*: aplicação em saúde, previdência e assistência social.

4. Os gestores devem estar atentos aos prazos definidos pela legislação para remessa dos projetos de lei relativos ao PPA, à LDO e à LOA ao Legislativo e sua devolução ao Executivo para sanção e publicação da lei.

Prestação de contas

1. A prestação de contas bimestral está sendo feita pelo sistema Cidades-web, que substituiu o Sisaud face às alterações das normas contábeis. Em dúvida, consulte a Secretaria Geral de Controle Externo do TCE. Observe os prazos e evite sanções.

2. Prestar contas é obrigação legal de toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos.

3. Estão inseridos nesse universo governador, prefeitos e presidentes de câmaras, de autarquias, de fundações, de fundos, de empresas públicas e de sociedades de economia mista controladas pelo município, dentre outros.

4. Beneficiários de transferências voluntárias realizadas pelo município devem apresentar as contas ao órgão repassador para análise e emissão de parecer pelo sistema de controle interno, a quem caberá sua guarda.

5. Analisá-las e/ou julgá-las é prerrogativa constitucional do Tribunal de Contas.

6. Os prazos para prestação de contas são os seguintes:

- O gestor apresentará contas anuais ao TCE até o dia 31 de março do exercício seguinte para análise e emissão de parecer-prévio, salvo quando a Lei Orgânica municipal não o definir. Este será encaminhado à Câmara de Vereadores, a quem cabe julgar as contas.
- As câmaras municipais, autarquias, fundações, fundos e demais que administram recursos públicos prestam contas para julgamento até o dia 31 de março do exercício seguinte. Estas são julgadas pelo TCE.
- As empresas públicas, sociedades de economia mista e respectivas controladas prestam contas para julgamento até trinta dias depois de apreciadas pelos seus respectivos órgãos deliberativos.

7. O TCE emitirá parecer-prévio sobre as contas anuais dos prefeitos no prazo máximo de 12 meses, contados a partir do seu completo recebimento, opinando pela sua aprovação ou rejeição.

8. Não prestar contas pode redundar em:

- Crime de responsabilidade sujeito a julgamento pelo Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento do Legislativo.
- Motivo para intervenção.
- Instauração de tomada de contas pelo TCE.
- Aplicação de multa e outras sanções.

9. Depois de analisadas pela área técnica do TCE, as contas são remetidas ao Ministério Público de Contas onde, após análise, recebem parecer e são encaminhadas ao relator. Este profere voto considerando a análise técnica e o parecer, submetendo-o na sequência ao Pleno, que determinará, por meio de voto, se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares.

10. As contas podem ser julgadas irregulares se for comprovada alguma das seguintes ocorrências, dentre outras:

- Omissão no dever de prestar contas.
- Ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
- Grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.
- Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico injustificado.
- Desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

11. Para evitar erros, o bom gestor:

- Age de acordo com os termos do PPA, da LDO, da LOA e da LRF.
- Observa os limites legais de aplicações mínimas em educação e saúde.

- Compra bem, por licitação, avaliando necessidade, qualidade e preço.
- Gasta bem, sem desperdício, considerando o interesse público.
- Só paga mediante empenho e liquidação.
- Guarda e apresenta, sempre que requeridos, comprovantes de despesa e pagamentos, especialmente notas fiscais, folhas de pagamento, guias de recolhimento de tributos, entre outros.

12. Consequências advindas de erros insanáveis:

- Devolução de valores ao erário obtidos do seu patrimônio pessoal.
- Multa por práticas vedadas.
- Cobrança judicial.
- Inscrição em dívida ativa.
- Ações penais e civis.
- Inelegibilidade.
- Tomada de contas especial para apurar fatos lesivos ao erário, identificar responsáveis e quantificar danos causados. É instaurada mediante contas não prestadas, indícios de desfalques, desvios de dinheiro ou bens públicos; ou ainda por prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que cause prejuízo aos cofres públicos.

Licitações

1. Para contratar obras e serviços, adquirir, alienar ou locar bens, é necessário fazer licitação prévia, segundo a Lei 8.666/93. Esse processo tem como finalidade preservar a isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para o interesse público. Precisa ser transparente e assegurar a igualdade de condições, de acordo com os princípios constitucionais de legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Importante:

- Para licitar, constitua comissão de, no mínimo, três servidores, dois dos quais do quadro permanente, que estejam preferencialmente capacitados para a finalidade.
- Estão obrigados a fazer licitação órgãos integrantes da administração direta, fundos especiais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas controladas direta ou indiretamente pelos municípios.
- Para contratar com dispensa ou inexigibilidade de licitação, o gestor está obrigado a justificar as razões de escolha de fornecedor e preço e caracterizar a situação que tenha determinado a contratação.
- Utilizar a modalidade pregão somente para compra de bens e serviços comuns, com especificações usuais objetivamente definidas em edital (compra pelo menor preço).

- Ao fazer licitação, considerar sempre que planejamento e transparência são valores imprescindíveis à função pública porque agregam importantes vantagens.

2. A Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública prevê responsabilização por atos irregulares e/ou ilegais, entre outras, nas seguintes hipóteses:

- Infringir o art. 7º, § 6º da Lei 8.666/93 (da execução de obras e prestação de serviços) implica em nulidade dos atos e contratos realizados e na responsabilização de quem lhe tiver dado causa.
- Realizar compra sem a adequada caracterização de seu objeto e sem a indicação de recursos orçamentários para pagamento acarreta nulidade do ato e responsabilidade do agente.
- Superfaturar em contratação por meio de licitação gera responsabilização solidária do fornecedor e do servidor encarregado sem prejuízo de outras sanções legais.
- Membros da comissão de licitação e pregoeiros respondem solidariamente pelos atos praticados.
- Crimes previstos na Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública submetem seus autores a sanções penais ou à perda de cargo, emprego, função ou mandato eletivo.
- A pena será maior quando os autores de crimes previstos forem ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança, de autarquia, de empresa pública, de sociedade de economia mista, de fundação, ou de entidade controlada direta ou indiretamente pelo poder público.
- Homologar a licitação não é apenas ato formal, mas de controle da legalidade. O gestor que homologar licitação ilegal responderá pela ilegalidade, ainda que solidariamente com a comissão.

3. Contratação de transporte escolar

Transporte escolar é fundamental à universalização e à gratuidade do ensino sob responsabilidade do município. Pode ser disponibilizado de forma direta (pelo próprio município) ou mediante contratação de prestação de serviços (execução indireta), o que requer licitação. A administração é responsável pela segurança e pelo conforto dos alunos, respondendo por



contratação irregular, omissão das exigências de segurança e falta de fiscalização do serviço.

4. Contratação de publicidade

É imperioso dar divulgação e publicidade às normas e aos atos da administração em atendimento ao princípio da publicidade e da transparência. Mas, contratar serviços de publicidade de caráter institucional, nos meios de comunicação privada, depende de licitação.

Necessário observar o caráter educativo, informativo e de orientação social que a publicidade pública deve conter. É vedado utilizá-la para promoção pessoal do prefeito ou de qualquer outro servidor. A publicidade pode ser feita em órgão oficial de publicações (mural, site, diário eletrônico) e em mídias usuais impressas ou eletrônicas, espontâneas ou pagas (jornal, revistas, rádio e televisão).

5. Concessão de serviço público

Os contratos de concessão de serviços públicos deverão estar regularizados. As concessões somente podem ser realizadas mediante prévio processo licitatório, observando-se os princípios da economicidade e eficiência, dentre outros.

Gastos com educação

Segundo a Constituição Federal o município deve aplicar o mínimo de 25% da receita resultante de impostos, incluídas transferências de impostos, em cada exercício, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. Não fazê-lo pode implicar na emissão de parecer-prévio do Tribunal recomendando a rejeição das contas do administrador, entre outras sanções. Consulte a Resolução TCE-ES nº 238, de maio de 2012 (disponível no Portal do TCE), que trata desse assunto.

Gastos com saúde

O município deve aplicar 15% dos recursos advindos de impostos e transferências no respectivo exercício, em ações e serviços públicos de saúde. Consulte a Resolução TCE-ES nº 248, de outubro de 2012, que dispõe sobre orientação e fiscalização de valores mínimos a serem aplicados anualmente pelo Estado e pelos municípios em ações e serviços públicos de saúde e dá outras providências (disponível no Portal do TCE).

Gastos com pessoal

1. O Executivo e Legislativo não podem, respectivamente, gastar mais que 54% e 6% da receita corrente líquida com pessoal. A verificação de tais gastos se dará ao final de cada quadrimestre. Se a despesa for maior que 95% desses

limites estarão vedados, entre outros a:

- Conceder vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo se determinados por sentença judicial ou por determinação legal ou contratual.
- Criar cargo, emprego ou função.
- Alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
- Prover cargo, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, exceto reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidor das áreas de educação, saúde e segurança.
- Contratar hora extra, salvo em situações previstas em lei.

2. Se o percentual for ultrapassado, o excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres subsequentes. Não fazê-lo impedirá receber transferências voluntárias, obter garantia direta ou indireta de outro ente ou contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas a refinanciamento de dívida e as que objetivem reduzir despesas com pessoal.

Alertas

O Tribunal de Contas emitirá alerta aos gestores sempre que:

- O montante da despesa total com pessoal ultrapassar 90% (noventa por cento) do limite;
- Os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia encontrarem-se acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;
- Os gastos com inativos e pensionistas encontrarem-se acima do limite definido em lei;
- Houver fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Geo-Obras

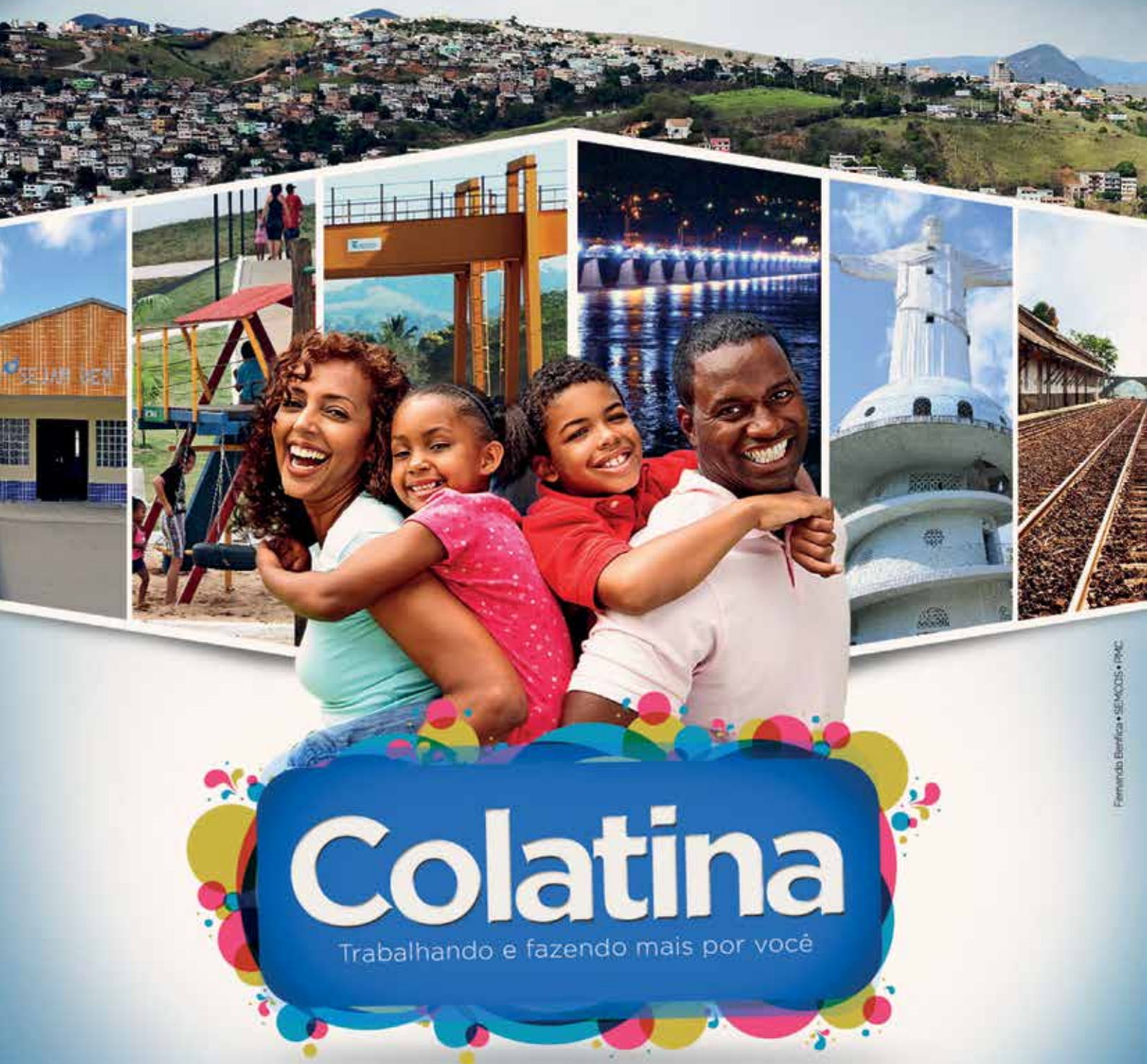
Por meio de resolução publicada em julho de 2012, o Tribunal de Contas instituiu e colocou em operação o Geo-Obras, sistema informatizado em que as unidades gestoras públicas devem inserir informações relativas a obras contratadas.

Obras e serviços de engenharia, contratados por execução direta ou indireta, inclusive por dispensa ou inexigibilidade, devem ser informados, independentemente de serem custeados com recursos públicos federais, estaduais ou municipais.

Por meio desse sistema, auditores da Corte e cidadãos interessados terão condições de supervisionar, em tempo real, quantas obras públicas estão em andamento, quem as gerencia, quais as empreiteiras contratadas, qual o volume de recursos envolvido e se há atraso nos cronogramas ou problemas em caso de paralisação.

Acesse nosso site:

www.colatina.es.gov.br



Colatina

Trabalhando e fazendo mais por você

Em Colatina os investimentos em desenvolvimento estão por toda a parte. Seja no campo ou na cidade, a administração municipal deixa a sua marca, melhorando a qualidade de vida da população, garantindo novos postos de trabalho. É a Prefeitura de Colatina construindo um futuro melhor para todo o mundo.



Evolução, consolidação e importância da transparência no setor público

No começo da minha carreira como servidor, e já se vão quase 25 anos, a cultura no serviço público tinha por base o sigilo das informações, quando servidores mais antigos ensinavam regras de opacidade pública aos novos, muitas não escritas ou formalizadas. Dentre elas, havia uma que

chamou a minha atenção, tendo sido apresentada mais ou menos assim: *negar informação ao cidadão e, não havendo outro jeito, dificultar o máximo possível para que a obtenha*. Não estou falando de dados sigilosos que incorressem em risco para a segurança nacional ou pessoas, mas simples



informações sobre licitações, contratos e execução orçamentária. A justificativa era simples: *o cidadão não entende mesmo, para que ele precisa da informação?*

Era início da década de 1990 e pouco tempo havia decorrido desde o fim da ditadura militar. Embora estivéssemos sob a égide da Nova Constituição, ainda pairavam no serviço público resquícios das severas restrições impostas pelo regime, que traziam em seu bojo punições como demissão e até prisão, ou, pior, acusação de ser “inimigo do Estado”. Como sabemos hoje, o receio de se quebrar as “regras dos militares” prevaleceu por mais alguns anos nas repartições, mesmo depois do fim do regime. Lembrome do meu primeiro local de trabalho no serviço público, onde era reconhecida como boa prática o fato do cidadão interessado em determinada informação ter que preencher um ou mais formulários, se identificar, disponibilizar seu endereço e justificar detalhadamente o seu pedido, dizendo em quê ou para quê os dados seriam usados. Eram condições indispensáveis para que o pleito pudesse ser analisado pela instância superior, para depois, em grande parte das vezes, simplesmente ser indeferido.

Decorrido quase um quarto de século dessa experiência no serviço público e dada a situação que hoje vivemos, tenho que reconhecer que houve, nesse período, considerável evolução das leis e dos instrumentos de transparência pública no país. Atualmente, a ordem que rege a transparência na administração pública faculta ao cidadão interessado a possibilidade de acessar toda e qualquer informação produzida no serviço público, independentemente de motivo determinante, ressalvada obviamente aquela que comprometa segurança de instituições ou pessoas, conforme prevê a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação. Em rasa síntese, podemos dizer que a evolução da transparência no Brasil tem dois componentes principais: o aprimoramento das leis e a disponibilização de instrumentos efetivos de acesso à informação, aspectos que, na verdade, são indissociáveis, considerando que nada adianta positivar o direito à informação e não haver canais ou instrumentos adequados para acessá-la.

Legislação e tecnologia

Do ponto de vista jurídico, a Constituição de 1988 definiu o alicerce legal que propiciou a evolução da transparência pública no país. Desde a sua promulgação, vários foram os atos infraconstitucionais de iniciativa do parlamento, do judiciário ou de governantes que seguiram na direção do fortalecimento do princípio pétreo que prevê a irrestrita publicidade e a divulgação dos atos da gestão. Para que isso se tornasse realidade, a partir de uma forte pressão da população, foi imprescindível a consolidação no país

do entendimento de que a informação guardada pelo Estado é sempre pública, tratando-se na verdade de um bem da sociedade e devendo o acesso a ela ser o mais amplo possível.

Mas foi com o desenvolvimento da tecnologia da informação, especialmente da *internet* e sua maior disseminação na sociedade brasileira, que a transparência pública ganhou um forte aliado que permitiu levar as informações a todos, independentemente de onde estivessem. Para termos noção da importância e do impacto da *internet* na gestão pública transparente, basta lembrar que as primeiras iniciativas de transparência cidadã, no Brasil moderno, passavam pela colocação das despesas e receitas dos municípios em painéis localizados em frente de prefeituras. Embora hoje pareça um método não usual para informar, na época foi considerado revolucionário em cidades do interior e até em capitais.

Em relação ao curso mais recente do desenvolvimento da transparência no país, podemos resumidamente traçar uma linha do tempo: edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000; criação do Portal da Transparência Federal, em 2004; criação de portais da transparência em estados e municípios, a partir de 2006; obrigatoriedade da disponibilização das informações orçamentárias em tempo real, em 2009; edição da Lei de Acesso à Informação, em 2011; obrigatoriedade da criação dos serviços de informação ao cidadão, em todos os órgãos públicos, a partir de 2012.

A edição da Lei de Responsabilidade Fiscal foi um importante marco na administração pública brasileira, pois, além de limitar o endividamento dos entes federados e regular o gasto máximo com pessoal, obrigou as administrações a divulgarem em meio eletrônico as informações sobre suas finanças públicas, o que fortaleceu a transparência e o uso da tecnologia da informação. Já a criação dos portais da transparência, iniciada pela União e seguida por estados e depois pelos municípios, também foi um marco importante no desenvolvimento da transparência no país, pois se tratam de canais efetivos de acesso, que permitem ao cidadão alcançar as informações por meio da *internet*, independentemente de onde esteja.

O aperfeiçoamento da Lei de Responsabilidade Fiscal, no quesito transparência, veio com a edição da Lei Complementar nº 131 de 2009. Essa Lei, além de prever que o poder público incentivasse o cidadão a exercer o controle social, obrigou-o a disponibilizar informações atualizadas da gestão e que possibilitassem o acompanhamento das contas em tempo real. Mais recentemente, com a edição da Lei de Acesso à Informação, os mecanismos de transparências foram ainda mais fortalecidos com a obrigatoriedade do setor

público disponibilizar, independentemente de requerimento, outras informações além daquelas afetas às finanças públicas, como dados da execução dos programas, ações, projetos e obras da administração pública. Além disso, exigiu a criação de serviços de informações em todos os órgãos públicos destinados a receber e processar os pedidos de informações encaminhados ao poder público, estabelecendo-se o prazo máximo de 20 dias para a resposta.

Portanto, podemos dizer que a positivação de novos princípios e de regras mais modernas de transparência, associada à ampliação do uso da tecnologia da informação e a necessidade de disponibilização de canais de comunicação mais efetivos, foram, sem dúvida, os fundamentos essenciais que impulsionaram os entes públicos a criarem seus portais da transparência na forma em que conhecemos hoje, ou seja, espaços digitais oficiais onde as informações e os dados da gestão pública são disponibilizados em tempo real, especialmente sobre arrecadação, gastos com fornecedores, repasses de convênios, pagamento de servidores, entre outras. Isso permite a qualquer cidadão, em qualquer local do país ou até do mundo, acessar, baixar e utilizar essas informações da forma que quiser, sem identificação ou justificativa, podendo assim reivindicar direitos ou exercer a fiscalização da administração, que se constitui em um dos principais deveres do cidadão na democracia.

Como ir além

É importante ter em mente que para atender plenamente ao princípio constitucional e permitir que o cidadão interessado exerça seu papel fiscalizador, a transparência deve ir além da simples disponibilização de dados. Não adianta o dado existir e poder ser consultado, pois o simples fato de torná-lo disponível não faz do ente público uma organização transparente. Para isso ocorrer é imprescindível propiciar

condições ao cidadão interessado para, primeiro, entender minimamente o “intrincado” mundo das finanças públicas e, segundo, poder baixar, transferir, compilar e trabalhar as informações, ou seja, usá-las da forma que lhe bem convier. Temos aqui, portanto, outras duas características da transparência pública: a linguagem cidadã e a usabilidade dos dados. A linguagem cidadã compreende a disponibilização da informação de uma maneira que o cidadão comum tenha um entendimento mínimo do conteúdo, ou seja, a informação deve ser apresentada de forma simples, amigável e pedagógica. A usabilidade, por sua vez, é a característica que permite o acesso pleno e fácil à informação, inclusive para transferi-la a outros meios e programas existentes, como um computador pessoal ou uma planilha eletrônica.

Essa modelagem ampla consigna em si a ideia do governo patrocinador de mecanismos de transparência como instrumentos de controle e governança, o que inclui a transparência como elemento de fortalecimento do controle primário da gestão, e não somente como algo para se atender a legislação. Para garantir a atuação da população, como vimos, há necessidade de uma estrutura de transparência concreta, organizada, voltada para reduzir as lacunas de informações existentes entre quem está na administração pública e aquele que está fora. Isso é importante considerando que o cidadão comum não sabe, com certeza, se a administração está maximizando o retorno de seus impostos na disponibilização de bens e serviços como ele almeja e, por outro lado, o governante também não tem informações suficientes para saber com exatidão se todos os servidores, nos mais diversos níveis, estão seguindo as suas diretrizes, a fim de alcançar a situação que pactuou com a população no processo eleitoral.

Nesse diapasão, o acesso às informações públicas constitui-se um dos principais fundamentos para consolidação da democracia, pois fortalece a capacidade dos indivíduos em participar de modo efetivo da tomada das decisões que os afeta, e cidadãos bem informados têm melhores condições de conhecer e acessar seus direitos essenciais, como saúde, educação e benefícios sociais. Além disso, a promoção da transparência é um antídoto para a corrupção, pois permite ao cidadão fiscalizar diretamente a administração e identificar eventuais desvios ou inadequações na aplicação dos recursos públicos. Isso tudo somente é possível a partir da consolidação da transparência pública no nosso país e da conscientização dos cidadãos sobre seu dever de fiscalizar diretamente a aplicação dos recursos.

O Índice de Transparência

As condições para tornar efetiva a transparência convivem com o mundo concreto da gestão pública e demandam



instrumentos de avaliação sistemática, que permitam ao governante e à sociedade aferir a transparência da gestão. Assim, para medir o nível de transparência do setor público, foi criado em 2010 o Índice de Transparência a partir de um trabalho realizado por pesquisadores, professores e personalidades especialistas em finanças e contas públicas, capitaneados pela entidade não governamental Contas Abertas. O Índice de Transparência foi estabelecido com base em parâmetros técnicos com o objetivo de criar um ranking nacional que elencasse governos com maior ou menor grau de transparência. O Índice de Transparência é, portanto, um meio de informar à sociedade o nível de transparência das contas públicas.

A última avaliação realizada pela organização Contas Abertas, divulgada em 30 de maio de 2014, permitiu ao país conhecer o nível de desenvolvimento da transparência das contas públicas em cada um dos estados e capitais. Segundo a avaliação, a cidade de Vitória, por exemplo, foi considerada a segunda capital mais transparente do país, com uma nota total de 7,61, ficando bem acima da média das notas das demais capitais, que é de 4,73. A média geral das notas do Índice de Transparência 2014 dos estados é 5,66.

O excelente resultado de Vitória somente foi possível em função da clara diretriz da atual gestão municipal, que entende que quanto mais transparente o governo, mais fácil será para a sociedade entender os gastos públicos, fiscalizar a honestidade e a eficácia dos gestores e exigir o atendimento de seus direitos. Para alcançar essa colocação no Ranking Nacional da Transparência, foi necessário à capital reformular seus instrumentos de transparência, especialmente seu Portal da Transparência, e ampliar e reorganizar as informações disponibilizadas à sociedade. Hoje, o Portal da Transparência de Vitória, reconhecidamente, permite ao cidadão uma consulta fácil aos dados públicos, além de disponibilizar informações abrangentes sobre a gestão, em tempo real, inclusive indo além do mínimo estabelecido na legislação e demonstrando que é viável priorizar iniciativas na direção do fortalecimento da transparência pública.

A evolução dos instrumentos de transparências disponibilizados à população, combinada com dados claros e completos sobre a gestão, e fáceis de acessar, contribuirá efetivamente para fomentar a participação da sociedade civil, possibilitando ao cidadão comum, mesmo aquele que pouco entende de orçamento, sentir-se à vontade para encontrar um dado e tornar-se um fiscalizador dos gastos do seu Estado e do seu município.

Conclusão

A transparência pública no nosso país, nos últimos 20 anos, passou por considerável processo de evolução iniciada a partir da promulgação da Nova Constituição, a qual estabeleceu princípios e diretrizes para a transparência pública no Brasil. Sob o aspecto infraconstitucional, a evolução se deu tanto no campo da modernização da legislação como na disponibilização de melhores canais de acesso à informação. Como vimos, a legislação ampliou as responsabilidades do setor público em fornecer informações e estabeleceu novos direitos aos cidadãos com objetivo de ampliar seu acesso aos dados públicos. Por outro lado, a utilização de novas tecnologias pelos governos, especialmente a internet, possibilitou um acesso mais amplo e fácil às informações públicas por meio dos portais da transparência, que são espaços digitais onde as informações da gestão estão disponíveis a qualquer um.

Em que pese essa importante evolução da transparência no país, ainda há um largo caminho a percorrer, especialmente na direção do aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência, como demonstrou o resultado do Índice de Transparência 2014, no qual a média das notas dos estados e capitais, em uma escala de 1 a 10, é de 5,66 e 4,73, respectivamente, indicando que ainda há muito a melhorar. A principal deficiência constatada diz respeito à facilidade de uso dos instrumentos de transparência. Ou seja, embora as informações estejam disponíveis, o cidadão encontra dificuldade em entendê-las, encontrá-las ou acessá-las nos portais da transparência. Portanto, fica evidente a necessidade dos gestores públicos investirem na melhoria contínua desses importantes instrumentos de transparência, de forma a oportunizar ao indivíduo o pleno direito de acompanhar o gasto público.

Por fim, no que diz respeito ao cidadão, há uma evidente necessidade do poder público investir em sua conscientização e preparação para que se interesse e exerça o acompanhamento contínuo da aplicação dos recursos públicos, que na verdade são recursos dele, pois são originários dos impostos que são pagos pela coletividade. Nesse sentido, medidas precisam ser implantadas para se alcançar melhorias nesse cenário, como programas voltados para a educação fiscal em escolas e universidades, introduzindo conceitos de transparência e controle social, o que contribuirá certamente para o desenvolvimento do Brasil como democracia e também como potência econômica mundial.

* Secretário da Controladoria Geral do Município de Vitória.



*Davi Diniz de Carvalho**
*Márcio Bastos Medeiros***

Fundo Cidades: o apoio financeiro do Governo do Estado ao desenvolvimento municipal

O Fundo Cidades (Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal do Espírito Santo), instituído pela Lei Complementar nº 712/2013, é um mecanismo de apoio financeiro, prestado pelo Estado por meio de transferência de recursos aos municípios, contemplando investimentos nas áreas de infraestrutura urbana e rural, educação, esporte, turismo, cultura, saúde, segurança, proteção social,

agricultura, saneamento básico, habitação de interesse social, meio ambiente, sustentabilidade e mobilidade.

Concepção

O Governo, atendendo ao programa Novos Caminhos, que tem como um de seus dois focos prioritários “Desenvolvimen-

to regionalmente equilibrado”, e com base na experiência recente do Governo do Estado de Pernambuco, concebeu em 2013 o Fundo Cidades, buscando a aceleração do crescimento das diferentes regiões capixabas.

Em Pernambuco, o fundo atende aos municípios por meio de transferências para apoio a projetos previamente apresentados aos órgãos estaduais com o objetivo de viabilizar a implantação desses. Contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento municipal e estimulando a retomada da realização de investimentos cuja execução tivesse sido comprometida pelo momento de fragilidade das finanças municipais por qual passavam os municípios pernambucanos no final de 2012 e início de 2013.

No Espírito Santo, o Fundo Cidades foi criado para atender a três motivações: i) compensar a dificuldade dos municípios em realizarem investimentos com recursos próprios em função das perdas de arrecadação; ii) melhorar a velocidade de resposta da administração pública, em especial quando envolve a transferência de recursos entre o Estado e os municípios; e iii) promover o desenvolvimento regionalmente equilibrado, com melhor distribuição da riqueza e um maior alinhamento entre a estratégia de desenvolvimento do Estado e dos municípios.

Criado em um contexto de perda da arrecadação dos municípios capixabas em decorrência da redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre mercadorias importadas, o Fundo Cidades surge como um auxílio do Governo do Estado com vista à manutenção do crescimento econômico dos municípios, conferindo recursos para que as prefeituras possam realizar investimentos em quatorze áreas de atuação que levam em consideração as diferentes funções desempenhadas pelos entes municipais no atendimento direto ao cidadão.

Entendido como uma iniciativa inovadora do Governo do Estado, o Fundo Cidades foi amplamente discutido no núcleo econômico do Poder Executivo Estadual, com atuação das Secretarias de Economia e Planejamento, de Fazenda, Extraordinária de Projetos Especiais e Articulação Metropolitana, de Governo, além das agências financeiras oficiais de fomento.

Pelo caráter diferenciado do Fundo, seus projetos de lei e regulamentação foram objeto de intenso estudo e debate na Procuradoria Geral do Estado, sobretudo em seu Centro de Estudos de Informações Jurídicas, e nos órgãos de controle interno e externo, tendo como resultado final a aprovação por unanimidade na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Seu modo de operação visa dar mais agilidade à administração pública, possibilitando a transferência de recursos do fundo estadual aos fundos municipais (transferência fundo a fundo) eliminando a discricionariedade do gestor estadual. Para tanto, basta que as prefeituras cumpram requisitos formais de constituição dos fundos municipais, quais sejam: i) lei de criação do fundo municipal de investimento; ii) constituição do conselho de fiscalização e acompanhamento; iii) designação de um gestor do fundo; e iv) assinatura de termo de responsabilidade pela correta aplicação e gestão dos recursos.

Para viabilização do Fundo Cidades, suas receitas podem ser provenientes de: i) doações, auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas, físicas ou jurídicas, bem como de entidades e organizações, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; ii) repasses de instituições financeiras nacionais e internacionais; iii) rendimentos de aplicações financeiras dos seus recursos; iv) saldos de exercícios anteriores e outras que lhe venham a ser legalmente destinadas.

Operacionalização

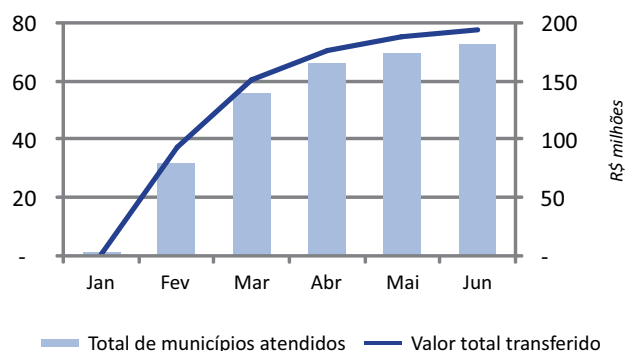
Para 2014, o Governo do Estado disponibilizou R\$ 200 milhões de seu orçamento para o Fundo Cidades. Esses recursos foram provenientes de parte de uma operação de crédito firmada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que vislumbrou na iniciativa do Estado em criar o Fundo Cidades uma oportunidade de fazer os recursos chegarem próximo a seus beneficiários diretos com menos burocracia, mas sem perder o foco na eficiência do gasto.

A forma como o Fundo Cidades foi concebido e regulamentado, além da disponibilização de toda orientação aos municípios na página da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento na Internet, bem como a promoção de diversos encontros explicativos, possibilitou que a quase totalidade das prefeituras capixabas se habilitassem e recebessem os recursos a elas reservados em menos de três meses. Atendendo à legislação, os municípios se mobilizaram para estruturação dos fundos municipais de investimento, com gestão própria e conselhos municipais de fiscalização a fim de apoiar projetos e estimular a adoção de práticas de gestão para resultados.

De fato, até 15 de junho de 2014, setenta e três, dos setenta e oito municípios, (93,6% do total) já haviam recebido as transferências fundo a fundo a que fazem jus. Isso corresponde a R\$ 194.226.560,69 ou 97,1% do total dos recursos aportados ao Fundo Cidades.

O gráfico a seguir mostra que a maior parcela dos recursos alocados (74,3%) foi transferida nos meses de fevereiro e março, evidenciando a celeridade que o Fundo Cidades proporcionou no fluxo de recursos para investimento do Estado para os municípios, em contraponto ao processo lento e burocrático associado aos convênios.

Transferência dos recursos do Fundo Cidades aos municípios - 2014



Considerando que o Fundo Cidades foi regulamentado na segunda quinzena de janeiro de 2014 e as transferências ocorreram em sua maioria até o final de março, ou seja, em pouco mais de dois meses, evidencia que seu modelo de operacionalização trouxe um efetivo ganho de velocidade e desburocratização para a administração pública.

A expectativa da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento é transferir até o final do mês de junho o saldo remanescente, relativo aos cinco municípios que ainda estão em processo de cumprimento de requisitos para receber a transferência fundo a fundo.

Após receber a transferência, coube a cada município publicar na imprensa oficial a listagem de projetos que serão apoiados com os recursos do Fundo Cidades. Essa relação é passível de mudanças durante o ano, com a introdução ou supressão de projetos, devendo para isso republicar a listagem. Como instrumento de transparência, o foco da legislação é comunicar à sociedade em quais projetos a prefeitura alocará os recursos provenientes do Fundo Cidades, estimulando o controle social.

A partir da publicação da listagem de projetos, compete ao Conselho de Fiscalização e Acompanhamento exercer o controle direto sobre a aplicação dos recursos pela prefei-

tura, devendo ao final de cada exercício elaborar relatório circunstanciado de prestação de contas para envio aos legislativos municipal e estadual.

Resultados

A distribuição dos recursos do Fundo Cidades de maneira proporcional à população e ao inverso da receita total per capita de cada município proporcionou ao Fundo contribuir para o foco prioritário do Governo do Estado que visa à promoção do desenvolvimento regionalmente equilibrado.

A partir da análise dos investimentos realizados pelas prefeituras, pode-se constatar que os recursos repassados pelo Fundo Cidades em 2014 são representativos e correspondem a aproximadamente 13% do total investido em média pelos municípios, considerando os dados do Balanço de 2012¹.

Em termos mesorregionais², os municípios situados na mesorregião Noroeste foram os mais impactados positivamente na razão de 26%. Ou seja, por meio do Fundo, o Governo do Estado disponibilizou recursos para ampliar em mais de um quarto o valor médio dos investimentos desses municípios.

Nas mesorregiões Litoral Norte, Central e Sul o impacto foi de 15% e na região metropolitana foi de 8%. Com essa gradação o Fundo Cidades cumpre seu papel redistributivo, privilegiando as regiões menos dinâmicas e promovendo a desconcentração do investimento.

Ao final do exercício, com o relatório sobre a aplicação dos recursos recebidos do Fundo Cidades, será possível evidenciar quais áreas de investimento foram mais contempladas pelas prefeituras.

O Fundo Cidades, com seu caráter inovador, inaugura um novo modelo de gestão das finanças públicas, mais ágil, transparente e associando a responsabilidade aos agentes executores das políticas públicas, sob o olhar atento de fiscais que são cidadãos do próprio município, e supervisionados pelo órgão de controle externo e casas legislativas. Para o futuro, o sucesso desse primeiro ciclo de operação do Fundo Cidades e dos fundos municipais de investimento será determinante para a relevância e adoção desse instrumento na relação político-institucional entre o Governo do Estado e as prefeituras.

¹ Fonte: Finanças dos Municípios Capixabas, edição 2013.

² Classificação adotada pela publicação Finanças dos Municípios Capixabas, edição 2013.

Fundo Cidades - valores totais distribuídos e parcelas distribuídas de acordo com os critérios estabelecidos - 2014

Município	Total do Fundo		50% do Fundo		50% do Fundo		Investimentos 2012 em R\$ mil	Fundo / Investimentos
	Valor total distribuído em R\$	Participação percentual no Fundo	População	Valor distribuído pelo critério da população em R\$	Receita total em R\$	Inverso da receita total per capita		
MS Central	30.781.404,59	15,3907%	341.383	8.891.657,29	1.017.277.195,16	0,000336	21.889.747,30	206.219,90
Afonso Cláudio	2.392.889,58	1,1964%	32.551	847.822,93	63.122.009,68	0,000516	1.545.066,65	6.450,60
Alfredo Chaves	1.597.422,00	0,7987%	14.859	387.017,33	36.780.928,90	0,000404	1.210.404,67	4.749,10
Anchieta	974.974,54	0,4875%	26.658	694.333,93	284.603.835,72	0,000094	280.640,61	100.720,50
Brejinho	1.526.672,47	0,7633%	12.669	329.976,61	31.719.201,87	0,000399	1.196.695,85	6.862,10
Conceição do Castelo	1.477.822,70	0,7389%	12.579	327.632,47	32.767.261,53	0,000384	1.150.190,22	5.795,00
Domingos Martins	2.203.227,02	1,1016%	34.059	887.100,28	77.535.016,28	0,000439	1.316.126,74	10.168,90
Iconha	1.524.174,73	0,7621%	13.548	352.871,04	34.655.277,26	0,000391	1.171.303,69	4.985,90
Itaguaçu	1.649.689,47	0,8248%	14.844	386.626,64	35.211.918,73	0,000422	1.263.062,83	5.739,70
Itarana	1.445.586,48	0,7228%	11.349	295.595,91	29.568.344,99	0,000384	1.149.990,57	6.392,10
Laranjeira da Terra	1.511.234,29	0,7556%	11.418	297.393,08	28.183.301,18	0,000405	1.213.841,21	5.619,50
Marechal Floriano	1.615.813,50	0,8079%	15.689	408.635,50	38.939.256,01	0,000403	1.207.178,01	4.423,90
Príma	1.618.708,98	0,8094%	20.082	523.055,52	54.915.816,74	0,000366	1.095.653,47	7.412,60
Rio Novo do Sul	1.715.284,01	0,8576%	11.993	312.369,53	25.612.993,34	0,000468	1.402.914,48	2.419,40
Santa Leopoldina	1.701.718,03	0,8509%	12.881	335.498,36	28.248.328,06	0,000456	1.366.219,67	2.693,80
Santa Maria de Jetibá	2.435.180,07	1,2176%	37.720	982.454,64	77.795.029,19	0,000485	1.452.725,42	8.956,50
Santa Teresa	1.825.794,53	0,9129%	23.432	610.309,57	57.759.506,07	0,000406	1.215.484,96	6.940,70
São Roque do Canaã	1.677.019,02	0,8385%	12.179	317.214,08	26.834.821,80	0,000454	1.359.804,95	5.172,70
Venda Nova do Imigrante	1.888.193,16	0,9441%	22.873	595.749,87	53.024.347,81	0,000431	1.292.443,29	10.716,90
MS Litoral Norte	33.821.035,04	16,9105%	606.535	15.797.802,92	1.597.142.974,80	0,000380	18.023.232,12	231.356,50
Aracruz	3.272.428,75	1,6362%	91.562	2.384.822,69	309.071.325,00	0,000296	887.606,06	26.611,40
Conceição da Barra	2.015.386,09	1,0077%	30.659	798.543,93	75.489.654,45	0,000406	1.216.842,16	9.739,60
Fundão	1.659.485,70	0,8297%	19.177	499.483,90	49.531.981,79	0,000387	1.160.001,81	5.569,80
Ibiraçu	1.433.071,34	0,7165%	12.124	315.781,55	32.512.008,32	0,000373	1.117.289,79	7.644,20
Jaguari	1.831.496,91	0,9157%	27.599	718.843,20	74.318.516,22	0,000371	1.112.653,70	14.223,70
João Neiva	1.680.404,77	0,8402%	16.869	439.369,76	40.725.742,18	0,000414	1.241.035,01	2.212,30
Linhares	5.101.682,25	2,5508%	157.814	4.110.421,44	477.003.202,72	0,000331	991.260,80	101.500,10
Montanha	1.799.311,17	0,8997%	19.049	496.150,01	43.796.333,79	0,000435	1.303.161,16	5.000,60
Mucurici	948.083,04	0,4740%	5.909	153.905,74	22.292.574,30	0,000265	794.177,30	6.631,90
Pedro Canário	2.464.262,65	1,2321%	25.700	669.381,87	42.900.387,94	0,000599	1.794.880,77	5.272,20
Pinheiros	2.053.662,06	1,0268%	26.023	677.794,73	56.668.863,51	0,000459	1.375.867,34	4.545,00
Ponto Belo	1.185.138,30	0,5926%	7.590	197.689,04	23.029.827,80	0,000330	987.449,26	5.526,00
Rio Bananal	1.541.651,36	0,7708%	18.892	492.060,79	53.928.919,32	0,000350	1.049.590,57	7.315,90
São Mateus	4.637.963,38	2,3190%	120.725	3.144.401,82	242.179.727,91	0,000498	1.493.561,56	23.637,50
Sooretama	2.197.007,27	1,0985%	26.843	699.152,44	53.693.909,55	0,000500	1.497.854,84	5.926,30
MS Noroeste	34.901.315,68	17,4507%	444.486	11.577.076,72	907.653.883,78	0,000490	23.324.238,96	132.238,50
Água Doce do Norte	1.529.206,13	0,7646%	12.164	316.823,39	30.060.788,40	0,000405	1.212.382,74	4.017,30
Água Branca	1.286.824,92	0,6434%	10.045	261.631,94	29.356.753,14	0,000342	1.025.192,98	4.821,90
Alto Rio Novo	1.370.374,91	0,6852%	7.841	204.226,59	20.145.653,61	0,000389	1.166.148,33	3.115,50
Baixo Guandu	2.308.048,59	1,1540%	31.126	810.707,40	62.282.529,69	0,000500	1.497.341,19	8.400,10
Barra de São Francisco	2.878.059,50	1,4390%	43.882	1.142.950,02	75.774.526,41	0,000579	1.735.109,48	6.045,00
Boa Esperança	1.570.545,45	0,7853%	15.169	395.091,58	38.664.737,19	0,000392	1.175.453,87	9.750,00
Colatina	4.689.433,06	2,3447%	120.677	3.143.151,61	233.829.693,13	0,000516	1.546.281,45	24.448,40
Ecoporanga	2.041.584,62	1,0208%	24.327	633.620,73	51.767.922,93	0,000470	1.407.963,89	10.302,20
Governador Lindenberg	1.554.742,57	0,7774%	11.953	311.327,69	28.802.126,96	0,000415	1.243.414,88	8.994,60
Mantenópolis	1.850.137,92	0,9251%	14.808	385.688,98	30.296.040,50	0,000489	1.464.448,94	4.833,30
Marilândia	1.648.887,94	0,8244%	12.092	314.948,08	27.159.738,75	0,000445	1.333.939,87	5.099,10
Nova Venécia	2.889.101,09	1,4446%	49.564	1.290.943,32	92.920.256,12	0,000533	1.598.157,77	7.970,10
Pancas	2.356.012,09	1,1780%	23.125	602.313,46	39.508.494,41	0,000585	1.753.698,63	6.267,30
São Domingos do Norte	1.315.592,15	0,6578%	8.595	225.865,26	23.588.242,13	0,000364	1.091.726,88	3.902,00
São Gabriel da Palha	2.554.923,52	1,2775%	35.323	917.652,23	64.473.367,03	0,000546	1.637.271,29	13.772,20
Vila Pádua	1.481.530,05	0,7408%	9.272	241.498,39	22.402.905,73	0,000414	1.240.031,66	2.649,80
Vila Valério	1.576.311,17	0,7882%	14.614	380.636,06	36.620.107,65	0,000399	1.195.675,11	7.849,70
MS Sul	42.912.909,01	21,4565%	608.520	15.849.504,20	1.734.253.001,22	0,000351	27.063.404,80	293.586,90
Alegre	2.312.660,98	1,1563%	32.267	840.425,87	65.666.689,18	0,000491	1.472.235,11	6.884,30
Apiaçá	1.289.014,62	0,6445%	7.916	206.180,04	21.903.189,87	0,000361	1.082.834,59	3.954,70
Atílio Vivacqua	1.393.014,10	0,6965%	10.862	282.911,51	29.316.382,79	0,000371	1.110.102,59	7.374,90
Bom Jesus do Norte	1.663.563,35	0,8318%	10.095	262.934,24	21.594.685,25	0,000467	1.400.629,10	3.064,80
Cachoeiro de Itapemirim	7.222.637,96	3,6113%	205.213	5.344.975,20	321.454.510,97	0,000627	1.877.662,76	46.436,30
Castelo	2.501.002,81	1,2505%	37.331	972.322,75	73.167.248,55	0,000510	1.528.680,06	9.757,70
Divino de São Lourenço	1.002.163,65	0,5011%	4.688	122.103,59	15.960.224,27	0,000294	880.060,07	2.410,20
Dores do Rio Preto	1.204.999,56	0,6025%	6.827	177.815,96	19.913.404,87	0,000343	1.027.183,61	2.057,30
Guacuí	2.275.350,21	1,1377%	30.144	785.130,24	60.605.802,11	0,000497	1.490.219,97	6.178,20
Ibatuba	2.260.401,32	1,1302%	24.575	640.080,14	45.441.861,89	0,000541	1.620.321,19	6.476,30
Ibitirama	1.397.407,51	0,6987%	9.400	244.832,28	24.435.558,69	0,000385	1.152.575,23	2.678,50
Irupi	1.753.628,33	0,8768%	12.798	333.336,55	26.997.791,05	0,000474	1.420.291,79	2.014,50
Itapemirim	1.227.277,62	0,6136%	33.610	875.405,63	286.185.427,52	0,000117	351.871,99	129.928,30
Iúna	2.461.045,92	1,2305%	29.258	762.053,50	51.596.102,14	0,000567	1.698.992,43	5.486,70
Jerônimo Monteiro	1.519.450,56	0,7597%	11.707	304.920,37	28.880.253,88	0,000405	1.214.530,19	5.473,20
Marataizes	1.970.293,25	0,9851%	37.140	967.347,97	110.950.269,00	0,000335	1.002.945,29	30.050,10
Mimoso do Sul	2.305.474,94	1,1527%	27.309	711.289,87	51.325.213,16	0,000532	1.594.185,07	3.867,30
Muniz Freire	1.786.046,68	0,8930%	19.081	496.983,48	44.349.693,51	0,000430	1.289.063,20	1.743,00
Muqui	1.873.163,71	0,9366%	15.438	402.097,95	31.442.904,19	0,000491	1.471.065,75	6.856,20
Presidente Kennedy	395.894,33	0,1979%	11.130	289.891,84	314.588.471,75	0,000035	106.002,49	1.745,10
São José do Calçado	1.356.365,45	0,6782%	10.987	286.167,26	30.759.453,34	0,000357	1.070.198,19	2.716,70
Vargem Alta	1.742.052,11	0,8710%	20.744	540.297,96	51.717.863,24	0,000401	1.201.754,15	6.432,60
Região Metropolitana	57.583.335,68	28,7917%	1.838.439	47.883.958,88	3.969.809.635,20	0,000463	9.699.376,81	678.711,40
Cariacica	12.111.805,30	6,0559%	375.974	9.792.614,04	485.718.838,77	0,000774	2.319.191,26	82.207,80
Guarapari	4.604.748,35	2,3024%	116.278	3.028.575,31	221.033.123,27	0,000526	1.576.173,04	43.491,80
Serra	13.712.715,76	6,8564%	467.318	12.171.758,70	908.627.077,74	0,000514	1.540.957,06	111.604,40
Viana	3.525.710,10	1,7629%	72.115	1.878.306,38	131.156.332,90	0,000550	1.647.403,73	17.405,10
Vila Velha	13.866.157,66	6,9331%	458.489	11.941.798,68	713.849.289,54	0,000642	1.924.358,98	143.656,30
Vitória	9.762.198,52	4,8811%	348.265	9.070.905,77	1.509.424.972,98	0,000231	691.292,75	280.346,00
TOTAL	200.000.000,00	100,0000%	3.839.363	100.000.000,00	9.226.136.690,16	0,033376	100.000.000,00	1.542.113,20

Nota: do valor total do Fundo Cidades, de R\$ 200 milhões, metade foi distribuído de acordo com o critério de número de habitantes e a outra metade de acordo com o critério de inverso da receita total per capita (Decreto nº 3.383-R/2013, artigo 2º, § 4º).

* Graduado em Administração (Univix) e Geografia (Ufes), pós-graduado em Gestão Pública e Contábil (Cesap), especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo do Estado do Espírito Santo, Secretário de Estado de Economia e Planejamento.

** Graduado em Ciências Navais (Escola Naval), mestre em Desenvolvimento Sustentável (UnB), analista de Planejamento e Orçamento do Governo Federal, assessor especial na Secretaria de Estado de Economia e Planejamento.

FINANÇAS DE ARACRUZ:

Gestão pública levada a sério.



danza

A Prefeitura de Aracruz, por meio da Secretaria de Finanças, a partir de 2013, passou a investir maciçamente na modernização da Gestão Contábil/Tributária, objetivando a implantação de métodos, instrumentos e ferramentas, para dar condições à administração de melhorar a sua arrecadação própria, a sua forma de investir recursos com eficiência e tornar transparentes as ações do governo, para que haja um controle eficaz das políticas públicas que estão sendo oferecidas.

Dentre as ações, algumas:

- Implantação do novo sistema contábil.
- Implantação dos novos sistemas tributários e da nota fiscal eletrônica.
- Recadastramento imobiliário.
- Atualização da planta genérica de valores.
- Criação do Aracruz Premia.
- Refis Aracruz – desconto de 100% de juros e multas de pagamento de débitos.

**PMA**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ www.aracruz.es.gov.br



 **José Edil Benedito***

Espírito Santo 2030: Inovador, Dinâmico e Sustentável

Um Estado inovador, dinâmico e sustentável. Essa é a visão de futuro idealizada pelos capixabas e moldada no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030, um abrangente planejamento de médio e longo prazos do nosso Estado, que teve como partida a parceria entre o Governo do Espírito Santo – por meio da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento e coordenação operacional do Instituto

Jones dos Santos Neves –, o Espírito Santo em Ação, a sociedade civil organizada, a Petrobras e o apoio técnico da DVF Consultoria.

O plano define prioridades, caminhos e estratégias que orientam a sociedade, as empresas e administrações públicas capixabas na busca de novos valores e pilares

de modernidade nos campos do progresso econômico, da responsabilidade ambiental, com a finalidade última de melhoria da qualidade de vida da população.

A motivação para essa mobilização partiu da necessidade de revisar o planejamento de longo prazo do Estado (o Plano ES 2025, elaborado em 2006) e prepará-lo para os desafios das décadas vindouras, com vistas às mudanças decorrentes das crises recentes, das transformações dos padrões produtivos mundiais, das alterações do ambiente nacional em termos das estratégias de desenvolvimento, das condicionantes econômicas e financeiras e das relações federativas.

O planejamento de longo prazo tem por finalidade ser um balizador das ações, das estratégias e dos planejamentos públicos, empresariais e não governamentais, fortalecendo a interação social. Desse modo, o processo de elaboração do Plano pautou-se na integração dos diferentes segmentos da sociedade capixaba sob duas vertentes complementares: a regional e a dessetores/temática.

Assim, no contexto regional, a preparação do Planoprospectou anseios e as oportunidades vislumbradas pela população de todas as dez microrregiões do Estado, representadas por lideranças empresariais, intelectuais, agentes de mobilização social e administradores públicos. Das 17 oficinas regionais de planejamento, participaram mais de mil colaboradores, que discutiram visões de futuro, políticas, estratégias e propostas para enfrentarem o desafio do desenvolvimento regionalmente equilibrado.

Na vertente setorial e temática, o caminho percorrido teve início com a realização de pesquisa qualitativa de opinião com cem lideranças atuantes na sociedade capixaba e que permitiu colher percepções sobre o presente e o futuro de desenvolvimento do Estado. Na sequência, foram realizados cerca de 30 encontros técnicos, que tiveram a assistência de mais de 500 especialistas, independentes ou vinculados aos setores público e privados, com a finalidade de debater textos específicos, analisar as conjunturas nacional e mundial e revisar documentos e indicadores de progresso, considerando as aplicações ao caso estadual.

Ao cabo desse trabalho, emergiu a análise que esquadriou as dinâmicas, os determinantes e as condicionantes de futuro mundiais, nacionais e estaduais, com horizonte no ano de 2030. Foram assim demarcados objetivos de desenvolvimento estruturados em perspectivas e focos estratégicos para os próximos anos.

O Mapa Estratégico, exposto no Quadro 01, sintetiza o Plano de Desenvolvimento ES 2030, que lança as bases

para o futuro do Espírito Santo, tendo como Visão de Futuro alcançar “Um Estado Inovador, Dinâmico e Sustentável”. A trajetória a ser seguida nesse sentido requer estruturar ações rumo a um cenário denominado “Avançar com Inovação”, considerada a oportunidade de percorrermos uma “trajetória de desenvolvimento sustentável, alinhado às tendências internacionais de competitividade”.

Consoante com a visão de futuro, o ES 2030 define quatro objetivos do desenvolvimento capixaba para o período e especifica três perspectivas estratégicas a serem seguidas. São elas: Bases Sociais, Propulsores de Progresso e Oportunidades de Negócio, Trabalho e Renda.

Essas perspectivas orientarão a articulação dos setores público, privado e da sociedade para atingirmos nossos objetivos de desenvolvimento, a saber: qualidade de vida, competitividade econômica, igualdade de oportunidades para as pessoas e identidade e imagem capixaba fortalecidas. As bases sociais indicadas no plano são orientadas com foco nas pessoas e seus territórios, como estratégia fundamental para alcançarmos níveis elevados de desenvolvimento. Para tal, faz-se necessário: condições adequadas de saúde, com atendimento acessível a todos e regionalizado; elevar a qualidade do sistema educacional e formar capital humano avançado; ampliar a segurança cidadã e a percepção de um território pacífico; e ter instituições comprometidas e integradas, visando a benefícios coletivos.

Os Propulsores de Progresso apontam para as grandes direções do crescimento vindouro da economia capixaba: o desenvolvimento produtivo e comercial da cadeia de petróleo e gás, a consolidação da plataforma logística estadual (portos, rodovias, ferrovias, dutos) e o avanço das atividades produtivas inovadoras vinculando ciência, tecnologia e inovação com a expansão de um novo ciclo de desenvolvimento.

A perspectiva de Oportunidades de Negócios, Trabalho e Renda oportuniza ainda a geração de negócios e parcerias que irão alavancar a economia capixaba. Nesse sentido, os rumos apontados no plano dirigem-se para integrar o Espírito Santo ao Brasil e ao mundo, com cooperação e alianças; valorizar a marca de um “Estado Verde”; focar na produtividade e inovação para ser mais competitivo, manter os mercados conquistados e expandir-se para novos em termos externos, regionais e setoriais; e estabelecer raízes regionais fortes com vistas ao desenvolvimento das potencialidades locais.

Assim sendo, o Plano ES 2030 é um artefato intelectual que aglutina e dá forma a um conjunto abrangente de aspirações, possibilidades, demandas e oportunidades que a

sociedade capixaba corajosamente expressou. Para além de um instrumento de planejamento moderno e atualizado, que orientará nossas ações e escolhas sobre programas,

projetos e investimentos, é uma carta de compromisso com as gerações futuras, com vistas à construção de um Espírito Santo inovador, dinâmico e sustentável.

Quadro 01 – Mapa Estratégico do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030



* Diretor Presidente do Instituto Jones dos Santos Neves

Há 25 anos, a FNP reúne prefeitos e trabalha por avanços das cidades brasileiras



UNINDO PREFEITOS, MELHORANDO CIDADES



Dirigida exclusivamente por prefeitos e prefeitas, a FNP incentiva a transparência das finanças públicas e estimula a boa gestão fiscal.

Filie-se à Frente Nacional de Prefeitos



Pensar além da sua cidade,
para melhorar a sua cidade.

www.fnp.org.br

Tel.(61) 3044-9800 - Fax (61) 3044-9808

Setor de Rádio e TV Sul, Sala 603 - Brasília/DF - CEP 70340-710



A QUALIDADE DOS NOSSOS RESULTADOS É A NOSSA GRANDE FERRAMENTA.

A SGS ENGER é uma empresa de engenharia consultiva que atua no gerenciamento de programas e empreendimentos nas etapas de concepção, viabilização, implantação e operação.

Graças à expertise de seu corpo técnico, que domina os processos de cada negócio a ser gerenciado, a SGS ENGER entrega um desenvolvimento gerencial contínuo e consistente, determinante para estabelecer procedimentos em tomadas de decisões, focadas nas necessidades dos Clientes e do trabalho específico.

Entre em contato com a SGS ENGER.

SGS ENGER ENGENHARIA LTDA.

Alameda Madeira, 258 - 21º andar
CEP 06454-010 - Alphaville
Barueri - SP - Tel.: 55-11-4133.6955

WWW.ENER.COM.BR - WWW.SGSGROUP.COM.BR

ENER ENGENHARIA S.A. AGORA FAZ PARTE DO GRUPO SGS, EMPRESA LÍDER MUNDIAL EM INSPEÇÃO, VERIFICAÇÃO, TESTES E CERTIFICAÇÃO.

SGS

enger
engenharia

Novo Financial

O Financial é um sistema de inteligência fiscal, uma poderosa ferramenta de gerenciamento financeiro e tributário para sua prefeitura.

É composto por módulos que tratam das receitas, das despesas, das ações governamentais, dos fornecedores, do ISS, do IPTU, além de uma área concebida especialmente para a montagem de relatórios personalizados de forma fácil e ágil.

Em sua nova versão Web, conta com toda a segurança e versatilidade para ser acessado através de diversos dispositivos.



Foto: Hugo Felix/Shutterstock.com

O Financial é um Business Intelligence (BI) feito para que o gestor tenha todas as informações no exato momento em precisa delas para a tomada de decisões.

**AGENDE CONOSCO
UMA APRESENTAÇÃO!**

www.aequus.com.br

27 3235-7841



SISTEMAFINANCIAL

